

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS - SPG

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Brasília, março de 2012

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisões Normativas TCU nº 108/2010, nº 117/2011 e da Portaria-TCU nº 123/2011 e Portaria CGU nº 2546/2010.

Brasília, março de 2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABAST – Abastecimento;

ABC/MRE – Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores;

ABCE – Associação Brasileira de Construtores de Engenharia;

ABDIB – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base;

ABEMI – Associação Brasileira de Engenharia Industrial;

ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos;

ABINEE – Associação Brasileira de Engenharia Industrial;

ABITAM – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica;

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

ABPIP - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás;

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica;

ANP – Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis;

ARLA32 – Agente Redutor Líquido Automotivo;

ASSEC – Assessoria Econômica;

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;

CC /PR – Casa Civil da Presidência da República;

CCZEE – Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico;

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica;

CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças;

CIRM – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar;

CNI – Confederação Nacional da Indústria;

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética;

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade;

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro;

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente;

CONAPE – Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;

CT-COST – Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;

CTMA – Comitê Temático de Meio Ambiente;

CTPetro – Fundo Setorial de Petróleo e Gás natural;

DCDP – Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo;

DCR – Departamento de Combustíveis Renováveis;

DEPG – Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural;

DGN – Departamento de Gás Natural;

E&P – Exploração e Produção;

EPE – Empresa de Pesquisa Energética;

EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A;

FINEP/MCT – Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

FPSOs – *Floating Production , Storage and Offloading*

GE & TD – Gás natural e Energia e Transporte Dutoviário;

GEF – *Global Environment Facility* (Fundo Global para o Meio Ambiente);

GI-GERCO – Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro;

GMP – Grupo de Monitoramento Permanente;

GNL – Gás natural liquefeito;

GT-GHS – Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos;

GT – Grupo de Trabalho;

IBAMA – Instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais;

IBP – Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis;

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

IDH – Índice de Desenvolvimento humano;

IND P&G – Indústria de Petróleo e Gás natural;

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;

IPHE - International Partnership for Hydrogen and Fuel Cells in the Economy;

LOA – Lei Orçamentária Anual;

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul;

MF – Ministério da Fazenda;

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

MMA – Ministério do Meio Ambiente;

MME – Ministério de Minas e Energia;

MPF – Ministério Público Federal;

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego;

OEMA – Órgãos Estaduais de Meio Ambiente;

OLUC – Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado;

P&G – Petróleo e Gás;

P2R2 – Plano Nacional de Prevenção, preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos;

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento;

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

PEMAT – Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural;

PPSA – Pré-Sal Petróleo S.A.;

PIS – Programa de Integração Social;

PLANGÁS – Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural;

PNAP – Plano Nacional de Áreas Protegidas;

PNPB – Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel;

PNQP – Plano Nacional da Qualificação Profissional;

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

PPA – Plano Plurianual;

PROCONVE - Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores;

PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural;

RPBC – Refinaria Presidente Bernardes;

RECAP – Refinaria de Capuava;

REDUC – Refinaria Duque de Caxias;

REFAP – Refinaria Alberto Pasqualini;

REGAP – Refinaria Gabriel Passos;

REIDI – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura;

REPAR – Refinaria Presidente Getúlio Vargas;

REPENEC – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

REPLAN – Refinaria de Paulínia;

REVAP – Refinaria Henrique Lage;

RLAM – Refinaria Landulpho Alves;

SEE – Secretaria de Energia Elétrica;

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais;

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse;

SINAVAL – Sindicato Nacional da Construção Naval;

SPG – Secretaria de Petróleo, Gás natural e Combustíveis Renováveis;

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

TC – Termo de Compromisso;

TM – Transporte Marítimo;

UJ – Unidade Jurisdicionada;

LISTA DE TABELAS

Quadro A.1.1 - Identificação – Relatório de Gestão

Gasodutos concluídos

Cronograma de abastecimento nacional com diesel S50

Quantidade de alunos capacitados pelo PNQP

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução Financeira

Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela SPG

Quadro A.2.8 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da SPG

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela SPG na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de Repasse

Quadro A.9.1. – Estrutura de controles internos da SPG

Quadro A.15.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Sumário

1.	Identificação	450
2.	Responsabilidades Institucionais.....	452
a.I)	Competência Institucional	452
a.II)	Objetivos Estratégicos	454
b)	Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	456
c)	Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade	482
c.I)	Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SPG	482
c.II)	Execução Física das Ações.....	482
c.III)	Indicadores Institucionais.....	482
d)	Desempenho Orçamentário e Financeiro	483
d.I)	Programação Orçamentária das Despesas	483
d.II)	Execução Orçamentária das Despesas	483
d.II.1)	Execução Orçamentária de Créditos Originários da SPG	483
d.II.2)	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SPG por Movimentação	484
3.	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	484
4.	Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	484
4.1.	Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	484
5.	Recursos Humanos da Unidade.....	484
6.	Informação sobre Transferências	485
6.1.	Transferências Efetuadas no Exercício	485
6.1.1.	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2011	485
6.1.2.	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	486
6.1.3.	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes.....	486
6.1.4.	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.....	487
6.1.5.	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	488
6.2.	Análise Crítica.....	489
7.	Declaração da área responsável.....	491
8.	Declaração de Bens e Rendas.....	491
9.	Funcionamento do Sistema de Controle Interno	491
9.1.	Estrutura de Controles Internos da UJ.....	491
10.	Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental	493
11.	Gestão do Patrimônio Imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros	493

12.	Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ	493
13.	Cartões de Pagamento do Governo Federal	493
14.	Renúncia Tributária.....	493
15.	Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU	493
15.1.	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	493
16.	Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)	494
17.	Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade.....	494

11. Identificação

Introdução

O presente Relatório de Gestão da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG têm por finalidade apresentar os principais resultados alcançados pela Secretaria durante o exercício de 2011, detalhando a execução dos seus principais Programas, Ações e Atividades.

Foi elaborado em cumprimento às disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, Decisão Normativa TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011, da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, da Portaria TCU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010, que orientam e tratam dos procedimentos de apresentação dos Relatórios de Gestão e dos Processos Anuais de Contas, segue a estrutura determinada pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, que divulga os quadros para elaboração dos conteúdos gerais.

Os itens da Parte A da Decisão Normativa TCU nº 108/2011 que não serão apresentados pela SPG, em razão da apresentação destes no Relatório da SPOA de forma independente, são os seguintes:

- Letra “c” do item 2 - “Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade”;
- 3 - “Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos”;
- 5 - “Recursos Humanos da Unidade”;
- 8 - “Declarações de Bens e Rendas”;
- 10 - “Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.”; 11. “Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros”;
- 11- “Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ”;
- 12 - “Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI)”;
- 13 - “Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.”;
- 14 - “Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social”;

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis			
Denominação abreviada: SPG			
Código SIORG: 80045	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 320017
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público.			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(61) 2032-5029	(61) 2032-5103	(61) 2032-5626
Endereço eletrônico: spg@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/spg/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 9º Andar, Brasília-DF 70.065-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE			

O Decreto 5.267, de 9 de novembro de 2004, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia, criando a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG com a seguinte estrutura regimental:

a) **Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - DEPG**, composto pela Coordenação-Geral de Reserva, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e pela Coordenação-Geral de Política de Concessão de Blocos Exploratórios. Suas competências regimentais são as seguintes: propor diretrizes na busca pela autossuficiência de petróleo, bem como para o nível e tipo de dependência externa no atendimento da demanda do País; propor metas a serem perseguidas pela ANP, no tocante às reservas brasileiras e à relação entre reserva e produção; monitorar a participação da indústria nacional de bens e serviços no suprimento da indústria do petróleo, propondo políticas que elevem essa participação, em bases econômicas; elaborar proposta e acompanhar a realização de estudos para conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como formular e coordenar a implementação de diretrizes para a realização das licitações das áreas destinadas à exploração e produção de petróleo e gás natural, em consonância com os parâmetros de reservas e produção definidos pelo CNPE; e propor e implementar políticas públicas que atraiam investimentos para os setores de petróleo e gás natural no País.

b) **Departamento de Gás Natural - DGN**, composto pela Coordenação-Geral de Acompanhamento, Desenvolvimento de Mercado e Produção e pela Coordenação-Geral de Processamento de Infraestrutura e Logística. O Departamento de Gás Natural é a unidade especializada responsável pela elaboração das políticas públicas ligadas ao gás natural, visando a sua adequada participação na matriz energética brasileira. Tem como principais atribuições

assegurar a ampliação da infraestrutura de transporte, monitorar o mercado e a viabilidade econômica (competitividade) do gás natural e assegurar a racionalidade tributária sobre esse combustível. Adicionalmente, o DGN tem como atribuição extraordinária a coordenação das atividades relacionadas ao hidrogênio e à sua utilização como combustível no Brasil. As questões relacionadas ao hidrogênio foram atribuídas ao Departamento de Gás Natural por critérios técnicos e administrativos, uma vez que, atualmente, é a reforma do gás natural o principal processo de obtenção deste energético.

c) **Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo - DCDP**, composto pela Coordenação-Geral de Acompanhamento de Mercado e pela Coordenação-Geral de Refino, Abastecimento e Infraestrutura. Entre as competências do DCDP, destacam-se: monitorar as políticas públicas afetas ao setor; monitorar e avaliar, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, as condições de produção e uso dos combustíveis, bem como a evolução do abastecimento de combustíveis derivados de petróleo; promover a participação adequada dos combustíveis na Matriz Energética Brasileira; e promover a implementação de programas de governo no setor de derivados de petróleo. O DCDP acompanha principalmente os programas PAC e Prominp.

d) **Departamento de Combustíveis Renováveis - DCR**, composto pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Produção e do Mercado de Combustíveis Renováveis e pela Coordenação-Geral de Inserção de Novos Combustíveis Renováveis. Suas competências regimentais são as seguintes: monitorar e avaliar, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, as condições de produção, utilização e a evolução do abastecimento de combustíveis renováveis; promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas visando garantir o satisfatório abastecimento de combustíveis renováveis no País, bem como a sua adequada participação na matriz energética; promover a inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética; promover, acompanhar e supervisionar a adequada utilização dos recursos destinados ao fomento da utilização dos combustíveis renováveis; coordenar e promover programas, incentivos e ações visando a atração de investimentos para o setor de combustíveis renováveis; monitorar, estimular e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor de combustíveis renováveis; e interagir com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais entidades envolvidas com o setor de combustíveis renováveis.

12. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

g) Responsabilidades Institucionais

a.I) Competência Institucional

Dentre as competências da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG, destacam-se: propor diretrizes para a realização das licitações das áreas destinadas à exploração e produção de petróleo e gás natural, monitorar, avaliar e propor medidas preventivas e corretivas, visando garantir a adequada participação dos derivados de petróleo, do gás natural e dos combustíveis renováveis, na matriz energética nacional; interagir com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP para assegurar o abastecimento nacional de derivados de petróleo, avaliando e propondo medidas que minimizem o risco de desabastecimento em situações excepcionais; e assistir tecnicamente o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, em assuntos de sua área de atuação.

Além das competências regimentais acima mencionadas, a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis acompanhou os programas do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp e participou da elaboração dos Programas Temáticos de “Petróleo e Gás Natural” e “Combustíveis” do Plano Plurianual – PPA 2012-2015.

Após a realização das oficinas e a incorporação das contribuições dos envolvidos, o Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis foi contemplado com um Plano Plurianual robusto e aderente às realidades e perspectivas do Governo Federal e da Indústria. Assim, o MME ficou como o órgão responsável pelos seguintes objetivos (“Objetivos Setoriais”):

Programa Temático de Petróleo e Gás Natural:

- Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas;
- Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de Petróleo e gás, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional;
- Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local;
- Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local;
- Aprimorar a gestão dos recursos de Petróleo e Gás por meio de estudos, regulação e fiscalização; e
- Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do País.

Programa Temático de Combustíveis:

- Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.
- Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.
- Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

No caso do Prominp, convém destacar que representantes da SPG coordenam o Comitê Temático de Meio Ambiente e também projetos no âmbito deste e dos demais Comitês Setoriais que compõem o Programa. Tais projetos objetivam o aprimoramento da política governamental de Conteúdo Local de bens, sistemas e serviços para os empreendimentos petrolíferos, bem como a elaboração de um modelo que inclua a avaliação ambiental regional no planejamento plurianual da outorga dos blocos exploratórios e de uma estratégia para sua implantação, visando o aperfeiçoamento e a maior previsibilidade do licenciamento ambiental e possibilitando maior segurança jurídica aos empreendedores.

a.II) Objetivos Estratégicos

A estratégia de atuação da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis baseou-se em sua missão institucional definida no regimento interno, de modo a melhor aproveitar os recursos existentes. Além disso, o referido conjunto de ações desenvolvidas decorreu também do atendimento de diversas demandas encaminhadas pelo Gabinete do Ministro, bem como de unidades no âmbito interno e externo durante o exercício de 2011.

O Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – DEPG planejou para o exercício de 2011 diversas ações relativas às suas competências regimentais. As ações prioritárias que consumiram a maior parte do tempo do pessoal técnico do Departamento, ao longo do ano, foram as seguintes:

- a) Acompanhamento e assessoramento técnico ao Gabinete do Ministro durante a tramitação, no Congresso Nacional, dos Projetos de Lei com as adequações nas regras de distribuição dos royalties e da Participação Especial, relativos à produção de petróleo e gás natural, para a União e antes da Federação, tratando ainda de aprimoramentos do marco regulatório do regime de partilha de produção;
- b) Implementação do Novo Marco Regulatório (minutas do contrato e do pré-edital do regime de partilha de produção, e Estatuto da PPSA);
- c) Readequação do planejamento anterior para a realização da 11ª Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios para petróleo e gás natural no modelo de concessão;
- d) Proposição de objetivos setoriais, metas e indicadores para compor o Plano Plurianual – PPA 2012-2015;
- e) Aprimoramento da Política de Participação da Indústria Nacional de Bens e Serviços nos Empreendimentos de E&P para áreas do Pré-Sal, objetivando os contratos de cessão onerosa e de partilha de produção;
- f) Elaboração de sistemática para o Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos de Petróleo e Gás;
- g) Atualização do relatório e mapas do Projeto Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, objetivando sua publicação pelo MME;
- h) Discussão e elaboração das diretrizes para a definição de Políticas para aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no País;
- i) Acompanhamento das discussões e elaboração de propostas para o Plano Nacional de Contingência; e

- j) Acompanhamento dos estudos que subsidiarão a proposta brasileira para a ampliação da Zona Econômica Exclusiva (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM).

O Departamento de Gás Natural traçou sua estratégia de atuação para o exercício de 2011 em função das necessidades mais relevantes do setor de gás natural, quais sejam: garantir a adequada participação do gás natural na matriz energética brasileira, assegurar o abastecimento do mercado de gás natural no curto e no longo prazo e elevar a segurança energética do País. Com base nessas necessidades, foram definidas as seguintes ações prioritárias:

- a) Elaboração de Portarias do MME e propostas de Resolução do CNPE para conclusão da regulamentação da Lei do nº 11.909, de 4 de março de 2009;
- b) Elaboração da minuta de Decreto para regulamentação do Plano de Contingência de Suprimento de Gás Natural;
- c) Elaboração do Plano de Expansão da Malha de Transporte de Gás Natural, que norteará os processos licitatórios para a construção de novos gasodutos;
- d) Monitoramento do mercado de gás natural (oferta e demanda, preços, consumo por segmento, etc.);
- e) Acompanhamento do cumprimento, pela Petróleo Brasileiro S.A., do Termo de Compromisso (TC) para geração de energia elétrica em usinas termelétricas a gás natural;
- f) Proposição de diretrizes para aproveitamento do gás metano em minas de carvão;
- g) Elaboração das diretrizes para fomentar a redução da queima de gás natural;
- h) Interação com os fiscos estaduais e federal em questões tributárias relacionadas ao gás natural;
- i) Suporte à participação do MME em atividades relacionadas a assuntos internacionais;
- j) Apoio às atividades de pesquisa e de desenvolvimento do uso do hidrogênio como energético;
- k) Monitoramento dos empreendimentos relacionados ao setor de petróleo e gás natural que estão no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; e
- l) Enquadramento de empreendimentos ligados ao gás natural junto aos regimes especiais de incentivo (REIDI e REPENEC).

O Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo - DCDP traçou sua estratégia de atuação para o exercício de 2011 com base nas necessidades consideradas mais relevantes do setor de abastecimento nacional de combustíveis, quais sejam: novas especificações de combustíveis, atendimento à regulamentação da coleta de óleos lubrificantes usados ou contaminados, ampliação da infraestrutura e garantia do abastecimento nacional de combustíveis.

Com base nisso, foram definidas as seguintes ações prioritárias:

- a) Monitoramento das ações para a implementação de novas especificações de combustíveis, especificamente com relação ao diesel de baixo teor de enxofre, visando atendimento às exigências da legislação ambiental;
- b) Monitoramento das obras de implantação de novas refinarias, dos empreendimentos de modernização, qualidade e conversão nas refinarias que compõem o parque de refino brasileiro, de unidades petroquímicas e da construção de navios, visando a ampliação da infraestrutura de Abastecimento Nacional de combustíveis derivados de petróleo; e

- c) Monitoramento do setor de combustíveis derivados de petróleo, acompanhando e avaliando a capacidade de refino e sua utilização, o abastecimento interno, os fluxos de importação e exportação, os preços internos e internacionais e a política tributária afeta ao setor.
- d) Interação com os agentes da cadeia produtiva de óleo lubrificante, MMA e ANP, tendo como objetivo avaliar a coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado e propor, em consenso, a edição de uma nova portaria estabelecendo percentuais para o período 2012-2015.

O Departamento de Combustíveis Renováveis planejou como estratégia de atuação para o exercício 2011 as seguintes ações prioritárias:

- a) Monitoramento da produção e uso de biodiesel;
- b) Monitoramento da produção, uso, logística, importação e exportação de etanol;
- c) Proposição de políticas públicas voltadas a manter a participação do setor de combustíveis renováveis na matriz energética nacional;
- d) Coordenação e promoção de atos normativos que estejam alinhados à política energética nacional;
- e) Participação em Grupos Técnicos para dar suporte à estratégia brasileira de promoção da produção, uso e sustentabilidade dos combustíveis renováveis.

Cabe destacar que as prioridades acima descritas estão diretamente alinhadas com as atribuições conferidas ao Departamento constantes no Decreto n.º 5.627/2004. Ressalte-se, no entanto, que no tocante aos recursos ao fomento e ao desenvolvimento tecnológico dos combustíveis renováveis, constantes dos incisos IV e VI do art. 21 do referido Decreto, a participação do Departamento é de apoio à coordenação das atividades que é exercida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

SETOR DE PETRÓLEO – POLÍTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (DEPG)

- a) Acompanhamento e assessoramento técnico ao Gabinete do Ministro durante a tramitação, no Congresso Nacional, dos Projetos de Lei com as adequações nas regras de distribuição dos royalties e da Participação Especial, relativos à produção de petróleo e gás natural, para a União e entes da Federação, tratando ainda de aprimoramentos do marco regulatório do regime de partilha de produção:

Tendo em vista o veto presidencial às cláusulas que tratavam da distribuição de royalties no regime de partilha de produção, o Poder Executivo tomou a iniciativa de enviar ao Congresso Nacional o PL Nº 8.051, de 22 de dezembro de 2010, como sugestão para preencher a lacuna ocasionada por este veto e de modo a propiciar a realização da primeira rodada na modalidade de partilha de produção.

Como desdobramento da proposta enviada pelo Poder Executivo, foi proposto no Senado Federal, o PLS nº 448/2011, agregando aqueles que tratavam de mesmo tema, o qual modifica as Leis nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 e 9.478, de 6 de agosto de 1997. Tal PLS estabelece o percentual de royalties no regime de partilha de produção em 15% e a distribuição das participações governamentais tanto no regime de partilha (royalties) quanto no regime de concessão (royalties e Participação Especial). A distribuição de royalties e Participação Especial contida no PLS nº

448/2011 amplia os percentuais a serem repartidos a Estados e Municípios não produtores, por meio do Fundo de Participação dos Estados-FPE e do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, implicando na redução dos percentuais a serem pagos a Estados e Municípios confrontantes com áreas produtoras e ainda para a União. Os Estados e Municípios confrontantes e ainda os Municípios afetados poderão optar por receber as participações governamentais relativas à produção na sua área de interesse ou pelas regras do FPE e FPM, respectivamente.

Como proposto, os recursos distribuídos pelas regras do FPE e FPM deverão ser utilizados nas áreas de educação, infraestrutura social e econômica, saúde, segurança, programas de erradicação da miséria e da pobreza, cultura, esporte, pesquisa, ciência e tecnologia, defesa civil, meio ambiente, em programas voltados para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e para o tratamento e reinserção social dos dependentes químicos, com base em legislação pertinente dos Entes Federados.

Assim, no ano de 2011 o DEPG acompanhou e assessorou o Gabinete do Ministro durante a tramitação no Congresso Nacional, cujo trabalho demandou a realização de diversas simulações para a distribuição das participações governamentais, considerando diferentes alíquotas e diferentes formas de distribuição aos Entes Federados. As simulações e os estudos realizados subsidiaram a produção da Nota Técnica DEPG nº 85/2011 a qual sugere à Assessoria Parlamentar do MME que atue no sentido contribuir para que os pontos de aprimoramento relacionados na análise técnica do texto aprovado do PLS nº 448/2011, no Senado, sejam implementados na Câmara dos Deputados.

- b) Implementação do Novo Marco Regulatório (minutas do Contrato e do Pré-Edital para o regime de partilha de produção, e Estatuto da PPSA):

No exercício de 2011 o Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural (DEPG) atuou principalmente na implementação do novo marco legal para o setor de petróleo e gás natural, tendo em vista as descobertas de elevado potencial e baixo risco exploratório ocorridas na província petrolífera do Pré-Sal. A Lei nº 12.351/2010, que concentra as principais mudanças para o setor nacional de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás (O&G), estabelece para as áreas não licitadas do polígono do Pré-Sal e outras áreas estratégicas que venham a ser descobertas, o regime de partilha de produção, e cria o Fundo Social. Para todo o restante do território, que corresponde a cerca de 98% da área total das bacias sedimentares brasileiras em terra e mar, fica mantido o regime de concessão estabelecido pela Lei nº 9.478/1997.

Outras duas leis complementam este novo marco regulatório do setor petrolífero: a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, que autorizou a União a ceder onerosamente à Petrobras Brasileiro S.A. – Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de cinco bilhões de barris de óleo equivalente (boe) em áreas de elevado potencial petrolífero na região do Pré-Sal, em contrapartida ao aumento participação total do Estado brasileiro (União, BNDESPar, BNDES, Fundo de Participação Social e Fundo Soberano) de 40% para 47,8% do capital social da Petrobras, preservando a participação majoritária da União na companhia; e, a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autorizou o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), a qual representará a União nos consórcios para exploração e produção na região do Pré-Sal.

Destacam-se os trabalhos realizados para aprimorar o Contrato de Cessão Onerosa, firmado com a Petrobras, onde estão sendo discutidos aperfeiçoamentos na Política de Conteúdo Local, bem como adequação das exigências para os projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Com esse novo arcabouço legal e sua respectiva regulamentação, espera-se que, a partir de 2012, possa ser realizada a primeira licitação nesse novo modelo de partilha de produção. Para tanto, o DEPG vem trabalhando, em Grupos de Trabalho específicos onde participam representantes da

CC/PR, MF, ANP, EPE e MME (CONJUR e ASSEC), na elaboração das minutas do Estatuto da PPSA, do Edital e do Contrato de Partilha de Produção, além das discussões no Congresso Nacional acerca dos critérios para a distribuição das parcelas de royalties e Participação Especial entre Estados, Municípios e a União. Ressalta-se que a 1ª licitação de áreas na região do Pré-Sal, que permitirá a atração de investimentos e o desenvolvimento de políticas públicas com base em recursos do Fundo Social, como por exemplo, o de incentivo à participação da indústria nacional nos projetos e a alavancagem da pesquisa e desenvolvimento, não poderá ser realizada sem que sejam estabelecidos os parâmetros econômicos dos contratos de partilha, onde se inclui o percentual de royalties e demais participações governamentais.

c) Readequação do planejamento para a realização da 11ª Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios para petróleo e gás natural no modelo de concessão:

O MME, em conjunto com a ANP, deu continuidade aos preparativos para a realização da 11ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, por meio da atualização dos estudos realizados em 2009. Essa Rodada visa possibilitar a continuidade das atividades exploratórias em bacias maduras, de modo a promover a manutenção das atividades de exploração e produção, e aumentar o conhecimento geológico em bacias sedimentares de novas fronteiras. Para seleção dos blocos a serem ofertados, foram observadas as seguintes diretrizes:

- Não ofertar blocos localizados sobre o Pré-Sal e adjacências ou em bacias com grande potencial de descobertas;
- Não ofertar blocos localizados em áreas ambientalmente sensíveis;
- Manter as atividades exploratórias em bacias maduras;
- Estimular a indústria nacional por meio da exigência de Conteúdo Local - critério de julgamento das ofertas, mantendo os critérios estabelecidos no Edital e no Contrato da 10ª Rodada de Licitações;
- Incrementar as atividades na margem equatorial do País;

Para tanto, estão sendo propostos para compor a 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, a partir dos estudos encaminhado pela ANP, a oferta de 122,7 km² de área nas bacias da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará, Potiguar, Sergipe-Alagoas, Parnaíba, Recôncavo e Espírito Santo, totalizando 174 blocos, em 17 setores de 9 bacias sedimentares. Os blocos relacionados para oferta já foram analisados e aprovados pelo IBAMA e pelos órgãos ambientais estaduais.

Relativamente à 3ª Rodada de Licitação de Campos com Acumulação Marginal, que teve sua realização autorizada pela Resolução CNPE nº 10/2008, a ANP, visando avaliar o interesse nas áreas disponíveis para o certame, optou por colocar as áreas pré-selecionadas para oferta em consulta pública no seu sítio na internet. Esta modalidade mostra-se uma real oportunidade de investimentos para pequenas e médias empresas atuarem nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, funcionando como incubadora de empresas nacionais para este segmento e contribuindo para o fortalecimento da economia regional com geração de renda e empregos.

d) Aprimoramento da Política de Participação da Indústria Nacional de Bens e Serviços nos Empreendimentos de E&P para áreas do Pré-Sal, objetivando os contratos de cessão onerosa e de partilha de produção:

Relativamente aos estudos para aprimoramento da política de participação da indústria nacional de bens e serviços nos empreendimentos de exploração e produção para áreas do Pré-Sal, objetivando os contratos de cessão onerosa e de partilha de produção, houve intensa participação do DEPG,

aproveitando a experiência de condução de trabalhos sobre Conteúdo Local (CL) no âmbito do PROMINP.

O Contrato de Cessão Onerosa firmado com a Petrobras incluiu aperfeiçoamentos nesta política, uma vez que prevê o aumento do CL ao longo do tempo do contrato, bem como uma adequação das exigências, a esse título, para os itens e subitens dos subsistemas que compõem os projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural. Os aperfeiçoamentos incluíram ainda as especificidades de equipamentos necessários para a exploração do Pré-Sal, que se associam, por exemplo, às características do óleo daquela região, à profundidade dos reservatórios e à lâmina d'água que lhe é associada.

Os estudos em andamento objetivam introduzir estas melhorias também nos contratos de partilha de produção, cuja minuta encontra-se em preparação, e na revisão a ser feita no Contrato de Cessão Onerosa. A SPG/MME vem conduzindo reuniões com a Petrobras, principal empresa demandante dos bens e serviços, a ANP, o BNDES e as Associações de Classe que fazem parte do PROMINP, objetivando colher todas as informações necessárias para o aprimoramento almejado.

Essas melhorias deverão ser levadas, em uma próxima fase, para os contratos de concessão com risco exploratório. Para tanto, serão somadas a esses estudos as informações levantadas pela Agência no processo de Certificação do Conteúdo Local. Serão ainda aproveitados os projetos coordenados pelo MME no âmbito do PROMINP para ampliar o debate sobre essa nova sistemática perante o mercado.

Assim, o DEPG conduziu em 2011 reuniões com as diversas associações, as quais representam a indústria e que são integrantes do PROMINP, com a Petrobras e com a ANP, de modo a implementar o disposto no inciso I do Art. 9º da Lei nº 12.351/2010 (Lei da Partilha), o qual determina que o ritmo de oferta de blocos sob o regime de partilha de produção deverá estar vinculado à capacidade de fornecimento de bens e serviços pela indústria nacional.

Dentre as soluções em curso para esta questão encontram-se a indicação dos percentuais de CL a serem exigidos na licitação das áreas do Pré-Sal e na revisão da Cessão Onerosa, bem como a proposta para bonificação/penalização pelo atingimento ou não desses índices pelos operadores dos contratos de E&P, em conformidade com a legislação vigente.

Ressalta-se que o DEPG continuará a auxiliar o Governo na condução da política para o aumento do conteúdo local de bens e serviços do setor petrolífero, executada por meio do PROMINP e dos contratos de concessão e de cessão onerosa e, num futuro próximo, por meio dos contratos de partilha de produção. Essa política tem possibilitado a reativação da indústria brasileira, em especial a naval, conforme demonstram as encomendas de plataformas e navios feitas no mercado nacional, com ampla divulgação na imprensa.

- e) Elaboração de sistemática para o Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos de Petróleo e Gás:

Estão sendo desenvolvidos pelo Governo Federal, no âmbito do Comitê Temático de Meio Ambiente – CTMA do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, oito projetos que tratam da melhoria da gestão ambiental e aperfeiçoamento do licenciamento ambiental dos empreendimentos de petróleo e gás. Dentre estes, destaca-se o projeto MA 08, denominado “Desenvolvimento das Bases Ambientais para o Planejamento da Outorga de Blocos Exploratórios”, que é coordenado pelo DEPG. O Projeto MA 08 possui em sua composição

representantes dos seguintes órgãos/instituições: MME, MMA, Petrobras, IBP, ANP, EPE, IBAMA, ICMBio, OEMAs, BNDES e ABPIP.

O objetivo do Projeto MA 08 é apresentar proposta de um modelo que inclua a avaliação ambiental no planejamento da outorga dos blocos exploratórios, visando o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos e conferindo maior previsibilidade e segurança jurídica para o processo. O pressuposto desse projeto é de que a introdução de instrumentos de avaliação e planejamento possam se constituir em referenciais para tomada de decisão, os quais venham a simplificar e otimizar o processo de licenciamento ambiental, ao invés de criar mais etapas burocráticas. Tal pressuposto, além de racionalizar o processo de licenciamento ambiental, possibilitará uma melhor alocação dos recursos disponibilizados para os serviços ambientais necessários à implantação dos Programas de Gestão Ambiental nessas áreas produtoras.

Destaca-se também o Projeto MA 07, denominado “Padronização, harmonização e aperfeiçoamento do licenciamento ambiental de empreendimentos do setor de petróleo e gás”, sob a coordenação da Secretaria Executiva – SECEX do MMA. Este projeto objetiva buscar a padronização, harmonização e aperfeiçoamento dos procedimentos do licenciamento ambiental incluindo a articulação dos procedimentos entre os atores governamentais envolvidos.

Desta forma, foram realizadas, em 2011, oficinas de trabalho referentes aos projetos, nas quais foram avaliadas e detalhadas as alternativas ao novo modelo. Para alcançar os objetivos propostos nesses dois projetos, mostrou-se necessária a alteração na legislação ambiental vigente no País. Assim, os resultados alcançados se consubstanciaram em propostas de minutas de decreto que foram submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica do MME para então serem encaminhados à Casa Civil da Presidência da República.

- f) Atualização do relatório e mapas do Projeto Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, objetivando sua publicação pelo MME:

Cabe ainda mencionar a atuação do DEPG com relação ao Projeto Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, que foi um dos produtos do Convênio Nº 039/2005 MME/EPE. Esse projeto teve como objetivo definir as áreas prioritárias para o desenvolvimento de atividades do setor de Petróleo e Gás Natural, para subsidiar a Política Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, definida pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, com base na coleta, no processamento e na produção de informações úteis para a representação da Importância Petrolífera de Áreas - IPA, indicando o grau de prioridade das áreas do território nacional para o desenvolvimento de atividades da indústria do petróleo e gás natural.

Na ponderação da definição do IPA, são considerados, entre outros elementos:

- Infraestrutura de abastecimento de petróleo e seus derivados e de gás natural;
- Campos existentes de petróleo e/ou gás natural;
- Concessões para exploração de petróleo e gás natural;
- Evidências diretas da existência de petróleo e/ou gás natural fora de campos ativos;
- Avaliação de possíveis prospectos com base no conhecimento disponível das bacias sedimentares; e
- Avaliação do grau de necessidade de conhecimento das bacias sedimentares quanto aos controles geológicos regionais para a formação de jazidas de petróleo e/ou gás natural.

Os principais produtos desse projeto são o relatório executivo, que traz uma descrição da metodologia utilizada, e o mapa da importância petrolífera de áreas – IPA, o qual é construído sobre uma base de dados georreferenciada e abrange todo o território nacional.

Para a atualização do relatório e mapa, para comporem publicação do MME, foi coordenado por este Ministério o ajustamento do termo de confidencialidade para o intercâmbio de informações de caráter sigiloso entre a ANP, o MME e a EPE. Nesses termos, a análise da proposta para o acordo de confidencialidade foi realizada pela CONJUR/MME e Assessoria Jurídica da EPE, tendo os termos sido assinados entre os órgãos em dezembro de 2010, o que propiciou a atualização propriamente dita do Projeto Zoneamento em 2011.

Destaca-se que na edição do PPA 2012-2015 ficou estabelecido que o Projeto será a principal ferramenta para o planejamento do desenvolvimento e da manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás.

- g) Discussão e elaboração das diretrizes para a definição de Políticas para aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no País:

Em setembro de 2010, em meio às discussões sobre as modificações no marco regulatório do setor petróleo e gás, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás – ABPIP sugeriu a elaboração e implantação de políticas para o desenvolvimento da produção de petróleo e gás voltada para os produtores independentes. O DEPG, após a exposição dos motivos realizada pela associação, solicitou a apresentação de proposta formal contendo todas as reivindicações pertinentes.

No Congresso Nacional, a iniciativa da ABPIP resultou na redação constante do artigo 65 da Lei 12.351/2010, cujo texto dá prazo para a elaboração de política voltada para o aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás no País. Dessa forma, no início de 2011 o MME criou o GT - Pequenas e Médias Empresas, com a participação da ANP e Assessorias Econômica e Jurídica do MME, com o objetivo de se aprofundar as discussões para a elaboração de políticas e medidas específicas visando o atendimento do prazo constante em Lei. O resultado desses estudos será consubstanciado em resolução a ser emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

- h) Acompanhamento das discussões e elaboração de propostas para o Plano Nacional de Contingência:

O Plano Nacional de Contingências para incidentes de poluição por óleo nas águas jurisdicionais brasileiras – PNC, a ser criado por meio de Decreto Presidencial, teve sua elaboração iniciada no ano de 2010, objetivando regulamentar o parágrafo único do art. 8º da Lei 9.966, de 28 de abril de 2000.

O PNC é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e conta com a participação de técnicos do DEPG e de outras entidades do setor, os quais estão encarregados de sua elaboração, com o objetivo de minimizar os eventuais danos ambientais de incidentes de poluição por óleo em nível de significância nacional. Este Plano definirá a estrutura organizacional e as diretrizes que permitirão aos órgãos do setor público e entidades privadas atuarem de maneira coordenada, de modo a ampliar a capacidade de resposta em incidentes desta natureza, os quais possam vir a afetar as águas jurisdicionais brasileiras.

Encontra-se em fase de finalização a minuta de decreto, contendo a estrutura organizacional nacional que permita aos órgãos do poder público e entidades privadas atuar de maneira coordenada para contenção e resposta em incidentes de poluição por óleo, de forma a minimizar os danos ambientais, o qual será submetido à análise da Consultoria Jurídica do MME.

- i) Acompanhamento dos estudos que subsidiarão a proposta brasileira para a ampliação da Zona Econômica Exclusiva (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM):

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, de 1982, permitiu que países reivindicassem direitos sobre o oceano até 350 milhas náuticas de sua costa, além, portanto, da Zona Econômica Exclusiva, que atualmente é de 200 milhas.

Para que o aumento da Zona Econômica Exclusiva ocorra, os países signatários da convenção precisam entregar à ONU um mapeamento de sua Plataforma Continental. O Brasil encaminhou esse pedido à ONU em 2004, tendo esta Organização rejeitado a proposta três anos depois, após questionamento dos EUA. Nesta rejeição foi requisitado ao governo brasileiro que reformulasse o pleito, uma vez que a Organização não aceitou incluir 190 mil km² distribuídos em pontos isolados desde o Amazonas até a região Sul do País.

Dessa forma, o Brasil pretende apresentar nova proposta no primeiro semestre de 2012, após a finalização dos estudos que estão sendo realizados na Subcomissão relacionada ao Levantamento da Plataforma Continental – LEPLAC. Assim, o DEPG tem participado das Sessões Ordinárias realizadas no âmbito dessa Comissão, de modo a acompanhar a proposta brasileira para a ampliação da Zona Econômica Exclusiva, com vistas ao aproveitamento dos recursos petrolíferos e demais recursos naturais que, provavelmente, devem ocorrer em tal região.

SETOR DE GÁS NATURAL (DGN)

A Lei 11.909, de 04 de março de 2009, mais conhecida como “Lei do Gás”, e o Decreto 7.382, de 2 de dezembro de 2010, que a regulamentou, criaram um conjunto de responsabilidades para o Ministério de Minas e Energia – MME no que se refere ao planejamento do setor de gás natural no Brasil. Com o novo marco regulatório, passou a ser de competência do MME o planejamento da expansão da malha de transporte, a regulamentação das atividades de estocagem e armazenamento, o acesso regulado aos gasodutos e o tratamento legal aos aspectos da contingência no suprimento.

Dessa forma, o Ministério de Minas e Energia passou a ter a responsabilidade de elaborar o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País – PEMAT. O Plano consiste de um planejamento de médio e longo prazo para a instalação e ampliação de gasodutos e demais componentes da infraestrutura de transporte de gás natural. O planejamento será elaborado pelo MME com base em estudos da EPE que deverão conter, entre outros detalhes: propostas de traçados, de sistemas de compressão a serem instalados e de localização de pontos de entrega, bem como as estimativas de investimentos dos gasodutos.

Com o intuito de avaliar a recepção do marco regulatório pelo mercado e esclarecer dúvidas relativas à sua regulamentação, o MME, em conjunto com a EPE e a ANP, realizou o seminário “Gás Natural – A Lei do Gás e o Planejamento de Expansão da Malha de Transporte”. Ocorrido em 29 de novembro de 2011 nas dependências do MME, o evento contou com a presença de cerca de

200 participantes e apresentou, entre outros temas relacionados, o processo de regulamentação da Lei e do Decreto e as metodologias utilizadas pela EPE para a elaboração dos estudos de expansão da malha de transporte de gás que serão utilizados para subsidiar o PEMAT, a ser publicado pelo Ministério de Minas e Energia.

A Lei do Gás modificou, ainda, o art. 23 da Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), que trata das atividades de produção e exploração de petróleo e gás natural, incluindo novo dispositivo que permite a outorga de concessão para o aproveitamento do gás metano que ocorra associado a depósitos de carvão mineral. Em razão da interdisciplinaridade do tema e visando delinear as competências entre os órgãos do setor de gás natural e do setor mineral, especialmente a ANP e o DNPM, e também definir as bases de futura regulamentação do aproveitamento do gás a partir de depósitos de carvão mineral, foi constituído, em 2010, Grupo de Trabalho – GT para análise do assunto. O GT foi composto por representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Serviço Geológico do Brasil) – CPRM e do Ministério de Minas e Energia – MME. Em 2011, esse GT concluiu a primeira etapa dos estudos de delineamento conceitual das técnicas envolvidas no processo de extração de gás natural de jazidas de carvão. No âmbito do MME, a proposta foi consolidada e submetida à apreciação dos demais órgãos envolvidos.

Durante o ano de 2011, o DGN monitorou, permanentemente, as condições de atendimento do mercado brasileiro de gás natural, tendo publicado, mensalmente, o Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural. Esse documento é resultado de um esforço do Departamento de Gás Natural no sentido de compilar as informações mais relevantes do setor, apresentando-as em um formato de fácil leitura e de consulta rápida, que possa subsidiar àqueles que desejam acompanhar os diversos aspectos da indústria do gás natural no Brasil. A elaboração do Boletim é feita a partir da coleta de dados junto aos diversos agentes do setor, tais como a PETROBRAS, a ANP e os Distribuidores Estaduais de Gás Natural. Com todas essas informações, apresentadas de uma forma compacta, tem-se uma fotografia do momento atual da indústria de gás natural nos seus mais diversos aspectos, o que torna o boletim uma ferramenta muito útil para acompanhar o desenvolvimento do setor. A publicação é distribuída mensalmente para mais de trezentos e sessenta contatos ligados ao setor de gás natural. A partir de 2009, foi disponibilizada ao público por meio do sítio do Ministério de Minas e Energia na internet. A edição de dezembro de 2011 foi a de número 57.

O DGN também acompanhou, por meio do monitoramento diário dos níveis de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, as condições de suprimento às UTEs a gás natural que integram o Termo de Compromisso (TC) . Essa atividade possibilita a detecção de eventuais gargalos no fornecimento de gás natural à geração termelétrica. O Termo de Compromisso, firmado entre a ANEEL e a PETROBRAS, tem como objetivo estabelecer a adequação entre a capacidade de geração termelétrica e a capacidade de suprimento de combustível para essa geração, por meio do cumprimento de um conjunto de ações pela PETROBRAS para proporcionar, ao Sistema Interligado Nacional – SIN, a garantia de oferta de gás natural para geração de energia elétrica, tal como previsto no cronograma do referido Termo. A partir deste monitoramento, constatou-se que, no ano de 2011, não houve nenhuma semana operativa em que as disposições do Termo de Compromisso tenham sido descumpridas.

Em 2011, o DGN também monitorou os preços do gás natural nacional e importado bem como os preços do gás natural praticados pelas distribuidoras estaduais, avaliando a competitividade desse combustível frente aos energéticos alternativos.

Em 2011, o DGN finalizou o estudo iniciado no ano anterior com relação à queima de gás natural. Destaca-se que o resultado desse estudo foi a consolidação de nota técnica reunindo assuntos relacionados à análise dos motivos técnicos e operacionais da queima de gás natural nas unidades de produção, à obtenção e análise de dados históricos sobre a produção e queima de gás natural no Brasil e em outros países, à obtenção e análise de informações relativas aos dispositivos legais em vigor no Brasil e em outros países, à análise sobre experiências internacionais visando à redução da queima de gás natural, à criação de bases que servirão de subsídio para a elaboração de futura política sobre a queima de gás natural no Brasil, além de aspectos jurídicos relacionados a implementação de futura regulamentação. É importante salientar que, no intuito de aprofundar os aspectos jurídicos relacionados à implementação de futura regulamentação, a nota técnica foi remetida à Consultoria Jurídica do Ministério para análise, sendo que as contribuições da Consultoria serão agregadas à futura regulamentação.

No que se refere a políticas de incentivo fiscal para as atividades dos setores de petróleo e gás natural, destaca-se a alteração da Portaria do MME que retirou a exigência da Licença de Instalação dos procedimentos para enquadramento de projetos no REPENEC – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ainda no âmbito do REPENEC, foram aprovados no Regime os projetos da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados; Refinarias, entre elas Premium I e II e Construção de Complexo Acrílico. Instituído pela Lei 12.249, de 14 de junho de 2010, o REPENEC desonera de PIS/PASEP, COFINS e IPI, pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado. No que tange ao REIDI – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, foram aprovados os projetos de gasodutos e estações de compressão de gás natural. Quanto ao REIF – Regime Especial de Incentivo à Indústria de Fertilizantes, o MME remeteu ao Ministério da Fazenda a proposta de implementação do Regime Especial.

No que tange ao acompanhamento das atividades relativas ao uso do hidrogênio como insumo energético, houve a 16ª Reunião do Comitê Diretor da IPHE, sigla em inglês para Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio, realizada em Berlim, Alemanha, em novembro de 2011. Essa reunião foi precedida de uma mesa redonda para promover a aproximação entre empresas e instituições governamentais envolvidas no assunto. Nessas reuniões, foram relatadas as ações brasileiras voltadas para a expansão do uso do hidrogênio, entre elas os resultados obtidos com o Projeto Ônibus a Hidrogênio. Concebido a partir dos Convênios MME nº 009/2001 e FINEP nº 21.02.0058.00, firmados entre o MME e a EMTU/SP e o MME e a FINEP/MCT, respectivamente, e do Documento de Projeto PRODOC BRA/99/G32, celebrado entre o MME, a EMTU/SP, o PNUD e a ABC, o veículo foi fabricado em 2008 com a célula a combustível e tanques de armazenagem de hidrogênio. Em 2011, foi concluída a fase de testes com passageiros, rodando em um corredor de ônibus na região metropolitana de São Paulo. A estação de produção e abastecimento de hidrogênio, que também integra este Projeto, já está construída e encontra-se em fase de preparativos para o comissionamento. Ainda no âmbito deste Projeto, em junho de 2011, foi celebrada a prorrogação da vigência dos convênios e do PRODOC até dezembro de 2014, e em dezembro de 2011, foi assinado o contrato para a aquisição de mais 3 ônibus a célula a combustível hidrogênio.

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Em relação ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, a SPG integra o Grupo Gestor do Programa no âmbito do MME – GGPAC/MME, instituído pela Portaria MME nº 30, de 05/02/2007, juntamente com a SPE, a SEE, a SGM, a SE e o Gabinete do Ministro. As motivações para a criação deste grupo estavam na necessidade de promover mecanismos de articulação efetiva entre os Órgãos e Empresas vinculados a este Ministério em torno das ações de competência de cada um dos segmentos de atividades envolvidos e na necessidade de definir processos, rotinas, procedimentos e meios necessários a garantir êxito absoluto na implementação das ações do MME, integrantes do PAC.

Os relatórios de execução de cada empreendimento são enviados aos coordenadores, incluindo um representante da SPG, que consolidam as ações e disponibilizam as informações sobre o andamento dos programas para o GGPAC/MME. Cumpre registrar que a Coordenação das ações relacionadas ao Programa no âmbito do Ministério de Minas e Energia é da responsabilidade do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia e que a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG, por meio do Departamento de Gás Natural, acompanha, desde a criação do Programa, as obras relacionadas às áreas de petróleo e gás natural.

Esses empreendimentos têm por objetivo assegurar a manutenção da autossuficiência na produção de petróleo, bem como a redução da dependência externa para o abastecimento doméstico de gás natural, com destaque para as áreas:

Autossuficiência

Principais descobertas no Pré-sal

- 25/01/2011 – Nova descoberta no bloco BM-S-9, em poço descobridor na área de Carioca (o bloco é composto por duas áreas de avaliação Guará e Carioca);
- 15/02/2011 – Descoberta de nova acumulação de petróleo de boa qualidade (26° API) nos reservatórios do pré-sal da Bacia de Santos;
- 01/03/2011 – Conclusão da perfuração do poço exploratório localizado na área do Plano de Avaliação de Iara, no pré-sal da Bacia de Santos, confirmando óleo de boa qualidade;
- 11/04/2011 – Teste de formação no poço de GUARÁ NORTE, confirmando expectativas de alta produtividade na Bacia de Santos – potencial de 50 mil barris de petróleo por dia;
- 19/04/2011 – Notificação, pela OGX, de petróleo no Bloco C-M-466, na Bacia de Campos, locação ITAIPU;
- 28/04/2011 – Nova acumulação de óleo na Bacia de Campos, perfurado no campo de Albacora;
- 28/06/2011 – Consórcio Petrobras – 30%, Repsol Sinopec – 35%-operadora e Statoil – 35% – descobriu dois níveis de petróleo de boa qualidade no poço exploratório GÁVEA na Bacia de Campos;
- 27/07/2011 – Confirmado óleo de boa qualidade (27° API) no Bloco BM-S-9, na Bacia de Santos, locação GUARÁ SUL;
- 16/08/2011 – nova acumulação de petróleo no Bloco S-M-172, na Bacia de Santos, locação TINGUÁ;

- 06/09/2011 – nova acumulação de petróleo no Bloco C-M-592, na Bacia de Campos, locação OSORNO;
- 20/09/2011 – nova acumulação de petróleo no Bloco BM-C-25, na Bacia de Campos, locação CORRUPIÃO;
- 09/11/2011 – Perfuração do 1º poço da Cessão Onerosa comprovou a extensão dos reservatórios de óleo localizados a noroeste do poço descobridor da área de Franco, no pré-sal da Bacia de Santos;
- 11/11/2011 – Nova descoberta e Declaração de Comercialidade na área de Carioca, com petróleo de boa qualidade, de cerca de 28° API;
- 29/11/2011 – Conclusão do poço informalmente denominado Biguá, na área do Plano de Avaliação da Descoberta do 1-BRSA-532A-SPS (Bem-te-vi) na Bacia de Santos, onde foi encontrado petróleo de boa qualidade, de cerca de 25° API; e
- 29/12/2011 – Declarada a comercialidade na área de Guará na Bacia de Santos

Principais descobertas no Pós-sal

- 08/06/2011 – descoberta no Bloco BM-PAMA-3, na Bacia Pará-Maranhão, área de nova fronteira petrolífera;
- 09/06/2011 – descoberta de BRIGADEIRO no bloco BM-ES-23, na Bacia do Espírito Santo;
- 04/07/2011 – descobertas de PÉ-DE-MOLEQUE e QUINDIM no bloco BM-ES-23, na Bacia do Espírito Santo;
- 21/09/2011 – descoberta de BARRA, confirmando nova província petrolífera em águas ultraprofundas na Bacia de Sergipe-Alagoas;
- 03/11/2011 – descoberta de uma nova acumulação de gás no pós-sal da Bacia do Espírito Santo, na Concessão BM-ES-21;
- 23/11/2011 – Descoberta de óleo de boa qualidade no sul da Bacia de Santos, através do poço informalmente conhecido como Patola, na área conhecida como Tiro e Sidon; e
- 23/11/2011 – Descoberta de óleo de boa qualidade através do poço informalmente conhecido como Tucura, situado entre os campos de produção de Voador e Marlim na área do Complexo de Marlim na Bacia de Campos.

Execução de Testes de Longa Duração

- 22/02/2011 – Conclusão do Teste de Longa Duração (TLD) de Tiro e Sidon;
- 23/02/2011 – Início do TLD do reservatório de Tracajá, na área do pré-sal do campo de Marlim Leste, na Bacia de Campos;
- 18/04/2011 – Início do TLD da área de Brava, no pré-sal da Bacia de Campos, na área da Concessão de Produção do campo de Marlim;
- 28/04/2011 – Início do TLD na área nordeste do Campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos; e
- 28/06/2011 – Início do TLD na área de Aruanã, no pós-sal da porção sul da Bacia de Campos
- 12/10/2011 – Início do TLD em Carioca – NE, com o FPSO Dynamic Producer.

Início da produção

- Abril/2011 – Início da produção no Campo de Peregrino, na Bacia de Campos;
- 19/04/2011 – Início do escoamento da produção de Gás Natural do Campo de Mexilhão; e
- 15/08/2011 – Início da produção da Plataforma P-56, no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos (RJ).

Das 29 ações relacionadas à Autossuficiência, 5 tiveram suas obras iniciadas e 3 entraram em operação em 2011:

Início de obras

- Março/2011 – Gasoduto de escoamento – Sul/Norte Capixaba;
- Maio/2011 – Pré-Sal – Replicante 1 – P-66;
- Agosto/2011 – Baleia Azul Piloto Pré-sal (FPSO Anchieta);
- Agosto/2011 – Sapinhoá Módulo 2 – FPSO Ilha Bela; e
- Setembro/2011 – Área do Poço 4-BRSA-711-RJS - FPSO Mangaratiba
-

Entrada em operação

- Abril/2011 – Campo de Mexilhão;
- Abril/2011 – FPSO S.VICENTE – campanha de TLDs; e
- Agosto/2011 – Plataforma P-56 – Campo Marlim Sul Módulo 3.
-

No cômputo das ações acima citadas, não foram consideradas 09 ações continuadas, voltadas ao Desenvolvimento da Produção de Bacias, Exploração Pré e Pós-Sal, que totalizam investimentos de R\$ 568.341,10 milhões, sendo R\$ 91.229,90 milhões entre o período de 2011 a 2014.

Construção das infraestruturas logísticas para o Pré-sal

Inseridos no PAC em 2011, estas infraestruturas logísticas para o Pré-sal se encontram em fase de ação preparatória:

- Infraestrutura no Aeroporto em Itaguaí;
- Infraestrutura no Aeroporto em São Tomé;
- Infraestrutura na Base Aérea de Santos;
- Infraestrutura na Base portuária no Espírito Santo;
- Infraestrutura no Porto em Itaguaí; e
- Infraestrutura no Porto em Santos.

Refino, Petroquímica e HBIO

No ano de 2011 foram alcançados os seguintes resultados:

- ✓ Refinaria Abreu e Lima
 - Concluído Píer em 30/03/2011;
 - Concluída terraplanagem em 02/04/2011;
 - Torres de Destilação assentadas em 30/07/2011;
 - Entrega de 14 TQs da estação de tratamento de água; e
 - Obra em andamento com 47,50% realizados.
- ✓ Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
 - Iniciadas obras civis das unidades HDT Diesel e Querosene em 23/03/2011;
 - TQs (produtos, intermediários): Iniciada as obras em 12/07/2011;
 - Iniciada as obras da estrada principal em 31/07/2011;
 - HDT Nafta de Coque: Iniciada as obras civis em 03/08/2011; e
 - Obra em andamento com 27,60% realizados;
- ✓ Refinaria Premium I – MA;
 - Iniciado em 30/03/2011 o Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ) em 5 municípios: Bacabeira, Rosário, Santa Rita, Icatu e Morros;
 - Emitida a LI em 18/05/2011;

- 29/06/2011 – Publicada no DOU a Portaria MME nº 382, enquadrando a Refinaria Premium I no REPENEC;
 - 30/10/2011 – Removidos os trechos das linhas de transmissão que passam pela refinaria;
 - 16/12/2011 – Celebrado o Termo de Compensação Ambiental (TCCA) com a Secretaria do Meio Ambiente do Maranhão;
 - 19/12/2011 – Concluído a realocação da comunidade de Salvaterra;
 - 26/12/2011 – Celebração de convênio com a prefeitura de Bacabeira para realização de obras de infraestrutura social e educacional; e
 - Terraplanagem em andamento com 31,76% realizados, e 1,2% realizado do total da obra.
- ✓ Refinaria Premium II – CE
- Obtida a LP junto à SEMACE em 11/05/2011;
 - 29/06/2011 – Publicada no DOU a Portaria MME Nº 383, enquadrando a Refinaria Premium II no REPENEC;
 - 05/09/2011 – Recebido Ofício FUNAI PRES 333/11, registrando que não há tradicionalidade indígena na área do CIPP;
 - 23/11/2011 – Emitida pela SEMACE a autorização para instalação das cercas e guaritas;
 - 13/12/2011 – Emitida, pela FUNAI, a Anuência para Supressão Vegetal na área administrativa; e
 - Concluída a licitação para cercas e guaritas em 03/10/2011.
- ✓ Petroquímica de Suape
- Concluídas as fundações e iniciada montagem de estruturas metálicas da PET-JAN/2011; e
 - Obra em andamento com 83,50% realizados.

A nova carteira de projetos é composta de 29 empreendimentos; destes, 8 encontram-se em operação ou concluído e 13 em obras.

Obras iniciadas em 2011:

- ✓ Dutos e Terminais junto ao Plano de Diretor de Dutos de São Paulo – PDD-SP:
- Setembro/2011: Iniciadas as obras do projeto *PDD-SP Petróleo para RECAP GLP para RECAP/Untingas*;
 - Dezembro/2011: Iniciadas as obras do projeto *PDD-SP Sistemas de Dutos de Claros, Escuros e Desativados*.
- ✓ Refino - Modernização e Ampliação:
- Junho/2011 – REGAP – Conversão
 - Novembro/2011 – REPLAN – Conversão
- Ações em operação em 2011:
- Janeiro/2011 – RPBC - Qualidade
 - Agosto/2011 – REDUC – Qualidade

Ação concluída em 2011:

- Junho/2011 – REGAP - Qualidade

Navios e Sondas de Perfuração

Merecem destaque os seguintes resultados alcançados e previstos:

- PROMEF I (Construção de 23 Navios Petroleiros):
 - ✓ PROMEF I - LOTE 03:
 - 18/02/2011 – Início do processamento do aço.
 - ✓ PROMEF I - LOTE 04:
 - 30/06/2011: Lançamento ao mar do 3º navio (Rômulo Almeida); e
 - 25/11/2011: entrega do 1º navio.
- PROMEF II (Construção de 26 navios):
 - ✓ PROMEF II - Lote 05 (8 navios Gaseiros):
 - 17/11/2011 – Entrada em eficácia dos contratos.
 - ✓ PROMEF II - Lote 07 (3 navios tipo Bunker - capacidade 4.000 m³):
 - 26/04/2011 – Início do processamento do aço.
 - ✓ Restam 8 navios a contratar no PROMEF II – Em fase de Licitação:
 - PROMEF II - Lote 03 (3 navios tipo Produtos Claros - 45 mil tpb); e
 - PROMEF II - Lote 04 (5 navios de produtos - 03 de claros e 02 de escuros).
- Construção de sondas:

A construção das 28 sondas, foi dividida em 2 lotes:

 - ✓ Construção das sondas de perfuração – Lote 1 (07 Sondas):
 - Autorizado pela diretoria Executiva da Petrobras a contratação da construção das 07 sondas em 10/02/2011;
 - Assinada a Carta de Intenção com EAS em 04/04/2011;
 - Assinado contrato de Afretamento com a Sete Brasil em 15/06/2011; e
 - Realizado Kick-off Meeting com o EAS em 14/07/2011.
 - ✓ Construção das sondas de perfuração – Outras Sondas:
 - Processo licitatório cancelado pela DE, devido às elevadas taxas diárias apresentadas em 07/04/2011;
 - Aprovado pela DE o início do processo licitatório para contratação de até 21 sondas - JUNHO/2011;
 - Publicado edital da licitação em 03/06/2011; e
 - Recebimento e abertura das propostas comerciais em 03/10/2011.
- Construção de 8 FPSO's para o pré-sal:
 - ✓ Pré-Sal – Replicante 1 – P-66:
 - Obra iniciada com a construção do casco no Estaleiro Rio Grande/RS em 16/05/2011;
 - Início da montagem dos blocos do navio em 05/07/2011;
 - Iniciado o processo para contratação dos Módulos e Integradores em 01/09/2011; e
 - Assinado contrato para aquisição dos compressores em 30/09/2011 e turbogeradores em 06/10/2011.

- ✓ Pré-Sal – Replicante 2 – P-67:
 - Início da montagem dos blocos do navio em 05/07/2011;
 - Iniciado o processo para contratação dos Módulos e Integradores em 01/09/2011; e
 - Assinado contrato para aquisição dos compressores em 30/09/2011 e turbogeradores em 06/10/2011.

- ✓ Para os demais replicantes (Replicante 2 ao 8) foi dado início, em julho de 2011, a montagem dos blocos do navio.

Gás Natural e Fertilizantes

A área de Gás Natural e fertilizantes compreende 13 ações contemplando empreendimentos da área de antecipação dos Projetos de Produção e Oferta de gás natural – PLANGAS, a ampliação da infraestrutura de transporte de gás natural e plantas de fertilizantes.

Destaques:

- 31/03/2011 – Conclusão do gasoduto Caraguatatuba – Taubaté com 96 km de extensão;
- 10/04/2011 – Iniciada a operação da Unidade de Ajustamento de Ponto de Orvalho (DPP) da Unidade de Tratamento de Gás Natural de Caraguatatuba (UTGCA);
- 19/07/2011 – Início da pré-operação com gás da Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural (UPCGN) da UTGCA;
- 10/08/2011 – Concluído o gasoduto GASPAL II com 60 km de extensão;
- 07/10/2011 – Concluído o gasoduto GASAN II com 38 km de extensão; e
- 31/10/2011 – Entrada em operação da 1ª etapa do empreendimento ARLA 32 – FAFEN BA.

Gás Natural

Compreende projetos de construção de dutos, implantação de serviços de compressão e construção de terminal de GNL. Do conjunto de 8 projetos, 4 estão em operação/concluído, 3 em obra e 1 em fase de ação preparatória ou licitação.

GASODUTOS CONCLUÍDOS	EXTENSÃO (km)	INÍCIO DE OPERAÇÃO
Caraguatatuba-Taubaté	239	Mar/2011
GASAN II	177	Out/2011
GASPAL II	198	Out/2011

Ações em operação em 2011:

- Abril/2011 – UTGCA – Unidade de Tratamento de gás de Caraguatatuba

Na área de Gás Natural Liquefeito, o projeto GNL - TERMINAL DE REGASEIFICAÇÃO DA BAHIA - TRBahia encontra-se em fase de ações preparatórias e possui investimentos da ordem de R\$ 1,2 milhões.

Fertilizantes

Para a segunda fase do PAC, foram inseridas 3 novas plantas de fertilizantes e mais 2 ampliações em plantas existentes. Das 5 ações, 2 encontram-se em obra e as demais em fase de ação preparatória ou licitação. Quanto às plantas de fertilizantes, merece destaque o projeto da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados III, em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, que tem como objetivo desenvolver uma planta de produção de amônia e ureia a partir do gás natural. Este projeto foi aprovado para enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC, criado pela Lei 12.249 de 14/06/2010, regulamentado pelo Decreto 7.320 de 29/09/2010 e pelas Portarias MME 858 e 857 de 18/10/2010.

Destes empreendimentos, um se encontra em operação (ARLA 32 – FAFEN BA – 31/10/2011), dois em obra e os demais em fase de ação preparatória.

SETOR DE COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DO PETRÓLEO (DCDP)

Proconve

No ano de 2011, o MME monitorou o abastecimento do diesel S50 – 50 ppm de enxofre nas cidades listadas no acordo judicial e a substituição do diesel S1800 pelo S500 definidos pelo Ministério Público Federal – MPF, a fim de contribuir para o atingimento dos níveis de emissão exigidos pelo Proconve. A substituição do S1800 pelo S500 iniciou-se em 2009 de forma gradativa, prevendo 100% de substituição no ano de 2014. Até dezembro de 2011, o abastecimento nacional de diesel S50 e do S500 ocorreu de acordo com o quadro seguinte:

Cronograma de abastecimento nacional com diesel S50

DATA	LOCALIDADES
01.01.2009	Frota cativa de ônibus dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro
01.05.2009	Todos os veículos das regiões metropolitanas de Recife, Belém e Fortaleza
01.08.2009	Frota cativa de ônibus do município de Curitiba
01.01.2010	Frota cativa de ônibus da região metropolitana de São Paulo
01.01.2010	Frota cativa de ônibus dos municípios de Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre
01.01.2011	Frota cativa de ônibus da Baixada Santista, Campinas, S.J.dos Campos e Rio de Janeiro
01.01.2011	Substituição de 19,20% do diesel S1800 pelo diesel S500 em todo o país

Fonte: DCDP/SPG/MME

ARLA32

A partir de 2012, passa a ser exigido nos veículos novos a diesel (com motores de tecnologia SCR – Selective Catalitic Reduction) o consumo do ARLA32 a base de ureia que será adicionado no sistema de escapamento do veículo para neutralização dos efeitos nocivos de algumas emissões. De 2009 a 2011, o MME, juntamente com o MDIC, MMA, IBAMA e INMETRO, trabalhou na definição da norma de classificação do produto junto a Receita Federal, bem como na criação de um programa específico para o ARLA32, com normas sob o padrão ABNT e com fiscalização do

próprio INMETRO, para possibilitar a disponibilização do produto em todo o país a partir de 1º de janeiro de 2012. Em 2011, podemos destacar as seguintes ações:

- Estabelecimento dos procedimentos de fiscalização do Arla 32 pelo INMETRO;
- Plano de divulgação e logístico para a introdução do Arla 32 no país;
- Encaminhamento de pleito dos produtores de Arla 32 ao Confaz para tratar do ICMS; e
- Criação da sala de situação para monitorar a implementação do produto no país.

Fornecimento de combustíveis líquidos a termelétricas

Devido ao impasse relacionado à assinatura de contratos entre os fornecedores de combustíveis e as termelétricas contratadas por disponibilidade, foi necessária a atuação da SPG no sentido de buscar alternativas que resolvessem esses problemas. De acordo com o entendimento manifestado pelos agentes do setor de combustíveis, os valores das penalidades propostas impossibilitam a conversão dos termos de compromissos, apresentados à época dos leilões celebrados pela EPE, em contratos firmes de fornecimento de combustível.

No início de 2011, o tema foi objeto de reuniões entre MME, Aneel, Petrobras, Petrobras Distribuidora, ONS e EPE, onde foi possível definir uma solução definitiva ao entrave. Com a edição da Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010, o CNPE passou a ter competência para estabelecer diretrizes para previsão de penalidades por falta de combustível para agentes de geração de energia elétrica e supridores de combustível, considerando as características específicas de cada fonte energética. Tendo como base esta Lei, no primeiro semestre de 2011 foi aprovada uma Resolução pelo CNPE, a qual possibilita o equacionamento do problema, operacionalizando o acordo supracitado, e a conseguinte assinatura dos contratos definitivos de fornecimento de combustível. A implementação desta Resolução aguarda aprovação da Presidência da República.

OLUC

A Resolução CONAMA nº 362/2005 estabelece diretrizes para o recolhimento e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado – OLUC. Entre outras definições, cria um grupo de monitoramento permanente – GMP para o acompanhamento desta Resolução, coordenado do MMA.

Em 2011, o MME realizou uma série de reuniões com representantes dos produtores e importadores de óleo lubrificante básico e acabado, dos revendedores de óleo lubrificante acabado, dos coletores e rerrefinadores de OLUC, além da ANP e do MMA. Essas reuniões tiveram como objetivo a elaboração da minuta de uma nova Portaria Interministerial estabelecendo percentuais de coleta de OLUC a partir de 2012.

REPENEC

Em 2011, nove projetos foram aprovados para enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC, os quais somaram cerca de 85 bilhões em investimentos. O REPENEC suspende a cobrança do IPI, Imposto de Importação, Contribuições para o PIS/PASEP e PIS/PASEP-Importação, COFINS e COFINS-Importação, na aquisição de determinados bens e serviços a serem utilizados em novas plantas ou em projetos de ampliação nos setores de refino de petróleo, resinas petroquímicas e nitrato de amônia, conforme preconiza a Lei nº 12.249/2010.

No setor de refino de petróleo, foram aprovados os projetos de construção das Refinarias Abreu e Lima S.A., Premium I e Premium II, pertencentes à Petrobras, além da ampliação da Refinaria Lubnor e da modernização da Refinaria Isaac Sabbá – REMAN, também da Petrobras. Já no setor petroquímico, foram aprovados os projetos de aumento da capacidade de produção de óxido, da empresa Oxiteno Nordeste S.A., as construções do complexo acrílico da Basf S.A. e da Elekeiroz S.A., e a ampliação de oxo-álcoois, também da Elekeiroz S.A.

Prominp

No âmbito do Comitê Setorial da Indústria de Petróleo e Gás, parte integrante do Prominp, o DCDP coordenou o Grupo de Trabalho IND P&G36, o qual apresentou relatório final em meados de 2011. Este trabalho propõe uma política de conteúdo local para o setor de abastecimento (refino e unidades de processamento de gás natural). Além disso, o relatório elenca uma série de recomendações que o grupo entendeu como importantes para elevar o índice de conteúdo nos empreendimentos, cabendo ao MME o papel de agente catalisador entre os envolvidos, viabilizando um canal de negociação mais estreito entre as operadores de P&G e as empresas nacionais fornecedoras de bens e serviços.

Monitoramento do Mercado

Mensalmente, o DCDP disponibilizou relatório de acompanhamento com diversas informações sobre o mercado de combustíveis derivados de petróleo. Entre essas informações, consta (i) preço praticado dos principais combustíveis derivados de petróleo e sua formação, (ii) comparativo de preços praticado no País e outros países, (iii) comparativo de preços ao consumidor entre derivados de petróleo e outros energéticos, (iv) evolução de produção, consumo aparente e balança comercial dos derivados de petróleo, (v) volume de petróleo processado nas refinarias e utilização da capacidade instalada, (vi) qualidade dos combustíveis e (vii) acompanhamento do abastecimento de óleo diesel com 50 ppm de enxofre, referente às Fases P-6 e L-6 do Proconve.

SETOR DE COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS (DCR)

A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG participou do grupo técnico que propôs a Medida Provisória nº 532, editada pelo Executivo em 28 de abril de 2011.

Convertida na Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011, reconheceu e incluiu os biocombustíveis de uma forma mais ampla e robusta na legislação federal, considerando-os, a partir de então, um bem energético fundamental para o País, razão pela qual a garantia de seu fornecimento em todo o território deve ser um dos objetivos da política energética nacional. As alterações tiveram como escopo dispor que os biocombustíveis sejam tratados como combustíveis, o que de fato são, com tratamento uniforme e não apenas como produto agrícola inserido na matriz energética.

Com a nova Lei, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) passou a ter a atribuição de estabelecer diretrizes para a importação e exportação de biocombustíveis, assim como já possuía para os combustíveis derivados de petróleo, a exemplo da gasolina, do diesel e do querosene de aviação. A citada Lei ainda corrigiu distorções de competências legais na esfera de atuação da ANP, que poderá, agora, regular e fiscalizar as indústrias do petróleo e dos biocombustíveis, igualmente. As atividades de produção, importação, exportação e transporte de etanol, por exemplo, passaram a ser reguladas e fiscalizadas pela ANP, do mesmo modo como já se fazia com o biodiesel e com os combustíveis derivados de petróleo.

Além disso, com a nova lei, o Poder Executivo poderá elevar o percentual de etanol anidro na gasolina até o limite de 25% ou reduzi-lo a 18%, dependendo das condições de oferta e demanda. Antes, a faixa de variação era entre 20% e 25%.

A SPG deu seguimento ao monitoramento do setor de combustíveis renováveis. Os resultados consolidados foram disponibilizados ao público em geral por meio da publicação mensal do Boletim dos Combustíveis Renováveis. O Boletim, que passou a ser publicado a partir de janeiro de 2008, somente em forma eletrônica (disponível no site do MME), apresenta um acompanhamento sistemático das condições de oferta e de demanda de etanol e biodiesel, entre outras informações. Em concordância com outros órgãos e entidades de governo e também com o setor produtivo, é uma ferramenta importante para avaliar as condições do abastecimento destes biocombustíveis em todo o território nacional. O instrumento funciona como um importante mecanismo de disseminação transparente de dados e informações.

A SPG é membro da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool, membro da Câmara Setorial do Biodiesel e membro da Câmara Setorial da Palma de Óleo, todas coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As câmaras setoriais contam com representantes de outros Ministérios, do Sindicato, de Confederações, de Associações e de Organizações ligadas ao tema para discutir as demandas e as dificuldades do Setor e apresentar possíveis soluções às incorreções apresentadas.

Com o objetivo de promover a produção, o uso e a sustentabilidade dos combustíveis renováveis em nível mundial a SPG participou de reuniões no Brasil e no exterior, em fóruns bilaterais e multilaterais. A SPG também recebeu delegações estrangeiras que visitaram o Brasil interessadas em trocar informações nesta área durante o ano de 2011. Entre os eventos, destacam-se:

- Participação em reuniões de trabalho da Agência Internacional de Energia.
- Participação em reunião do comitê executivo do IA Bioenergia da Agência Internacional de Energia.

- Participação nos trabalhos da Clean Energy Ministerial em sua segunda reunião ministerial (CEM2) realizada em Abu Dhabi, com destaque para a atuação na iniciativa em bioenergia, a qual o Brasil coordena juntamente com a Itália.
- Participação em reuniões de coordenação no Brasil para apoio à delegação brasileira junto ao GBEP (Global Bioenergy Partnership) que logrou concluir a elaboração do relatório sobre critérios e indicadores de sustentabilidade da bioenergia.
- Participação em teleconferências com representantes norte-americanos no âmbito do Diálogo Estratégico Brasil-EUA em energia.
- Participação do Seminário de Bioenergia realizado em Cabo Verde no âmbito da cooperação Brasil – UEMOA (União Econômica e Monetária do Oeste Africano) para apresentação da visão brasileira sobre biocombustíveis.

Etanol

A SPG promoveu encontros com representantes do setor produtivo e de distribuição de combustíveis para avaliar sistematicamente, com mais ênfase em 2011, o suprimento de etanol e a retomada do crescimento do setor sucroenergético. As informações dessas reuniões serviram de subsídio para o grupo técnico que assessorou a decisão do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA para alteração do percentual de mistura do etanol na gasolina para 20% (Resolução CIMA nº 1, de 31 de agosto de 2011). O novo percentual de mistura, que passou a vigorar a partir de 1º de outubro de 2011, visa garantir o equilíbrio do suprimento de etanol na entressafra. Devido à redução na disponibilidade de matéria-prima, em 2011, o setor sucroenergético apresentou retração na produção de etanol e açúcar, apesar da pequena expansão da área plantada da cana em relação à safra anterior, que saiu de 8,05 para 8,43 milhões de hectares. A queda no volume da matéria-prima disponível impactou na redução de 17,5% sobre os 27,36 bilhões de litros de etanol da safra anterior. O impacto na produção de açúcar ocasionará a redução de 2,2 milhões de toneladas, em relação aos 38,1 milhões de toneladas da safra anterior.

A SPG colaborou com os trabalhos da ANP para desenvolver os novos atos normativos de sua competência diante das novas atribuições conferidas pela Lei nº 12.490, de 16 de setembro. Já no final de 2011, foram publicadas duas novas normas: 1) a Resolução nº 67, de 9 dezembro, dentre outras definições, regulamenta as regras de contratação entre o produtor e o distribuidor de etanol e define as regras para os estoques mínimos para período de entressafra; 2) a Resolução nº 66, de 9 dezembro, regulamenta a empresa comercializadora de etanol. O MME e os demais Ministérios que compõem o CIMA participaram ativamente desse processo, em conjunto com a ANP. Uma nova Resolução, que trata sobre a obrigatoriedade de autorização da ANP para o exercício da atividade de produção de etanol, está em fase de elaboração e já foi submetida ao processo de Consulta Pública.

A SPG participou do grupo técnico que realizou estudos que resultaram na edição das Medidas Provisórias nº 554 e nº 556, ambas de 23 de dezembro de 2011. A Medida Provisória nº 554 autoriza a União conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização das taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol combustível, para reduzir a volatilidade dos preços do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto. A Medida Provisória nº 556 fixa um novo teto para a alíquota máxima da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), incidente na importação e na comercialização no mercado interno do etanol foi outro ato

proposto pelo grupo. A referida MP tem o objetivo de aumentar o poder de utilização dos instrumentos de política pública, por meio da tributação diferenciada. Esta ação não trouxe até então impactos na tributação do biocombustível, nem aumento da carga tributária, pois a alíquota efetiva, fixada por Decreto, continua com o valor zero. Apenas estendeu o limite máximo para R\$ 602,00 por m³, que poderá ser usado em momentos específicos para contribuir, via influência da tributação nos preços relativos dos combustíveis, como um mecanismo para melhor equilibrar oferta e demanda no mercado interno e, assim, contribuir para a garantia do abastecimento.

Biodiesel

No Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, a SPG é o órgão responsável pela coordenação do Grupo Gestor do Programa. A principal atuação da SPG foi monitorar e coordenar esforços para assegurar o cumprimento da obrigatoriedade da adição de 5% biodiesel em todo o óleo diesel comercializado no território nacional, conforme determinado pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Essa é a chamada mistura B5, em vigor desde janeiro de 2010. Nesse sentido de garantir o abastecimento de biodiesel, a principal atuação foi planejar os leilões públicos para contratar todo o biodiesel necessário ao atendimento à meta legal, assim como monitorar junto com a ANP as entregas de biodiesel e a evolução da capacidade de produção nacional deste biocombustível. Na elaboração dos leilões, a SPG atuou diretamente para a edição de quatro Portarias do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceram as respectivas diretrizes para a ANP realizar quatro leilões de biodiesel em 2011.

O primeiro leilão público realizado para atendimento dos consumidores em 2011 foi realizado ainda em novembro de 2010 e teve como objetivo o atendimento à mistura B5 em vigor, com prazo de entrega entre janeiro e março de 2011. Ao longo de 2011 foram realizados mais três leilões para abastecer a demanda trimestral deste biocombustível. Do total contratado nos quatro certames, equivalente a 2.660 milhões de litros, foram entregues aproximadamente 2.332 milhões de litros até novembro (índice de performance de 96%). Cabe ressaltar que o percentual de entrega deve estar mais ou menos 10% do valor contratado, conforme definido nas regras do edital e do contrato.

Com o objetivo de assegurar a normalidade do abastecimento de biodiesel via estoques de segurança, foram realizados outros três leilões públicos, com o propósito específico de formação de estoque, que totalizaram de 81,8 milhões de litros em 2011.

A soma da oferta de biodiesel originada nesses dois tipos de leilões totaliza, então, 2.741,8 milhões de litros. Por outro lado, a demanda estimada foi 2.660 milhões de litros no período. Assim, o mercado sempre se manteve abastecido durante o 4º ano de mistura obrigatório de biodiesel no diesel.

Merece ainda citar que a Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (CEIB), coordenada pela Casa Civil, com participação deste MME/SPG, realizou em 2011 o ciclo de audiências com representantes da cadeia brasileira do biodiesel. O propósito dessas reuniões foi aprofundar uma avaliação geral do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e debater medidas e ações visando ao desenvolvimento desse Programa, construindo uma visão de longo prazo para o PNPB. Foram ouvidos representantes dos produtores de biodiesel; do Grupo Petrobras; dos distribuidores e revendedores de combustíveis; da agricultura familiar; dos fabricantes de usinas e equipamentos; dos fabricantes de insumos químicos; da Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel (RBTB); e dos fornecedores de matérias-primas.

Biocombustíveis no PAC

No PAC 2 de Combustíveis Renováveis, a SPG realiza o acompanhamento dos novos empreendimentos de infraestrutura de transporte para aprimorar a movimentação de etanol na região centro-sul e assegurar que o País mantenha a sua posição de destaque no setor de biocombustíveis. Além destes projetos, dois empreendimentos da Petrobras Biocombustíveis também compõem os empreendimentos monitorados pelo Programa. No monitoramento foi criada uma rotina de acompanhamento em cronogramas junto à Petrobras. No Ministério do Planejamento, foi criada uma Sala de Situação para monitorar o andamento das obras e as ações do poder público que poderiam ser conduzidas para aceleração dos processos e das rotinas pré-definidas em reuniões de coordenação política.

Destaca-se no PAC 2 de Combustíveis Renováveis a realização de 6,2% do total da obra do Sistema Logístico de Etanol GO – MG - SP (nova concepção do Alcoduto Senador Canedo - São Sebastião – PAC 1) que faz parte do sistema logístico multimodal para transporte e armazenagem de etanol que envolverá além do alcoduto, a Hidrovia Tietê – Paraná. O empreendimento faz parte dos investimentos da Petrobras em parceria com atores privados do setor sucroalcooleiro, por meio da joint venture Lógum (Petrobras (20%); Copersucar (20%); Cosan (20%); Odebrecht Transport Participações (20%); Camargo Correa (10%) e Uniduto (10%)). A Hidrovia também compõe as obras de infraestrutura listadas no PAC 02, cujo início da obra está previsto para o início de 2012.

O Sistema Logístico de Etanol GO – MG - SP viabilizará o transporte de 10 bilhões de litros de etanol por ano de uma área em expansão na produção de etanol (Goiás, Minas Gerais e oeste paulista) para o principal centro consumidor do país (região metropolitana de São Paulo). O duto também viabilizará o transporte de 12 bilhões de litros por ano de etanol pelo porto de Caraguatatuba (SP). O projeto prevê o investimento de R\$ 6.985 milhões na construção de centros coletores; adequação da capacidade de armazenagem de etanol em REPLAN (SP) e REGAP (SP); a construção de um terminal de exportação em Caraguatatuba e a instalação dos tubos.

A Hidrovia viabilizará o transporte de 9 bilhões de litros de etanol por ano do oeste paulista e Mato Grosso do Sul para a região metropolitana de São Paulo. O projeto prevê o investimento de R\$ 1.365 milhões na construção de barcaças e empurradores, centros coletores e um poliduto de pequena extensão.

ÁREA AMBIENTAL

O principal desafio do setor é a busca do desenvolvimento com o mínimo impacto ambiental. Assim, busca a integração de políticas públicas como premissa para a realização da expansão energética com segurança e confiabilidade.

A importância dessa integração por meio da participação em fóruns e construção de atos normativos e legais tem contribuído para melhores respostas técnicas e jurídicas, que acabam se refletindo na aplicação do rito do processo de licenciamento ambiental.

Para consecução de seus objetivos a área ambiental da SPG tem atuado em vários colegiados na defesa dos interesses do setor, dentre eles: Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico – CCZEE; Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências ambientais com Produtos Químicos – P2R2; Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP; Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional - CCA-IMO; Comissão Interministerial para Recursos do Mar – CIRM; Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro – GI-GERCO; Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CT-COST, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE; Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ; Comitê Executivo de Produção Sustentável e Comitê Orientador para Implantação de Logística Reversa da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Outra área de atuação consiste no acompanhamento e emissão de notas técnicas sobre a tramitação de Projetos de Lei e a elaboração de Minutas de Decretos com rebatimento sobre o meio ambiente e as atividades do setor, também acompanhando os processos de criação de Unidades de Conservação, zonas de amortecimento e corredores ecológicos; resguardando os interesses do setor de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, e buscando a compatibilização desses interesses com a área ambiental.

PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL – PROMINP

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. Foi instituído pelo Governo Federal, através do Decreto nº 4.925 de 19 de dezembro de 2003. O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis é o Coordenador do Comitê Executivo do Programa e a responsabilidade pela execução das ações é do Coordenador-Executivo do Prominp.

O Prominp é um programa de governo de múltiplas iniciativas, conectadas no sentido de potencializar o desenvolvimento da indústria nacional, numa articulação de governo, empresas de petróleo e gás natural e indústria supridora de bens e serviços, para que as oportunidades geradas pelos investimentos do setor sejam, tanto quanto possível, atendidas pelo mercado nacional, gerando riqueza, emprego e renda no País.

Para alcançar seus objetivos, o Prominp conta com a participação de representantes da indústria nacional de petróleo e gás natural brasileira, como o Governo Federal, operadoras de petróleo, associações de classe, federações da indústria etc., e sua estrutura de Governança contempla três níveis de gestão: *Comitê Diretivo*; *Comitê Executivo*, e *Comitês Setoriais*.

O *Comitê Diretivo* - que tem a função de determinar as diretrizes de gestão do Programa e avaliar seu desempenho - é composto pelo Ministro de Minas e Energia (MME); pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); pelo Presidente e Diretor de Serviços da Petrobras; pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP); e pelo Diretor-Geral da Organização Nacional da Indústria de Petróleo (ONIP).

O *Comitê Executivo* - que tem a competência de implementar as diretrizes determinadas pelo *Comitê Diretivo* e coordenar os trabalhos dos *Comitês Setoriais* - é composto por representantes das entidades participantes do Comitê Diretivo, acrescidas de representantes das entidades empresarias, quais sejam, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE), a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), a Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal (ABITAM) e o Sindicato Nacional da Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL).

Os *Comitês Setoriais* estão divididos em cinco áreas relacionadas à indústria de petróleo e gás natural. Os quatro primeiros - o *Comitê de Exploração e Produção (E&P)*; *de Transporte Marítimo (TM)*; *de Abastecimento (ABAST)*; *de Gás Natural, Energia e Transporte Dutoviário (GE&TD)* - desenvolvem projetos referentes às suas áreas de atuação, enquanto o quinto, denominado *Comitê da Indústria de Petróleo e Gás Natural (IND P&G)*, trata de assuntos gerais, comuns a todas as áreas de atividades do setor. A partir do início de 2008, foram criados os Comitês Temáticos de Meio Ambiente (MA) e de Tecnologia (TEC) que englobam assuntos considerados críticos para o desenvolvimento da indústria nacional de petróleo e gás.

Fontes de Financiamento do Prominp

Quanto ao suporte financeiro das atividades do Prominp, cumpre ressaltar que a participação das entidades no Programa é por adesão, onde cada qual arca com as suas próprias despesas, não havendo nenhum recurso destinado a suportar esta participação, salvo a dotação específica para o plano nacional de qualificação profissional, que contou, em sua primeira etapa de implementação, com R\$ 228 milhões aportados pela Petrobras, complementados por recursos do CTPetro de R\$ 6,3 milhões aplicados pelo IBP, e de R\$ 24 milhões de recursos do FAT aplicados diretamente pelo MTE.

Com vistas a dar continuidade ao plano de qualificação profissional, a Petrobras obteve aprovação da ANP para investir, adicionalmente, R\$ 120 milhões em sua segunda etapa de implementação.

Plano Nacional de Qualificação Profissional do Prominp

Conforme mencionado, para fazer frente à necessidade de pessoal qualificado para o setor de petróleo e gás natural, foi estruturado, em 2006, o Plano Nacional de Qualificação Profissional - PNQP, que vem capacitando, por meio de cursos gratuitos, milhares de profissionais em todo o país. Os cursos são de nível básico, médio, técnico e superior, em 185 categorias profissionais ligadas às atividades do setor de petróleo e gás. Estão envolvidas cerca de 80 instituições de ensino em 17 Estados do Brasil, com investimentos que chegam à casa dos R\$ 350 milhões. Além dos cursos gratuitos, são oferecidas bolsas auxílio mensais para os alunos desempregados, que variam entre R\$ 300 e R\$ 900, dependendo do nível de escolaridade. Conforme mencionado anteriormente a SPG apenas acompanha as ações do PNQP, sendo esta atividade da responsabilidade da Coordenação-Executiva do Prominp.

O PNQP foi estruturado ao longo de dois anos, com a participação expressiva de todos os atores do setor de petróleo & gás, desempenhando papéis diversos e abrangendo as várias etapas da cadeia de educação profissional. Visando assegurar a homogeneidade e o padrão de qualidade de todo o processo de qualificação, um conjunto de premissas foi definido para dar mais confiabilidade e transparência. Dentre essas premissas, podemos destacar:

- A realização dos treinamentos nas regiões onde irão ocorrer os investimentos;
- A aderência de realização dos cursos aos cronogramas dos projetos de investimentos;
- A exigência de pré-requisitos mínimos dos alunos para o acesso aos cursos;
- A realização de um processo de seleção pública de alunos;
- A seleção das mais conceituadas entidades do país para a condução do processo de seleção pública de alunos, a estruturação e execução dos cursos e a gestão do plano de qualificação.
-

Nesse processo, cada ator do setor de petróleo & gás teve o seu papel e suas responsabilidades bem definidos. As operadoras, por exemplo, forneceram informações sobre seus planos de investimentos para que a indústria pudesse estimar as demandas de profissionais qualificados para a implantação destes projetos. De forma complementar, as empresas demandantes dessa mão de obra informaram os perfis de entrada (escolaridade + experiência profissional) e de saída (habilidades requeridas) dos alunos do PNQP, que são exigidos dos trabalhadores do setor. Entidades de ensino atuaram na estruturação dos cursos e na estimativa dos respectivos custos. A Petrobras e órgãos do governo atuaram em conjunto na identificação e viabilização de fontes de recursos para o financiamento do plano.

Implantação do PNQP

Neste aspecto, vale destacar que a complexidade do plano de qualificação, traduzida pela sua abrangência (185 cursos e 6400 turmas), pelo número de atores envolvidos (quase uma centena de entidades de ensino e várias centenas de milhares de participantes) e pela amplitude geográfica (17 Estados e 34 cidades), traz uma ampla gama de vulnerabilidades com consideráveis riscos inerentes a esta iniciativa, com graves consequências por qualquer eventual insucesso, o que representa um

enorme desafio para a sua gestão. Assim, a estratégia do Prominp para a implementação do plano de qualificação profissional envolveu a identificação criteriosa e a preparação prévia de toda a sequência de ações requeridas e a adoção de medidas robustas de mitigação dos riscos identificados nos processos envolvidos nesta implementação.

Para tanto, a estratégia de implementação do Plano de Qualificação Profissional envolveu quatro aspectos principais: (i) o planejamento prévio e detalhado de todas as fases e atividades; (ii) a preparação de instrumentos robustos de controle e registro de todo o processo, como o portal de qualificação - que permite o pleno controle de todas as atividades desenvolvidas, desde a inscrição dos candidatos no processo seletivo, a estruturação dos cursos, a composição de turmas, o acompanhamento, controle e histórico escolar dos alunos; (iii) o envolvimento das entidades de maior qualificação no país para cada papel previsto no Plano, na expectativa de obtenção do melhor desempenho global a partir do melhor desempenho de cada entidade participante; e (iv) o rígido controle de todas as atividades durante a execução do Plano, com estrito atendimento a todas as suas premissas.

Nesta perspectiva, para a estruturação e execução dos cursos de qualificação profissional foram convidadas as universidades públicas federais, para os cursos de nível superior; as escolas técnicas federais – CEFET, para os cursos técnicos e de nível médio; e o SENAI, para os cursos de nível básico; e para a seleção de alunos, a Fundação Cesgranrio.

Visando aproximar os alunos qualificados pelo Prominp das empresas fornecedoras do setor de petróleo e gás natural e potenciais empregadores da força de trabalho formada pelo Programa, foi criado um banco de currículos on-line no Portal. O banco contém os currículos de todos os alunos e ex-alunos do Prominp, além de informações de empresas que estão demandando profissionais egressos dos cursos do Prominp.

Desde o início de Programa até o quarto trimestre de 2011, mais de 81 mil alunos foram beneficiados pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional, sendo que deste total mais de 80% estão empregados sendo que mais de 67% no mercado formal.

Quantidade de alunos capacitados pelo PNQP

ESTADO	BÁSICO		MÉDIO	TÉCNICO	INSPETOR	SUPERIOR	TOTAL
	CC	CM					
AL	-	96	36	-	-	-	132
AM	179	563	120	30	58	79	1.029
BA	1.259	3.232	1.072	96	223	238	6.120
CE	-	1.306	285	-	-	-	1.591
ES	340	2.392	503	70	139	150	3.594
MG	690	1.109	211	15	83	90	2.198
PB	-	24	-	-	-	-	24
PE	6.540	6.831	554	-	12	180	14.117
PR	461	1.463	1.182	120	118	562	3.906
RJ	4.813	4.715	5.493	463	422	2.719	18.625
RN	1.216	539	601	114	32	30	2.532
RS	-	2.164	923	58	41	120	3.306
SE	-	64	100	-	-	-	164
SP	5.383	8.875	3.333	93	351	1.785	19.820
MA	3.944	-	-	-	-	-	3.944
TOTAL	24.825	33.373	14.413	1.059	1.479	5.953	81.102

Fonte: Prominp

c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade
c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SPG

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução Financeira

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0276					
Denominação	Gestão da Política de Energia					
Tipo do Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral	Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional					
Objetivos Específicos	Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países					
Gerente	Altino Ventura Filho					
Público Alvo	Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$	
					1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
800.000	800.000	205.862	191.297		191.298	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Não se aplica						
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado:						
Refere-se às atividades descritas no item Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais						

Fonte: SIAFI/SIGPLAN

* Referente à dotação sob gestão da SPG dentro do programa

c.II) Execução Física das Ações

Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela SPG

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
25	121	0276	04892	A	4	Documento produzido	1	1	

Fonte: SIGPLAN

c.III) Indicadores Institucionais

Com o objetivo de estabelecer indicadores institucionais que possam auxiliar de forma adequada o processo de decisão gerencial, a Secretaria Executiva e as Secretarias Finalísticas se empenharam em criar e desenvolver tais indicadores. Foi então implementado o SIG – Sistema de Informações Gerenciais, com 35 indicadores, que atualmente se encontra em produção.

Os indicadores incluídos no SIG são os seguintes:

- Produção de Petróleo.

- Produção de Gás Natural.
- Participação de Gás nacional no mercado.
- Oferta de Gás nacional no mercado.
- Autossuficiência na Produção de Petróleo.
- Consumo de derivados.
- Número de Poços Perfurados.
- Reserva Provada sobre Reserva Total de Petróleo
- Reserva Provada sobre Reserva Total de Gás Natural.
- Produção de Biodiesel.
- Produção de Etanol.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

d.I) Programação Orçamentária das Despesas

A informação deste item está a cargo da Secretaria Executiva do MME

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da SPG

- **Despesas por Modalidade de Contratação**

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	130.009,14	66.514,14	130.009,14	66.514,14
Outros				
Passagens	273.576,68	129.563,81	273.576,68	129.563,81

Fonte: SE/MME e Portal Transparência

- **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

A informação deste item está a cargo da Secretaria Executiva do MME

- **Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

A informação deste item está a cargo da Secretaria-Executiva do MME

d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SPG por Movimentação

A informação deste item está a cargo da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do MME.

13. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve registro de passivos por insuficiência de crédito ou recursos no Exercício de 2010.

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	1.119,76	783,58	0,00	336,18
2007	11.964,70	0,00	0,00	11.964,70
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	34.343,22	29.564,66	4.778,56	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações:				

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

4.2 Análise Crítica

5. Recursos Humanos da Unidade

SPOA apresentará a informação consolidada.

6. Informação sobre Transferências

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2011

Quadro A.6.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES
NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em
R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320000				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	009/2001	PNUD ⁽¹⁾	8.366.530,00 ⁽²⁾	3.090.057,00 ⁽³⁾	0	4.486.731,00	1º/nov/2001	31/dez/2014 ⁽⁵⁾	1

LEGENDA

Modalidade	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SPG/MME

- (1) O Convênio MME nº 009/2001 foi firmado entre o MME e a EMTU/SP. No entanto, o mecanismo de repasse é feito da seguinte forma: a FINEP, por descentralização, transfere os recursos (do Convênio FINEP 21.02.0058.00, em que o MME é convenente) para o MME, e este, por sua vez, os transfere para o PNUD, que tem a atribuição de receber e administrar os recursos financeiros do projeto e participar da execução do projeto em colaboração com o MME e EMTU/SP. A EMTU/SP, como implementadora do projeto, utiliza estes recursos de acordo com as necessidades e etapas previstas no Plano de Trabalho.
- (2) Estes recursos são provenientes do Convênio 21.02.0058.00 firmado entre a FINEP e o MME, em que o MME figura como convenente. Desta forma, não fazem parte do Orçamento do Ministério de Minas e Energia.
- (3) A EMTU/SP, de acordo com o Convênio MME nº 009/2001, entra com uma contrapartida de R\$ 3.090.057,00, que pode ser na forma de recursos financeiros e/ou bens materiais e/ou serviços. O projeto conta ainda com recursos do PNUD, tendo como fonte o GEF (Global Environment Facility), no valor de US\$ 12.274.000,00, os quais convertidos pela cotação do dólar da época da assinatura do Convênio correspondem a R\$ 22.338.680,00. Em dezembro de 2011, foi celebrada ainda uma revisão do PRODOC com a inclusão de recursos próprios do PNUD no valor de US\$ 55.500,00 ao Projeto.
- (4) Não houve transferências de recursos no ano de 2011.
- (5) O Convênio MME nº 009/2001, celebrado em 1º de novembro de 2001, tinha a vigência até 1º de novembro de 2006. Em 1º de novembro de 2006, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 009/2001, prorrogando a sua vigência até 30 de junho de 2011. Em 30 de junho de 2011, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 009/2011, prorrogando a sua vigência até 31 de dezembro de 2014.

6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

A SPG não celebrou convênio, contrato ou instrumento do mesmo gênero nos últimos três exercícios que acarretasse em transferência de recursos do MME oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Quadro A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320000		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	01	8.366.530,00 ⁽¹⁾	4.486.731,00	2.203.201,00	53,63%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação	02	0,00	0,00	0,00	
Termo de Compromisso					
Totais	03	8.366.530,00	4.486.731,00	2.203.201,00	53,63%

Fonte: SPG/MME

- (1) Estes recursos são provenientes do Convênio 21.02.0058.00 firmado entre a FINEP e o MME, em que o MME figura como convenente. Desta forma, não fazem parte do Orçamento do Ministério de Minas e Energia.

6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. VALORES EM R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	886.983,25 ⁽¹⁾		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	1.610.782,95 ⁽²⁾		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2009	Contas prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	138.757,75 ⁽³⁾		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SPG/MME

(1) Montante de recursos apresentado na Prestação de Contas em 2011 do Convênio MME nº 009/2001, referente aos recursos do Convênio FINEP 21.02.0058.00 utilizados no ano de 2010.

(2) Montante de recursos apresentado na Prestação de Contas em 2010 do Convênio MME nº 009/2001, referente aos recursos do Convênio FINEP 21.02.0058.00 utilizados no ano de 2009.

(3) Montante de recursos apresentado na Prestação de Contas em 2009 do Convênio MME nº 009/2001, referente aos recursos do Convênio FINEP 21.02.0058.00 utilizados no ano de 2008.

6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			1 ⁽¹⁾	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	1 ⁽²⁾	
			Contas Não analisadas	0	
		Montante repassado (R\$)		3.560.611,00 ⁽³⁾	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE			
Contas NÃO analisadas		Quantidade			
	Montante repassado (R\$)				
2010	Quantidade de contas prestadas			1 ⁽⁴⁾	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		04 ⁽⁵⁾	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas			1 ⁽⁶⁾	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1 ⁽⁷⁾	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte: SPG/MME

- (1) Em 2011, foi recebida a Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2010, apresentada pela convenente EMTU/SP.
- (2) Em 2011, foi analisada e aprovada a Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2010, e posteriormente encaminhada para a FINEP como Prestação de Contas Anual do Exercício de 2010 do Convênio 21.02.0058.00.
- (3) A descentralização dos recursos pela FINEP foi realizada em 2009, mas transferidos para o PNUD em março de 2010, dentro do período abrangido pela Prestação de Contas apresentada pela EMTU/SP em 2011, referente ao ano de 2010.
- (4) Em 2010, foi recebida a Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2009, apresentada pela convenente EMTU/SP.
- (5) Em 2010, foram aprovadas as prestações de contas dos seguintes convênios:
 - Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2009, apresentada pela convenente EMTU/SP e posteriormente encaminhada para a FINEP como Prestação de Contas Anual do Exercício de 2009 do Convênio 21.02.0058.00.
 - Convênio nº 039/2005, cuja Prestação de Contas Final foi apresentada pela convenente EPE devido ao término da sua vigência;
 - Convênio nº 008/2002, cuja Prestação de Contas Final foi apresentada em maio de 2005 pela convenente FUNCAMP;
 - Convênio nº 024/2004, cuja Prestação de Contas Final foi apresentada em fevereiro de 2007 pelo convenente CTGÁS.
- (6) Em 2009, foi recebida a Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2008, apresentada pela convenente EMTU/SP.
- (7) Em 2009, foi analisada e aprovada a Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2008, e posteriormente encaminhada para a FINEP como Prestação de Contas Anual do Exercício de 2008 do Convênio 21.02.0058.00.

6.2. Análise Crítica

Em março de 2011, foi prorrogado por mais um ano o Acordo de Cooperação assinado entre a União, por meio do Ministério das Cidades, a Petrobras, o BNDES e a Caixa Econômica Federal, com interveniência do Ministério de Minas e Energia. Com vigência de 12 meses, o Acordo foi assinado em março de 2010 e seu objetivo era coordenar ações e investimentos para o desenvolvimento das áreas de influência dos empreendimentos COMPERJ e Refinarias Abreu e Lima, Premium I e Premium II. A atuação deste Ministério consiste no acompanhamento e participação nas decisões tomadas junto ao Grupo Executivo, responsável pela implementação e pelo acompanhamento das ações previstas no âmbito do referido Acordo. Importante ressaltar que o instrumento não envolve transferência de recursos entre os partícipes.

Ainda em 2009, foi assinado Acordo de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Petrobras, com interveniência do Ministério de Minas e Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2011, com ações voltadas para a qualificação social e profissional do Plano Setorial de Qualificação – PLANSEQ Petróleo e Gás Natural, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

Os convênios relacionados ao Projeto Ônibus a Hidrogênio, celebrados por esta SPG, continuam vigentes. Esse projeto consiste na construção, operação e manutenção de até 5 ônibus a célula a combustível hidrogênio e de uma estação de produção e abastecimento de hidrogênio. Tem como objetivos adquirir conhecimento sobre a tecnologia, verificar seu desempenho em condições reais, e definir uma especificação brasileira para ônibus a célula a combustível hidrogênio.

Os participantes desse projeto são o Ministério de Minas e Energia – MME, atuando como agência executora nacional; a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano de São Paulo – EMTU/SP, atuando como agência implementadora nacional, por delegação do MME; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, incumbido de receber e administrar os recursos do GEF e FINEP, e participar da execução do projeto em colaboração com o MME e EMTU/SP; o Global Environment Facility – GEF, como financiador do projeto; a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, também como financiadora do projeto; e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, responsável por monitorar e avaliar a execução das atividades do projeto.

Esse projeto conta com os seguintes instrumentos:

- Convênio FINEP nº 21.02.0058.00, celebrado entre a FINEP, como concedente, e o MME, como convenente, em 26 de março de 2002, com vigência de 60 meses, tendo sido prorrogado em 26 de março de 2007 até 30 de junho de 2011, e novamente em 30 de junho de 2011, até 30 de dezembro de 2014 para Execução Física e Financeira, e 28 de fevereiro de 2015, para Prestação de Contas Final. Por meio desse convênio, a FINEP participa da execução do projeto com R\$ 8.366.530,00 (oito milhões, trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos e trinta reais), sendo a fonte o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT / CT-ENERG, e a transferência feita por descentralização para o MME;

- Convênio MME nº 009/2001, celebrado entre o MME, como concedente, e a EMTU/SP, como convenente, em 1º de novembro de 2001, tendo sido prorrogado por meio do Primeiro Termo Aditivo em 1º de novembro de 2006 até 30 de junho de 2011, e por meio do Segundo Termo Aditivo em 30 de junho de 2011 até 31 de dezembro de 2014. Por meio desse convênio, o MME se compromete a transferir os recursos da FINEP, obtidos pelo convênio nº 21.02.0058.00, para o PNUD, e a EMTU/SP se compromete a implementar o projeto utilizando estes recursos de acordo com as necessidades e etapas previstos no Plano de Trabalho. Cabe ainda à

EMTU participar com contrapartida de R\$ 3.090.057,00 (três milhões, noventa mil e cinquenta e sete reais), sob a forma de recursos financeiro e/ou bens materiais e/ou serviços;

- Documento de Projeto PRODOC BRA/99/G32, celebrado entre o MME, PNUD, EMTU/SP e a ABC, em 26 de dezembro de 2001, com duração de 60 meses. Em 20 de dezembro de 2005, foi assinada a Revisão Substantiva H, prorrogando a vigência até 31 de dezembro de 2010. Em dezembro de 2010, foi feita nova prorrogação por mais 6 meses, até junho de 2011. Em 30 de junho de 2011, foi assinada a Revisão Substantiva 2011, prorrogando a vigência até 31 de dezembro de 2014. Por meio desse instrumento, recursos do GEF, num total de US\$ 12.274.000,00 (doze milhões, duzentos e setenta e quatro mil dólares) estão previstos para o projeto. Esse total, convertido pela cotação do dólar na época (R\$ 1,82 / US\$ 1,00), corresponde a R\$ 22.338.680,00 (vinte e dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e oitenta reais), e são também citados nos convênios da FINEP e da EMTU/SP. Vale destacar ainda que, em dezembro de 2011, foi assinada uma revisão por meio da qual o PNUD aportou recursos próprios ao projeto, no valor de US\$ 55.500,00.

Para o fornecimento dos equipamentos, foi formado um consórcio internacional de empresas, incluindo brasileiras. Este consórcio é responsável pelo fornecimento dos componentes dos ônibus, pela sua montagem e integração, bem como pelo fornecimento dos equipamentos da estação de produção e abastecimento de hidrogênio, pela sua instalação e operação, além do treinamento dos operadores e técnicos.

Atualmente, um ônibus já foi fabricado, testado e está em circulação transportando passageiros em um corredor de ônibus na região metropolitana de São Paulo. A estação de produção e abastecimento de hidrogênio está em fase de início de comissionamento, dependendo ainda da vinda de técnicos da empresa canadense fornecedora dos equipamentos para sua conclusão. O contrato para aquisição de outros 3 ônibus foi assinado em dezembro de 2011.

A tabela abaixo mostra o montante dos recursos da FINEP repassado para o PNUD em cada ano, desde 2002. A tabela mostra ainda o montante apresentado na prestação de contas anual de cada exercício, elaborada pela EMTU/SP, ressaltando que esta prestação é devida no ano subsequente de cada exercício financeiro. O período abrangido por cada prestação de contas também é apresentado na tabela.

	Montante repassado para o PNUD	Montante gasto apresentado na Prestação de Contas	Período abrangido pela Prestação de Contas
2002	779.120,00		
2003	147.000,00	73.058,28	06/05/2002 a 31/12/2002
2004		2.276,70	01/01/2003 a 31/12/2003
2005		11.800,25	01/01/2004 a 31/12/2004
2006		42.245,87	01/01/2005 a 31/12/2005
2007		109.271,04	01/01/2006 a 31/12/2006

2008		319.219,24	01/01/2007 a 31/12/2007
2009		138.757,75	01/01/2008 a 31/12/2008
2010	3.560.611,00	1.610.782,95	01/01/2009 a 31/12/2009
2011		886.983,25	01/01/2010 a 31/12/2010
Total	4.486.731,00	3.194.395,33	

O total de R\$ 4.486.731,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e um reais) corresponde a 53,6% dos recursos previstos no Convênio FINEP nº 21.02.0058.00, de R\$ 8.366.530,00 (oito milhões, trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos e trinta reais). Deste modo, resta ainda para ser desembolsado o total de R\$ 3.879.799,00 (três milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e nove reais).

Do total já desembolsado e transferido para o PNUD, R\$ 3.194.395,33 (três milhões, cento e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e cinco reais, e trinta e três centavos) já foram aplicados e seus gastos comprovados nas prestações de contas apresentadas pela EMTU/SP. O total aplicado corresponde a 38,2% do total dos recursos previstos da FINEP.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV

Eu, MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA, CPF nº 221.163.621-72, SECRETÁRIO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

8. Declaração de Bens e Rendas

A SPOA apresentará a informação consolidada.

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela SPG são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X

4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
Metodologia:					
A metodologia empregada para responder esse questionário do macroprocesso escolhido foi a busca do consenso,					

por meio da realização de reuniões e debates, no âmbito da SPG, das pessoas das áreas estratégicas da Unidade.

Aqui estão considerados o Regimento Interno, o site, o sistema corporativo DocFlow, o Código de Ética do MME e outros Sistemas Corporativos, todos eles amparados por normas legais.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental

Não se aplica.

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros

Não se aplica.

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ

Não se aplica.

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

Não se aplica.

14. Renúncia Tributária

Não se aplica.

15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU

15.1. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis			80045
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201109302	1.1.2.5	
02	201109302	1.1.3.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis			80045
Descrição da Recomendação:			
A CGU recomendou a revisão e atualização das competências regimentais da SPG, além da implementação dos mecanismos de controle interno, nos moldes propostos na estrutura COSO e na Portaria TCU nº 277/2010.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis	80045
Síntese da providência adotada:	
<p>A secretaria realizou o mapeamento dos macroprocessos em execução dentro da unidade com a identificação dos agentes tanto internos como externos que atuam na tomada de decisão dos processos envolvidos. O resultado foi objeto de auditoria durante o período entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012.</p> <p>Em relação ao Decreto nº 5.267/2004, o Gabinete da SPG já solicitou aos departamentos componentes da UJ que sejam atualizadas as competências constantes no referido Decreto para posterior encaminhamento à Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p>O principal resultado obtido foi o mapeamento dos macroprocessos da UJ em relação à avaliação de risco da estrutura COSO, com a identificação dos riscos inerentes de cada projeto/ação e seus impactos na implementação das políticas públicas do setor de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<p>A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis destaca que as recomendações não representaram fator negativo no desempenho dos trabalhos da unidade.</p>	

16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)

Não se aplica. Não existe na estrutura do MME uma Unidade de Auditoria Interna

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

Não possui outras informações.

PARTE B ÍTEM 1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME

UG: 320017 –Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), relativas ao exercício de 2011 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2012.

Elizane Velozo Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC –DF nº 018138/O-2

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Brasília, março de 2012

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações da Portaria CGU nº 2.546/2010.

Brasília, março de 2012

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEGE – Assessoria Especial de Gestão Estratégica
AGU – Advocacia Geral da União
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARP – Adesão de Registro de Preços
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ASSEC – Assessoria Econômica
CAC – Coordenação de Administração de Contratos
CAEEB – Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
CEB – Companhia Energética de Brasília
CEPEL – Centro de Pesquisa de Energia Elétrica
CGCC – Coordenação-Geral de Compras e Contratos
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CMA – Coordenação de Modernização Administrativa
CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
COAGE – Coordenação de Atividades Gerais
CODES – Coordenação de Desenvolvimento e Seguridade Social
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONJUR – Consultoria Jurídica
CPD – Centro de Processamento de Dados
CPRM – Serviço Geológico do Brasil
CPS – Compras Públicas Sustentáveis
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DDE – Departamento de Desenvolvimento Energético

DIOBE – Divisão de Obras e Serviços de Engenharia

DN – Decisão Normativa

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DocFlow – Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos

EBC – Empresa Brasileira de Comunicação

ELETOBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

GDPGPE – Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

GEAP – Fundação de Seguridade Social

GM – Gabinete do Ministro

ILB – Instituto Legislativo Brasileiro

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MinC – Ministério da Cultura

MME – Ministério de Minas e Energia

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NO – Norma Operacional

OCI – Órgão de Controle Interno

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PODE – Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários

PPA – Plano Plurianual

PSI – Política de Segurança da Informação

SE – Secretaria-Executiva

SEE – Secretaria de Energia Elétrica

SFC – Secretaria Federal de Controle

SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais

SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SICPD – Sistema Integrado de Controle de Processos e Documentos

SIDEC – Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações

SIDERBRÁS – Siderurgia Brasileira

SIG – Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal

SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal

SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SPE – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

SPG – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

SPIUnet – Sistema do Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SRH – Secretaria de Recursos Humanos

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

TESA – Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento

TI – Tecnologia da Informação

TMA – Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria

UG – Unidade Gestora

UGO – Unidade Gestão Orçamentária

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	509
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	515
Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	517
Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias	553
Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes	553
Quadro A.2.5 – Programação de Despesas de Capital.....	554
Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	556
Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	558
Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	560
Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	561
Quadro A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	563
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	586
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12.....	588
Quadro A.5.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	589
Quadro A.5.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)	590
Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12	592
Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12.....	593
Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31 de dezembro	594
Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12	595
Quadro A.5.8 – Composição do Quadro de Estagiários	596
Quadro A.5.9 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	597
Quadro A.5.12 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	602
Quadro A.5.13 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	604
Quadro A.6.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	608
Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2012 e Exercícios Seguintes	610
Quadro A.7.1 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	612
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	613
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ.....	615
Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	620
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	635
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	638
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	640
Quadro A.13.1 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	642
Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	643
Quadro A.15.1 – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	644
Quadro A.15.3 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	653
Quadro B.1.1 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.	723

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro Geral de Pessoal.....	540
Tabela 2 – Pessoal em Exercício nas Áreas Finalísticas e de Suporte do MME	540
Tabela 3 – Admissão/Exercício de Analistas de Infraestrutura	541
Tabela 4 – Despesas de Pessoal do MME.....	542
Tabela 5 – Situação Recadastramento de Aposentados e Pensionistas	543
Tabela 6 – Ações de Treinamento	544
Tabela 7 – Participações de Servidores em Eventos de Capacitação por Unidades	545
Tabela 8 – Plano de Saúde GEAP.....	546
Tabela 9 – Plano de Saúde Aliança.....	547
Tabela 10 – Outros Planos de Saúde	547
Tabela 11 – Ações de Qualidade de Vida	549
Tabela 12 – Campanha de Vacinação Contra Gripe no MME	549
Tabela 13 – Execução Orçamentária das Despesas Discricionárias do MME - 2011.....	658
Tabela 14 – Demonstrativo Detalhado dos Processos de Licitação por Modalidade no Exercício de 2011.....	664
Tabela 15 – Pregões Eletrônicos Realizados em 2011	665
Tabela 16 – Dispensas de Licitações Realizadas em 2011.....	671
Tabela 17 – Adesões a Registros de Preços Realizados em 2011.....	677
Tabela 18 – Relação de Processos com Aplicação de Penalidades na Fase Licitatória - Exercício 2011	684
Tabela 19 – Relação de Contratos Vigentes – 2011	687
Tabela 20 – Relação de Processos com Aplicação de Penalidades no Exercício de 2011	718

SUMÁRIO

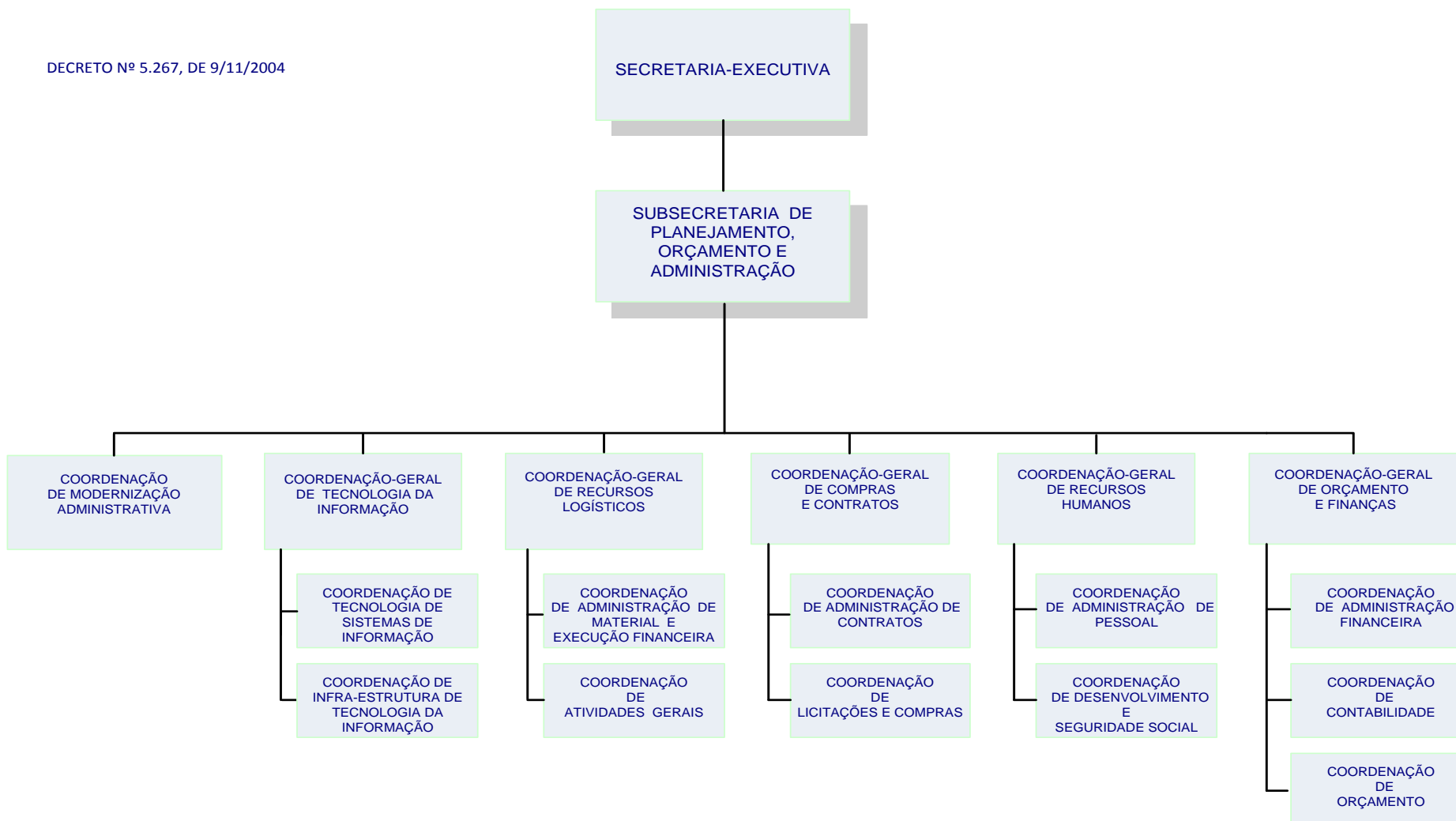
Organograma da SPOA	506
INTRODUÇÃO	507
Capítulo I - Parte “A”	509
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	509
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	511
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	511
2.1.1 <i>Competência Institucional</i>	511
2.1.2 <i>Objetivos Estratégicos</i>	511
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	512
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	513
2.3.1 <i>Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ</i>	515
2.3.2 <i>Execução Física das Ações Realizadas pela UJ</i>	517
2.3.3 <i>Principais Resultados da Ação 2000 – Administração da Unidade</i>	519
2.3.4 <i>Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL</i>	519
2.3.5 <i>Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI</i>	526
2.3.6 <i>Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH</i>	538
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	553
2.4.1 <i>Programação Orçamentária da Despesa</i>	553
2.4.2 <i>Execução Orçamentária da Despesa</i>	560
2.4.3 <i>Indicadores de Desempenho da SPOA</i>	563
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	585
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	586
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	588
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	588
5.1.1 <i>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada</i>	588
5.1.2 <i>Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada</i>	589
5.1.3 <i>Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da UJ</i>	590
5.1.4 <i>Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade</i>	592
5.1.5 <i>Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade</i>	593
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	594
5.2.1 <i>Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria</i>	594
5.2.2 <i>Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada</i>	595
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	596
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	597
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	602
5.5.3 <i>Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade</i>	602

5.5.4	<i>Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão</i>	604
5.6	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	607
6.	INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO.....	608
6.1	INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	608
6.1.1	<i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011</i>	608
6.1.3	<i>Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e Seguintes</i>	610
7.	INFORMAÇÕES SOBRE OS REGISTROS NO SIASG E SICONV	612
8.	INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 8.730/93.....	613
9.	FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	615
10.	ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	620
11.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	635
12.	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ	640
13.	UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....	642
14.	RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	643
15.	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU OU ÀS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	644
15.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	644
15.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	653
16.	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELA SPOA RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	657
16.1	COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF	657
16.2	COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC	661
16.3	COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – CMA	720
Capítulo II - Parte “B”		723
17.	<i>Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis</i>	723

ORGANOGRAMA DA SPOA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

DECRETO Nº 5.267, DE 9/11/2004



INTRODUÇÃO

O Relatório da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, compreende os atos de gestão praticados pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2011. O documento foi elaborado em observância às disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 117, de 19 de outubro de 2011, da Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011, e às orientações da Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

No cumprimento das suas competências regimentais, incumbe à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, conduzir a execução de suas ações decorrentes da função de órgão setorial dos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração de recursos humanos, de administração dos recursos de tecnologia da informação, de serviços gerais, de modernização e inovação institucional, bem como de gestão de documentos de arquivo, no âmbito do Ministério.

Dessa forma, o presente relatório consolida as ações das seguintes unidades administrativas que compõem a estrutura organizacional da Subsecretaria: (i) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; (ii) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação; (iii) Coordenação-Geral de Recursos Humanos; (iv) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; (v) Coordenação-Geral de Compras e Contratos e (vi) Coordenação de Modernização Administrativa.

Embora os principais resultados da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração estejam consubstanciados em tópicos específicos do presente relatório, nos quais evidenciam a continuidade das ações empreendidas no exercício anterior, nesse contexto, cabe uma abordagem sobre o “Projeto de Eficientização Energética”. O projeto, idealizado especificamente para o sistema de iluminação do edifício, objeto de convênio firmado entre o Ministério de Minas e Energia e a Companhia Energética de Brasília, teve seu desenvolvimento adiado, em função das dificuldades técnicas apresentadas pela conveniente, o que levou à rescisão do referido termo de acordo. Assim, o MME se viu obrigado a buscar outras parcerias técnicas, para viabilizar o auspicioso projeto, desta feita, com entidades vinculadas ao Ministério, ou seja, Eletrobrás/Furnas.

Os demais projetos levados a efeito pela UJ, no período em foco, possuem o mesmo grau de relevância, no que tange ao alinhamento com os objetivos traçados pela SPOA para 2011, no intuito de buscar a realização plena de suas atribuições regimentais, qual seja: garantir condições necessárias à manutenção e ao funcionamento dos órgãos do MME, contribuindo de forma efetiva com a consecução da missão institucional da pasta de Minas e Energia.

Outro ponto importante está no percentual atinente à gestão orçamentária – no patamar de 98,6% do limite de empenho. Isso demonstra a preocupação em gerir os recursos consignados à UJ de forma eficiente, inclusive com um percentual de execução acima do apurado no exercício anterior. Ademais, todos os projetos foram viabilizados de maneira integrada e sem a ocorrência de fatores

impactantes que pudessem dificultar o prosseguimento das ações sob a responsabilidade da SPOA, ensejando resultados favoráveis à atuação da Subsecretaria.

A estrutura do documento está de acordo com as orientações do TCU, sendo que os resultados dos Programas 0750 – Apoio Administrativo e 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, a cargo da SPOA, estão vinculados às respectivas Coordenações-Gerais, encarregadas da condução de atividades/projetos integrantes das ações dos mencionados Programas. Com isso, além de permitir a avaliação do cumprimento das competências regimentais atribuídas à Subsecretaria, o documento confere transparência aos resultados da aplicação dos recursos.

Os itens dos normativos: (i) Anexo II à DN TCU nº 108/2010 e (ii) subitens/quadros especificados nas orientações do Anexo à Portaria-TCU nº 123/2011, que não se aplicam à natureza da Unidade Jurisdicionada ou não ocorreram no período, estão relacionados abaixo:

Parte “A” – Conteúdo Geral

ITEM/SUBITEM	IDENTIFICAÇÃO
Item 3 (i)	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.
Item 14 (i)	<ul style="list-style-type: none"> Informações sobre Renúncia Tributária.
Item 16 (i)	<ul style="list-style-type: none"> Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno ou de auditoria interna. <p>Obs: Não consta da estrutura do MME unidade dessa natureza.</p>
Subitem 2.4.4.3 (ii)	<ul style="list-style-type: none"> Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação (Quadro A.2.11, Quadro A.2.12 e Quadro A.2.13).
Subitem 5.5. (ii)	<ul style="list-style-type: none"> Terceirização de mão de obra empregada pela UJ (Quadro A.5.9, Quadro A.5.10 e Quadro A.5.11). <p>Obs: É realizada apenas contratação de serviços com locação de mão de obra para atividade-meio.</p>
Subitem 6.1.2	<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios (Quadro A.6.2);
Subitem 6.2 (ii)	<ul style="list-style-type: none"> Informações sobre prestação de contas relativas a convênios (Quadro A.6.4 e Quadro A.6.5). <p>Obs: Os quadros acima não se aplicam a UJ, que mantém apenas o convênio firmado com a GEAP (fls. 80-81 deste relatório).</p>
Subitem 11.1 (ii)	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial (Quadro A.11.2).

Subitens 15.2 e 15.4 (ii)	<ul style="list-style-type: none"> Deliberações do TCU e Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício. (Quadro A.15.2 e Quadro A.15.4).
<ul style="list-style-type: none"> Todas as deliberações exaradas do TCU para a UJ/SPOA foram integralmente atendidas dentro do exercício. Algumas dessas deliberações foram dirigidas à Secretaria-Executiva e ao Gabinete do Ministro que, por sua vez, repassaram à SPOA (vide registros no Quadro A.15.1). No que concerne ao Órgão de Controle Interno, não há registros de “Itens de Recomendação” no Relatório de Auditoria nº 201108999, relativo ao exercício de 2010. Assim, no Quadro A.15.3, foram reunidas apenas as recomendações constantes de ofícios do OCI, dirigidos à UJ/SPOA, e outra dirigida ao Chefe de Gabinete do Ministro. Não obstante, inexistem pendências. 	

CAPITULO I - PARTE “A”

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração			
Denominação abreviada: SPOA			
Código SIORG: 8932	Código LOA: 32101	Código SIAFI: 320002	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público (Administração Direta do Poder Executivo Federal)			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8.411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 2032-5646	(061) 2032-5101	(061) 2032-5678 (fax)
Endereço Eletrônico: spoa@mme.gov.br			
Página na Internet: http://www.mme.gov.br			

Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília-DF, CEP 70065-900	
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
- Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, publicado no DOU-1, de 10/11/2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
- Portaria nº 144, de 23 de junho de 2006, publicada no DOU-1 de 26/6/2006: aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva.	
- Portaria MME nº 459, de 1º de dezembro de 2009: altera o Regimento Interno da Secretaria-Executiva.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
- Os produtos e serviços da SPOA são executados de acordo com orientações e normas emanadas dos órgãos centrais dos sistemas federais estruturantes.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
320002	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF
320004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL
320005	Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH
320006	Setorial Contábil
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
320002	00001 – Tesouro Nacional
320004	
320005	
320006	
320016	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
320002	00001

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1 Competência Institucional

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, órgão integrante da estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 5.267, de 2004, e na Portaria Ministerial nº 144, de 2006, tem como competência regimental:

- ✓ *planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à organização e modernização administrativa, assim como as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais no âmbito do Ministério;*
- ✓ *orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, compreendendo o orçamento fiscal e o da seguridade social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;*
- ✓ *desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e*
- ✓ *realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.*

2.1.2 Objetivos Estratégicos

Durante o exercício de 2011, a SPOA manteve o propósito de buscar o cumprimento de suas atribuições regimentais, mediante o efetivo desempenho das funções atinentes ao órgão setorial dos sistemas federais (de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de pessoal civil, de serviços gerais, de organização e inovação institucional, de gestão de documentos de arquivos e de administração dos recursos de tecnologia da informação). Assim, reforçou a melhoria no suprimento das necessidades das unidades organizacionais desta Pasta, no tocante a recursos humanos, materiais e financeiros e tecnologia da informação, observadas as normas técnicas emanadas dos órgãos centrais dos respectivos sistemas.

Desse modo, mais uma vez, as ações da UJ foram pautadas na permanente observância dos seguintes objetivos específicos: (i) buscar a agilidade no atendimento de demandas das diversas unidades administrativas desta Pasta; (ii) promover a melhoria contínua da infraestrutura física e dos processos de trabalho; (iii) atuar com eficiência e transparência na gestão dos recursos orçamentários e financeiros; e (iv) incentivar a capacitação e o desenvolvimento do corpo funcional.

Nesse contexto, foi fixada como meta intermediária da SPOA: *otimizar a gestão de recursos do MME*, visando compor a aferição do desempenho institucional do Ministério, para o período de 1º de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011, conforme o disposto na Portaria nº 9, de 28 de outubro de 2011, do Secretário-Executivo.

Dando continuidade às ações empreendidas no exercício anterior, resumidamente, ressalta-se a abrangência dos principais resultados da UJ em 2011:

- modernização da infraestrutura predial e de tecnologia
- implementação de mecanismos de segurança física e de informação;
- otimização dos custos nas aquisições de bens e serviços;
- gestão orçamentária eficiente;
- manutenção da alta disponibilidade do ambiente tecnológico;
- melhoria das atividades de atendimento aos usuários de serviços de gestão interna;
- tratamento dos documentos de arquivos (massa documental);
- ampliação das ações de capacitação de recursos humanos; e
- assessoramento técnico nos assuntos de organização administrativa.

2.2 Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

No sentido de buscar o pleno cumprimento de suas responsabilidades institucionais, a atuação da SPOA esteve orientada para aprimorar sistematicamente o processo de articulação e interação com as demais unidades administrativas do MME e, ainda, com os órgãos centrais dos sistemas estruturantes do Governo Federal, mediante o desenvolvimento de atividades para atender o calendário e as demandas dos referidos órgãos.

Também como estratégia adotada, procurou intensificar os trabalhos junto ao corpo gerencial da SPOA, por meio de reuniões periódicas, para orientar a execução dos programas de governo sob sua responsabilidade, a observância de normativos, além de promover o processo de comunicação eficaz com os órgãos de controle. Assim, a fim de viabilizar a consecução dos objetivos e a otimização dos recursos na obtenção das metas físicas estabelecidas para os mencionados programas, a capacitação de servidores e a adequada distribuição deles nas unidades administrativas foram estratégias de atuação que contribuíram sobremaneira para a realização de ações exitosas nas áreas de competência da Subsecretaria.

Portanto, no exercício de 2011, a UJ empenhou-se em assegurar as condições necessárias para a manutenção e o funcionamento dos órgãos do Ministério, para que pudessem exercer, de forma ágil e eficaz, as funções institucionais estabelecidas no Decreto nº 5.267, de 2004, e na Portaria Ministerial nº 144, de 2006.

2.3 Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

A SPOA tem sob sua responsabilidade ações em dois Programas de atividades padronizadas da União: **0750 - Apoio Administrativo** e **0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União**, relacionados a seguir, por Programa.

O Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União, que tem por finalidade assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes, abrange a ação 181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis.

O Programa 0750 - Apoio Administrativo – tem por finalidade prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos. Em 2011, as ações orçamentárias a cargo da SPOA foram as seguintes:

i) Ação 2000 - Administração da Unidade

➤ Finalidade:

- Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
- Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

➤ Unidades Executoras: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

ii) Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

➤ Finalidade:

- Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.

➤ Unidade Executora: Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

iii) Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

➤ Finalidade:

- Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto nº 977, de 10/11/1993.

➤ *Unidade Executora: Coordenação-Geral de Recursos Humanos.*

iv) Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

➤ *Finalidade:*

- Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalhos e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

➤ *Unidade Executora: Coordenação-Geral de Recursos Humanos.*

v) Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

➤ *Finalidade:*

- Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

➤ *Unidade Executora: Coordenação-Geral de Recursos Humanos*

vi) Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

➤ *Finalidade:*

- Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.

➤ *Unidade Executora: Coordenação-Geral de Recursos Humanos*

vii) Ação 4572 - Capacitações de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

➤ *Finalidade:*

- Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

➤ *Unidade Executora: Coordenação-Geral de Recursos Humanos*

viii) Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

➤ *Finalidade:*

- Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para custeio do regime de previdências dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

➤ *Unidade Executora: Coordenação-Geral de Recursos Humanos*

Fonte: SIGPLAN

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo de Programa: Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Objetivos Específicos:						
Gerente:			Responsável: 92000 - Atividades Padronizadas			
Público Alvo: Governo						
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
122.917.072	139.312.072	133.786.056	124.656.008	9.129.963	124.310.478	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						

Fonte: SIAFI e LOA 2011

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo de Programa: Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes						
Objetivos Específicos:						
Gerente:			Responsável: 92000 - Atividades Padronizadas			
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
71.930.462	85.630.462	85.543.083	85.543.083	-	85.543.083	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						

-						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						

Fonte: SIAFI e LOA 2011

Análise Crítica

O contingenciamento não gerou efeitos negativos na execução orçamentária dos Programas de Governo da UJ ou no alcance dos indicadores de resultado. Não houve eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução desses Programas.

2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista (LOA 2011 + Créditos)	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012 (PLOA 2012)
04	301	0750	20CW – Assistência Médica – Exames Periódicos	0001	4	Servidor Beneficiado	573	433	573
25	301	0750	2004 – Assistência Médica e Odontológica	0001	4	Pessoa Beneficiada	1.914	2.117	2.368

25	30 6	075 0	2012 – Auxílio- Alimentação	000 1	4	Servidor Beneficia do	925	888	921
25	33 1	075 0	2011 – Auxílio- Transporte	000 1	4	Servidor Beneficia do	429	533	487
25	36 5	075 0	2010 – Assistência Pré-Escolar	000 1	4	Criança Atendida	56	44	53
25	12 8	075 0	4572 – Capacitação de Servidores	000 1	4	Servidor Capacitad o	270	378	270
9	27 2	008 9	181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões	000 1	4	Pessoa Beneficia da	(*)	1.609	(*)

Fonte: LOA 2011, PLOA 2012 e CGRH

Nota: As informações do quadro A.2.2 demonstram a execução física das ações realizadas pela UJ como responsável da gestão do contingente de recursos humanos do MME.

(*) Não há mais exigência de previsão.

Análise Crítica

No que concerne à ação “20CW – Assistência Médica – Exames Periódicos”, a previsão ficou abaixo do esperado, considerando que vários servidores requisitados realizaram exames periódicos na empresa de origem, bem como outra parte de servidores já faziam os exames de rotina por conta própria.

As ações “2004 – Assistência Médica Odontológica” e “2012 – Auxílio-Alimentação” permaneceram, praticamente, dentro dos números previstos, apesar do retorno de anistiados. Nesse sentido, importa ressaltar que não há como precisar o quantitativo de retorno de anistiados, especialmente, em face da necessidade de se aguardar a deliberação e publicação do ato autorizativo por parte da Comissão Especial Interministerial (de anistia), de lavra da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Quanto à ação “2011 – Auxílio-Transporte”, esta foi impactada pelo retorno dos anistiados.

Em relação à ação “2010 - Assistência Pré-Escolar”, permaneceu dentro da meta prevista e não foi impactada pelo retorno dos anistiados em razão da faixa etária desses empregados, que hoje compõem o “Quadro em Extinção do MME” e não possuem dependentes menores de 6 anos.

Os números atinentes à execução da ação “4572 - Capacitação de Servidores” em Processo de Qualificação e Requalificação, foram impactados pelas parcerias e acordos de cooperação técnica entre o Ministério de Minas e Energia e outros órgãos e empresas, gerando novas oportunidades/possibilidades para a capacitação dos servidores.

Por último, a execução da ação “181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões” permaneceu dentro dos números previstos.

2.3.3 Principais Resultados da Ação 2000 – Administração da Unidade

As ações do Programa **0750** (Apoio Administrativo) foram conduzidas pelas seguintes unidades que integram a estrutura regimental da SPOA: (i) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, (ii) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI e (iii) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH, conforme os resultados apresentados na sequência, por unidade administrativa, na respectiva área de atuação.

2.3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL

À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e instalações, comunicações administrativas, documentação bibliográfica, transporte, zeladoria e reprografia, bem como as inerentes à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na Unidade.

Na sua área de atuação, a CGRL desenvolveu alguns projetos e atividades de infraestrutura relevantes, com a finalidade de promover melhorias no edifício e oferecer conforto e segurança aos servidores e usuários dos serviços do MME, relacionados abaixo:

PROJETOS CONCLUÍDOS

- ✓ Adaptação da Portaria Principal do Edifício

Objeto: reforma e adaptação dos elementos constitutivos da portaria principal do edifício (instalações e arquitetura) e remodelagem do leiaute de atendimento (novo balcão).

Objetivo da Contratação: melhorar o controle do acesso e da saída de servidores, prestadores de serviço e visitantes ao prédio, bem como de bens pelo local.

Justificativa da Necessidade: para cumprimento de requisitos legais vigentes – Lei nº 10.098/2000, com relação à acessibilidade e ao incremento da segurança, a portaria principal passou por expressiva revitalização do leiaute, com remodelagem do balcão de atendimento e implantação de rampas de acesso para portadores de necessidades especiais.

✓ Modernização dos Banheiros do Edifício

Objeto: reforma dos banheiros do edifício.

Objetivo da Contratação: revitalizar as instalações hidrossanitárias de todos os banheiros do prédio (coletivos e privativos).

Justificativa da Necessidade: todos os banheiros coletivos e privativos do MME passaram por modificações, sendo revitalizadas as suas instalações hidráulicas e peças sanitárias, revestimentos, pavimentações e demais elementos de arquitetura, haja vista o desgaste pelo uso e ação do tempo. Além disso, esses recintos foram adaptados às exigências contidas na lei de acessibilidade, com previsão de espaço especial e adequado para os servidores e visitantes portadores de deficiência de locomoção.

✓ Sistema Ininterrupto de Energia (Nobreak)

Objeto: aquisição de sistema ininterrupto de energia (Nobreak).

Objetivo da Contratação: foi adquirido e instalado um sistema ininterrupto de energia (Nobreak), constituído de UPS modulares e de um conjunto de refrigeração de alta disponibilidade, para suprimento dos equipamentos ativos e passivos de rede de tecnologia da informação deste Ministério.

Justificativa da Necessidade: a sala cofre (CPD e o portal da internet do MME), as salas de telecomunicação (Communication Closets – switches de dados e voz/telefonía) e todas as estações de trabalho (microcomputadores) serão mantidas com suprimento de energia proveniente desses sistemas, com potência de 300 kw, em regime de redundância, com monitoramento via web (intranet). Desta forma, no caso de falta de energia por parte da concessionária (CEB), o sistema assumirá o fornecimento, evitando a paralisação de tais equipamentos, de vital importância para a continuidade do trabalho institucional desenvolvido pelo MME.

✓ Correção de Pontos de Infiltrações d'água nas Fachadas do Edifício

Objeto: serviços para instalação de pingadeiras metálicas nas platibandas superiores das fachadas leste e oeste do edifício.

Objetivo da Contratação: vedar a entrada d'água no encontro das esquadrias com as platibandas, e promover a recuperação do processo impermeabilizante da junta de dilatação existente entre as garagens dos blocos "U" (MME) e "R" (Ministério das Comunicações).

Justificativa da Necessidade: a dilatação existente entre as garagens dos blocos "U" (MME) e "R" (Comunicações) propicia infiltração d'água na laje e danos às respectivas estruturas prediais, situação que exige reparo imediato.

✓ Gestão de Documentos no MME

Objeto: desenvolvimento e implantação do Projeto de Gestão Documental no MME.

Objetivo da Contratação: implantar o Projeto de Gestão de Documentos e Processo no MME.

Justificativa da Necessidade: as informações produzidas, recebidas e acumuladas pelos órgãos e entidades da Administração Pública são instrumentos essenciais do processo de tomada de decisões, para comprovação de direitos individuais e coletivos e para registro da memória da organização, portanto, há que se desenvolver um projeto de gestão documental específico para tratamento e segurança da massa de documentos produzida e arquivada no Órgão.

Etapa concluída:

Implantação de um Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos, denominado Docflow (concluído em 2010) – veio substituir o sistema anteriormente existente (SICPD), com amplo ganho de eficiência, uma vez que permite o gerenciamento de todas as etapas do ciclo de vida dos documentos e processos, com os respectivos fluxos de tramitação. O sistema também possibilitou a cultura de classificação arquivística e de cadastro da documentação em todo o Órgão, o que facilita, além da recuperação da documentação e sua destinação final, o cumprimento do dever do poder público para com seus arquivos, definido na Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Desde a data de sua implantação, buscando atender às necessidades identificadas pelos usuários ou pela própria equipe gestora do Sistema, estão sendo desenvolvidas melhorias consideráveis de operacionalização e facilidades.

✓ Gestão de Documentos no MME

Etapas em andamento:

- (i) Tratamento técnico arquivístico da massa documental acumulada no MME, iniciado em agosto/2011, por meio da contratação de empresa especializada nos serviços que englobam a higienização, classificação, elaboração de tabelas de temporalidade e do plano de classificação, organização, acondicionamento, cadastramento em sistema informatizado de controle de processos e documentos, mapeamento de processos e digitalização. A execução destes serviços garantirá ao Ministério maior agilidade e precisão na recuperação das informações arquivadas, além de impedir o acúmulo desordenado de documentos e evitar que os arquivos se transformem em meros depósitos empoeirados de papéis. A conclusão desta etapa está prevista para o final de 2012.
- (ii) Adaptação da área localizada no 2º subsolo do edifício, que visa à revitalização das dependências do Arquivo Central. No final do exercício, foi contratada uma empresa especializada para execução dos serviços de reforma da área, o que possibilitará a implantação de outra etapa do projeto da gestão documental, qual seja, a instalação de arquivos deslizantes e demais serviços.
- (iii) Aquisição de arquivos deslizantes. Foi contratado, no final do exercício, fornecimento e instalação de arquivos deslizantes no 2º subsolo do edifício, incluindo dispositivos para climatização, temperatura e monitoramento do ambiente, a fim de transformar a sala de arquivos do MME em local adequado à longevidade da documentação existente e para melhorar o acondicionamento das respectivas caixas de arquivos, evitando o contato com o ambiente externo desfavorável à conservação do acervo documental.

✓ Mobiliário

Objeto: aquisição de mobiliário.

Objetivo da Contratação: substituir os mobiliários desgastados e atender às necessidades das unidades administrativas deste Ministério.

Justificativa da Necessidade: atender demandas das unidades por mobiliários mais adequados e renovados.

✓ Instalação de Barreira na Garagem

Objeto: instalação de barreira, para reforço da segurança da entrada do edifício, pela garagem.

Objetivo da Contratação: com a finalidade de delimitar e isolar a área de passagem da garagem e limitar o trânsito não autorizado pelo referido espaço físico, cuja configuração arquitetônica permite o ingresso fácil de pessoas e veículos às dependências do edifício. Foi contratado um serviço para instalação de uma barreira divisória, confeccionada em aço e vidro, para melhoria da segurança no local e o controle efetivo do acesso.

Justificativa da Necessidade: o livre trânsito de pedestres e carros pela garagem deixa o Ministério bastante vulnerável. Assim, mediante instalação dessa barreira, o MME poderá exercer melhor controle sobre o efetivo de pessoas e veículos que transitam por aquela via, somente permitindo o acesso pela garagem de pessoas e carros devidamente autorizados pela CGRL.

✓ Aparelhos de Ar Condicionado do Tipo Split

Objeto: aquisição de aparelhos de ar condicionado do tipo Split.

Objetivo da Contratação: para refrigerar as salas resultantes da adaptação dos locais onde estavam instalados os dutos do ar condicionado central do MME, foram adquiridos aparelhos de ar condicionado tipo Split.

Justificativa da Necessidade: a adequação de 24 salas, bem como de mais algumas que tiveram seus leiautes alterados, propiciou condições apropriadas de trabalho para servidores e anistiados recém-chegados ao Ministério, em consonância com a NR 17 do Ministério do Trabalho e Emprego (Ergonomia). O MME, ao dividir espaço com o Ministério do Turismo, perdeu 2 pavimentos de dependências, carecendo de ambientes de trabalho para alocar novos funcionários.

✓ Projeto de Sinalização Arquitetônica, Acessibilidade e de Rota de Fuga de Emergência.

Objeto: projeto de sinalização arquitetônica, acessibilidade e de rota de fuga de emergência.

Objetivo da Contratação: o projeto, contratado no final do exercício, apresenta soluções que devem propiciar fácil acesso às dependências do edifício, tanto para servidores, visitantes, funcionários terceirizados como ao público em geral, incluindo pessoas portadoras de deficiências físicas. O projeto contempla a indicação de uma rota de fuga de emergência, com segurança, de forma orientada, mediante a instalação de materiais de sinalização visual, observadas as normas técnicas de acessibilidade e a legislação vigente.

Justificativa da Necessidade: o MME carecia, há tempos, de sinalização mais adequada ao novo leiaute, bem como de sinalização visual para rota de fuga de emergência.

- ✓ Divisórias e Forros Acústicos em Gabinetes e Salas de Reuniões.

Objeto: aquisição e instalação de divisórias e de forros acústicos nos principais gabinetes e salas de reuniões do MME.

Objetivo da Contratação: foram contratados serviços para instalação de divisórias e de forros com tratamento acústico nos principais gabinetes e salas de reuniões do MME, para resguardar sigilo de matérias de trabalho tratadas nesses ambientes. O procedimento proporcionará, ainda, condições mais adequadas ao desenvolvimento dos trabalhos técnicos, que exigem silêncio, isolamento, concentração e segurança.

Justificativa da Necessidade: todos os ambientes de trabalho do Ministério são delimitados com divisórias simples. Esse material comum além de não vedar o som, propicia a divulgação inapropriada de assuntos sigilosos, que devem ser mantidos em reserva até ser autorizada sua divulgação pelas autoridades competentes.

- ✓ Adaptação da Área Localizada na Garagem para Instalar Centro de Convivência e Capacitação de Pessoal.

Objeto: adaptar área da Garagem.

Objetivo da Contratação: instalação de um Centro de Convivência e Capacitação de Pessoal na área da garagem do edifício do MME (no local que abrigava anteriormente componentes do ar condicionado central que foi desativado), dotado de laboratório de informática e de salas para realização de cursos, projeções e reuniões.

Justificativa da Necessidade: o MME requer um espaço para instalação de salas de capacitação. Assim, considerando que a garagem possui área adaptável, pretende-se instalar o Centro de Convivência e Capacitação de Pessoal naquela área.

- ✓ Instalação de Películas na Fachada Oeste do Prédio

Objeto: serviços para instalação de película na fachada oeste do prédio.

Objetivo da Contratação: reduzir o gasto com energia elétrica.

Justificativa da Necessidade: os serviços em questão visam controlar e diminuir a incidência da luz do sol no lado oeste do prédio, à semelhança da fachada leste. Onde há mais incidência de raios solares há maior consumo de energia devido ao intenso uso dos aparelhos de ar condicionado. Além

do mais, o edifício do MME foi objeto de um processo de “Etiquetagem do Nível de Eficiência Energética”, realizado pelo Laboratório de Controle Ambiental e Eficiência Energética da Universidade de Brasília, em conformidade com o Manual para Aplicação do Regulamento Técnico de Qualidade para Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos – RTQ-C (INMETRO), obtendo a Etiqueta Nível “C”, no ano de 2010. Entretanto, conforme explicitado no relatório final desse projeto, o nível de eficiência energética poderia evoluir para o Nível “B”, desde que houvesse investimentos no sentido de elevar a eficiência da envoltória predial, bem como a eficiência da iluminação do edifício, com a consequente redução de gastos com energia elétrica. Porém, na impossibilidade de realizar todas as ações sinalizadas no tal Relatório, em razão da restrição orçamentária que o Ministério sofreu, foi contratado o serviço de aplicação de película de proteção solar para instalação na fachada oeste do edifício.

✓ Renovação da Frota de Veículos

Objeto: aquisição de veículos.

Objetivo da Contratação: ampliar os serviços de transportes disponibilizados por este Ministério mediante a compra de mais 02 veículos para condução de autoridades do MME.

Justificativa da Necessidade: alguns veículos oficiais que compõem a frota do MME já possuem muitos anos de uso e, portanto, com alto custo de manutenção (antieconômicos para a Administração), assim faz-se necessário à substituição deles.

Obs.: Devidamente autorizado, conforme Aviso MP nº 296, de 3 de novembro de 2011.

✓ Projeto de Eficientização Energética no edifício do MME

Objeto: desenvolver e implantar o Projeto de Eficientização Energética no edifício do MME.

Objetivo da Contratação: reduzir o consumo e gasto com energia elétrica no prédio e possibilitar a etiquetagem de eficiência energética do edifício do Ministério no maior nível da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia.

Justificativa da Necessidade: com a aquisição de mais alguns equipamentos elétricos e o recebimento de novos servidores (anistiados e concursados) há maior dispêndio de energia e o aumento do custo com infraestrutura. Assim, foi idealizado um Projeto de Eficiência Energética para o MME, especificamente no que diz respeito aos sistemas de iluminação do prédio, cuja rede elétrica foi recentemente substituída, de modo a permitir redução dos custos e viabilizar o processo de etiquetagem da edificação no maior nível possível de eficiência energética da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, conforme Manual para Aplicação do Regulamento Técnico de Qualidade para Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos – RTQ-C (INMETRO).

A evolução na etiquetagem predial resulta do fator “economia de energia elétrica”, entre outros, com repercussão na diminuição de recursos de custeio e também ganhos ambientais.

Assim, o Projeto de Eficientização Energética tem por base a instalação de reatores dimerizáveis, com o objetivo de automatizar o processo de iluminação interna/externa, mediante instalação de um software de gestão, com controle de iluminação à distância e por sensores de detecção de iluminação natural e de presença, além da automatização das persianas em função da luz natural. A partir da automação tecnológica pretendida, haverá condições de uma gestão mais eficaz, da rede elétrica do MME.

Todavia, devido à indisponibilidade orçamentária necessária para abarcar o investimento, o Ministério buscou o apoio da Companhia Energética de Brasília – CEB, em função do dispositivo legal facultado pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, chegando mesmo a assinar um Termo de Compromisso (nº 001/2011, de 04/04/2011), para garantir a implementação do Projeto de Eficiência Energética do Prédio do MME, e assim alcançar impactos positivos no processo de etiquetagem que se propunha.

No entanto, em 21/12/2011, devido às dificuldades técnicas apresentadas pela CEB para elaboração do citado projeto nos moldes inicialmente ajustados com este Ministério, houve acordo para rescisão do aludido Termo e, conseqüentemente, iniciadas tratativas, por meio do Ofício nº 100/2011-SPOA/SE-MME, de 09/11/2011, com a Eletrobrás/Furnas para a viabilização do projeto em questão, por meio dessa entidade vinculada a este Ministério.

2.3.5 COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI tem como competência planejar, coordenar, promover e acompanhar as atividades, programas e projetos relativos à tecnologia da informação e, especificamente, orientar a formulação de estratégias e diretrizes de planejamento de tecnologia da informação para o Ministério; proporcionar aos órgãos do Ministério meios e recursos técnicos de tecnologia da informação que facilitem o desenvolvimento das atividades, bem como o acesso às informações e base de dados disponíveis; dimensionar e especificar as aquisições de equipamentos de informática, de software e de novas tecnologias, como também aprovar, tecnicamente, os processos pertinentes no âmbito do Ministério; e promover a manutenção do “site” do Ministério, na Internet e Intranet, em articulação com a Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro. Ainda, está a cargo da CGTI a condução das atividades de telecomunicações, conforme o disposto na Portaria SPOA nº 54, de 6/9/2010.

Na sua área de atuação, a CGTI desenvolveu alguns projetos e atividades para melhorar a infraestrutura de tecnologia do MME, e assim disponibilizar serviços de qualidade aos usuários, relacionados a seguir:

PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CONCLUÍDOS

➤ *Manutenção do Ambiente de Alta Disponibilidade (Sala Cofre Center)*

Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da conformidade técnica dos requisitos inerentes à Sala Cofre Center (ambiente de alta disponibilidade) instalada no térreo do edifício do Ministério de Minas e Energia, de acordo com suas certificações (Norma ABNT/NBR 15.247/2004 e Norma Europeia ECB-S/EN1047-2).

Objetivo da Contratação: resguardar a segurança de equipamentos, sistemas críticos e de dados e informações técnicas do Órgão. Sala-Cofre é uma unidade de armazenagem segura ou ambiente de alta disponibilidade para sistemas críticos. É composta de um aparato tecnológico e eletrônico moderno, com sistemas de fornecimento de energia elétrica ininterrupto e de detecção e controle de incêndio, climatização apropriada e controle computadorizado de acesso de pessoas, de forma a propiciar infraestrutura e segurança física 24x7x365.

Justificativa da Necessidade: é grande a quantidade de informações relevantes para o desenvolvimento de políticas e programas a cargo da pasta de Minas e Energia, sendo, por isso, indispensável resguardar os arquivos da documentação eletrônica produzida, sob pena de comprometimento das atividades finalísticas do Ministério, no caso de perda de dados. Por essa razão, o ambiente da Sala Cofre e seus respectivos dispositivos foram projetados para propiciar total proteção aos hardwares, arquivos e dados eletrônicos lá processados e armazenados. No entanto, para preservar a integridade e o funcionamento do conjunto desses elementos técnicos, faz-se necessária a manutenção técnica e testes constantes.

➤ *Ampliação da Banda Passante - Link de Acesso para Internet*

Objeto: instalação de link de comunicação com a Internet, com banda passante de 100 Mbps (provedor GVT), em substituição ao link então existente (Embratel, com banda de apenas 34 Mbps).

Objetivo da Contratação: racionalizar gastos, além de oportunizar acréscimo de banda em número de acesso extremamente significativo; o valor praticado pela GVT nessa contratação representa uma economia da ordem percentual de 90,72% do Mbps, em comparação com o valor pago no contrato anteriormente celebrado com a Embratel.

Na mesma proporção em que se aumentam os links para acesso, crescem também os serviços prestados que deles demandam, a exemplo da videoconferência que, a cada dia, se torna mais popular e necessária aos servidores que optam por realizar reuniões na forma virtual, propiciando economia com diárias e passagens.

Justificativa da Necessidade: para suprir a demanda crescente de comunicação, as instituições são obrigadas a aumentar a capacidade de banda passante de seus links de comunicação. Assim, apesar dos links terem sofrido aumentos significativos no MME, a banda passante continuava, em horário de pico, insuficiente para atendimento de toda a demanda, situação que reduzia consideravelmente a qualidade das conexões com a Internet. Com isso, para evitar futuros transtornos de indisponibilidade e imprimir melhor qualidade aos serviços prestados, além de preços mais condizentes, buscou-se soluções com circuito Internet de 100 Mbps.

➤ *Equipamentos Servidores*

Objeto: aquisição de equipamentos servidores da marca Dell, com 26 lâminas blade instaladas, com possibilidade de expansão de até 19 lâminas, e mais 04 equipamentos Dell R910.

Objetivo da Contratação: substituir os 11 servidores da IBM adquiridos em 2006, responsáveis pela manutenção de diversos serviços, tais como: portal do MME, servidores Newave, servidor de banco de dados etc., que se encontram bastante defasados tecnologicamente, bem como ampliar a capacidade de processamento do parque tecnológico do Ministério.

Justificativa da Necessidade: após avaliação do ambiente servidor do MME quanto à obsolescência tecnológica e confiabilidade, a CGTI deliberou por substituir os equipamentos com muito tempo de uso, tendo em vista seu alto custo de manutenção, indisponibilidade de peças de reposição no mercado e o vencimento do prazo de garantia. Ademais, é crescente a demanda de usuários das áreas finalísticas por software do tipo Newave, ferramenta importante para elaboração de complexos cálculos de vazão de barragem, geração de energia por turbina de usina hidrelétrica etc. Dessa forma, para atendimento das áreas finalísticas, em especial, foi preciso compatibilizar a demanda/consumo de processamento pelos próximos 24 meses, com margem de segurança.

➤ *Sistema de Controle de Banda Passante*

Objeto: aquisição de equipamentos denominados Gerenciadores de Tráfego.

Objetivo da Contratação: garantir a utilização racional dos links de comunicação, restringindo seu acesso de acordo com a real necessidade do Órgão. O gerenciamento do tráfego vai permitir a criação de grupos de usuários, atribuindo a eles o perfil adequado para acesso à Internet, com alta

capacidade para diferenciar privilégios e restrições de acesso, podendo ser definidos ou padronizados sites ou protocolos autorizados na rede Mundial.

Justificativa da Necessidade: a internet é um excelente recurso de comunicação, porém, devido à liberdade de acesso para todos os usuários como ferramenta de trabalho, o Órgão está propenso aos danos decorrentes de acessos a conteúdos inapropriados, proibidos, perigosos ou desnecessários (pornografia, pedofilia, ataques de hackers, filmes, clipes etc). Para coibir atitudes inadequadas dos usuários e prevenir invasões à rede, foi preciso incorporar um conjunto de equipamentos denominados Gerenciadores de Tráfego à infraestrutura tecnológica do MME. Essas ferramentas permitem a criação de grupos de usuários, atribuindo aos mesmos o perfil adequado de acesso à Internet, com alta estratificação, podendo até definir sites ou protocolos com acessos permitidos na rede Mundial. Dessa forma, os gerenciadores garantem a utilização racional dos links de comunicação, compatibilizando a restrição do acesso com a real necessidade do Ministério.

➤ *Equipamentos Scanners*

Objeto: aquisição de equipamentos scanner de alta performance.

Objetivo da Contratação: suprir os Protocolos Setoriais e o Protocolo-Geral do MME de equipamentos scanner, de modo a auxiliar o sistema de gerenciamento eletrônico de documentos e processos – Docflow, na captação de informações não produzidas por meio eletrônico.

Justificativa da Necessidade: o MME utiliza o sistema gerenciamento eletrônico de documentos e processos – Docflow, que implementou uma solução de GED e de Workflow no seu ambiente, permitindo a criação/inserção de todo o acervo documental do Ministério em banco de dados. Entretanto, para fazer uso efetivo desse sistema, com total controle da tramitação da massa documental produzida fora do sistema em anos anteriores, é indispensável adquirir um número maior de equipamentos scanners para suprir as diversas unidades de protocolos setoriais do Órgão.

➤ *Solução de Firewall*

Objeto: aquisição de equipamentos firewall redundantes.

Objetivo da Contratação: substituir os atuais equipamentos, que se encontram descontinuados e defasados tecnologicamente, por uma solução de segurança baseada na tecnologia do fabricante Fortinet, para maior proteção preventiva da rede-MME contra qualquer tipo de ataque ou invasão.

Justificativa da Necessidade: o livre acesso à Internet e a alta disponibilidade do ambiente tecnológico do MME impõem a necessidade de maior controle por meio de barreiras de proteção, tais como as restrições de ordem seletiva. Nesse sentido, a nova solução adquirida possui dispositivos capazes de estabelecer regras para acessos em ambientes corporativos, mediante análise dos pacotes e verificação dos níveis de permissão concedidos a cada usuário. Esse tipo de segurança, para proteção perimetral de informações, trará os seguintes benefícios:

- Atualização e ampliação da capacidade dessa solução em relação a desempenho, funções tecnológicas e gerenciamento das ameaças.
- Ampliação da solução de forma a permitir a criação de canais de comunicação criptografados para interconexão com os parceiros de negócios deste Ministério, proporcionando com isso agilidade no processo decisório das áreas finalísticas.
- Aderência às normas complementares da Instrução Normativa nº 1 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR.
- Manter a conformidade com as normas complementares do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- Proporcionar menor tempo de acesso a sítios na internet, bem como eficiência da banda destinada ao acesso à internet.
- Implementar barreiras de proteção para controle de acesso aos serviços da rede corporativa.

➤ *Cadeados para Microcomputadores*

Objeto: aquisição de cadeados para microcomputadores.

Objetivo da Contratação: proteção dos componentes acessórios dos microcomputadores.

Justificativa da Necessidade: todos os equipamentos microcomputadores em uso no MME possuem monitor LCD, e são da marca Hewlett Packard, um dos maiores fabricantes de hardware do mundo, com qualidade internacionalmente reconhecida. No entanto, a miniaturização dos componentes que os integram, seu ponto forte, propicia grande valorização no mercado local, situação que os deixam vulneráveis a furtos. Assim, para assegurar a integridade desses equipamentos, já que não possuem dispositivo para travamento de gabinetes e cabeamentos, foi preciso adotar procedimento básico de segurança, mediante aquisição e instalação de cadeados

para tranca dos gabinetes e monitores de LCD, de forma a propiciar travamento simultâneo dos cabos de interfaces externas, impedindo assim sua abertura e dificultando movimentações não autorizadas, preservando-os contra ações danosas.

➤ *Segurança Física do MME*

Objetivo: aquisição de software para incremento da segurança física do MME, com integração de várias soluções tecnológicas (acesso, crachá, patrimônio etc.).

Objetivo da Contratação: garantir a segurança física dos órgãos abarcados pelo edifício (MME e MTur), inclusive com a modificação dos leiautes das portarias de acesso ao prédio (trabalho executado em conjunto pela CGTI, CGRH e CGRL, com algumas etapas já concluídas).

Justificativa da Necessidade: a vulnerabilidade de segurança do prédio é item de constante preocupação dos atuais gestores. Assim, não obstante a liberdade de acesso do cidadão a um prédio público, faz-se necessário controlar o trânsito e a movimentação de servidores, prestadores de serviços, estagiários, visitantes e demais transeuntes com interesses no Órgão. Tudo isso levou à idealização e execução do projeto em comento, para implementar melhorias no controle do acesso e melhorar a segurança do prédio.

Etapas Concluídas:

- (i) Integração do sistema de controle de acesso e de CFTV ao sistema RFID, esse último já adquirido e instalado, para permitir o monitoramento em tempo real de qualquer visitante ou servidor nas instalações do MME, podendo ser rastreado seu deslocamento, definidos locais permitidos de acesso ou até mesmo horários em que poderão ser utilizados os crachás de acesso;*
- (ii) Geração de imagens do CFTV, a qualquer momento, em ambiente WEB (podendo ser acessado, por pessoas autorizadas, remotamente), em alta definição, garantindo total controle sobre todos os ambientes do MME, inclusive com visão da área externa; e*
- (iii) Fechamento da área da garagem (a cargo da CGRL), de forma a restringir o acesso do pessoal não autorizado por aquela via, direcionando a entrada no edifício somente pela portaria principal.*

Etapas em Andamento:

- (i) Implantação de catracas eletrônicas na portaria principal, de forma a identificar pessoas que portarão tags RFID;*
- (ii) Aquisição de sistema para controle de acesso, a ser utilizado na portaria principal e na portaria privativa, destinado à identificação de pessoas, do patrimônio móvel e dos objetos que venham a adentrar o ambiente do MME/MTUR; e*

(iii) *Aquisição de sistema de gestão de imagens CFTV.*

✓ *Licenciamento de Sistema Operacional Red Hat e Servidor de Aplicação JBoss*

Objeto: aquisição de licenciamento de Sistema Operacional Red Hat e Servidor de Aplicação JBoss, com suporte técnico e atualização.

Objetivo da Contratação: garantir a atualização tecnológica da ferramenta e a manutenção dos demais sistemas do MME.

Justificativa da Necessidade: o MME passou a utilizar o sistema Linux Red Hat (software livre), como sistema operacional de diversos servidores (servidores de aplicações, servidores Newave, servidores DNS e do servidor de aplicações JBoss), sistema operacional adequado para rodar aplicações desenvolvidas na plataforma Java, que foi escolhida como padrão de desenvolvimento por este Órgão. Tendo em vista a criticidade do ambiente/MME, optou-se pela subscrição de Red Hat Enterprise Linux Advanced Platform Premium, Red Hat Enterprise Virtualization for Servers, Red Hat Network Satellite e Red Hat Network Monitoring, Provisioning and Management, JBoss Application Platform, com suporte Premium, Jboss Operation Network Core Management, e Jboss on Monitoring, uma vez que esse tipo de contratação disponibilizará suporte técnico do fabricante ao MME e atualização tecnológica do produto durante o período do contrato.

✓ *Certificados Digitais*

Objeto: aquisição de Certificados Digitais.

Objetivo da Contratação: implantação de conexão segura, através do protocolo Secure Sockets Layer – SSL, por meio da aquisição de Certificados Digitais.

Justificativa da Necessidade: nos últimos anos, foram implantados diversos sistemas no MME, objetivando a disponibilização de informações institucionais em apoio ao processo de tomada de decisão das autoridades deste Ministério, bem como para possibilitar o acesso da sociedade às informações atinentes à pasta de Minas e Energia. No entanto, alguns dados são de acesso restrito, como aqueles relacionados ao acompanhamento dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, pelo menos até sua validação pela Casa Civil da Presidência da República. Assim, para garantir o nível de sigilo adequado e uma conexão mais segura, é indispensável adquirir certificados com cifragem única de 128 bits, com PKI gerenciada, que garanta o ciclo de vida dos certificados e seu status em tempo real (24 horas por 7 dias da semana).

✓ *Ampliação da Capacidade de Armazenamento do Storage Netapp*

Objeto: aquisição de storage Netapp e discos adicionais.

Objetivo da Contratação: ampliar a capacidade de armazenamento do Storage Netapp.

Justificativa da Necessidade: o Storage do MME é responsável pela guarda de todas as informações, e ainda, pela manutenção da estrutura de backup e retenção das informações pelo prazo de 6 (seis) meses, com permissão de acesso a qualquer dado por dia específico, dentro desse período. Entretanto, a necessidade de retenção do backup, aliado ao crescimento vegetativo das informações geradas pelas diversas áreas exigem ampliação de discos disponíveis, mediante o aumento de quatro enclosures de 14 discos Fibre Channel e quatro enclosures de 14 discos SATA. Tal aumento de disco para o storage foi planejado para suportar a demanda do Ministério até julho de 2012, quando será realizada nova avaliação do sistema de discos.

✓ *Equipamento Intrusion Prevention System – IPS*

Objeto: aquisição de equipamento Intrusion Prevention System – IPS

Objetivo da Contratação: prevenir a intrusão, aumentando a capacidade de proteção e bloqueio de novas ameaças.

Justificativa da Necessidade: diante da crescente sofisticação das ameaças eletrônicas, faz-se necessário implementar os controles especificados nos relatórios de análise e avaliação de riscos do MME, já que o equipamento antigo (adquirido em 2009), não mais atende por completo às necessidades de segurança do Órgão, por se encontrar bastante defasado tecnologicamente. Como solução, foram adquiridos novos equipamentos IPS, que permitem a manutenção da eficiência e da qualidade do sistema de prevenção à intrusão, mediante aumento de sua capacidade de proteção e bloqueios a novas ameaças, e ainda, com as seguintes vantagens:

- *Aderência às normas complementares do Governo Federal, em especial à Norma Complementar nº 07/IN01/DSIC/GSIPR, que estabelece diretrizes para implementação de controles de acesso relativos à Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta;*
- *Apoio ao processo de gestão de riscos do Órgão;*
- *Economicidade, haja vista que o investimento foi feito em solução com base gerencial já instalada há mais de cinco anos.*

✓ *Softwares Diversos*

Objeto: aquisição de softwares diversos.

Objetivo da Contratação: prover um ambiente tecnológico mais atualizado e adequado ao atendimento das necessidades dos usuários do MME, propiciando legalização das licenças em uso.

Necessidade da Contratação: em face das constantes evoluções tecnológicas da área de tecnologia da informação, as licenças ou softwares sofrem atualizações na origem, por ação dos respectivos fabricantes. Isso impõe aos órgãos usuários a obrigação de atualizar, além das versões dessas licenças em uso, os ambientes tecnológicos onde foram instaladas, de forma a possibilitar incorporação de novas funcionalidades. Ante esse cenário, a CGTI efetuou o levantamento de

necessidades por softwares no MME, para viabilizar a aquisição de novas licenças e atualizar as versões em uso. O conjunto de licenças legalmente permitidas e efetivamente instaladas, no Ministério, a partir de 2011, é o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.
1	Adobe Acrobat Professional 9	73
2	Adobe Dreamweaver CS4	1
3	Adobe Suite Design Standard CS4	9
4	Adobe Suite Design Standard CS4	3
5	Adobe Photoshop CS4	19
6	Autocad 2010	16
7	Corel Draw Graphics Suite X4	37

✓ *Sistema Antivírus*

Objeto: aquisição de novo Sistema Antivírus.

Objetivo da Contratação: coibir quaisquer ameaças de ataque, por instalação de vírus, ao ambiente tecnológico do MME.

Necessidade da Contratação: as principais ameaças aos ambientes de tecnologia da informação nos tempos atuais são os vírus de computador. Tais vírus constituem-se de programas que podem ser executados em equipamentos sem serem notados pelos usuários, com consequências de danos ao conteúdo de dados do equipamento e proliferação para outros computadores por vários meios de disseminação. Ameaças desse tipo encontram-se hoje altamente sofisticadas e carecem de combate eficaz, por meio de solução atualizada, que permita aos administradores garantir a disponibilidade segura dos serviços de rede local (Internet e Intranet). A solução anteriormente utilizada – TrendMicro, vinha apresentando deficiências de ordem técnica, dando ensejo a ocorrência de algumas vulnerabilidades. Ademais, há que se considerar, é crescente o aumento da capacidade de produção e de vazão de tráfego do ambiente de infraestrutura de rede do MME, mediante o incremento dos serviços de publicação para atender novas demandas, situação que, por si só, impõe a necessidade de complemento dos itens de segurança de rede do Órgão. Assim, optou-se por adquirir uma solução mais abrangente e atualizada – da McAfee, para coibir vulnerabilidades atuais e sem comprometimento da disponibilidade e da credibilidade dos serviços de rede ofertados, além de oportunizar a incorporação de novas ferramentas de detecção e combate à intrusão.

Essa solução tem-se mostrado extremamente confiável e está sendo utilizada por vários outros órgãos públicos.

✓ *Substituição do Sistema de Telefonia do MME*

Objeto: contratação de Serviços de Telefonia com os seguintes itens:

- *Grupo 1 – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na Modalidade Local através de entroncamento digital;*
- *Grupo 2 – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na Modalidade Local através de linhas diretas analógicas;*
- *Grupo 3 – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na Modalidade Longa Distância Nacional e Internacional;*

Objetivo da Contratação: substituir o atual sistema de telefonia e contratos decorrentes, com preços onerosos e de difícil gestão, por outros com preços mais atraentes e com serviços melhor especificados e de fácil acompanhamento.

Necessidade da Contratação: os contratos de telefonia anteriores, celebrados com as empresas Embratel (Contratos nº 30/2008 e 17/2007) e Brasil Telecom (Contrato nº 16/2007) eram financeiramente desvantajosos para o contratante e os serviços não estavam bem definidos, o que dificultava as ações de fiscalização. Para sanear essas dificuldades, e tendo em vista que o mercado hoje concorre com várias outras operadoras de serviços de telefonia, optou-se por efetivar novas contratações, desta feita com serviços melhor definidos. O Resultado dessa empreitada é que foram auferidos preços menores, com ganhos financeiros da ordem percentual de 6,25% a 91,77%, ofertados pelas seguintes empresas:

- *Grupo 1 – Intelig Telecomunicações Ltda;*
- *Grupo 2 – Brasil Telecom S.A.;*
- *Grupo 3 – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – Embratel.*

PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM ANDAMENTO

➤ *Videoconferência*

Objeto: aquisição de equipamentos de videoconferência.

Objetivo da Contratação: substituir os equipamentos de videoconferência em uso no MME e prover novos ambientes de reunião.

Justificativa da Necessidade: os equipamentos antigos se encontram defasados, além disso, são insuficientes para atendimento de toda a demanda do MME pela ferramenta de videoconferência, excelente meio de comunicação e de interação entre os Órgãos, inclusive com aqueles sediados em outras unidades da federação. A presente aquisição contribuirá, ainda, para reduzir gastos com passagens e diárias e trará ganhos técnicos para o Ministério, tais como:

- (i) *Realização de videoconferência multiponto, denominado MCU – Multipoint Control Unit e utilizam imagens em alta definição – HD;*

- (ii) *Gravação digital da videoconferência, permitindo acesso posterior ao conteúdo gravado para conferência dos temas deliberados em reunião dos participantes, detalhamento do conteúdo etc, no modelo de “ata digital”;*
- (iv) *Gravação de depoimentos do Senhor Ministro, ou de qualquer outra autoridade do Órgão, com posterior disponibilização da gravação no site do MME ou em qualquer outro meio de comunicação, por intermédio de solução de Media Center.*

➤ *Equipamentos Switch*

Objeto: aquisição de equipamentos switch e solução de controle de segurança.

Objetivo da Contratação: imprimir melhorias no ambiente computacional do MME.

Justificativa da Necessidade: a área de TI se desenvolve com uma velocidade enorme, assim, para que a CGTI possa oferecer serviços de qualidade aos usuários, é preciso atualizar equipamentos, serviços e softwares. A aquisição em tela trará ganhos técnicos para o Órgão, a exemplo de:

- (i) *Aumento do índice de disponibilidade dos serviços de rede a todos os usuários;*
- (ii) *Expansão do número de portas de acesso à rede corporativa, para atender à demanda crescente de usuários e dos dispositivos conectados à rede;*
- (iii) *Aumento dos controles de segurança de acesso à rede de modo a mitigar os riscos de ataque aos serviços corporativos disponibilizados aos usuários; e*
- (iv) *Coleta, análise e correlação de todos os eventos de segurança gerados pela infraestrutura de rede, para identificar rapidamente um ameaça e bloquear sua ação junto aos serviços de rede corporativa.*

➤ *Notebooks e Tablets*

Objeto: aquisição de equipamentos notebooks e tablets.

Objetivo da Contratação: esses equipamentos serão disponibilizados às diversas autoridades do MME, para facilitar o desempenho de suas funções, em face da possibilidade de acesso remoto aos dados e informações técnicas armazenados no Órgão, como também aos sistemas corporativos e correio eletrônico, otimizando o trabalho desses gestores.

Necessidade da Contratação: é da competência da CGTI suprir as necessidades das autoridades da pasta de Minas e Energia por ferramentas e recursos tecnológicos, que os auxiliem no desempenho e na otimização de suas atividades regimentais (Ministro, Secretário-Executivo, Secretários das áreas finalísticas e Diretores de Departamentos). Nesse aspecto, os equipamentos multitarefas, quais notebooks e tablets que se pretende adquirir, oferecem recursos técnicos e funcionalidades que propiciarão grande mobilidade aos usuários em reuniões internas, nos deslocamentos da sede ou em viagens nacionais e internacionais. Também, trazem conforto e ganhos na otimização do tempo, em

face da simplicidade no manuseio e na operacionalização deles, do processamento ao alcance das mãos e da liberdade de movimento. Isso sem contar que prescindem da utilização de acessórios e ferramentas agregadas, pois são dotados de dispositivos que possibilitam o exercício de quaisquer atividades projetadas para thin-client (e-mail, elaboração de documentos, apresentações, ferramentas corporativas, entre outras).

Desenvolvimento de Sistemas

Em atendimento às demandas das unidades organizacionais do MME, foi realizado o desenvolvimento e (ou) melhorias nos seguintes sistemas corporativos:

SISTEMA	UNIDADE	FINALIDADE
Ouvidoria – 1ª, 2ª, 3ª, 4ª release	GM/Ouvidoria	Gerencia todas as manifestações recebidas pela Ouvidoria e ou tramitadas para as áreas competentes. Possibilita o acompanhamento por meio de consultas, relatórios e questionários, com o intuito de aprimorar os serviços prestados.
Portal Wap	GM/ASCOM	Disponibiliza informação na internet mobile sobre o MME e as Secretarias, na forma de um Portal, com soluções eficazes para atender às necessidades do Ministério, relacionadas à publicação de informações para o público externo. Exibe todas as notícias das Secretarias e do MME, possibilita ao usuário detalhar uma notícia desejada, de acordo com o conteúdo do Portal do MME.
SISTEMA	UNIDADE	FINALIDADE
WebPac – 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª release	SEE/DMSE	O Sistema disponibiliza, de forma resumida, as informações dos empreendimentos de cada um dos programas do PAC.
STGE – 9ª, 10ª release	SEE/DMSE	Sistema único para cadastro e atualização de informações acerca do andamento dos empreendimentos sob a gestão do MME, incluindo o controle transacional e de máquinas. Esse sistema permite uma visão gerencial de todos os empreendimentos do setor de Geração de Energia Elétrica, que também integram o PAC.
Registro de Eventos - 1ª, 2ª, 3ª release	SPOA/CGRH	Sistema único para cadastro e acompanhamento de todos os eventos oferecidos pela CGRH e ministrados por empresas conveniadas com o MME.
SGRH– Cadastro Pessoal – 1ª release	CGRH	Ponto de entrada e saída das informações de servidores, consultores, estagiários e terceirizados do MME. Estas informações estão em um local unificado para que sejam utilizadas por outros sistemas e serviços do MME.
Auxílio Moradia –	CGRH	É um módulo do sistema gerencial de recursos humanos, ferramenta de registro e controle da concessão do benefício aos servidores do MME, ocupantes de função comissionada a partir

Melhorias		de DAS-4.
Portal MME - Melhorias	ASCOM	Melhorias no Portal para atender os requisitos do governo eletrônico utilizando modernas tecnologias e soluções para portais, pautadas nas melhores práticas de usabilidade na Web.
Painel de Indicadores	CGTI	Disponibilidade e confiabilidade nos resultados e informações apresentados, recursos escaláveis e integrados com manutenção facilitada. Maior disponibilidade da solução e melhor tempo de resposta com flexibilização e customização da interface.
Lavras (Iniciação)	SGM	Flexibilidade e simplicidade na manipulação das informações. Disponibiliza informações do formulário de lavras no portal do MME, de forma automática, sempre que for cadastrado/atualizado no sistema.

2.3.6 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH

À Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar as atividades pertinentes a recursos humanos, compreendidas as de administração e desenvolvimento de pessoal, de assistência médica, odontológica e psicossocial, segundo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, e, ainda, as de programação e execução orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral.

Na condição de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, a CGRH tem, ainda, como incumbência subsidiar a elaboração de projetos relacionados com políticas e desenvolvimento de recursos humanos e suprir as necessidades de pessoal no âmbito do Ministério.

Todas as ações realizadas pela área de recursos humanos, em 2011, tiveram como meta a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados por esta Instituição, com foco no desenvolvimento permanente do servidor e na adequação das competências requeridas aos objetivos institucionais deste Ministério.

As atividades da Coordenação-Geral decorrem da execução das ações do Programa **0089** (Previdência de Inativos e Pensionistas da União) e do Programa **0750** (Apoio Administrativo). O primeiro contempla a Ação 0181 (Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis) e o outro abrange sete ações a cargo da CGRH. Assim, as ações dos Programas estão relacionadas abaixo, com os resultados a elas vinculados, além das metas realizadas em 2011, apresentadas no Quadro A.2.2 (fls. 18).

Ação 4572 - Capacitações de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Integram as atividades básicas da CGRH:

- Anistia, enquadramento e reintegração de ex-empregados de empresas vinculadas ao MME, extintas ou privatizadas;
- Aposentadorias e pensões;
- Cadastro, pagamento, legislação de pessoal e instrução de processos judiciais;
- Desenvolvimento de recursos humanos, benefícios, seguridade e medicina social;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Provimento, vacância, classificação e lotação de cargos.

Tabela 133 – Quadro Geral de Pessoal

QUADRO DE PESSOAL DO MME		
SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	%
Ativo Permanente	295	10,56
Aposentado	793	28,38
Requisitado Administração Direta	32	1,15
Nomeado cargo em comissão	148	5,30
Natureza Especial	1	0,04
Membros de Poder e agentes políticos	1	0,04
Cedido	94	3,36
Requisitado Administração Indireta	49	1,75
Exerc. Descentralizado de Carreira	66	2,36
CLT anistiado Judicial	28	1,00
CLT anistiado Decreto	410	14,67
Beneficiário de Pensão	815	29,17
Estagiário	62	2,22
TOTAL	2.794	100
QUADRO DE PESSOAL DA SPOA		
SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	%
Ativo Permanente	162	59,34
Requisitado Administração Indireta	2	0,73
Nomeado cargo em comissão	21	7,69
Requisitado Administração Direta	10	3,66
Exerc. Descentralizado de Carreira	12	4,40
CLT anistiado Judicial	9	3,30
CLT anistiado Decreto	32	11,72
Estagiário	25	9,16
TOTAL	273	100

Fonte: SIAPE

Tabela 134 – Pessoal em Exercício nas Áreas Finalísticas e de Suporte do MME

DESCRIÇÃO	2008		2009		2010		2011	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Pessoal na área finalística	196	33,16	211	33,49	259	37,65	245	35,25
Pessoal na área meio	395	66,84	419	66,51	429	62,35	450	64,75
Total Geral	591	100	630	100	688	100	695	100

Fonte: SIAPE/SGRH

➤ Retorno de Pessoal Anistiado nos termos da Lei nº 8.878/94

O processo de retorno dos anistiados por força da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, iniciado em 2008, com o pessoal advindo da extinta Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras – CAEEB e da extinta Siderurgia Brasileira – SIDERBRAS, persistiu no exercício de 2011. Por essa razão, o Órgão desenvolveu exaustivo trabalho buscando agilizar a efetivação do ingresso de anistiados aos quadros do MME, além de atender todas as demandas de revisões provocadas por esse contingente de pessoal, com a maior presteza possível.

Nos meses de novembro e dezembro de 2011, foi deferido o retorno ao serviço de 73 (setenta e três) empregados oriundos da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, para compor quadro especial em extinção do Ministério de Minas e Energia, sob o regime celetista (Decreto-Lei nº 5.452/1943), dos quais 45 (quarenta e cinco) entraram em exercício de 2011.

➤ Admissão/Exercício de Analistas de Infraestrutura

Tabela 135 – Admissão/Exercício de Analistas de Infraestrutura

UNIDADE	ANALISTA DE INFRAESTRUTURA			
	ALOCAÇÃO 1º CONCURSO (Admissão)	ALOCAÇÃO 2º CONCURSO (Exercício)	TOTAL	% DE ALOCAÇÃO
GM	1	2	3	7,07
SE	6	5	11	11,10
SPE	16	8	24	24,24
SEE	15	8	23	24,24
SGM	14	0	14	18,20
SPG	7	6	13	15,15
TOTAL	59	29	88	100,00

Fonte: SGRH

O quantitativo de técnicos (Analistas de Infraestrutura) alocados no MME ainda é insuficiente para suprir todas as necessidades das áreas finalísticas. Apesar da absorção de mais 39 profissionais, no segundo semestre de 2010, consequência do concurso público realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a recomposição dos quadros de especialistas de vários órgãos da Administração Direta, a deficiência por pessoal técnico especializado continua, em face da desistência desses profissionais pela carreira.

A partir de junho de 2011, foram registradas saídas de 12 (doze) técnicos (dois da primeira alocação e dez da segunda), devido à convocação por outro órgão pela aprovação em concurso público diverso (ANEEL).

➤ Despesas Realizadas com Pessoal do MME

Tabela 136 – Despesas de Pessoal do MME

DESPESAS COM PAGAMENTO DE PESSOAL - MME (R\$)			
DISCRIMINAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA	2009	2010	2011
APOSENTADORIAS E REFORMAS	43.759.521,66	48.220.424,11	51.611.648,83
PENSÕES	26.099.573,22	30.196.943,40	33.565.251,91
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	102.926,05	99.721,94	102.415,64
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	47.913.307,94	61.891.207,70	61.725.153,85
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.819.711,28	8.167.103,19	8.384.496,34
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	90.868,39	97.724,84	155.386,95
SENTENÇAS JUDICIAIS	454.769,77	362.896,28	388.543,33
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.279.739,51	1.818.955,53	2.453.665,22
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	14.913.924,71	14.645.596,20	20.121.572,50
APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.813.682,37	5.053.736,94	5.194.318,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	145.248.024,90	170.554.310,13	183.702.452,70
TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.563.145,00	2.508.464,00	2.592.250,80
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	18.692,99	102.004,34	7.329,71
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESS. CIVIL	940.032,50	0,00	0,00
AUXÍLIO-CRECHE	59.218,25	59.759,75	56.444,25
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	299.170,84	339.380,67	393.735,45
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	509.877,53	584.709,80	526.511,12
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.661.407,06	3.345.922,38	3.272.848,33
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	2.132,00

AUXÍLIO-TRANSPORTE	943.089,42	883.473,78	725.950,90
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.264.231,47	1.115.917,63	1.199.688,72
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.258.865,06	8.939.632,35	8.776.891,28
TOTAL	152.506.889,96	179.493.942,48	192.479.343,98

Fonte: SIAFI

➤ Recadastramento de Servidores Aposentados e de Beneficiários de Pensão

O Decreto nº 7.141, de 29 de março de 2010, regulamentou a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas da União que recebem proventos ou pensões à conta do Tesouro Nacional.

Pelo teor da mensagem “Comunica Geral nº 543782” transmitida, via SIAPE, em 2 de março de 2011, os órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC foram orientados a procederem a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas (Beneficiários de Pensão) até que sejam concluídos os fluxos complementares necessários ao cumprimento do Decreto nº 7.141, de 2010, por parte da SRH/MPOG.

Nesse contexto, em meados de agosto de 2011, deu-se início ao recadastramento, que, por motivo da ocorrência de greve nos Correios e das festas de final de ano, teve que ser prorrogado até o final do mês de fevereiro/2012. Ao finalizar o novo prazo fixado para recadastramento de aposentados e beneficiários de pensão, os servidores ainda não cadastrados serão notificados para, no prazo de 30 (trinta) dias, fazerem, sob pena de suspensão do benefício, conforme prevê o art. 4º do Decreto nº 7.141, de 2010.

Tabela 137 – Situação Recadastramento de Aposentados e Pensionistas

SITUAÇÃO FUNCIONAL	RECADASTRADOS (até 31/12/2011)
Aposentados	727
Pensionistas	737
TOTAL	1.464

Fonte: CGRH

➤ Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

A CGRH desempenha um papel indutor e estratégico na identificação das necessidades de treinamento que buscam agregar conhecimento e valorização dos servidores, sendo que várias ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos foram realizadas, no exercício de 2011, para atendimento dos servidores e empregados do MME, conforme os dados abaixo:

- *Quantitativo geral de participantes capacitados: 930*

- *Numero de servidores com, pelo menos, 01 evento de capacitação: 378*
- *Número de Eventos Realizados: 123*
- *Formas de capacitação: Presencial (120) e a Distância (03)*

Tabela 138 – Ações de Treinamento

ÁREAS	QTDE/ AÇÕES	OBJETIVO
Ações Administrativas	58	Desenvolver a capacidade do servidor para realizar suas atividades em gestão e administração, pareceres administrativos, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.
Ação em Língua Estrangeira	01	<i>Promover a aprendizagem da língua inglesa, beneficiando 91 alunos das áreas finalística e meio, cujas atividades executadas requerem conhecimento nessa língua estrangeira.</i>
Ações Técnicas Finalísticas	31	<i>Proporcionar aos técnicos especializados (servidores, gestores e analistas de infraestrutura) conhecimentos específicos das áreas que atuam, de modo a permitir o desenvolvimento de competências estratégicas, técnicas e operacionais das áreas fins do MME.</i>
Ações na Área de Legislação	16	Proporcionar aos servidores atualização e aprimoramento dos conhecimentos da estrutura da legislação nacional e internacional, o conteúdo da constituição, leis, decretos, portarias e resoluções, no âmbito dos objetivos do MME.
Ações de Tecnologia da Informação	08	<i>Aprimorar conhecimento de servidores da área de Tecnologia da Informação, quanto à utilização de técnicas atualizadas e sua aplicação no desenvolvimento de sistemas e soluções, utilizando as melhores práticas de mercado.</i>
Ações do Projeto Qualidade de Vida	07	<i>Motivar e valorizar os servidores, com foco na satisfação e no crescimento da produtividade, e, conseqüentemente, na melhoria da saúde e qualidade de vida.</i>
Ações em Educação Formal	02	<i>Contribuir para a formação de servidores da Administração Pública Federal na área de gestão pública e finalística, sendo: 15 participações em projeto de pós-graduação e 14 em projeto de graduação.</i>

Fonte: CODES/CGRH

➤ *Parcerias e Acordos de Cooperação Técnica firmados pelo Órgão*

Para capacitar servidores por meio de troca de conhecimentos, informações e experiências, este Ministério assinou Acordos de Cooperação Técnica e estabeleceu parcerias, conforme abaixo demonstrado:

ÓRGÃO/EMPRESA	SITUAÇÃO	PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DO MME
<i>Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, da ELETROBRAS</i>	<i>Parceria</i>	<i>51</i>
<i>Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE, da ELETROBRAS</i>	<i>Acordo de Cooperação</i>	<i>13</i>
<i>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA</i>	<i>Acordo de Cooperação</i>	<i>58</i>
<i>Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, do Senado Federal</i>	<i>Acordo de Cooperação</i>	<i>09</i>
<i>Escola Nacional de Administração Pública – ENAP</i>	<i>Parceria</i>	<i>20</i>
<i>Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL</i>	<i>Parceria</i>	<i>01</i>
<i>Ministério da Cultura – MinC</i>	<i>Parceria</i>	<i>02</i>
<i>Operador Nacional do Sistema - O.N.S.</i>	<i>Parceria</i>	<i>54</i>
<i>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG</i>	<i>Parceria</i>	<i>08</i>
<i>ELETRONUCLEAR, da ELETROBRAS</i>	<i>Parceria</i>	<i>41</i>

Fonte: CODES/CGRH

Tabela 139 – Participações de Servidores em Eventos de Capacitação por Unidades

UNIDADES	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES
AEGE	06
ASSEC	02
CGOF	28
CGCC	02
CGRH	182
CGRL	96
CGTI	24
CMA	11
CONJUR	29
SE/GAB	01

GM	60
SE	46
SEE	218
SGM	46
SPE	169
SPG	05
SPOA	05
TOTAL	930

Fonte: Sistema de Registro e Eventos – CODES/CGRH

-
- Política de Prevenção da Saúde Física, Emocional e Psicológica dos Servidores do MME

Essa medida foi proposta em exercícios anteriores com o intuito de aperfeiçoar, dinamizar e direcionar ações básicas, práticas e metodologias voltadas para a “Educação”, para o “Programa de Qualidade de Vida” e para a “Medicina Preventiva”, e ainda persiste até hoje, em função do seu enfoque e objetivo principal que é o bem-estar dos servidores do MME, levando-se em conta as duas dimensões em que se relacionam com o Estado: servidor/cidadão e servidor/agente público.

Vários procedimentos e ações foram adotados para o alcance dos objetivos colimados nessa área, a saber:

a) Planos de Saúde

Relativamente aos cuidados com a saúde, este Ministério dispõe das seguintes alternativas ofertadas aos servidores:

- *Contrato de Adesão nº 001/2007-MME, firmado com a GEAP – Fundação de Seguridade Social, assinado em 1º/7/2007, com vigência fixada em 60 meses, pactuado com base nas Leis nºs 8.112/90 e 11.302/06, sendo que esta última dispõe sobre a assistência à saúde suplementar do servidor ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas.*

Tabela 140 – Plano de Saúde GEAP

MME						
SITUAÇÃO (GEAP)	ASSISTIDOS 2009		ASSISTIDOS 2010		ASSISTIDOS 2011	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Titulares em Atividade	523	23,52	486	22,95	585	27,63
Titulares Aposentados	459	20,64	479	22,62	457	21,59
Titulares Pensionistas	201	9,04	205	9,68	212	10,01
Dependentes (de ativos + de aposentados)	1.041	46,81	948	44,76	863	40,77
TOTAL	2.224	100	2.118	100	2.117	100

Fonte: CODES/CGRH - GEAP

- *Termo de Acordo nº 01/2010, firmado com a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde Ltda., para prestação de serviços de saúde complementar aos servidores, dependentes e beneficiários, sendo que a adesão aos serviços é de livre escolha.*

Tabela 141 – Plano de Saúde Aliança

MME						
SITUAÇÃO (ALIANÇA ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE)	ASSISTIDOS 2009		ASSISTIDOS 2010		ASSISTIDOS 2011	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Titulares em Atividade	**	**	47	33,10	30	41,67
Titulares Aposentados	**	**	7	4,93	8	11,11
Titulares Pensionistas	**	**	7	4,93	13	18,06
Dependentes (de ativos + de aposentados)	**	**	81	57,04	21	29,17
TOTAL	0	0	142	100	72	100

Fonte: CODES/CGRH - ALIANÇA

Nota: Auxílio de caráter indenizatório, por beneficiários, pago mediante ressarcimento nos termos da Portaria Normativa nº 5, de 11 de outubro de 2010, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- *Outros Planos de Saúde de livre escolha.*

Tabela 142 – Outros Planos de Saúde

MME		
SITUAÇÃO (OUTROS PLANOS DE SAÚDE)	ASSISTIDOS 2011	
	Quantidade	%
Titulares em Atividade	42	53,85
Titulares Aposentados	6	7,69
Titulares Pensionistas	1	1,28
Dependentes (de ativos + de aposentados)	29	37,18
TOTAL	78	100

Fonte: Plano de Saúde/CGRH

Nota: Auxílio de caráter indenizatório, por beneficiários, pago mediante ressarcimento nos termos da Portaria Normativa nº 5, de 11 de outubro de 2010, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) Medicina Social:

O MME dispõe, ainda, de uma Unidade de Assistência Médico/Odontológica, equipada para prestar assistência à saúde em caráter emergencial e preventivo, nas áreas abaixo citadas:

Áreas de Assistência à Saúde

ÁREAS	AÇÕES
Clínica Médica/ Enfermagem	<ul style="list-style-type: none"> a. Avaliação de níveis de glicose, triglicérides e colesterol; b. Verificação de pressão arterial, peso, altura, temperatura, pulso e respiração; c. Realização de eletrocardiogramas para servidores acima de 50 anos; d. Pedidos de exames laboratoriais ocasionais; e. Administração de medicamentos, conforme prescrição médica e com a presença do Médico do MME, quando necessário; f. Curativos, retirada de pontos, corpo estranho e aplicação de gelo e calor quando demandado; g. Encaminhamento e acompanhamento de pacientes a hospitais, bem como acompanhamento dos casos julgados necessários, após avaliação médica; h. Informativo bimestral com artigos voltados para a prevenção de doenças, manutenção da saúde, orientação alimentar e nutricional; e i. Campanhas contra hábitos viciosos de álcool, fumo e drogas.
Psicológica	<ul style="list-style-type: none"> a. Atendimentos clínicos; b. Atendimentos emergenciais; c. Atendimentos solicitados por iniciativa das unidades de lotação dos servidores ou encaminhados pelos demais profissionais do Centro de Atendimento Médico; e d. Levantamento/mapeamento do “estado psicológico” geral para possibilitar montagem de estratégias.
Odontológica	<ul style="list-style-type: none"> a. Programa preventivo da Saúde Bucal; b. Triagem e encaminhamento para tratamentos externos; c. Atendimentos emergenciais; e d. Trabalhos específicos para pacientes <i>infanto-juvenis</i> (dependentes).

Fonte: CGRH

c) Programa Qualidade de Vida no âmbito do MME:

Ações que visam promover a sensibilização para mudanças atitudinais de forma a afetar positivamente a produtividade, o bem-estar e a criatividade dos servidores desta Instituição.

Tabela 143 – Ações de Qualidade de Vida

ATIVIDADE	BENEFICIADO	2009	2010	2011
		QTDE	QTDE	QTDE
Ginástica Laboral	Participações	4.471	3.978	5.190
Orientação Nutricional	Participações	74	279	184
Massagem Expressa	Participações	**	133	461
Cinema Cultural	Exibições	28	21	36
	Participações	336	357	504
Eventos Culturais e Comemorativos	Nº de eventos	**	04	07
	Participações	**	308	143

Fonte: CODES/CGRH

- *Campanha de Vacinação:*

Foi detectado que a gripe é uma das maiores causas de afastamento ao trabalho, afetando a produtividade e a qualidade de vida dos servidores do MME.

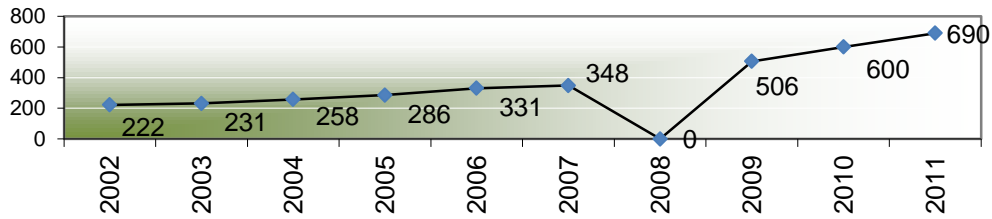
Assim, numa ação preventiva, foi adotada a Campanha Anual de Vacinação Contra a Gripe, em que é ministrada Vacina Antigripal em todos os servidores e empregados do Órgão, sempre antes do começo da temporada de gripe, para que seus efeitos imunizantes se façam sentir antes da chegada do “inverno” nos meses de junho/julho, período onde a virose se manifesta de forma mais acentuada.

Tabela 144 – Campanha de Vacinação Contra Gripe no MME

CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA GRIPE		
Ano de Vacinação	Vacinados	Observação
2002	222	(Gripe comum)
2003	231	"
2004	258	"
2005	286	"
2006	331	"

2007	348	"
2008	0	Não houve vacinação - falta de vacina no mercado
2009	506	(Gripe comum)
2010	600	(H1N1 e Gripe Comum)
2011	690	(H1N1 e Gripe Comum)

Fonte: Área Médica/CGRH



- **Exames Médicos Periódicos:**

- *Exames Médicos Periódicos:*

A realização de exames médicos periódicos tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores e empregados, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais a que estão sujeitos.

A legislação vigente atribui, aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, a responsabilidade pelo planejamento e pela realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos anistiados ativos, a cargo das unidades de recursos humanos, conforme termo da Portaria Normativa SRH/MPOG nº 4, de 15/09/2009.

O processo de contratação de empresas prestadoras de serviços laboratoriais iniciou no exercício de 2011, sendo que a realização dos exames médicos periódicos abrangeu os servidores ativos em exercício no Ministério de Minas e Energia, com os seguintes exames:

TIPO DE EXAME	INDICAÇÃO
Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); e ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP).	Exame aplicado em homens e mulheres com idade até 50 anos
Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); e pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico).	Exame aplicado em mulheres com idade superior a 50 anos
Hemograma completo; glicemia de jejum; urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS); creatinina; colesterol total e triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico); e PSA (livre e total).	Exame aplicado em homens com idade superior a 50 anos
Mamografia com avaliação clínica e laudo médico	Exame aplicado em mulheres com idade superior a 50 anos
Oftalmológico com avaliação clínica e laudo médico	Exame aplicado em homens e mulheres com idade superior a 45 anos

Fonte: Área Médica/CGRH

EXAMES	REALIZADOS
Hemograma Completo	383
Glicemia	383
Creatinina	382
Triglicérides	382
Colesterol Total	381
TGO	383
TGP	383
EAS	387
Sangue Oculto	202
PSA	129

Mamografia	47
Oftalmológico	253

Fonte: Área Médica/CGRH Programa de Estágio Supervisionado do MME

O estágio oferecido pelo MME, sob a supervisão da CGRH, objetiva proporcionar ao estudante conhecimentos e vivências práticas, além dos acadêmicos, como lidar com situações profissionais adversas.

Esse Programa proporciona aos estudantes oportunidade para melhor avaliar sua opção profissional e relacioná-la ao seu potencial e anseio, bem como o conhecimento das dificuldades inerentes ao campo profissional, mediante a preparação para o trabalho produtivo. Ainda, propicia a apresentação de propostas inovadoras, capazes de validar o crescimento profissional e pessoal, além de contribuir para o desenvolvimento nas unidades de atuação no Ministério.

Ademais, com a instituição do “Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários – PODE”, no exercício de 2010, foram oferecidas, por meio de ações voluntárias de servidores do quadro, conhecimentos, habilidades e orientações aos jovens estudantes, para bom desempenho e melhor relacionamento profissional e pessoal, a saber:

Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários – PODE

AÇÕES	PERÍODO
1. Palestra Introdutória	Março
2. Word Básico	Agosto
3. Excel Básico	Agosto
4. Palestra sobre Atendimento ao Público	Setembro
5. Palestra sobre Higiene Bucal	Novembro

Fonte: Área de Estágio/CGRH

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério de Minas e Energia	32101	320002

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$
1,00

QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	140.569.433	157.873.311	-	-	36.639.845	33.737.476
	PLOA	140.569.433	157.873.311	-	-	36.639.845	33.737.476
	LOA	140.569.433	157.873.311	-	-	36.639.845	33.737.476
S	Suplementares	31.880.000	29.000.000	-	-	12.701.512	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-

		Reabertos	-	-	-	-		
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-		
		Reabertos	-	-	-	-		
	Créditos Cancelados		-	-	-	-		(1.405.000)
	Outras Operações		-	-	-	-		
	Total		172.449.433	186.873.311	-	-	37.341.357	32.332.476

Fonte: LOA 2010 e LOA 2011

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$
1,00

QUADRO A.2.5 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
CAPÍTULO 100	Dotação proposta pela UO	6.254.121	3.236.747	-	-	-	-
	PLOA	6.254.121	3.236.747	-	-	-	-
	LOA	3.254.121	3.236.747	-	-	-	-
	Suplementares	2.036.164	2.500.000	-	-	-	-
	Especiais	Abertos			-	-	-
	Reaberto			-	-	-	-

	s						
Extraordinários	Abertos			-	-	-	-
	Reabertos			-	-	-	-
Créditos Cancelados			-	-	-	-	-
Outras Operações				-	-	-	-
Total		5.290.285	5.736.747	-	-	-	-

Fonte: LOA 2010 e LOA 2011

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em
R\$ 1,00

QUADRO A.2.6 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS
E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2010	2011	2010	2011	2010	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	177.209.278	191.610.787	6.254.121	3.236.747	-	-	
	PLOA	177.209.278	191.610.787	6.254.121	3.236.747	-	-	
	LOA	165.209.278	191.610.787	3.254.121	3.236.747	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	44.581.512	29.000.000	2.036.164	2.500.000	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	(1.405.000)	-	-	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		209.790.790	219.205.787	5.290.285	5.736.747	-	-	

Fonte: LOA 2010 e LOA 2011

Análise Crítica

Os limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário foram compatíveis com as necessidades de crédito da UO, para cumprimento da sua programação de trabalho. O Congresso Nacional não efetuou alterações no Projeto de LOA.

Não houve alterações relevantes na programação orçamentária em relação ao exercício anterior. Ao longo do exercício, foi verificada a necessidade de um remanejamento de dotações no valor de R\$ 2,5 milhões, de Custeio para Investimento, na ação 2000 – Administração da Unidade. Com isso, no dia 26/10/2011, foi solicitado o crédito adicional correspondente, que foi aprovado por meio do Decreto S/N de 2/12/2011 (publicado no DOU de 5/12/2011).

O referido remanejamento foi solicitado para possibilitar a execução das seguintes despesas:

- Contratação de empresa especializada no fornecimento de arquivos deslizantes, incluindo a climatização, temperatura e monitoramento, dando continuidade ao projeto de tratamento da massa documental (R\$ 2.000.000,00);

- Aquisição de aparelhos de ar condicionado (R\$ 150.000,00) – Com a adaptação de áreas anteriormente ocupadas por instalações de ar condicionado, foram criadas 3 (três) novas salas por pavimento, as quais necessitavam de refrigeração para obter as condições de trabalho, em conformidade com NR 17 do MTE (Ergonomia), além das salas que passaram por alterações em seus leiautes;

- Aquisição de mobiliários (R\$ 200.000,00) – substituição dos mobiliários que se encontravam desgastados, em atendimento às necessidades de unidades administrativas deste Ministério; e

- Aquisição de veículos (R\$ 150.000,00) – substituição do veículo de representação utilizado como carro reserva para atender o Ministro de Estado e substituição do veículo institucional utilizado para atender o Secretário-Executivo Adjunto. Com isso, esperava-se obter uma redução nos gastos com consumo de combustível e com manutenção dos veículos, pois os dois veículos antigos eram considerados antieconômicos devido ao alto custo de manutenção.

Além disso, ao longo do exercício, também foram aprovados créditos adicionais para as seguintes ações: 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes (R\$ 1,095 milhão), 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis (R\$ 13,7 milhões), 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (R\$ 800 mil), 2000 – Administração da Unidade/Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 14,5 milhões).

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos					
	Concedidos	320010	25122027622720000			251.559
		320010	25572047620AA0001			150.400
		320012	22128106948710000			180.000
		320012	22663106948870000			205.000
		320013	25122027322720000			826.325
		320015	28844090602840000		59.232	
		320017	25121027648920000			221.015
Movimentação Externa	Concedidos	240005	4122075020000000			29.631
		240999	4122075020000000			2.826
	Recebidos	540001	23122116622720000			815.220
		170013	28752090900FS0001			150.000.00

		240017	412207502000000			28.979
		240038	412207502000000			3.478
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos					
	Concedidos	320013	25752027320A90001	89.412		
320015		28844090602840000			1.490.178	
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

As descentralizações internas foram concedidas para as seguintes Unidades Gestoras da Administração Direta do MME:

- 320010 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE
- 320012 – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM
- 320013 – Secretaria de Energia Elétrica – SEE
- 320015 – SE/BIRD/MME – Projeto ESTAL
- 320017 – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG

As descentralizações externas foram concedidas para as seguintes Unidades Gestoras:

- 240005 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do MRE
- 240999 – MRE – Diferença Cambial

As descentralizações externas foram recebidas das seguintes UG's:

- 170013 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – MF
- 540001 – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração do MTur
- 240017 – Escritório Financeiro em NY – USA
- 240038 – Consulado Geral em NY – USA

No caso do Ministério do Turismo – MTur, as descentralizações recebidas se referem ao rateio de despesas relacionadas ao condomínio do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia e Ministério do Turismo.

No caso do Ministério da Fazenda (UG 170013), as descentralizações recebidas (R\$ 150 milhões) se referem à ação 0909.00FS – Subvenção parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu, nos termos do Decreto Legislativo nº 129, de 12/5/2011, do Decreto nº 7.506, de 27/6/2011 e da Portaria Interministerial MF/MME nº 420, de 25/8/2011.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em
R\$ 1,00

QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	0,00	21.393,38	0,00	21.393,38
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	2.773.087,00	0,00	2.773.087,00
Pregão	15.921.449,05	16.111.914,55	15.630.141,68	16.091.610,91
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	995.312,88	1.745.439,16	991.964,68	1.744.745,68
Inexigibilidade	658.369,18	1.499.757,42	658.369,18	1.499.757,42
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	4.411,15	7.521,56	4.411,15	7.521,56
Pagamento de Pessoal				

Pagamento em Folha	188.528.050,17	173.646.767,00	188.528.050,00	173.646.767,00
Diárias	165.173,33	206.753,84	165.173,33	206.753,84
Outros				

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Nota: A evolução dos gastos com diárias refere-se às despesas demandadas pela Secretaria-Executiva, que abrange as demais unidades administrativas do MME, exceto as Secretarias finalísticas que apresentarão essa informação de forma individualizada. Ressalte-se que os valores apresentados acumulam o pagamento de diárias a servidores e colaboradores eventuais (Quadro A.2.8).

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em

R\$ 1,00

QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	170.554.310	183.702.453	169.054.310	183.702.453	1.500.000		169.054.310	183.702.453
01	48.220.424		48.220.424				48.220.424	
11	61.891.208		60.391.208		1.500.000		60.391.208	
03	30.196.943		30.196.943				30.196.943	
01		51.611.649		51.611.649				51.611.649
11		61.725.1		61.725.15				61.725.15

		54		4				4
03		33.565.252		33.565.252				33.565.252
Demais elementos do grupo	30.245.735	36.800.398	30.245.735	36.800.398			30.245.735	36.800.398
3- Outras Despesas Correntes	30.879.930	29.890.254	27.136.242	24.325.642	3.743.688	5.564.612	27.129.841	24.322.119
39		16.124.355		12.768.743		3.355.612		12.768.743
37		5.150.458		4.489.751		660.707		4.489.751
46		3.272.848		3.272.848		-		3.272.848
93		1.200.277		1.119.328		80.949		1.119.328
39	18.543.007		15.967.461		2.575.546		15.962.364	
37	4.447.780		3.752.727		695.053		3.752.111	
46	3.345.922		3.345.922		0		3.345.922	
Demais elementos do grupo	4.543.221	4.142.316	4.070.132	2.674.972	473.089	1.467.344	4.069.444	2.671.449

Fonte: SIAFI

Nota: O item 2 - Juros e Encargos da Dívida (Quadro A 2.9) não se aplica à UJ.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em
R\$ 1,00

QUADRO A.2.10 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO
DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 - Investimentos	4.178.019	5.736.431	4.003.273	2.171.080	174.746	3.565.351	3.999.753	1.840.942
52	4.178.019	5.545.161	4.003.273	2.171.080	174.746	3.374.081	3.999.753	1.840.942

Fonte: SIAFI

Nota: Os itens 5 e 6 - Inversões Financeiras e Amortização da Dívida (Quadro A.2.10), não se aplicam à UJ.

Análise Crítica

Não houve alterações relevantes para a gestão na programação orçamentária da UJ em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior.

O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras não geraram efeitos negativos na gestão orçamentária ou nos resultados planejados.

Não houve eventos internos ou externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UJ.

2.4.3 Indicadores de Desempenho da SPOA

Em 2011, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração deu continuidade à aferição dos indicadores de desempenho estabelecidos, no primeiro semestre do exercício anterior, para monitoramento e avaliação dos principais serviços/produtos sob sua responsabilidade, relacionados aos processos de compras e contratos, de recursos logísticos, de recursos humanos e de tecnologia da informação, de orçamento e finanças, bem como de modernização administrativa.

Assim, os indicadores apurados, a cargo das unidades organizacionais que integram a SPOA, permitiram mensurar os resultados e gerir o desempenho, mediante a identificação da necessidade de melhoria da qualidade dos serviços executados e a correção de disfunções na operação e gestão de processos organizacionais. Além disso, essa iniciativa tem apontado para a importância de definição de novos indicadores vinculados aos programas administrativos sob a responsabilidade da UJ, representando, desse modo, um desafio por ela a ser perseguido.

Desses indicadores, quatro integraram o processo de fixação e apuração das metas de desempenho institucional do MME, para o período de 1º de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011, conforme o disposto nas Portarias nº 9, de 28 de outubro de 2011, e nº 10, de 31 de outubro de 2011, do Secretário-Executivo.

Como parte deste tópico do Relatório, são relacionados na sequência os indicadores apurados, referentes aos produtos/serviços da área de atuação da SPOA, por unidade organizacional, inclusive considerando os dados comparativos entre os períodos de aferição, ou seja, os dois últimos exercícios.

SÍNTESE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DA SPOA – 2011

Unidade: Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGCC - 01	Gestão de Compras e Contratos	Índice de Valores Orçados x Valores Contratados	$(\text{Valor estimado menos o valor contratado}) / (\text{Total de valores estimados}) \times 100$	Avaliar os preços praticados no mercado, na pesquisa de preços, na fase competitiva do certame e na condução do processo de negociação de preços, assegurando os interesses da administração.	Manter o desempenho ótimo (o índice na primeira faixa de valores) de modo a viabilizar a análise comparativa do desempenho da equipe em relação ao resultado apresentado no semestre anterior.	1º semestre 27,37% 2º semestre 16,27%	Valores \geq a 5% e \leq a 30%	Semestral
CGCC - 02	Gestão de Compras e Contratos	Tempo médio do ciclo de compras até a homologação do certame.	$(\text{Tempo gasto nos processos}) / (\text{Tempo em dias úteis})$	Aplicar o princípio da celeridade do pregão e avaliar o nível do esforço despendido em todas as fases que compõem o ciclo de compras e a relação colaborativa das partes internas e externas envolvidas no processo	Atingir o desempenho ótimo (o índice na primeira faixa de médias) de modo a viabilizar a análise comparativa do desempenho da equipe em relação ao resultado apresentado no semestre anterior.	1º semestre 40 dias úteis 2º semestre 36 dias	Média \geq a 30 dias e \leq a 45 dias	Semestral

CGCC - 03	Gestão de Compras e Contratos	Índice quantitativo da modalidade pregão eletrônico em relação ao total de Licitações	(Pregão eletrônico) / (Outras modalidades de Licitação) X 100	Avaliar a aplicação e o cumprimento dos instrumentos legais e os tipos de demandas das unidades.	Manter o cumprimento da legislação de modo a evitar apontamentos de auditoria, danos e (ou) prejuízos ao erário, aos agentes públicos e aos fornecedores em geral.	1º semestre 100% 2º semestre 100%	Não se aplica	Semestral
-----------	--------------------------------------	---	---	--	--	--	---------------	-----------

Unidade: Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC (Continuação)								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGCC - 04	Gestão de Compras e Contratos	Prazo médio para análise dos pedidos de reajuste e repactuação de contratos	(tempo gasto na análise dos processos) / (quantidade de processos)	Cumprir o prazo de 60 dias estabelecida na IN n° 02/2008	Repactuar no prazo máximo de 60 dias	1º semestre 38,25 dias 2º semestre 25,75 dias	Prazo menor que 60 dias	Semestral
CGCC - 05	Gestão de Compras e Contratos	Prazo médio para pagamentos de contratos	(Dias úteis gastos para análise do pagamento) / (Quantidade de pagamentos realizados no prazo)	Cumprir os prazos de pagamento exigidos na lei.	Prazo máximo de 05 dias úteis (prestação de serviços aquisição no limite do inciso II do art. 24 LLC) e até 30 dias para aquisição e serviços acima do limite.	1º semestre 6,13 dias 2º semestre 3,99 dias (após receber a Nota Fiscal)	Até 05 dias para serviços e dispensa e 30 dias para aquisição	Semestral

Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
------	------------------	-------------------	----------------------	-----------------------	---------------------	----------	--------------------	------------------------

CGRH - 01	Gestão de Recursos Humanos	Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria	(Prazo dos trâmites da aposentadoria) / (Número de processos de aposentadoria)	Medir o prazo médio, em dias, para aposentadoria de um servidor do MME, desde a abertura do processo até a publicação da aposentadoria no DOU.	≤ 20 dias	13,64 dias	Tempo médio > a 15 e \leq a 30 dias	Anual
CGRH - 02	Gestão de Recursos Humanos	Média de Afastamento por Servidor (MAS)	(Total de dias em licença médica) / (Total de servidores na sede)	Medir a média de afastamento por servidor em relação ao total de dias de afastamento por licença médica dos servidores em exercício no Ministério.	≤ 10 dias	5,93 dias	Dias de afastamento por servidor em um ano \leq a 15 dias	Anual

Unidade: Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGRH - 03	Gestão de Recursos Humanos	Percentual de Participação de Servidores no PACD.	(Total de participação de servidores) / (Total de participação prevista) X 100	Medir o percentual de participação de servidores em eventos de capacitação, conforme a previsão do PACD/MME.	80%	85,85%	Atingir 70% de participação de servidores em relação ao estabelecido no PACD/MME	Anual

Unidade: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGTI - 01	Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação	Assegurar a disponibilidade dos Serviços de tecnologia da informação	(Tempo de disponibilidade dos servidores) / (Total de servidores em operação) X 100	Manter as estruturas de sistemas e processos críticos deste Ministério, de forma a garantir a disponibilidade dos serviços.	100%	Média mensal 96,30%	97% de disponibilidade, em regime de 24 x 7	Mensal

CGTI - 02	Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação	Prazo de atendimento de chamados de suporte ao usuário final	<p>TA = Tempo de Atendimento PIA = Prazo início de atendimento \leq a 30 min PCA = Prazo conclusão de atendimento \leq 4h</p> <p>TA \leq PIA TA \leq PCA</p>	Medir a quantidade de falhas no atendimento por meio da Central de Serviços (Help Desk)	100% equivalente a \leq 20 unidades	Média mensal 14,83 falhas	Número de falhas no mês \leq a 20 unidades	Mensal
-----------	---	--	---	---	---------------------------------------	------------------------------	--	--------

Unidade: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGOF - 01	Gestão de Recursos Orçamentários	Percentual de Empenho	(Empenhos emitidos) / (Limites de empenho) X 100	Acompanhar o percentual dos empenhos emitidos em relação aos limites de empenho disponibilizados para o órgão MME.	100%	98,6%	> 90%	Anual

Unidade: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGRL - 01	Gestão de Recursos Logísticos	Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento - TESA	Diferença entre a hora de conclusão da SA e da hora de recebimento da SA.	Verificar o grau de eficiência no tempo de atendimento da prestação dos serviços de manutenção predial.	Reduzir o tempo de execução da solicitação de atendimento (TESA), para 4 horas.	3h57min	Valor ≤ a 8h	Mensal

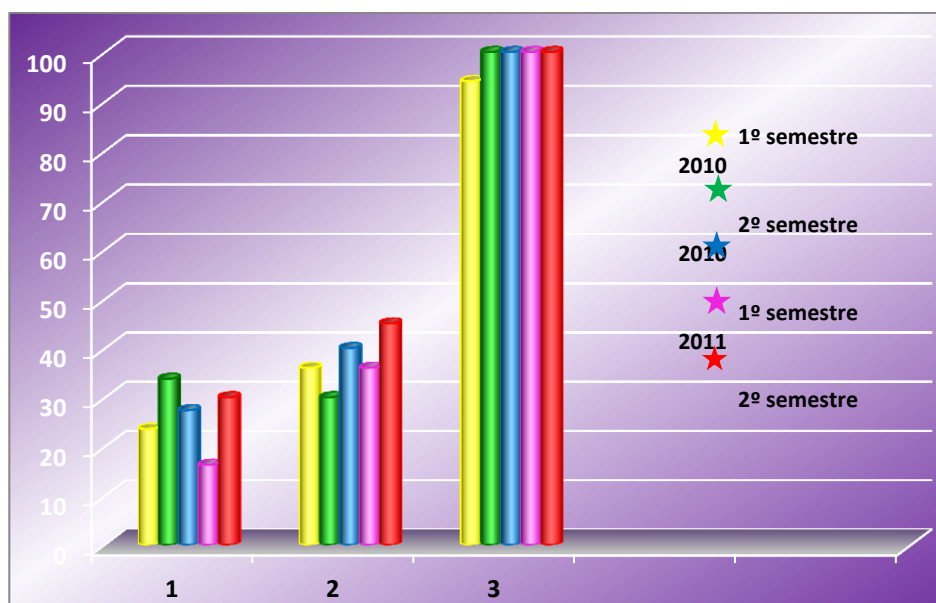
Unidade: Coordenação de Modernização Administrativa – CMA								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração

CMA - 01	Organização e Modernização Administrativa	Grau de disponibilidade e integridade das informações organizacionais e dos instrumentos normativos na Comunidade MME (intranet).	(Instrumentos normativos disponibilizados na intranet) / (Instrumentos normativos aprovados) X 100	- Avaliar a disponibilidade de informações sobre estrutura regimental, normas, regimentos internos, instruções e procedimentos operacionais e relatório de atos de delegação de competência aos usuários internos do MME.	100%	100%	≥ a 80%	Anual
-----------------	--	---	--	---	------	------	---------	-------

- Considerações sobre o desempenho da Unidade Jurisdicionada, à vista dos indicadores vinculados às áreas de compras e contratos, recursos logísticos, recursos humanos, tecnologia da informação, orçamento e finanças e modernização administrativa, relacionados a seguir, por unidade organizacional:

1 - Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC

NOME DO INDICADOR		2010		2011	
		RESULTADOS		RESULTADOS	
1	Índice de valores orçados X valores contratados.	1º semestre	23,57%	1º semestre	27,37%
		2º semestre	33,75%	2º semestre	16,27%
2	Tempo médio do ciclo de compras até a homologação do certame.	1º semestre	36 dias úteis	1º semestre	40 dias úteis
		2º semestre	30 dias úteis	2º semestre	36 dias úteis
3	Índice quantitativo da modalidade Pregão eletrônico em relação ao total de Licitações.	1º semestre	94,12%	1º semestre	100,00%
		2º semestre	100,00%	2º semestre	100,00%



Fonte: CLC/CGCC

➤ *CGCC - 01: Índice de Valores Orçados versus Valores Contratados*

Na instrução dos processos de aquisição de materiais e contratação de serviços (dispensa de licitação, pregão eletrônico, adesão de registro de preços) o indicador mede o percentual de economia financeira entre os preços estimados e os preços efetivamente contratados.

Os valores de economia registrados entre 5% e 30% indicam uma faixa aceitável ótima, considerando o nível de esforço despendido nas pesquisas de preços de mercado e na condução do processo de negociação dos preços contratados.

Os percentuais acima de 30% podem sinalizar riscos na qualidade dos produtos/serviços pretendida em relação aos custos, ou riscos parciais na produtividade dos serviços ou até mesmo indicar que os valores apurados na pesquisa de preços foram superestimados.

A equipe apresentou o desempenho ótimo nos resultados aferidos, mesmo registrando-se um declínio gradativo da taxa percentual dos últimos 3 semestres, dos preços estimados em relação àqueles contratados, em decorrência dos aspectos relevantes que afetaram os preços na economia brasileira, a exemplo da inflação no país e da crise econômica mundial, que acrescem os custos da importação de matéria prima, traduzindo-se em aumento nos preços de venda de mercadorias, produtos acabados e serviços, com sensível impacto na negociação final dos preços ofertados nas licitações realizadas pelo Órgão.

➤ *CGCC - 02: Tempo Médio do Ciclo de Compras até a Homologação do Certame*

Na instrução dos processos de aquisição de materiais e contratação de serviços, considera-se a média do tempo decorrido (em dias úteis) entre o pedido de solicitação de compra/serviços até o envio do processo para a homologação do certame.

As médias registradas entre 30 e 45 dias indicam um faixa aceitável ótima e que foram observados todos os prazos que compõem o ciclo de compras, dentro da CLC, e todos os fatores possíveis, internos e externos, foram favoráveis para o cumprimento dos prazos.

As médias acima de 45 dias podem indicar uma sinalização especial para a observância dos prazos e requer uma solução daquelas interferências internas/externas que podem prejudicar a celeridade dos processos.

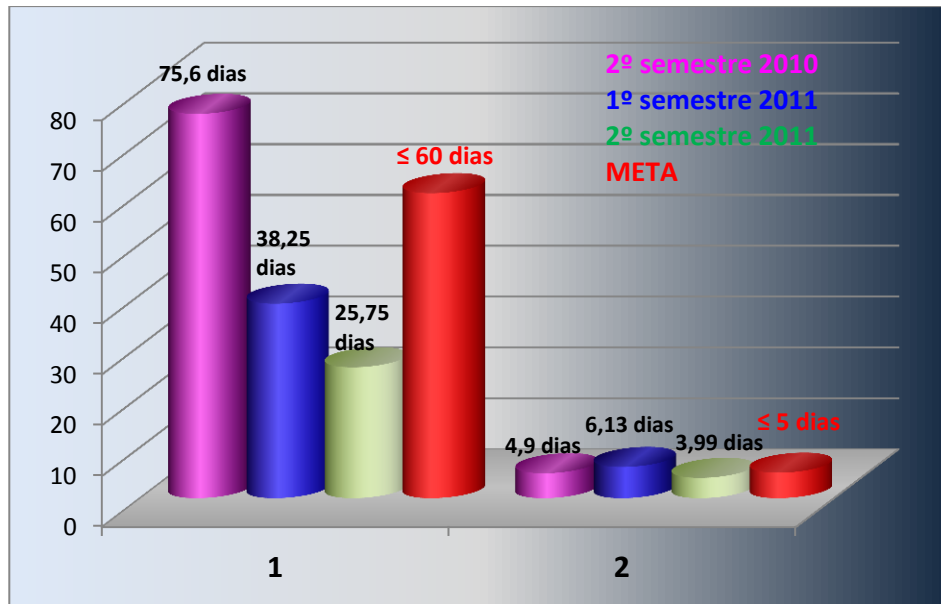
A equipe apresentou um pequeno decréscimo nos resultados no 1º semestre de 2011 em relação ao ano de 2010, haja vista que foi destituído um membro (pregoeiro) da equipe e, mesmo considerando a sua substituição, requer um período médio normal de treinamento e capacitação, para atender aos requisitos necessários ao bom desempenho das atividades do setor. Ainda, houve ações de realocação de servidores com excelentes perspectivas de futuras melhorias. Mesmo assim, a equipe atingiu um bom resultado, dentro das expectativas almejadas.

➤ *CGCC - 03: Índice Quantitativo da Modalidade Pregão Eletrônico em Relação ao Total das Licitações*

Considerando o art. 4º § 1º do Decreto nº 5.450/05 que estabelece a obrigatoriedade da utilização de pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, e quando não for aplicada a forma eletrônica deverá ser justificada pela autoridade competente comprovando a sua inviabilidade, o percentual registrado indica que foi integralmente observada a legislação específica para cada solicitação: obra/serviços de engenharia, serviços comuns ou aquisição de bens.

Assim, o índice demonstra a proporção percentual entre o quantitativo dos Pregões Eletrônicos realizados em relação ao quantitativo total das licitações e que foram, em sua totalidade, de 100%.

NOME DO INDICADOR		2010		2011		META
		RESULTADOS		RESULTADOS		
1	Prazo Médio para Análise dos Pedidos de Reajuste e Repactuação de Contratos	2º semestre	75,6 dias	1º semestre	38,25 dias	Até 60 dias
				2º semestre	25,75 dias	
2	Prazo Médio para Pagamentos de Contratos	2º semestre	4,9 dias	1º semestre	6,13 dias	Até 5 dias
				2º semestre	3,99 dias	



Fonte: COC/CGCC

➤ *CGCC - 04: Prazo Médio para Análise dos Pedidos de Reajuste e Repactuação dos Contratos*

O denominador da fórmula considera o parágrafo terceiro do art. 40 da IN nº 02, de 30 de abril de 2011, segundo a qual a decisão sobre o pedido da repactuação deverá ser feita no prazo máximo de 60 dias, contados a partir da solicitação e entrega dos comprovantes e variação dos custos.

Assim, a meta estabelecida é conceder a repactuação, com a consequente assinatura do termo de apostilamento, sem exceder esse prazo legal, o que foi cumprido a contento.

➤ *CGCC - 05: Prazo Médio para Pagamentos de Contratos*

O denominador da fórmula considera a alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93, segundo o qual o prazo de pagamento não poderá ser superior a 30 dias, a partir do adimplemento de cada parcela do contrato, bem como o § 3º do art. 5º da referida lei, que limita o prazo para 5 dias úteis no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o previsto no inciso II do art. 24, e, também, nos casos de serviços contratados com base nas disposições da IN nº 02/2008. Assim, os pagamentos deverão ser feitos sempre dentro do estabelecido no contrato ou edital, sem exceder o prazo legal.

A média de tempo decorrida entre a entrega da Nota Fiscal e a realização dos pagamentos aferida pela presente indicação, foi da ordem de 3,99 dias, no 2º semestre de 2011.

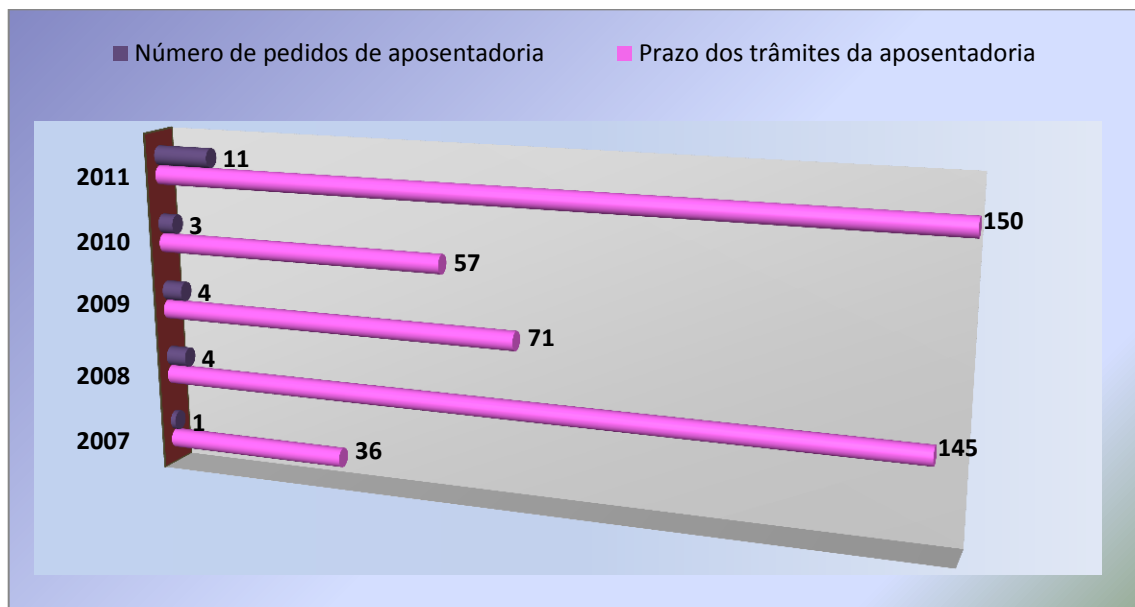
2 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH

➤ CGRH - 01: Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria (dias)

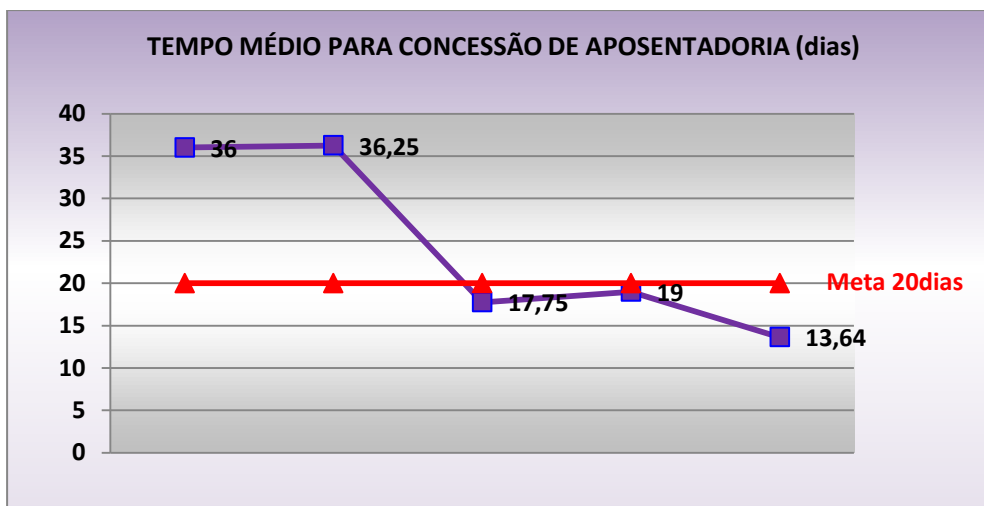
TEMPO MÉDIO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA (DIAS)

ANO	PRAZO DOS TRÂMITES DA APOSENTADORIA	Nº DE PEDIDOS DE APOSENTADORIA	TEMPO MÉDIO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA (DIAS)		META
			TOTAL	% DE AUMENTO	
2007	36	1	36,00	*	Até 20 dias
2008	145	4	36,25	0,6944%	
2009	71	4	17,75	-51,0345%	
2010	57	3	19,00	7,0423%	
2011	150	11	13,64	-28,2297%	

Obs: Apuração de jan a dez/2011



Fonte: CGRH



Fonte: CGRH

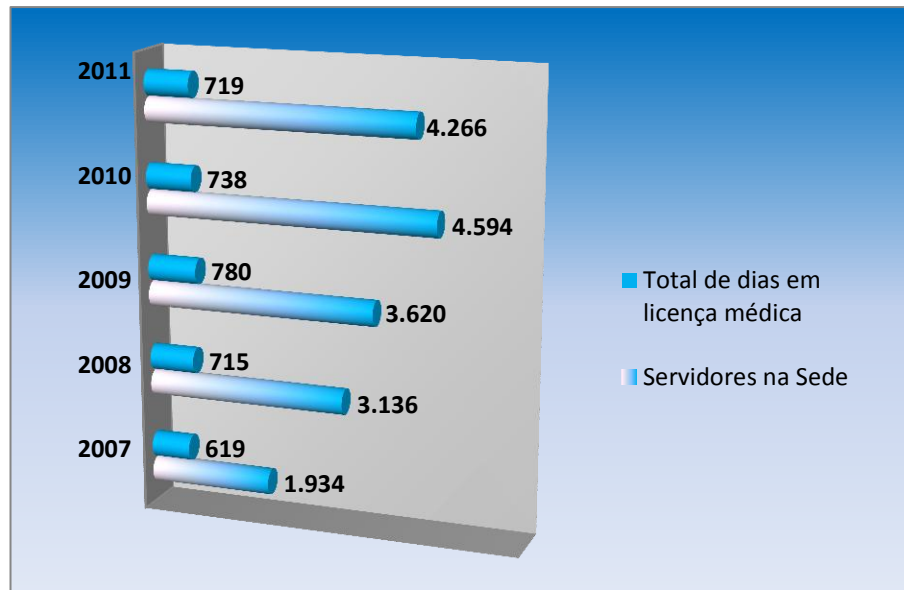
Levando em conta a instrução do processo, o tempo para publicação e até mesmo a indecisão do servidor quanto à sua aposentadoria, o resultado de tempo médio para concessão desse direito, auferido pelo indicador, (13,64 dias), aponta para uma gestão adequada e tempestiva da área no cenário atual.

Quanto menor o número de dias para a concessão da aposentadoria maior a eficácia do processo. A faixa de aceitação do tempo médio de análise para concessão de aposentadoria (≥ 15 e ≤ 30 dias) não considera os prazos para complementação de documentos, suspensão a pedido do interessado e Junta Médica Oficial.

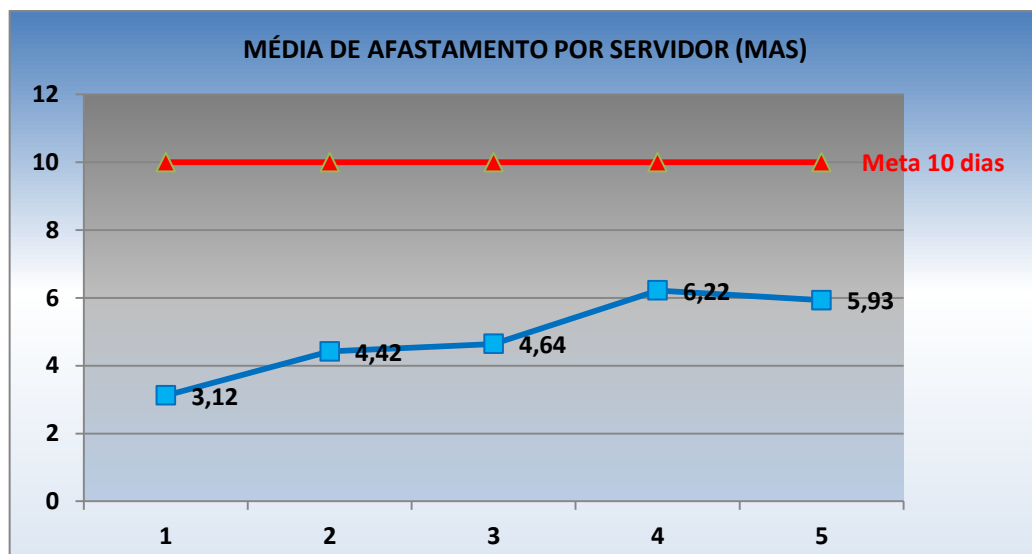
➤ CGRH - 02: Média de Afastamento por Servidor (MAS)

MÉDIA DE AFASTAMENTO POR SERVIDOR (MAS)						
ANO	TOTAL DE DIAS EM LICENÇA MÉDICA	SERVIDORES NA SEDE		MÉDIA DE AFASTAMENTO POR SERVIDOR (MAS)		META
		TOTAL	% DE AUMENTO	TOTAL	% DE AUMENTO	
2007	1.934	619	*	3,12	*	≤ 10 dias
2008	3.163	715	15,5089%	4,42	41,5883%	
2009	3.620	780	9,0909%	4,64	4,9109%	
2010	4.594	738	3,2168%	6,22	34,1284%	
2011	4.266	719	-2,57%	5,93	-4,69%	

Obs: Apuração de jan a dez/2011



Fonte: CGRH



Fonte: CGRH

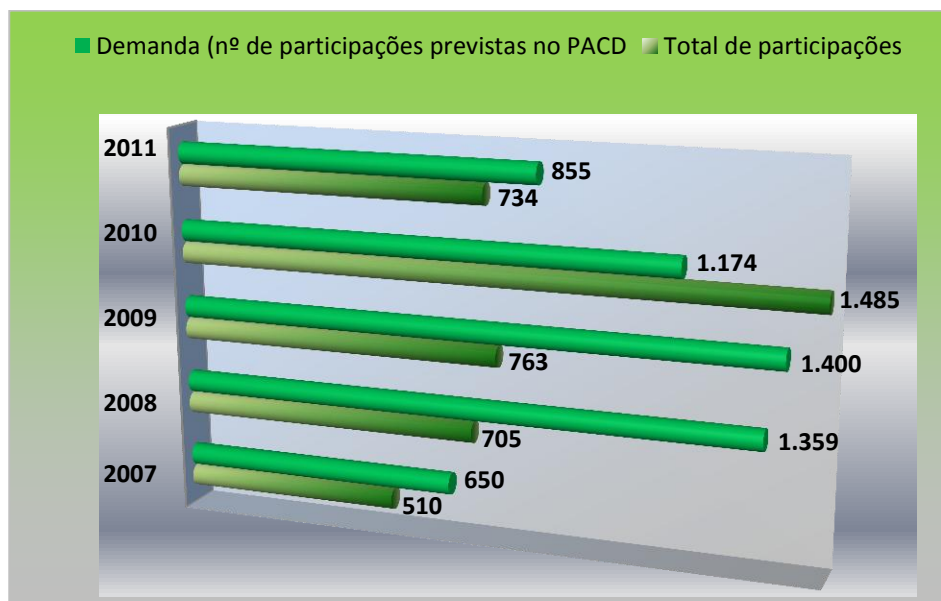
A média de dias de afastamento do serviço decorrente de licença médica por servidor no exercício de 2011 é de 5,93 dias e ficou dentro da meta estabelecida (< ou = 10 dias). Assim, as ações da política de prevenção de saúde física, emocional e psicológica intentadas para os servidores e empregados deste MME estão contribuindo para a excelência do resultado, na medida em que minimizam os afastamentos dos servidores por motivo de doença.

Para fixação da faixa de aceitação (dias de afastamento por servidor em um ano \leq a 15 dias), foi observado o art. 75 do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999 (até 15 dias de licença no período de 60 dias, será pago pela empregador e, a partir do 16º dia será pelo INSS), bem como o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, aprovado pela Portaria nº 797, de 22/03/2010 – DOU de 23 seguinte (até 14 dias em um período de 12 meses, consecutivos ou não, sem a necessidade de perícia médica).

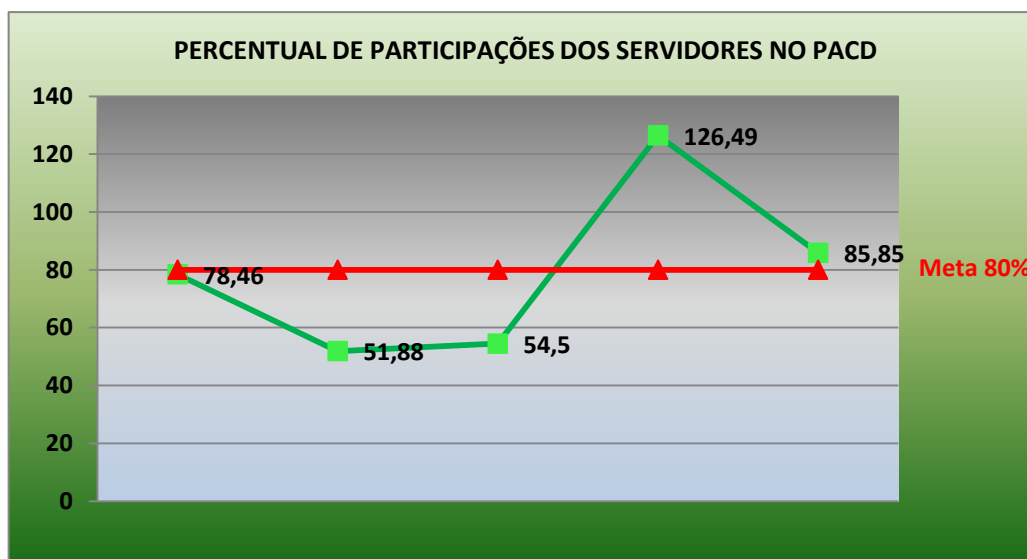
➤ CGRH - 03: Percentual de Participação de Servidores no PACD

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES NO PACD				
ANO	TOTAL DE PARTICIPAÇÕES	DEMANDA (Nº DE PARTICIPAÇÕES PREVISTAS NO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO)	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES NO PACD	META
		TOTAL	TOTAL	
2007	510	650	78,46	80 %
2008	705	1.359	51,88	
2009	763	1.400	54,50	
2010	1.485	1.174	126,49	
2011	734	855	85,85	

Obs: Apuração de jan a dez/2011



Fonte: CGRH



Fonte: CGRH

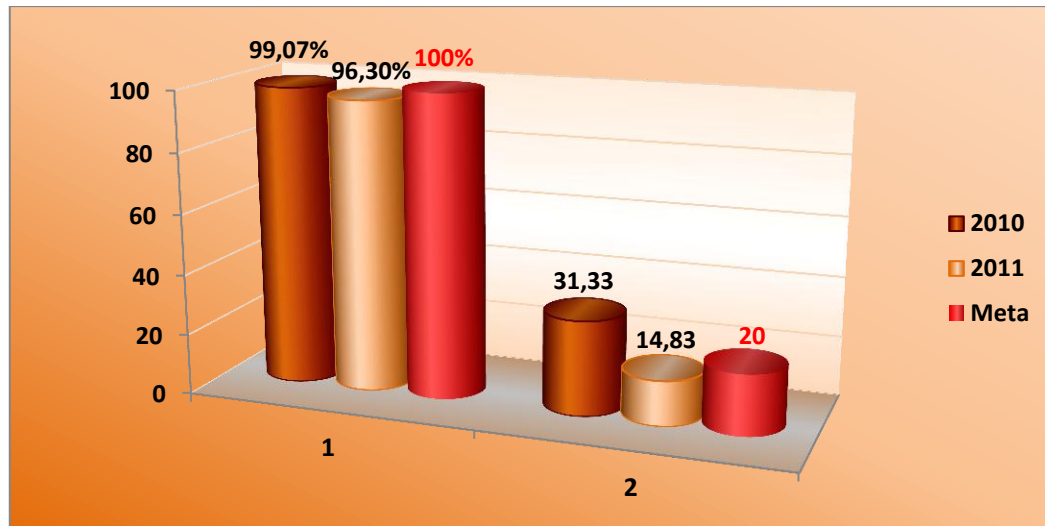
Até dezembro 2011, foram contabilizados 734 participações em eventos diversos de capacitação e treinamento no MME.

Os valores a partir de 30% indicam a participação mínima em atividades de treinamento, para manter atualizado o quadro de pessoal do Ministério. A faixa de aceitação do indicador equivale o atingimento de 70% de participação de servidores em relação ao estabelecido no Plano Anual de Desenvolvimento e Capacitação (PACD), tendo a unidade alcançado 85,85% no último exercício.

3 - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI

ITEM	NOME DO INDICADOR	2010	2011	META
1	Assegurar a disponibilidade dos serviços de Tecnologia da Informação	99,07%	96,30%	100%
2	Prazo de atendimento de chamados de suporte ao usuário final	31,33 falhas	14,83 falhas	≤ 20 unidades

Obs: Apuração de jan a dez/2011



Fonte: CGTI

➤ *CGTI - 01: Assegurar a Disponibilidade dos Serviços de Tecnologia da Informação*

O indicador se refere ao índice de disponibilidade dos equipamentos servidores da rede computacional do Ministério, que armazena todos os serviços e sistemas de tecnologia operados pelos usuários. O índice auferido (96,30%), inferior à meta projetada (100%), decorreu de instabilidade no servidor responsável pela coleta dos dados, que devido à aquisição de novos equipamentos ficou inoperante por algum período. Entretanto, os serviços foram prestados de forma segura, em tempo hábil, sem que houvesse qualquer interrupção ou perda dos dados armazenados no ambiente tecnológico.

➤ *CGTI - 02: Prazo de Atendimento de Chamados de Suporte ao Usuário Final*

Esse indicador tem por objetivo avaliar a excelência dos atendimentos feitos ao usuário final por meio da Central de HelpDesk. O prazo fixado pela área de informática para atendimento das solicitações de HelpDesk é de 4h por chamado, tendo como parâmetro de aceitabilidade 20 solicitações mensais não atendidas nesse prazo, num contexto médio de 1600 chamadas por mês (72 por dia).

O número de solicitações de HelpDesk computado na condição de atendimento falho ou fora do prazo fixado, em 2011, foi da ordem de (14,83), abaixo da faixa de aceitabilidade fixada (20 unidades).

Verificou-se que a equipe de HelpDesk, em 2011, está mais familiarizada com o sistema de mensuração de indicadores e com o SLA a ele imputado, fazendo com que os atendimentos ocorram tempestivamente e com a qualidade necessária. A CGTI tem se esmerado no aprimoramento de seus serviços, estando entre estes a gestão de HelpDesk, para a qual tem se

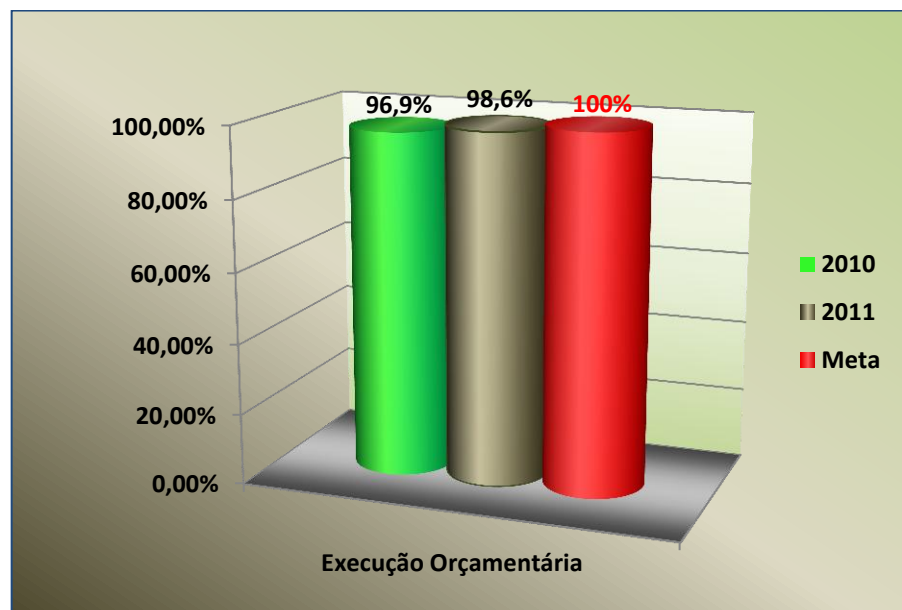
estabelecido processos diversos que visam reduzir o tempo de atendimento, evitando-se o retrabalho e o desperdício de quaisquer ordem.

4 - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF

➤ CGOF - 01: Percentual de Empenho

ÍTEM	NOME DO INDICADOR	2010	2011	META
1	Percentual de Empenho	96,9%	98,6%	100 %

Obs: Apuração de jan a dez/2011



Fonte: CGOF/SIAFI

O indicador se refere ao percentual de empenhos emitidos pelo MME em relação aos limites de empenho estabelecidos por Decreto, no que se refere às Despesas Discricionárias, excetuando as despesas contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e as despesas com Benefícios ao Servidor (Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte, Assistência Médica e Assistência Pré-Escolar).

Com isso, até o dia 31 de dezembro de 2011, o percentual de empenho do MME como um todo (Administração Direta e Indireta), considerando apenas as Despesas Discricionárias (Custeio e Investimento), foi de 98,6%, o que demonstra eficiência na gestão dos limites de empenho disponibilizados para o MME.

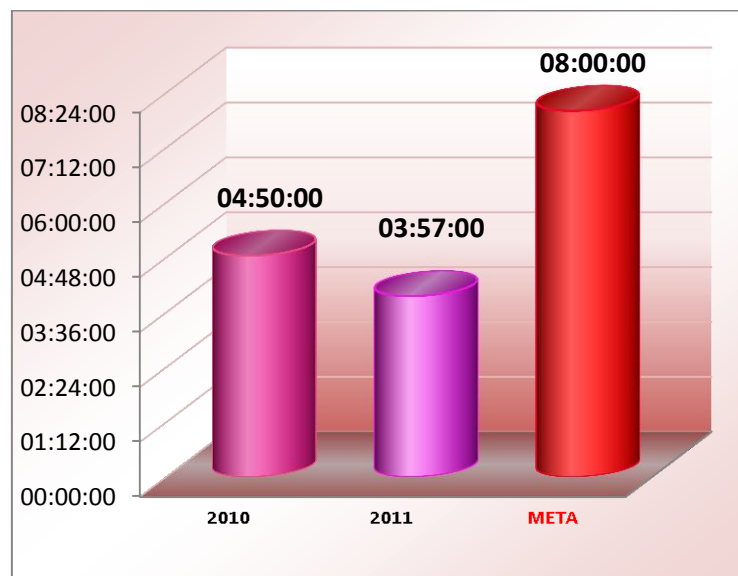
O percentual registrado em 2011 (98,6%) foi superior ao de 2010 (96,9%), que já estava na faixa de aceitação (acima de 90%).

5 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL

➤ CGRL - 01: Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento (TESA)

ITEM	NOME DO INDICADOR	2010	2011	META
1	Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento (TESA)	4h50min	3h57min	8h

Obs: Apuração de jan a dez/2011



Fonte: CGRL

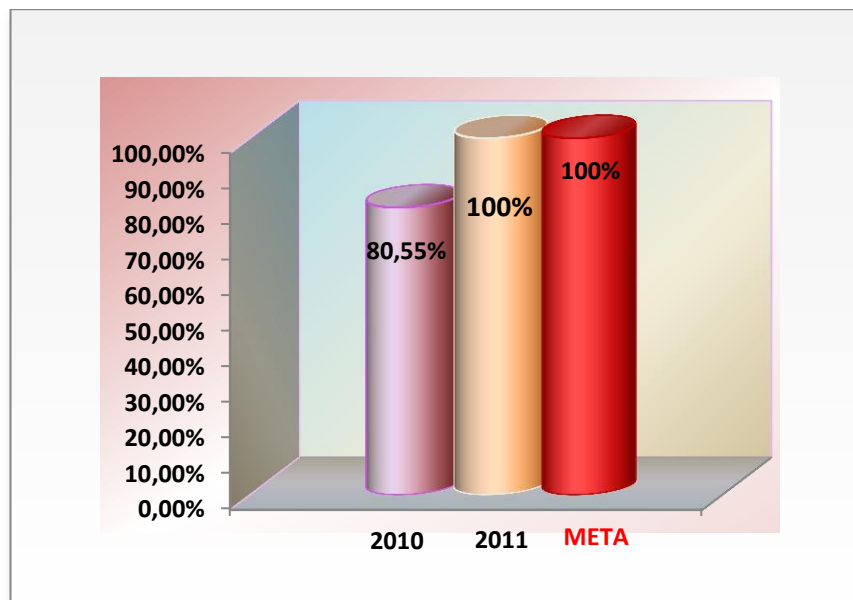
A média geral do TESA (Tempo de execução da Solicitação de Atendimento) - de serviços de marcenaria, manutenção das instalações elétricas e hidrossanitárias, e dos aparelhos de ar condicionado, calculada, de 3h57min, se enquadra na faixa de aceitação. Isso demonstra eficiência, uma vez que a meta de abaixar o TESA para 4 horas foi alcançada.

6 - Coordenação de Modernização Administrativa – CMA

- CMA - 01: Grau de disponibilidade e Integridade das Informações Organizacionais e dos Instrumentos Normativos na Comunidade MME (Intranet).

ITEM	NOME DO INDICADOR	2010	2011	META
1	Grau de disponibilidade e integridade das informações organizacionais e dos instrumentos normativos na Comunidade MME (intranet).	80,55%	100%	100%

Obs: Apuração de jan a dez/2011



Fonte: CMA

Com relação ao desempenho do indicador - disponibilidade e integridade das informações organizacionais e dos instrumentos normativos na Comunidade MME (intranet) - considera-se que a meta estabelecida foi atingida, uma vez que vinte e sete atos normativos produzidos e aprovados, objeto de publicação, estão disponibilizados aos usuários para consulta na Comunidade/MME.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$
1,00

QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

UG 320004 - CGRL

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	9.920,75	0,00	5.096,64	4.824,11
2009	181,33	0,00	0,00	181,33
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	5.652.998,01	693.800,21	4.900.947,20	58.250,60
2009	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

UG 320005 - CGRH

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.600.766,15	33.163,97	1.567.602,18	0,00
2009	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Ao longo do exercício de 2011, a Unidade Jurisdicionada realizou o pagamento superior a 85% (oitenta e cinco por cento) dos Restos a Pagar inscritos. Dentre este percentual, quase 80% (oitenta por cento) foi pago no transcurso do 1º trimestre e uma boa parcela cancelada.

Os impactos sofridos em decorrência da manutenção não foram relevantes, visto a existência de um fator de compensação quando da programação financeira do exercício para pagamento de obrigações do exercício anterior.

Do montante inscrito, uma parte razoável advém de contratos específicos da área de informática com pendências no processo de regularização e, a outra, de despesas com ressarcimentos que devido a sua particularidade (faturas foram apresentadas para reembolso em janeiro de 2011), foram solucionadas no início do ano.

Apenas dois empenhos desta UJ estiveram na situação de inscritos em mais de um exercício financeiro, sendo o 2009NE900078 cujo credor não apresentou os documentos fiscais para realização do pagamento e, o 2009NE900792 referente a valor retido de fornecedor pela aplicação de penalidade (em processo de regularização).

Pode-se observar que a UJ tem evitado as reinscrições de restos a pagar, realizando os devidos cancelamentos após análise de cada caso.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1.024	975	70	67
1.1. Membros de poder e agentes políticos	01	01	02	02
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.023	974	68	65
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão (incluídos os anistiados judiciais e pela Lei nº 8.878/90)	1.023	826	45	28
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	66	-	18
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	82	23	19
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	1.024	975	70	67

Fonte: SIAPE

Nota: As informações do Quadro A.5.1 demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME, gerenciados pela UJ.

5.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	436
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	08
1.2. Exercício de Função de Confiança	24
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (§7º art. 93 da L. nº 8.112/90: 342 servidores / não especificado função: 39 servidores / FCT: 02 servidores / GSISTE: 02 servidores / TRE Lei nº 6.999/82: 16 servidores / Gratificação Presidência: 03 servidores)	404
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	04
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	01
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	03
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	08
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	01
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	07
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	448

Fonte: SIAPE

Nota: As informações do Quadro A.5.2 demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME, gerenciados pela UJ.

5.1.3 Quantificação dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da UJ

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	375	370	72	73
1.1. Cargos Natureza Especial	01	01	02	02
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	374	369	70	71
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	117	19	15
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	26	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	78	22	19
1.2.4. Sem vínculo	-	148	29	37
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	98	80	06	08
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	76	06	08
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	03	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	1	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	473	450	78	81

Fonte: SIAPE

Nota: As informações do Quadro A.5.3 demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME, gerenciados pela UJ.

A Unidade Jurisdicionada, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, gerencia todo o contingente de pessoal do Ministério de Minas e Energia. Além do quadro de servidores efetivos que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, conta também com o Quadro Especial em Extinção do MME, criado especialmente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para abarcar o retorno de ex-servidores no regime celetista, advindos das

extintas empresas CAEEB, SIDERBRÁS e CSN, com anistia concedida por força da Lei nº 8.878, de 11/5/94, e outros que retornaram aos cargos públicos por ação de decisões judiciais favoráveis.

Atuam no Ministério de Minas e Energia, ainda, servidores públicos requisitados da Administração Direta e Indireta, bem como pessoas sem vínculo com o serviço público, todos ocupantes de cargos de livre provimento.

Outro contingente de recursos humanos que compõe a força de trabalho do MME são os servidores especializados, pertencentes às carreiras da Advocacia Geral da União – AGU (Procuradores) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Analistas de Orçamento e Finanças, Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analistas em Tecnologia da Informação e os Analistas de Infraestrutura), cujo exercício foi descentralizado pelos órgãos de origem, para atendimento de necessidades específicas deste Órgão.

Há que se justificar, também, que dos 436 servidores caracterizados como cedidos, uma parcela de 94 servidores efetivos encontra-se à disposição de outros órgãos públicos. O restante (342) são anistiados cujo retorno se deu a partir de 2009 e que passaram a integrar o Quadro Especial em Extinção do MME, no regime celetista, estando hoje no exercício de suas funções em diversas entidades da Administração Pública sediadas no Distrito Federal e em outras Unidades da Federação.

Vale ressaltar que, do total de anistiados com retorno deferido para o MME, 77 (setenta e sete) ex-empregados da CAEEB e SIDERBRÁS permanecem atuando nesta Sede.

Assim, temos que o quantitativo de cargos que compõem o Quadro Permanente do MME com lotação autorizada pela legislação específica, qual seja, 1.023, descontados os servidores de carreira vinculada ao órgão de lotação efetiva $[1.023 - (295 + 94)]$ existem 634 cargos vagos, decorrentes de aposentadoria, falecimento e vacância ocorridos ao longo de vários anos. Tais cargos, que pertencem ao PGPE em quase sua totalidade, somente poderão ser providos mediante realização de concurso público. Contudo, ante o deferimento de retorno dos anistiados pela Lei nº 8.878/94, há que se priorizar a absorção desse contingente de pessoal, mais o pessoal técnico especializado de carreira, a exemplo de Analista de Infraestrutura.

Mesmo com o ingresso de servidores da carreira de Analista de Infraestrutura ao quadro geral, o MME ainda possui déficit de sua força de trabalho, principalmente na área fim, situação que impacta no desenvolvimento de atividades estratégicas dos setores mineral, de petróleo/gás natural e energético e que não pode ser suprida com a entrada de anistiados ou de outros servidores das categorias de cargos vagos do PGPE.

Com relação à movimentação do Quadro de Pessoal (ingresso X egresso), constata-se a normalidade, lembrando que o maior peso está na entrada dos servidores de carreiras descentralizadas (Analistas de Infraestrutura e Analista de Tecnologia da Informação).

5.1.4 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO

APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	45	61	255	422	192
<i>1.1. Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	01
<i>1.2. Servidores de Carreira</i>	45	61	255	422	191
<i>1.3. Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	40	67	132	163	47
<i>2.1. Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	01
<i>2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	40	66	115	117	31
<i>2.3. Funções gratificadas</i>	-	01	18	46	15
3. Totais (1+2)	85	128	387	585	239

Fonte: SIAPE

Apesar da entrada de novos servidores das carreiras de Analista de Infraestrutura e de Analista em Tecnologia da Informação no MME (faixa etária até 30 anos), a idade média do efetivo de pessoal deste Órgão é alta, com maior concentração na faixa etária de 51 a 60 anos. A explicação para esse fato está no retorno dos anistiados, correspondentes a 43,33% do Quadro de Pessoal, com idade exatamente nas duas últimas faixas etárias. A faixa etária de 41 a 50 anos compreende a maioria dos servidores efetivos, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE (Quadro A.5.4).

5.1.5 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	01	14	49	392	461	38	19	01
<i>1.1. Membros de poder e agentes políticos</i>	-	-	-	-	-	01	-	-	-
<i>1.2. Servidores de Carreira</i>	-	01	14	49	392	460	38	19	01
<i>1.3. Servidores com Contratos Temporários</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	10	31	142	263	-	03	01
<i>2.1. Cargos de Natureza Especial</i>	-	-	-	-	-	-	-	01	-
<i>2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	-	-	02	08	105	251	-	02	01
<i>2.3. Funções Gratificadas</i>	-	-	08	23	37	12	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	01	24	80	534	724	38	22	02

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

Para melhorar o nível de escolaridade dos servidores e empregados deste órgão, foi implementado o “Projeto de Graduação”, iniciado em 2010, além dos cursos de pós-graduação oferecidos aos servidores com cargos efetivos.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA

EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	526	11
1.1 Voluntária	454	10
1.2 Compulsória	01	-
1.3 Invalidez Permanente	71	01
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	266	-
2.1 Voluntária	252	-
2.2 Compulsória	06	-
2.3 Invalidez Permanente	09	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	793	11

Fonte: SIAPE/SGRH

O quantitativo de aposentadoria vem reduzindo ao longo dos últimos anos e, essa diminuição está diretamente ligada à idade dos aposentados. Entretanto, em médio prazo (10 a 15 anos), deverá ocorrer expressivo aumento do número de pedidos de aposentadorias por parte dos servidores

integrantes da carreira do PGPE, quando terão preenchidos todos os requisitos para sua aposentadoria (Quadro A.5.6).

5.2.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.7 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO

APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	630	20
1.1. Integral	329	19
1.2. Proporcional	301	01
2. Em Atividade	185	02
3. Total (1+2)	815	22

Fonte: SIAPE/SGRH

Na mesma situação que a aposentadoria, o quantitativo de beneficiários de pensão vem reduzindo ao longo dos últimos anos influenciado pelo fator idade dos beneficiários (seja por morte ou pelo atingimento da maioridade).

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	20	24	22	22	152.094,84
1.1 Área Fim	01	01	01	01	6.246,16
1.2 Área Meio	19	23	21	21	145.848,68
2. Nível Médio	34	40	39	40	165.253,19
2.1 Área Fim	16	17	16	15	64.304,18
2.2 Área Meio	18	23	23	25	100.949,01
3. Total (1+2)	54	64	61	62	317.348,03

Fonte: CGRH-Área de Estágio/SIAPE

Quanto aos estagiários, o interesse das áreas finalísticas por estagiários se resume no perfil de nível médio para auxiliar no desenvolvimento de atividades meramente administrativas, enquanto que na área meio há interesse no perfil de nível superior, para o exercício de atividades de secretariado executivo e de gestão de documentos.

5.4 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.9 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010	96.735,87		10.748,43						107.484,30	
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	29.676.376,80		12.103.765,71	1.376.355,23	3.518.577,81	1.714.032,67			128.605,07	48.517.713,29
	2010	26.897.899,95		12.681.746,96	1.353.455,36	3.618.003,80	3.219.158,78	119.338,06			47.889.602,91

	2009	19.314.756,61		8.688.843,42	693.779,12	2.260.853,73	1.859.579,50	230.839,20			33.048.651,58
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009	711.498,93		50.034,92	54.383,71	12.187,97		27.380,66			855.486,19
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	38.735,15		9.983,70	1.901,05	4.148,73	888,00				55.656,63
	2010	23.401,26		17.825,75	1.113,96	5.265,96					47.606,93
	2009	20.769,12		14.010,46	907,99	3.561,84					39.249,41
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011		83.100,61	6.859,12	2.286,37						92.246,10
	2010		72.644,27	5.965,35	2.286,37						80.895,99
	2009		82.309,44	6.859,12	4.572,74						93.741,30
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011		14.370.031,05	970.035,20	293.431,03	21.751.280,74	165.530,00				37.550.308,02
	2010		16.058.299,80	1.241.640,51	352.003,29	18.576.470,94	76.063,06				36.304.477,60
	2009		16.032.089,04	1.193.401,44	360.999,07	17.202.427,93	17.515,61	23.567,00			34.830.000,09
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011		938.433,30								938.433,30

os	2010		1.007.525,04								1.007.525,04
	2009		1.071.508,00								1.071.508,00

Fonte: SIAPE

Nota: As informações do Quadro A.5.9 demonstram a situação global dos custos de recursos humanos do MME.

Análise Crítica

Na área de administração de pessoal, a evolução dos valores registrados se apresenta dentro dos padrões de gasto aceitável, considerando que as dificuldades não se alteraram nos últimos três exercícios.

Dificuldades como a falta de espaço físico e a necessidade de servidores técnico-especializados para as áreas finalísticas, comprometem os processos organizacionais e conseqüentemente o atendimento às crescentes demandas institucionais atribuídas ao Ministério de Minas e Energia ao longo dos últimos anos.

Apesar disso, há que se ressaltar o grande esforço despendido pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração nos estudos realizados para melhor aproveitamento de espaços, na gestão junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com a Secretaria-Executiva, para a absorção de novos servidores para as áreas finalísticas.

Na área da saúde, além de oferecer possibilidades de adesão a planos de saúde (GEAP, Aliança ou Auxílio de caráter indenizatório), também são oferecidos serviços na unidade de Assistência à Saúde da CGRH, tais como Clínica Médica, Enfermagem, Psicologia, Odontologia e ações de Qualidade de Vida com destaque para a Campanha Anual de Vacinação e os Exames Médicos Periódicos.

Na área de desenvolvimento e capacitação, o foco é a qualificação dos servidores para exercerem suas atividades e atribuições com melhor desempenho individual e institucional, respeitada as peculiaridades, as individualidades e as dificuldades de cada um.

Assim, em 2011, a CGRH buscou aperfeiçoamento, mediante a elaboração do Plano Anual de Capacitação (biênio 2011 e 2012), do Modelo de Gestão por Competências, por meio de entrevistas com o objetivo de conhecer os processos de trabalho das unidades e as competências, habilidades e atitudes necessárias para executá-los.

O resultado gerou 50 competências, caracterizadas como transversais governamentais, (levantadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão central do SIPEC), comuns a todos os servidores da Administração Pública Federal, organizacionais (competências individuais comuns a todos os servidores em exercício no MME) ou setoriais (conjunto de competências individuais de todos os servidores de uma unidade setorial).

E ainda, além das tradicionais inscrições individuais em turmas abertas oferecidas pelo mercado, buscou-se parcerias para a formação de turmas fechadas, institucionalizadas ou não, entre o MME e outros órgãos da Administração Federal, como Eletronorte, IBAMA, Banco Central e Tribunal de Contas da União, CEPEL, ILB, ENAP, CGU, ANEEL, ONS. Também, empenha-se em buscar o intercâmbio de instrutores, de recursos financeiros e de logísticos, no bojo do Programa de

Multiplicadores coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como o incremento de contratação de instrutores, nos termos do Decreto nº 6.114/2007, que regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso a servidores públicos da administração federal.

Esta abordagem cooperativa e interinstitucional permitiu a potencialização dos efeitos dos treinamentos, na medida em que favorece a consolidação de redes colaborativas, minimiza os custos financeiros envolvidos nas contratações e valoriza o capital humano já existente na máquina administrativa, que conhece as especificidades do trabalho no governo e as competências específicas dos cargos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

Em resumo, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos tem agido de forma a adequar quantitativa e qualitativamente o Quadro de Pessoal às necessidades, demandas e exigências das unidades da área meio e da área fim do Ministério.

5.5 Terceirização de Mão de Obra Empregada pela Unidade Jurisdicionada

5.5.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade

QUADRO A.5.12 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Ministério de Minas e Energia													
UG/Gestão: 320004				CNPJ: 37.115.383/0001-53									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	27	08.247.960/0001-60	31/08/2010	30/08/2012		40					P
Observações:													
Contrato de prestação de serviços executados de forma contínua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses													

(inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Informações retiradas do Instrumento contratual assinado entre as partes

5.5.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.13 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Ministério de Minas e Energia													
UG/Gestão: 320004					CNPJ: 37.115.383/0001-53								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	5	O	03	37.057.387/0001-22	02/01/2007	01/01/2012				13		06	E
2008	12	O	07	72.591.894/0001-42	27/03/2008	26/03/2012				17			P
2008	11	O	47	04.768.702/0001-70	23/12/2008	22/12/2012				11		01	P
2009	11	O	25	26.972.885/0001-84	07/07/2009	06/07/2012				05		02	P
2010	4	O	19	04.271.959/0001-12	01/07/2010	30/06/2012				12			P

2010	6	O	20	08.965.970/0001-33	01/07/2010	30/06/2011				38			E
2010	7	O	40	04.248.842/0001-18	28/10/2010	27/10/2012				43			P
2010	10	O	47	03.084.540/0001-99	01/12/2010	30/11/2012		04					P
2010	14	O	51	02.277.205/0001-44	31/12/2010	30/12/2012				04		01	P
2011	6	O	18	00.636.712/0001-00	01/07/2011	30/06/2012				38			A

Observações: Contrato de prestação de serviços executados de forma contínua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses (inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.

LEGENDA

Área:

1. *Conservação e Limpeza;*
2. *Segurança;*
3. *Vigilância;*
4. *Transportes;*
5. *Informática;*
6. *Copeiragem;*
7. *Recepção;*
8. *Reprografia;*
9. *Telecomunicações;*
10. *Manutenção de bens móveis*

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

11. *Manutenção de bens imóveis*

12. *Brigadistas*

13. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes*

14. *Outras*

Fonte: Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes

5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Além dos indicadores apresentados no item 2.4.3, a CGRH/SPOA iniciará estudos para a implementação futura de indicadores sobre outros assuntos específicos relacionados ao gerenciamento de recursos humanos.

6. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO

6.1 Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

6.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério de Minas Energia – Coordenação-Geral de Recursos Humanos									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320005/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	592343	03.658.432/0001-82	R\$ 12.175.344,00	0,00	R\$ 2.592.250,80	R\$ 8.463.963,80	01/07/2007	30/06/2012	1
LEGEND									
A									
Modalidade:					Situação da Transferência:				

1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI e CGRH/MME.

Nota: No Campo, No exercício:

a) compõe o somatório informado o valor de R\$ 55.415,00 pago no acordo/ajuste ao convênio para o período de jan/ago de 2010. (Ordem Bancária nº 2011OB800120, de 7 de fevereiro de 2011).

b) encontra-se pendente de pagamento o valor de R\$ 3.146,20 (novembro 2011).

6.1.3 Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2012 e Seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2012 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério de Minas e Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320005/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	1	12.175.344,00	8.463.963,80	2.700.000,00	70%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	12.175.344,00	8.463.963,80	2.700.000,00	70%

Fonte: SIAFI e CGRH/MME.

Análise Crítica

Para o convênio firmado com a Fundação de Seguridade Social - GEAP, por estar na situação de adimplência, foi efetivado o repasse financeiro no decorrer do exercício, em observância ao cronograma de desembolso, bem como empenhado o crédito em conformidade com a legislação vigente para o período.

Importante ressaltar a publicação do Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011, que determinou a avaliação de regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parcerias celebrados com entidades privadas e sem fins lucrativos. Assim, a avaliação de regularidade do Convênio nº 01/2007-MME/GEAP ocorreu pelo processo administrativo nº 48000.002201/2011-39, que resultou no DESPACHO DO MINISTRO, de 30 de novembro de 2011, sinalizando a regularidade da execução do citado Convênio e, conseqüentemente, a retomada da transferência dos recursos a ele destinados.

7. INFORMAÇÕES SOBRE OS REGISTROS NO SIASG E SICONV

7.1 Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO	
<p>Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade Jurisdicionada (Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA) estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>	
Brasília, 13 de março de 2012.	
Carlos Eduardo Mendes Galvão	Simone Marcia Borges
CPF nº 316.274.201-34	CPF nº 319.390.401-59
Coordenador-Geral de Recursos Humanos/SPOA	Coordenadora-Geral de Compras e Contratos/SPOA

Notas referentes ao Quadro A.7.1:

- 1) As informações sobre contratos firmados pelo MME, disponíveis no SIASG, estão a cargo da Coordenação-Geral de Compras e Contratos.
- 2) Em 2009, por meio da Portaria nº 494, de 22/12/2009, da Secretaria-Executiva do MME, foi aprovada a nova sistemática para a tramitação, celebração, execução, fiscalização e análise de prestação de contas de convênio ou instrumentos congêneres celebrados, a partir de 30/05/2008, no âmbito do Ministério. Com isso, foi transferida para as Secretarias finalísticas do MME a condução do referido processo, inclusive a atualização do SICONV.

3) Atualmente, no que se refere a convênios, por meio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH, a UJ mantém atualizados, no SIASG, apenas os dados sobre o convênio com a Fundação de Seguridade Social – GEAP, cuja celebração é anterior à criação do SICONV.

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 8.730/93

8.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	02	02	01
	Entregaram a DBR	02	02	01
	Não cumpriram a obrigação	---	---	---
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	---	---	---
	Entregaram a DBR	---	---	---
	Não cumpriram a obrigação	---	---	---
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	76	79	449
	Entregaram a DBR	76	77	448
	Não cumpriram a obrigação	---	02	01

Fonte: CGRH

Análise Crítica

A entrega das DBRs se dá em mídia impressa (papel), sendo que a CGRH incentiva autoridades e servidores a assinar o formulário de “Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física”, conforme previsto no § 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, para posterior arquivamento nas pastas funcionais. Vale ressaltar, nesse ponto, que as DBRs entregues em mídia impressa são colocadas em envelopes devidamente lacrados, com posterior arquivamento nas pastas funcionais dos servidores. Esses documentos são organizados e guardados em armários instalados na área de cadastro de pessoal, local trancado a chave, por conter dados de caráter sigiloso do contingente de recursos humanos do MME.

No âmbito do Ministério, a Coordenação de Administração de Pessoal – CAPES/CGRH é a unidade responsável por gerenciar a cobrança e a entrega das DBRs ou do formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

Relativamente a essa obrigação, todas as autoridades e servidores do MME procederam a entrega da DBR do ano-base correspondente ou do formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, tendo sido identificada pendência, por parte de duas pessoas, de entrega do documento em questão ao final do exercício de suas funções ou cargos, relativamente ao exercício de 2011.

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos encaminhou Ofício aos dois servidores, alertando-os da pendência em comento.

9. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Considerações Gerais:

1) A SPOA, como Unidade Jurisdicionada responsável pela execução de atividades relativas à organização e modernização administrativa e as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais no âmbito do MME, está sujeita ao fiel cumprimento de toda a legislação que envolve sua competência regimental.

2) As ações de quaisquer servidores públicos pelo art. 37, da Constituição Federal, devem se pautar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além disso, há que se considerar que os deveres, proibições, responsabilidades, crimes e penalidades no âmbito administrativo se encontram muito bem delineados no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, no Código de Ética e no Estatuto das Licitações e Compras, entre outras normas legais vigentes (códigos civil e penal).

3) De fato, os controles da SPOA se dão no dia-a-dia, no acompanhamento sistemático das atividades ao encargo das Unidades que a compõem, por seus respectivos gestores, e na organização de suas rotinas e processo de trabalho. Dessa forma, temos garantido a legalidade, eficiência e eficácia na execução das competências regimentais afetos à área, com realizações pautadas sempre na legalidade e de forma a atender seus objetivos e metas traçadas.

4) Entende-se que cada processo administrativo disciplinar e de sindicância aberto para apurar faltas cometidas por servidores públicos ou denúncia de má conduta no desempenho de funções, quer seja por violação aos deveres, proibições e responsabilidades capituladas nos arts. de 116 a 119 da Lei nº 8112/90, ou por cometimento dos crimes administrativos previstos nos arts. de 89 a 98 da Lei nº 8.666/93, são registros típicos do que se pede no item. 16. Igualmente nessa situação encontram-se processos administrativos de licitações e contratos, quando há transgressão por parte de licitantes ou contratados aos dispositivos da Lei nº 8.666/93 ou descumprimentos de obrigações contratuais (por denúncia ou constatação), situações que são apuradas com vistas à aplicação de sanções administrativas previstas, com posterior instauração de TCE, conforme o caso, e formalização de denúncia junto ao MPU ou STN/MF.

5) Metodologia:

Em atendimento à solicitação do Memorando-Circular nº 2/2012-SPOA/SE-MME, de 07/02/2012, como metodologia para responder os quesitos, as Coordenações-Gerais da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração realizaram reuniões com os titulares das Coordenações a elas subordinadas, para discussão e coleta das opiniões sobre a estrutura de controle interno da Unidade Jurisdicionada vigente no exercício de 2011.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5

<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>Resposta:</p> <p>Sim.</p> <p>PE 01/2011 – serviços de marcenaria e alvenaria; e</p> <p>PE 05/2011 – fornecimento e instalação de vidros e correlatos.</p> <p>Para a contratada foram estabelecidos, nas obrigações contratuais, os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> b) Utilizar exclusivamente material de primeira qualidade, Classe “A”, de acordo com as Normas Técnicas da ABNT; c) Responsabilizar pela limpeza do local onde forem realizados os serviços, depositando todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela fiscalização, recolhendo os entulhos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados pelo GDF, sem criar constrangimentos para o MME; p) Executar os trabalhos por mão-de-obra especializada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, correspondente a cada etapa dos serviços constantes deste Termo de Referência; <p>PE 03/2011 – aquisição de bens diversos.</p> <p>Inclusive o Item 06 do Termo de Referência trata-se de aquisição de 02 coletores de pilhas e baterias para a correta coleta e evitar os impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado de pilhas e baterias usadas no MME, de conformidade com Resolução N^o 257, de 30 de junho de 1999 do CONAMA - Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>PE 07/2011 – manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores.</p> <p>Para a contratada foram estabelecidos, a seguintes obrigações:</p> <ul style="list-style-type: none"> o) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, como as baterias automotivas, dispostas para descarte, que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; p) Estabelecer conjuntamente com o Contratante o encaminhamento dos pneumáticos substituídos aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo 				X
--	--	--	--	---

<p>ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública, de conformidade com a Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999;</p> <p>PE 08/2011 – serviços de copeiragem.</p> <p>No Contrato foi estabelecida a seguinte cláusula especial:</p> <p>CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL A empresa Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, e ainda observar as seguintes determinações:</p> <p>Subcláusula Primeira – Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.</p> <p>Subcláusula Segunda – Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, orientando regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica e água no uso dos equipamentos.</p>					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>Subcláusula Terceira – Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no</p>					

seu funcionamento.

Subcláusula Quarta – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

Subcláusula Quinta – Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

Subcláusula Sexta – Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

Subcláusula Sétima – Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

E ainda, como obrigação contratual, foi estabelecido:

k) Recolher o lixo, proveniente do serviço, duas vezes por dia ou sempre que se fizer necessário, sempre acondicionados em sacos plásticos, removendo para local apropriado indicado pela Administração. e

PE 10/2011 – fornecimento e substituição de **pneus**; e

PE 12/2011 – fornecimento e serviços de **persianas**;

PE 21/2011 – instalação de **painéis de vidro** na garagem.

Para a contratada foram estabelecidos, nas obrigações contratuais, os seguintes critérios:

- a) Utilizar exclusivamente material de primeira qualidade, Classe “A”, de acordo com as Normas Técnicas da ABNT;
- b) Responsabilizar pela limpeza do local onde forem realizados os serviços, depositando todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela fiscalização, recolhendo os entulhos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados pelo GDF, sem criar constrangimentos para o MME;

PE 17/2011 – fornecimento de **condicionadores de ar “split”**; e

PE 20/2011 – fornecimento de **mobiliário**;

PE 24/2011 – reforma da garagem – **centrífugas**;

PE 32/2011 – remanejamento e instalação de **pontos elétricos**;

<p>PE 33/2011 – instalação de septos de gesso nas salas de reuniões.</p> <p>Para a contratada foram estabelecidos, nas obrigações contratuais, os seguintes critérios:</p> <p>b) Utilizar exclusivamente material de primeira qualidade, Classe “A”, de acordo com as Normas Técnicas da ABNT;</p> <p>PE 34/2011 – colocação de filme/película na fachada oeste do prédio.</p> <p>Para a contratada foram estabelecidos, nas obrigações contratuais, os seguintes critérios:</p> <p>c) Utilizar exclusivamente material de primeira qualidade, Classe “A”, de acordo com as Normas Técnicas da ABNT;</p> <p>Subcláusula Primeira do Contrato – A Contratada deverá fornecer o material especificado no Item 3 do Termo de Referência - Anexo I do edital, bem como a mão-de-obra capacitada, realizar os trabalhos preliminares de limpeza dos vidros utilizando produtos apropriados para retirada de óleo ou outras incrustações, utilizar transportes verticais e horizontais, andaimes, escadas, remover mobiliários quando necessário, realizar a limpeza final (grossa e fina) dos locais onde forem realizados os serviços, recolhendo os entulhos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados pelo GDF, sem criar constrangimentos para o MME.</p> <p>PE 37/2011 – serviços de engenharia para correção de infiltrações.</p> <p>Para a contratada foram estabelecidos, nas obrigações contratuais, os seguintes critérios:</p> <p>a) Empregar materiais novos, comprovadamente de primeira qualidade Padrão “A”, reconhecidos nacionalmente como de boa qualidade e aceitabilidade, referenciados como líderes no ramo, detentor de NORMAS ISO, não sendo aceitos, sob pretexto nenhum, materiais classificados como comerciais, extras ou de qualidade inferior, com</p>					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>a alegação de menor preço. No caso da utilização de materiais importados, os mesmos deverão estar com toda a documentação que os legalize no País, principalmente quanto ao cumprimento das normas da ABNT e INMETRO, e que previamente a aplicação, deverão ser submetidos à Fiscalização;</p>					
<p>2. <i>Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</i></p> <p><i>No último processo de aquisição de material de expediente (48.000.001420/2011-17) este Órgão optou pelo uso de papéis com branqueamento alcalino, pois não se utiliza cloro em</i></p>			X		

<p>seu processo de fabricação, portanto, sendo menos poluente.</p>				
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p> <p>Na última aquisição de material de expediente (proc. 48.000.001420/2011-17) este Órgão optou pelo uso de papéis com branqueamento alcalino, pois não se utiliza cloro em seu processo de fabricação, sendo, portanto, menos poluente.</p>				X
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p>Resposta: Sim. PE 13/2011 – fornecimento de combustíveis. No procedimento licitatório foram solicitadas as seguintes comprovações:</p> <p>7.1.4.4 Atestado emitido pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - SEMARH/DF informando que o posto está dentro das condições exigidas por aquele órgão;</p> <p>Como obrigação contratual, foi solicitado:</p> <p>b) Abastecer os veículos do MME com produtos de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e INMETRO;</p> <p>PE 37/2011 – serviços de engenharia para correção de infiltrações.</p> <p>Foi estabelecida, nas obrigações contratuais, a situação:</p> <p>c) Empregar materiais novos, comprovadamente de primeira qualidade padrão “A”, reconhecidos nacionalmente como de boa qualidade e aceitabilidade, referenciados como líderes no ramo, detentor de NORMAS ISO, não sendo aceitos, sob pretexto nenhum, materiais classificados como comerciais, extras ou de qualidade inferior, com a alegação de menor preço. No caso da utilização de materiais importados, os mesmos deverão estar com toda a documentação que os legalize no País, principalmente quanto ao cumprimento das normas da ABNT e INMETRO, e que previamente à aplicação, deverão ser submetidos à Fiscalização;</p> <p>d) Instruir os seus empregados, quanto às medidas de prevenção de acidentes e de incêndio nas áreas do Contratante;</p>				X

<p>PE 31/2011 – fornecimento de água-mineral.</p> <p>No Termo de Referência foram estabelecidos como especificações técnicas:</p> <p>a) A água mineral natural deverá ser entregue em garrações de 20 (vinte) litros, plenamente</p>					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>preenchidos, munidos de lacre de inviolabilidade intacto e certificação de qualidade do vasilhame identificada por selo INMETRO, devidamente lacrados, atóxicos e inodoros, contendo rótulo de classificação da água aprovada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, através do Laboratório de Análises Minerais – LAMIN /CPRM.</p> <p>No procedimento licitatório e mesmo na fase contratual foram solicitadas as seguintes certificações:</p> <p>7.1.4.2 Apresentar as análises químicas e físico-química completa (LAMIM), obrigatória a cada três anos para verificação da composição (art. 27 Decreto-Lei nº 7.841/45 do DNPM);</p> <p>7.1.4.3 Comprovar a concessão de registro do produto na ANVISA (DINAL), Decreto-Lei Nº 7.841/45 do DNPM e Resolução RDC nº 278/2005, da ANVISA, válida por seis anos;</p> <p>7.1.4.4 Apresentar a Portaria de Lavra do Ministério de Minas e Energia, Decreto-Lei nº 7.841/45 do DNPM;</p> <p>7.1.4.5 Apresentar a Licença de Operação, expedida pela Secretária de Recursos Hídricos – SEMARH, ou do município de origem em conforme disposto na Resolução nº 237/97 do Ministério do Meio Ambiente, válida por até quatro anos, dependendo do grau de risco;</p> <p>7.1.4.6 Apresentar o rótulo aprovado pelo DNPM, em conformidade com a legislação atual;</p> <p>7.1.4.7 Declaração de autorização da fonte produtora, no caso de distribuidores, em papel timbrado, para comercialização da água mineral, atestando que o mesmo atende todas as exigências sanitárias de armazenamento e comercialização de água mineral.</p>					
<p>5. <i>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</i></p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>					

<p><i>Resposta:</i> <i>Sim.</i> PE 29/2011 – aquisição de materiais, equipamentos e bens diversos. <i>O Item 19 do Termo de Referência trata-se de aquisição de seis Bebedouros com baixo consumo de energia conforme especificações detalhadas e de baixo consumo de energia.</i></p> <p>PE 32/2011 – remanejamento e instalação de pontos elétricos.</p> <p>O procedimento licitatório foi realizado para adequação dos vários pontos e consequente redução de energia.</p> <p><i>PE 34/2011</i> – colocação de filme/película na fachada oeste do prédio.</p> <p>Consta no Termo de Referência que o Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, sedes dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, foi objeto de um processo de “Etiquetagem do Nível de Eficiência Energética”, realizado pelo Laboratório de Controle Ambiental e Eficiência Energética, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, do Departamento de Tecnologia, da Universidade de Brasília, de conformidade com Manual para Aplicação do Regulamento Técnico de Qualidade para Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos – RTQ-C (INMETRO), obtendo a Etiqueta Nível “C”, no ano de 2010.</p> <p>Entretanto, conforme explicitado no relatório final do trabalho, esse nível de efficientização energética poderia evoluir para “B” desde que houvesse investimentos no sentido de elevar a Eficiência da Envoltória Predial, bem como na Eficiência da Iluminação Predial. Convém explicar que a evolução na etiquetagem predial resulta na obtenção de economia de energia com repercussão na diminuição de recursos de custeio e também em ganhos ambientais. Por ser uma ação importante no contexto atual, ela foi eleita como uma meta estratégica do Indicador de Desempenho EFICIENCIA ENERGÉTICA, idealizada por este Órgão para o exercício de 2011.</p> <p><i>O procedimento do pregão eletrônico mencionado ocorreu no mês de dezembro/2011 e a contratação somente foi efetivada no final de janeiro/12. Então, a avaliação do impacto da</i></p>					X
--	--	--	--	--	----------

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p><i>película sobre o consumo de energia somente poderá ser realizada decorridos, pelo menos, três meses, de efetivo registro e acompanhamento.</i></p> <p>Na reforma dos banheiros do edifício, foram instaladas válvulas de duplo acionamento e o material utilizado nos pisos e paredes é de fácil limpeza, o que evita o desperdício de água com lavagens longas. Nos mictórios masculinos, foi instalado um sistema de descargas automáticas, reduzindo sobremaneira o consumo de água e produtos de limpeza que eram usados nas lavagens constantes. Além disso, sobre a eficiência energética, cabe ressaltar que toda a iluminação predial já é realizada com lâmpadas de baixo consumo. Também, estão sendo instaladas películas de proteção solar, na fachada oeste do edifício, para evitar o consumo do ar condicionado.</p>					
<p>6. <i>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</i></p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p> <p>Foi realizada a aquisição de envelopes confeccionados em papel kraft, que é fabricado a partir de uma mistura de fibras de celulose curtas e longas recicláveis.</p>				X	
<p>7. <i>No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</i></p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p> <p><i>Resposta:</i> <i>Sim.</i></p> <p>O MME realizou nova aquisição de veículos para transporte institucional por intermédio de Adesão da Ata de Registro de Preços do Centro de Obtenção da Marinha-COM-RJ-MD com o fornecedor Ford Motors Company - Item 1 - Ford Focus, no processo administrativo nº 48000.002141/2011-54.</p> <p>No procedimento licitatório, foi feita a seguinte especificação do item: <i>“Motor bicombustível, álcool/gasolina, motor 2.0 de cilindrada...”</i></p>					X
<p>8. <i>Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</i></p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>			X		

<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p> <p>Resposta: Sim.</p> <p>PE 13/2011 – fornecimento de combustíveis.</p> <p>Como obrigação contratual, foi solicitado:</p> <p>d) Abastecer os veículos do MME com produtos de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e INMETRO;</p> <p>PE 31/2011 – fornecimento de água-mineral.</p> <p>No Termo de Referência foram estabelecidos como especificações técnicas:</p> <p>a. A água mineral natural deverá ser entregue em garrações de 20 (vinte) litros, plenamente preenchidos, munidos de lacre de inviolabilidade intacto e certificação de qualidade do vasilhame identificada por selo INMETRO, devidamente lacrados, atóxicos e inodoros, fabricados com matéria-prima não reciclada, contendo rótulo de classificação da água aprovada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, através do Laboratório de Análises Minerais – LAMIN /CPRM.</p> <p>PE 10/2011 – fornecimento e substituição de pneus; e</p> <p>PE 12/2011 – fornecimento e serviços de persianas;</p> <p>PE 17/2011 – fornecimento de condicionadores de ar “split”;</p> <p>PE 20-2011 – fornecimento de mobiliário;</p>				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>PE 21/2011 – instalação de painéis de vidro na garagem;</p> <p><i>PE 24/2011</i> – reforma da garagem – <i>centrífugas</i>; <i>PE 29/2011</i> – aquisição de materiais e <i>bens diversos</i>;</p> <p>PE 32/2011 – remanejamento e instalação de pontos elétricos;</p> <p>PE 33/2011 – instalação de septos de gesso nas salas de reuniões;</p> <p><i>PE 34/2011</i> – colocação de <i>filme/película</i> na fachada oeste do prédio; <i>PE 37/2011</i> – serviços de engenharia para correção de <i>infiltrações</i>; <i>PE 38/2011</i> – <i>programação visual</i>;</p> <p>Para a contratada foram estabelecidos, nas obrigações contratuais, os seguintes critérios:</p> <p>c) Utilizar exclusivamente material de primeira qualidade, Classe “A”, de acordo com as Normas Técnicas da ABNT;</p> <p>d) Executar os trabalhos por mão de obra especializada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, correspondente a cada etapa dos serviços constantes deste Termo de Referência;</p> <p><i>PE 36/2011</i>- fornecimento de <i>material de expediente</i>.</p> <p>Foram estabelecidas as seguintes obrigações contratuais:</p> <p>e) utilizar melhores práticas, capacidade técnica, materiais, equipamentos, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade e o atendimento às especificações contidas no Termo de referência, Anexo I do Edital;</p>					

<p><i>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</i></p> <p><i>Resposta:</i> <i>Sim.</i></p> <p>PE 27/2011 – manutenção preventiva e corretiva Sala-Cofre.</p> <p>No Termo de Referência temos:</p> <p>A Sala-Cofre/Data Center já instalada no Ministério de Minas e Energia/MME, possui certificado de conformidade com a norma ABNT NBR 15.247:2004 e Certificação Europeia ECB-S de acordo com a norma EN1047-2, devendo a empresa contratada se responsabilizar pela manutenção da conformidade técnica definida nas citadas certificações.</p> <p>PE 30/2011 – fabricação e instalação de arquivos deslizantes.</p> <p>No Termo de Referência temos:</p> <p>Desta forma, soluções eficazes, como formulação de rotinas que assegurem a imediata recuperação das informações e a guarda dos documentos sob controle seguro e adequado, são providências fundamentais. As tecnologias atualmente disponíveis permitem a montagem de arquivos deslizantes mecânicos e respectivos subsistemas de segurança da infraestrutura, que asseguram a agilidade na obtenção e distribuição da informação pelas organizações e garante a integridade física do acervo, tanto no que concerne a mídias para armazenamento (digital e de microformas), quanto aos documentos em papel.</p> <p>PE 32/2011 – remanejamento e instalação de pontos elétricos.</p> <p>O procedimento licitatório foi realizado para adequação dos vários pontos e consequente redução de energia.</p> <p>PE 34/2011 – colocação de filme/película na fachada oeste do prédio</p> <p>Consta no Termo de Referência que o Bloco “U” da Esplanada dos Ministérios, sedes dos Ministérios de Minas e Energia, e do Turismo, foi objeto de um processo de “Etiquetagem do Nível de Eficiência Energética”, realizado pelo Laboratório de Controle Ambiental e Eficiência Energética, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, do Departamento de Tecnologia, da Universidade de Brasília, de conformidade com Manual para Aplicação do Regulamento Técnico de Qualidade para Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos – RTQ-C (INMETRO), obtendo a Etiqueta Nível “C”, no ano de 2010.</p>					X
--	--	--	--	--	---

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>Entretanto, conforme explicitado no relatório final do trabalho, esse nível de efficientização energética poderia evoluir para “B” desde que houvesse investimentos no sentido de elevar a eficiência da envoltória predial, bem como na eficiência da iluminação predial. Convém explicar que a evolução na etiquetagem predial resulta na obtenção de economia de energia com repercussão na diminuição de recursos de custeio e também em ganhos ambientais.</p> <p>O MME aderiu a Ata de Registro de Preços nº 01/2010 – ANA PE 16/2010 com a empresa American Power Conversion Brasil Ltda, no processo administrativo nº 48000.000644/2011-95 para fornecimento e instalação de equipamento para compor o Sistema Ininterrupto de Energia-UPS’s (Nobreik) para a rede de computadores, onde no Termo de Referência do MME detalha os seguintes benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Incremento no processo produtivo, através da eliminação do tempo de paradas;</i> • <i>Maior utilização do tempo de vida útil dos equipamentos da rede de TI;</i> • <i>Melhoria dos serviços proporcionando alta disponibilidade de energia segura;</i> • <i>Permitir o monitoramento completo da qualidade de energia;</i> • <i>Garantia de crescimento futuro de acordo com novas demandas e aplicações;</i> • <i>Redução de custos em vista da confiabilidade do sistema.</i> <p>Todo esse procedimento visa essencialmente, proporcionar mais segurança aos usuários do sistema de informática e de telefonia do Ministério, garantido a infraestrutura elétrica necessária para o funcionamento eficiente dos computadores (postos de trabalhos) e garantir ao servidor, que o trabalho que está sendo elaborado não seja perdido, bem como a paralisação das comunicações telefônicas, o que acaba refletindo positivamente nas atribuições institucionais do Ministério.</p> <p>Adesão a Ata de Registro de Preços nº 183/2010-DEC/MD – revitalização da sinalização arquitetônica do MME, onde no Termo de Referência consta:</p> <p>d) Preservação e educação ambiental, objetivando incentivar a criação e o fortalecimento de uma consciência ambiental e sustentável relacionado à edificação, ao seu entorno. Infraestrutura de apoio administrativo existente na unidade, como: administração, apoio em geral, sala de funcionários, garagem privativa, almoxarifado, por meio de indicações mais gerais, vez que esses equipamentos estão localizados em áreas vedadas à visitação pública;</p>					

<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p> <p>Resposta. Sim.</p> <p>PE 29/2011 – aquisição de materiais, equipamentos e bens diversos. O item 2 do Termo de Referência trata-se de mais uma aquisição de Lixeira de Coleta Seletiva de lixo (plástico, vidro, papel orgânico e metal) para instalação na garagem do MME.</p> <p>O MME realizou a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos oriundos da unidade de saúde/SEAMS, com a empresa Quebec Construções e Tecnologia Ambiental S/A, em abril/2011, no valor total anual de R\$ 2.880,00 por intermédio da dispensa de licitação nº 17/2011 com base no inciso II do art.24 da Lei nº 8.666/93.</p> <p>A contratação tem por objetivo proceder ao recolhimento dos resíduos de serviço de saúde de acordo com os termos da resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, bem como do Ofício-Circular nº01/2010 - DG/SLU, que esclarecem que é de competência dos geradores de resíduos de serviços de saúde a adoção das providências pertinentes a contratação de serviços para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.</p> <p>O Ministério tem representação no Comitê Interministerial para a Coleta Seletiva Solidária e, internamente, possui a Comissão para Coleta Seletiva Solidária, designada pela Portaria</p>					X
---	--	--	--	--	---

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<i>MME nº 632/2011. Por meio de compras, contratações e da própria Comissão, foram implementadas, no âmbito do MME, outras ações com vistas à sustentabilidade, tais como: a aquisição de lixeiras para separação dos resíduos e de coletoras de pilhas e baterias, além da aquisição da balança para pesagem do material reciclável destinado às Cooperativas, em atendimento à legislação vigente e às orientações do Comitê Interministerial. A UJ já aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável, em 14/02/2012, por meio do Ofício nº 011/2012-SPOA/SE-MME.</i>					
<p><i>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</i></p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais etc.)</p> <p>Obs.: Vide último parágrafo da informação prestada no quesito 11.</p>		X			
<p><i>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i></p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais etc.)</p> <p>Obs.: Vide último parágrafo da informação prestada no quesito 11.</p>		X			
<p><i>Considerações Gerais:</i> Os quesitos foram respondidos pelas Coordenações-Gerais de Compras e Contratos, de Recursos Logísticos, de Tecnologia da Informação e de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, unidades diretamente responsáveis por esse processo no âmbito da Unidade Jurisdicionada.</p>					
<p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE

PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1		
	Brasília	1	1
	UF 2		
	Santa Catarina	1	4
Subtotal Brasil		2	5
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	5

Fonte: SPIUnet

Análise Crítica

Os imóveis de responsabilidade da UJ situados em Santa Catarina estão em processo de regularização através da transferência de propriedade. Dos quatro imóveis registrados naquele Estado, 02 (dois) foram transferidos à Superintendência do Patrimônio da União de SC e 01 (um) ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM daquele Estado.

Nesse sentido, segue um histórico da situação envolvendo o imóvel remanescente, cadastrado sob o RIP nº **8367.00019.500-0**, situado no município de Tubarão/SC:

- De fato, no Sistema SPIUnet, constata-se a existência de 02 (dois) imóveis, identificados por meio dos RIP's de nºs 8367.00019.500-0 e 9701.16936.500-1, sob responsabilidade deste Ministério, sendo este último registro do edifício que abarca esta sede;
- O imóvel RIP nº 8367.00019.500-0 era desconhecido por esta Subsecretaria se não fosse a obrigatoriedade de inserção de dados captados no citado SPIUnet, por ocasião da elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2010, imposta pelo Tribunal de Contas da União (Portaria-TCU nº 277, de 07/12/2010);
- Assim, na tentativa de regularizar a situação do referido imóvel, localizado em Capivari de Baixo, no município de Tubarão/SC, com área de 816.968,67 m², esta Subsecretaria manteve tratativas com a Superintendência de Patrimônio da União (Ofício nº 50/2011-SPOA/SE/MME) e com a Superintendência do DNPM naquele estado e, em Brasília, com o DNPM/Sede (Ofício nº 11/2011 - CGRL/SPOA/MME) e a Secretaria de Patrimônio da União/DF (Ofício nº 52/2011 – SPOA/SE/MME), para obter informações sobre tal imóvel, bem como sobre os procedimentos necessários à transferência e regularização desse patrimônio, levando-se em conta o desinteresse deste Órgão na ocupação de edificações fora desta Capital;
- Considerando que a localização do imóvel é distinta da jurisdição do MME/Brasília, e sabendo que o DNPM possui representação naquele estado, esta Subsecretaria consultou a Superintendência do DNPM/SC quanto à possível ocupação por unidades representantes daquele departamento no referido estado;
- Ato contínuo, o Departamento respondeu por meio do Ofício nº 17/2011 - CGA/DGADM/DNPM, datado de 09/06/11, que além de não ocuparem o citado endereço, também não tinham interesse na ocupação;
- Como uma providência, a Superintendência do DNPM/SC enviou o Ofício nº 1.357/2011 - DNPM/SC, em 24/05/11, ao Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício, da cidade de Criciúma, para obter informações cadastrais sobre o referido imóvel;
- A certidão obtida no Cartório comprova que o proprietário atual do imóvel é a própria União Federal;
- Mantivemos, ainda, contato com a Secretaria de Patrimônio da União, em Brasília, e com a SPU/SC, para obter orientações a respeito dos procedimentos adequados à transferência dos registros patrimoniais a quem de direito, considerando o desinteresse deste Órgão na utilização desses bens;
- Ainda como providência, reiterou-se consulta à Superintendência do DNPM no Estado de Santa Catarina, para verificar se o imóvel estava sendo utilizado com atividades de assuntos afetos àquele Departamento.

Dessa forma, no sentido de sanar definitivamente a situação em questão e inexistindo interesse por parte deste Ministério e da Autarquia (DNPM) em manter o imóvel sob seu domínio patrimonial, foi reiterada, por meio do Ofício nº 007/2012-SPOA/SE-MME, de 24/01/12), a adoção de providências à SPU/SC, com vistas à transferência do imóvel de responsabilidade deste Órgão para o Patrimônio da União e a conseqüente regularização dos registros no SPIUnet.

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
32000 4	836700019.500 -0	12	3	816.968,67	23/11/2001	816.968,67	0	0
32000 4	970116936.500 -1	21	5	777.892,24	13/12/2011	52.378.920,31	1.583.069,94	303.652,42
Total							1.583.069,94	303.652,42

Fonte: Sistema de Gerenciamentos dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet / Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Regime: 12 (em regularização – outros) – 21 (uso em serviço público).

Nota:

a)O imóvel identificado pelo RIP 836700019.500-0 está localizado no Estado de Santa Catarina e em processo de devolução à Superintendência de Patrimônio da União.

b) A manutenção do imóvel de RIP 970116936.500-1 teve seus valores apurados mediante consideração das seguintes despesas:

b1) DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO IMÓVEL

Execução de serviços de engenharia, visando reforma dos banheiros (800251)	Rubi Engenheiros Associados Ltda.	01761368/0001-35	1.047.003,16
Contratação de empresa especializada para o fornecimento, execução e recuperação de pisos (800183)	Piso Real - Pisos, Revestimentos	10250319/0001-29	22.785,00
Serviços de manutenção de elevadores (800134)	Modulo Engenharia, Consultoria.	05926726/0001-73	52.327,30
Serviços de manutenção em condicionadores de ar (800054)	Liga Engenharia	26972885/0001-84	274.415,84
Reforma da área física da portaria principal (800017)	Mdi Engenharia Civil Ltda.	08355328/0001-32	168.395,64
Instalação de pisos e revestimentos (800480)	Engemil - Engenharia, Empreendimentos	04768702/0001-70	18.143,00
Total			1.583.069,94

b2) DESPESAS COM MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES

Manutenções dos sistemas e instalações elétricas, hidrossanitárias, águas pluviais e de combate incêndio (800052)	Engemil - Engenharia, Empreendimentos	04768702/0001-70	281.408,56
Manutenção da sala cofre (800701)	Aceco Ltda.	08242189/0001-30	22.243,86
Total			303.652,42

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	39				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					

12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	45%			
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X
<p>Considerações Gerais:</p> <p><u>Metodologia:</u></p> <p>Relatório respondido individualmente pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.</p>				
<p><u>LEGENDA</u></p> <p><u>Níveis de avaliação:</u></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>				

13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

13.1 Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

13.1.1 Relação dos Portadores de Cartão de Crédito Corporativo na Unidade e Utilização no Exercício

Valores
em
R\$ 1,00

QUADRO A.13.1 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO
POR UG E POR PORTADOR

Código da UG 1	320004	Limite de Utilização da UG	R\$ 32.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
ANTONIO DEODORIO DO NASCIMENTO	214.361.181-15	4.500,00	0,00	659,48	659,48
DIMAS FIGUEIREDO NÓBREGA	115.018.471-04	5.000,00	0,00	160,80	160,80
IZAFRAN ALVES PAIXÃO	371.496.521-15	3.500,00	0,00	455,50	455,50
HISAO FUJIMOTO	101.661.731-34	10.000,00	0,00	3.135,37	3.135,37
Total utilizado pela UG				4.411,15	4.411,15
Total utilizado pela UJ				4.411,15	4.411,15

Fonte: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

13.1.2 Utilização dos Cartões de Crédito Corporativo da Unidade

Valores
em
R\$
1,00

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO
(SÉRIE HISTÓRICA)

Exercícios	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	0	0,00	13	4.411,15	4.411,15
2010	0	0,00	12	7.521,56	7.521,56
2009	0	0,00	10	7.742,68	7.742,68

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU OU ÀS RECOMENDAÇÕES DO OCI

15.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.15.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 014.899/2009-2	Acórdão nº 117/2011- Plenário	-	Comunicaç ão	Ofício nº 31/2011/TCU/ SEMAG, de 08/02/11
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Descrição da Deliberação:					
- Encaminha cópia do Acórdão nº 117/2011-Plenário, de 26/01/11, para ciência capacitação de servidores pela SPI/MP para elaboração de programas e indicadores em áreas do PPA 2008/2011.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA – AEGE/SE					80041
Síntese da providência adotada:					
- Ciente em 08/02/2011					
- Enviado Memorando Circular nº 1/2011/SPOA ao Secretário Executivo e à Assessoria Especial					

de Gestão Estratégica para conhecimento.
Síntese dos resultados obtidos
- Assunto de competência da Assessoria Especial de Gestão Estratégica
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
-

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC 018.152/2010-4	Acórdão nº 1.093/2011-1ª Câmara	-	Comunicação	Ofício nº 89/2011/TCU/ SECEX-1, de 02/03/11
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Descrição da Deliberação:					
- Encaminha cópia, para adoção de medidas constantes do item 1.5, do Acórdão nº 1.093/2011-1ª Câmara, contendo julgamento das contas da SPOA do exercício de 2009, objeto do Proc.TC 018.152/2010-4. O item 1.5 recomenda, expressamente, que a SPOA adote indicadores capazes de medir os produtos, serviços e resultados e desempenho alcançados pela sua gestão e unidades consolidadas (CGCC, CGOF, CGRL, CGTI, CGRH e CMA).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Síntese da providência adotada:					
- Ciente em 28/02/2011.					
- Enviado expediente à CMA, em 28/02/2011, para conhecimento e providências.					

- Indicadores adotados e informados à CGU no Relatório de Gestão do exercício de 2010.
Síntese dos resultados obtidos
- Indicadores adotados e implementados ainda no exercício de 2010.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
- Os indicadores apurados permitiram mensurar os resultados e gerir o desempenho, mediante a identificação da necessidade de melhoria da qualidade dos serviços executados e a correção de disfunções na operação e gestão de processos organizacionais.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	TC 026.170/2006-4	Acórdão nº 870/2011- Plenário	-	Comunicação	Aviso nº 407 – SESES /TCU - Plenário, de 06/04/2011, dirigido ao Ministro MME.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Descrição da Deliberação:					
- Encaminha, para conhecimento do titular da Pasta, cópia do Acórdão nº 870/11-Plenário, proferido nos autos do Proc. TC 026.170/2006-4, que analisa informações prestadas por este Órgão em torno do Convênio GEAP.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Síntese da providência adotada:					
- Ciente em 06/04/2011.					
- O TCU concedeu prazo improrrogável para finalizar a licitação instaurada no âmbito do MME					

em 2004, para contratação da prestação de serviços de assistência à saúde aos servidores, até a data do término da vigência do Convênio de Adesão nº 001/07-MME, fixada em 5 anos (pacto assinado em 1º/07/2007).

Síntese dos resultados obtidos

- O procedimento licitatório em questão foi revogado por conveniência e interesse da administração, tendo em vista os altos preços ofertados pela licitante vencedora.
- O término da vigência do Convênio de Adesão nº 001/07-MME se dará em 1º/07/2012, data final do prazo estabelecido no acórdão supramencionado.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

- Visto a recomendação acima, o Convênio de Adesão nº 001/07-MME/GEAP não mais será reconduzido, sendo que atualmente, por força da Portaria SRH-MPOG nº 05/10 (Decreto nº 8.081/07), que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC sobre a assistência à saúde suplementar do servidor ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas e dá outras providências, os servidores passaram a receber em folha de pagamento o um valor que lhes permite auxiliar com despesas de contratação de planos de saúde na forma direta.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC 026.170/2006-4	Acórdão nº 870/2011- Plenário	-	Comunicação	Ofício nº 341/2011/TCU/ SECEX-1, de 25/05/11, dirigido ao SE.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Descrição da Deliberação:					
- Encaminha cópia, para adoção de medidas constantes do item 9.1, do Acórdão 870/2011-Plenário, que aprecia Embargos de Declaração opostos pela GEAP, em decorrência do Acórdão nº					

2.042/2006-Plenário.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH	003370
Síntese da providência adotada:	
<p>- Ciente em 28/04/2011, com cópia para a CGRH.</p> <p>- Foi negado provimento aos Embargos Declaratórios interpostos pela GEAP, ficando mantida a recomendação do item 9.1 do Acórdão 870/11-Plenário, que fixa prazo improrrogável para o MME ultimar licitação, com vistas à contratação da prestação de serviços de assistência à saúde dos servidores, até a data do término da vigência do Convênio de Adesão nº 001/07-MME (pacto assinado em 1º/07/2007).</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p>- O procedimento licitatório em questão foi revogado por conveniência e interesse da administração, tendo em vista os altos preços ofertados pela licitante vencedora.</p> <p>- O término da vigência do Convênio de Adesão nº 001/07-MME se dará em 1º/07/2012, data final do prazo estabelecido no acórdão supramencionado.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
<p>- Visto a recomendação acima, o Convênio de Adesão nº 001/07-MME/GEAP não mais será reconduzido, sendo que atualmente, por força da Portaria SRH-MPOG nº 05/10 (Decreto nº 8.081/07), que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC sobre a assistência à saúde suplementar do servidor ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas e dá outras providências, os servidores passaram a receber em folha de pagamento o um valor que lhes permite auxiliar com despesas de contratação de planos de saúde na forma direta.</p>	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC 011.526/2000-2	Acórdão nº 5.318/2009-2ª Câmara	-	Comunicação	Ofício nº 816/2011/TCU/ SECEX-1, de 16/06/11, dirigido ao SE.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Descrição da Deliberação:					
- Refere-se ao Ofício nº 1.324/2009-TCU/SECEX-6 e solicita informações sobre o desconto na folha de pagamento de servidora no valor imputado pelo Acórdão nº 5.318/2009-2ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH					003370
Síntese da providência adotada:					
- Resposta objeto do Memo. nº 57/2011-CGRH/SPOA-MME, de 29/06/11, repassado à SE em 29/06/11.					
Síntese dos resultados obtidos					
Desconto concluído ainda no exercício de 2011, com informações repassadas ao TCU					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
- Desconto feito em parcelas, diretamente na folha de pagamento da servidora, sob controle da CGRH.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	TC 023.259/2007-7	Acórdão nº 1.767/2011-Plenário	-	Comunicação	Ofícios nº 466 e 467/2011/TCU/ SECEX-1, de 13/07/11
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Descrição da Deliberação:					
- Encaminha cópia, para adoção de medidas constantes do item 4.4 do Acórdão nº 1.767/2011-Plenário, que aprecia possíveis irregularidades praticadas pelo MME – na adesão a ata de registro de preços advinda da PRODEMGE/MG, em contradição à jurisprudência do TCU.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC					80037
Síntese da providência adotada:					
- Ciente em 13/07/2011, com cópia para a Coordenação-Geral de Compras e Contratos.					
- Foi determinado ao MME que implemente controles efetivos, com participação de fiscais devidamente capacitados, no processo de medição dos pontos de função executados no âmbito dos Contratos/MME 24 e 25/2007, em conformidade com o subitem 9.2.12 do Acórdão nº 1.910/2007 – Plenário.					
Síntese dos resultados obtidos					
- Os servidores designados para fiscalização desse tipo de contrato foram treinados no processo de medição dos pontos de função.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Medição e controle aperfeiçoados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07		-	-	Comunicação	Ofício nº 340/2011/TCU/ SECOB-1, de 15/08/11
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Descrição da Deliberação:					
Encaminha relação de obras atualmente com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SECRETARIA EXECUTIVA – SE					3245
Síntese da providência adotada:					
- Repassado à SE em 15/08/2011. - Resposta enviada ao TCU por meio do Ofício nº 080/2011/SPOA/SE, de 19/08/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
A unidade responsável pelo acompanhamento de tais obras (SE) foi devidamente cientificada a respeito da relação repassada pela SECOB-1/TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-A unidade responsável pelo acompanhamento das obras decorrentes do PAC, no âmbito do MME, é a Secretaria Executiva.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	TC 011.526/2000-2	Acórdão nº 796/2008- 2ª Câmara	-	Comunicação	Ofício nº 1.161/2011/ TCU/ SECEX-6, de 13/10/11, dirigido ao SE.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.					8932
Descrição da Deliberação:					
- Encaminha cópia, para adoção de medidas, do Acórdão nº 796/2008-2ª Câmara, informando que houve constatação de existência de saldo remanescente na multa aplicada a servidora, após descontos efetuados na folha de pagamento.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS					003370
Síntese da providência adotada:					
- Ciente em 13/10/2011, com cópia para a CGRH. - Foi determinado o desconto de saldo remanescente com atualização monetária, e pedido pelo TCU para informar a data de término do desconto dessa dívida. - Resposta objeto do Memo. nº 109/11/CGRH/SPOA, de 12/12/2011, enviado ao TCU pelo Ofício nº 119/2011/SPOA/SE, de 15/12/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Desconto concluído ainda no exercício de 2011, com informações repassadas ao TCU					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Valor atualizado conforme requisitado pelo TCU, com desconto feito diretamente na folha de pagamento da servidora (sob controle da CGRH).					

15.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.15.3 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	-	-	Ofício nº 22.567/2011/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 31/08/11, dirigido ao SPOA
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.			8932
Descrição da Recomendação:			
- Solicita informações sobre o quantitativo de servidores anistiados da CAEEB e SIDERBRAS e pertencentes ao quando Especial em Extinção do MME, bem como sobre a situação dos mesmos no MME.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH			003370
Síntese da providência adotada:			
- Enviado à CGRH em 02/09/2011. - Resposta objeto do Memo. nº 80/11/CGRH/SPOA-SE, capeado pelo Ofício nº 090/2011/SPOA-SE, de 20/09/2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
- Foi levantada a situação dos anistiados advindos da CAEEB e SIDERBRAS em exercício no MME, cedidos, falecidos, desistentes, demitidos, inaptos e com suspensão do contrato de trabalho.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de			

providências pelo gestor
- O panorama da situação dos anistiados da CAEEB e SIDERBRAS levou a Unidade a implementar controles na área de Recursos Humanos para acompanhamento especificamente desse pessoal.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	-	-	Ofício nº 32.997/2011/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 04/11/11, dirigido ao SPOA
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.			8932
Descrição da Recomendação:			
- Encaminha indicadores de pessoal com as respectivas inconsistências para análise – trilhas de pagamento de pessoal, correção ou justificativa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH			003370
Síntese da providência adotada:			
- Enviado à CGRH em 07/11/11.			
- Resposta objeto do Memo. nº 107/11/CGRH/SPOA, de 11/11/11, capeado pelo Ofício nº 105/11/SPOA-SE, de 11/11/11.			
Síntese dos resultados obtidos			
- Muitas das situações elencadas foram esclarecidas e outras foram corrigidas no sistema.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

- Os assentamentos funcionais estão atualizados e permitiram esclarecer os questionamentos feitos.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	-	-	Ofício nº 26.780/11/CSMME/CORIN/CRG/CGU-PR, de 13/09/11, dirigido ao Chefe de Gabinete do Ministro.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.			8932
Descrição da Recomendação:			
- Informa sobre a autuação do Proc.00190016783/2011-14, aberto para acompanhar apuração correcional decorrente de denúncia de má utilização do Sistema DocFlow.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.			8932
Síntese da providência adotada:			
- Respondido ao Gabinete do Ministro por meio do Memº nº 129/2011/SPOA/SE-MME, de 13/10/11.			
Síntese dos resultados obtidos			
-			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	-	-	Ofício nº 26.720/11/CSMME/ CORIN/CRG/CGU-PR, de 13/09/11, dirigido ao SPOA.
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.			8932
Descrição da Recomendação:			
- Informa sobre a autuação do Proc. 00190.022876/2011-88, aberto para acompanhar apuração de supostas irregularidades ocorridas no âmbito do PAD/MME 48000.001222/2011-37.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.			8932
Síntese da providência adotada:			
- Respondido pelo Ofício nº 090/2011/SPOA/SE-MME, de 19/09/2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
-			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

16. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELA SPOA RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Ainda, como resultados dos serviços prestados pela SPOA, por meio das unidades setoriais dos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de serviços gerais e de organização e inovação institucional, ações relevantes integraram o processo de gestão interna do MME, na sequencia relacionadas, a cargo da (i) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; (ii) Coordenação-Geral de Compras e Contratos e (iii) Coordenação de Modernização Administrativa.

16.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF

À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF compete exercer as atividades de órgão setorial dos sistemas federais de Orçamento, Administração Financeira e de Contabilidade, compreendendo o planejamento, coordenação, acompanhamento, orientação e controle das atividades orçamentárias e de programação financeira relativas aos Orçamentos, Fiscal e de Seguridade Social, no âmbito do Ministério; a descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros para as demais unidades gestoras; e os registros contábeis dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério (já considerando as alterações no Regimento Interno da Secretaria-Executiva, efetuadas por meio da Portaria MME nº 459, de 1º de dezembro de 2009).

✓ Execução Orçamentária e Financeira 2011

Por meio do Decreto nº 7.445, de 1º/3/2011, foram estabelecidos os limites de empenho e de pagamento do MME para o exercício de 2011. O valor total dos limites de empenho para as Despesas Discricionárias (excluindo PAC e Benefícios) foi de R\$ 350 milhões, que coincidia com o total dos valores empenhados no exercício de 2010.

Diante dessa situação, a Secretaria Executiva do MME decidiu estabelecer para cada Unidade (Secretarias Finalísticas e Unidades Vinculadas) como limite de empenho para 2011, o mesmo valor empenhado pela Unidade no exercício de 2010.

Por meio do Ofício nº 40, de 06/04/2011, a CPRM solicitou uma ampliação nos limites de empenho no valor de R\$ 10 milhões, referente ao crédito especial reaberto para a ação “Implementação da Bacia Carbonífera de Santa Catarina”. O pleito foi encaminhado para a SOF por meio do Ofício SPOA nº 18, de 06/04/2011, mas não foi aprovado por aquela Secretaria.

Por meio do Ofício nº 935, de 19/07/2011, a EPE solicitou uma ampliação nos limites de empenho no valor de R\$ 3,8 milhões, referente ao crédito adicional aprovado para o pagamento de tributos. O pleito foi encaminhado para a SOF por meio do Ofício SPOA nº 67, de 22/07/2011, mas também não foi aprovado por aquela Secretaria.

Ao longo do exercício, a SPOA acompanhou a execução orçamentária das Unidades que compõem o MME e efetuou os remanejamentos internos de limites necessários para a otimização da execução orçamentária do MME como um todo. Foram realizadas reuniões com as Secretarias (24/08/2011), com as Unidades Vinculadas (31/08/2011 e 26/10/2011) e com a SOF (02/09/2011).

Da reunião de 26/10/2011, surgiu a necessidade de uma solicitação de ampliação de limites do MME, no valor total de R\$ 37,3 milhões, que foi formalizada por meio do Ofício SPOA nº 99, de 01/11/2011, para a SOF. Entretanto, por meio da Portaria SOF nº 140, de 16/11/2011, houve um atendimento apenas parcial, no valor de R\$ 18 milhões. Diante da aprovação parcial, foi efetuada uma distribuição do valor adicional de forma proporcional ao valor solicitado por cada Unidade.

Desde a publicação do Decreto nº 7.445/2011 os limites de pagamento estavam em valor inferior aos limites de empenho. Por meio das Portarias MF nº 515, de 11/11/2011, e 532, de 23/11/2011, foram efetuadas ampliações de R\$ 20 milhões e R\$ 18 milhões, respectivamente, nos limites de pagamento, mantendo a correspondência com os limites de empenho.

A planilha abaixo demonstra a execução orçamentária das despesas discricionárias do Ministério de Minas e Energia até o dia 31 de dezembro de 2011, por Unidade Orçamentária e por Grupo de Despesa. Essas despesas excluem as despesas contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, os Benefícios ao Servidor, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida, Recursos de Doações e de Convênios e a Reserva de Contingência.

Tabela 145 – Execução Orçamentária das Despesas Discricionárias do MME - 2011

Dados de 2011

R\$ 1,00

UNIDADE	LOA 2011	LIMITE	EMPENHADO	% (EMP / LIM)
32101 - ADM. DIRETA	129.241.931	30.959.851	30.466.311	98,41%
CUSTEIO	54.802.003	25.133.692	24.640.468	98,04%
INVESTIMENTO	74.439.928	5.826.159	5.825.843	99,99%
32202 - CPRM	36.305.802	27.833.330	27.634.146	99,28%

CUSTEIO	33.625.802	26.619.569	26.434.260	99,30%
INVESTIMENTO	2.680.000	1.213.761	1.199.886	98,86%
32263 - DNPM	126.733.635	46.148.074	43.609.818	94,50%
CUSTEIO	49.660.602	43.173.603	40.677.723	94,22%
INVESTIMENTO	77.073.033	2.974.471	2.932.095	98,58%
32265 - ANP	178.223.524	166.467.298	166.429.318	99,98%
CUSTEIO	168.987.294	160.594.832	160.556.852	99,98%
INVESTIMENTO	9.236.230	5.872.466	5.872.466	100,00%
32266 - ANEEL	107.073.281	78.437.681	77.631.396	98,97%
CUSTEIO	99.866.281	74.196.379	73.391.223	98,91%
INVESTIMENTO	7.207.000	4.241.302	4.240.173	99,97%
32314 - EPE	31.607.653	21.580.283	20.455.124	94,79%
CUSTEIO	27.435.453	21.035.580	20.185.847	95,96%
INVESTIMENTO	4.172.200	544.703	269.277	49,44%
TOTAL MME	609.185.826	371.426.517	366.226.205	98,60%
CUSTEIO	434.377.435	350.753.655	345.886.465	98,61%
INVESTIMENTO	174.808.391	20.672.862	20.339.740	98,39%

Fonte: SIAFI

Com isso, até o dia 31 de dezembro de 2011, o percentual de empenho do MME como um todo, considerando apenas as despesas discricionárias (Custeio e Investimento), foi de **98,6%**, o que demonstra eficiência na gestão dos limites de empenho disponibilizados para o MME.

✓ **Recolhimento de Recursos para Pesquisa e Desenvolvimento**

Além das atribuições regimentais, típicas de um órgão setorial do Sistema Federal de Administração Financeira, a Coordenação de Administração Financeira da CGOF/SPOA, a partir de janeiro de 2007, passou a realizar também atividades relacionadas ao recolhimento dos recursos a que se refere a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que estabelece a obrigatoriedade da aplicação de um percentual da receita operacional líquida das empresas do setor elétrico em pesquisa e desenvolvimento.

Entretanto, por falta de regulamentação, o recolhimento desses recursos para o MME não estava sendo efetuado. A situação só foi normalizada com a publicação do Decreto nº 5.879, de 22 de

agosto de 2006, que regulamentou o inciso III do art. 4º da Lei nº 9.991/2000. Posteriormente, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 233, de 24 de outubro de 2006, estabelecendo os critérios e procedimentos para o cálculo, aplicação e o recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos recursos previstos na Lei nº 9.991/2000.

A Resolução entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2007, e, posteriormente, foi revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008, que aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, e estabeleceu novos critérios e procedimentos para o cálculo, aplicação e o recolhimento dos recursos para pesquisa e desenvolvimento.

Dessa forma, no exercício de 2011, o valor total do recolhimento (fonte 172) foi de aproximadamente **R\$ 183.000.000,00 (cento e oitenta e três milhões de reais)**. O valor acumulado desde o início dos recolhimentos é de cerca de **R\$ 1.240.000.000,00 (um bilhão, duzentos e quarenta milhões de reais)**, incluindo os duodécimos referentes aos exercícios de 2007 a 2011 e os valores atrasados devidos de 2004 a 2006.

É importante ressaltar que o recolhimento dessa receita não representa o ingresso de recursos adicionais para o MME, gerando apenas “caixa” para o Tesouro Nacional e possibilitando a substituição de outras fontes de receita pela fonte 172. Espera-se que, eventualmente, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN considerem o excesso de arrecadação ou superávit financeiro dessa receita como uma possível contrapartida para a obtenção de créditos adicionais para o Ministério de Minas e Energia.

✓ Acompanhamento e Análise de Convênios

No exercício de 2008, tendo em vista as alterações promovidas na legislação aplicável a convênios por força do Decreto nº 6.170, de 25/07/2007, e da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29/05/2008, a CGOF/SPOA, por meio da Nota nº 072/CGOF/2008, de 26/11/2008 (Processo nº 48000.002383/08-42), apresentou uma proposta para criação de uma Unidade de Gestão de Convênios, no âmbito do MME,

Posteriormente, em reunião ocorrida no dia 26/05/2009, com a presença de representantes da Secretaria Executiva, do Gabinete do Ministro, da SPOA e das 04 Secretarias Finalísticas do MME, ficou decidido que todos os procedimentos referentes aos convênios e instrumentos congêneres pactuados a partir de 30/05/2008, incluindo celebração, execução e prestação de contas, seriam de responsabilidade das Secretarias Finalísticas.

Com relação aos convênios celebrados até 29/05/2008, ficou acordado que a CGOF/SPOA continuaria responsável pela análise financeira das prestações de contas e as Secretarias continuariam responsáveis pela análise técnica e demais procedimentos.

Por meio da Portaria GM/MME nº 459, de 01/12/2009, foi efetuada uma alteração no Regimento Interno da Secretaria Executiva do MME, revogando os incisos dos arts. 26 e 28 que dizem respeito às competências da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças e da Coordenação de Contabilidade que estavam relacionadas a convênios, e acrescentando um inciso ao art. 40, atribuindo à Assessoria Especial de Gestão Estratégica a competência para “*supervisionar o processo de celebração, execução e prestação de contas dos convênios ou instrumentos congêneres firmados pelos órgãos do Ministério de Minas e Energia*”.

Finalmente, no dia 23/12/2009, foi publicada a Portaria SE/MME nº 494, de 22/12/2009, que “*dispõe sobre a tramitação, celebração, execução, fiscalização e análise de prestação de contas de convênios ou instrumentos congêneres celebrados a partir de 30 de maio de 2008, no âmbito do Ministério de Minas e Energia – MME*”.

Com isso, a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF poderá desempenhar de maneira mais satisfatória as suas atribuições típicas de um órgão setorial dos Sistemas Federais de Orçamento, Administração Financeira e Contabilidade.

16.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC

À Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade, destinadas à aquisição de material e bens patrimoniais, bem como à contratação de obras e serviços demandados pelas diversas unidades do Ministério de Minas e Energia, observadas as disposições legais e regulamentares e as normas estabelecidas pelo SISG – Sistema de Serviços Gerais.

Todas as atividades exercidas são pautadas nas disposições das Leis nºs 8.666/93 e alterações, 9.784/1999, 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006, nos Decretos nºs 2.271/97, 3.555/2000, 3.931/2001, 3.722/2001, 5.450/2002, 6.204/2007, e nas Instruções Normativas de competência da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além dessas normas, também são consultados outros regulamentos que tratam de tributação e encargos sociais, jurisprudências, Decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União e observadas as recomendações da Controladoria-Geral da União.

Integram as ações da CGCC a instrução dos processos, com informações, pesquisa de preços e fundamentação legal competente, necessárias ao embasamento da aquisição de materiais e contratação de serviços gerais ou de obras/serviços de engenharia, quer seja por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ou para deflagração de certames licitatórios nas modalidades de: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Pregão e Adesão a Atas de Registro de Preços de outros Órgãos; e, ainda, a análise e instrução dos processos de pagamento, pedidos de repactuação, de reajuste e de equilíbrio econômico-financeiro das contratações firmadas pelo MME.

Compete à CGCC o acompanhamento da execução dos contratos, de forma a garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelos contratados, nos prazos e condições pactuadas. Para tanto, são instruídos processos para apuração da responsabilidade de empresas que descumpriram as condições contratuais, ou deixaram de enviar proposta e (ou) documentação quando de suas participações nos procedimentos licitatórios, o que em geral tem resultado na aplicação das penalidades previstas no edital e contrato, depois de assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Ao encargo da área está, também, a gestão do Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF e o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV no âmbito deste Órgão, mais o apoio administrativo à Comissão Permanente de Licitações (pesquisa de preços, consultas diversas no COMPRASNET, atualização de dados no SICAF e SICONV, e publicação de matérias via Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações – SIDEC e extrato de editais, em jornal de grande circulação, por intermédio da Empresa Brasil de Comunicação – EBC).

No que diz respeito à instrução dos processos de pagamento, ressalta-se a conferência de faturas emitidas para liquidação das despesas de serviços ou fornecimento de materiais, que consiste na verificação do valor contratado, da correta medição dos serviços pela fiscalização, verificação da regularidade fiscal, através de consulta ao SICAF e às instituições oficiais competentes, e o cumprimento dos prazos e demais condições contratuais, bem como o recolhimento dos valores destinados à cobertura das obrigações previdenciárias e trabalhistas assumidas pelas empresas em função dos contratos vigentes. Adicionalmente, é elaborado e acompanhado o cronograma de desembolso físico-financeiro dos contratos de serviços continuados, com integral disponibilização no módulo SICON/SIASG.

Por um impositivo legal, a área de Contratação passou a adotar todas as providências necessárias para depósito, diretamente em conta vinculada, dos valores destinados ao pagamento dos encargos trabalhistas pelas empresas que prestam serviços nas dependências do Ministério de Minas e Energia, com uso de mão de obra terceirizada.

Outra atividade não menos importante, e que demanda tempo e disposição da área, é o fornecimento e pesquisa de preços a outros órgãos públicos, relativamente aos serviços contratados pelo MME, de forma a possibilitar troca de informações por ocasião das renovações e repactuações dos contratos, facilitando a verificação da compatibilidade entre preços praticados no mercado e os preços pactuados em contratos celebrados com a Administração Pública.

Para excelência da gestão, a CGCC adotou ações específicas e até mesmo individuais na busca de melhoria e agilidade dos trabalhos ao seu encargo, com investimento na capacitação do pessoal envolvidos, direta e indiretamente, em licitações e contratos para melhor interpretação das normas legais que regem suas atividades, no entendimento dos processos e métodos, na multiplicação de conhecimentos para operacionalização dos sistemas de governo e no redirecionamento do fluxo de trabalho, ensejando mudanças significativas e necessárias para melhoria do desempenho, conforme pode ser visto nos relatórios e gráficos atinentes aos indicadores propostos para a Unidade.

Nesse escopo, a atuação da área de Licitações e Compras, é importante destacar, contribuiu positivamente para redução do custo das contratações do MME, especialmente na modalidade de Pregão Eletrônico e nas Adesões aos Registros de Preços, como se pode aferir nos percentuais consideráveis entre o valor estimado e o valor efetivamente contratado (vide quadros adiante).

No último exercício, as licitações para aquisição e contratação de serviços com valor acima do limite de R\$ 8.000,00, foram realizadas em conformidade com os dispositivos legais vigentes, sendo que os 100% delas, deflagradas na modalidade de Pregão Eletrônico para maior celeridade, transparência e economicidade dos processos de compra e contratação de serviços.

E ainda, dos 65 procedimentos realizados com escopo no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação), 18 destinavam-se a aquisição de materiais e ocorreram por meio do sistema de Cotação Eletrônica disponibilizado pelo Governo Federal, (correspondente a 27,69% do total), propiciando ao Órgão uma economia da ordem de 43,64%, comparativamente entre o valor estimado e o valor finalmente contratado pela Administração.

O desafio agora, que compreende desde a qualidade do gasto, a forma efetiva do trabalho e a geração de políticas públicas, é a institucionalidade das compras públicas de forma sustentável. Assim, na aplicação dos recursos públicos, no compromisso efetivo com a sustentabilidade, é enorme a responsabilidade do gestor público encarregado de definir as regras de um edital de licitação que assegura a livre concorrência, sem privilégios ou favorecimentos, e que ao mesmo tempo garanta ao governo o fornecimento do melhor produto/serviço pelo menor preço e, sem dúvida, a licitação é uma das ferramentas estratégicas de promoção do desenvolvimento sustentável na esfera pública, com repercussão direta no setor privado.

Nesse sentido, a Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, traz as diretrizes para as licitações e contratos, e assim, como o Termo de Referência/Projeto Básico representa o início do processo licitatório, tem sido o ponto de partida para inserção de critérios bem especificados e detalhados para se ultimar compras/contratações sustentáveis. Bem por isso, 52,38% dos procedimentos licitatórios concluídos no âmbito deste MME em 2010 se encontravam na categoria de sustentáveis; já em 2011, houve significativo acréscimo desse percentual que aumentou para 65,71%, em face da observância à legislação ambiental e da inserção de critérios eco eficientes.

Por fim, os Indicadores implementados para o acompanhamento e desenvolvimento dessas atribuições, têm contribuído para mensurar, monitorar e avaliar o desempenho da gestão, já que proporcionam informações presentes e comparativas, com base nas apurações anteriores e em relação à execução dos Programas, Projetos e Ações sob a responsabilidade institucional da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, em aspectos relevantes tais como: eficiência, eficácia, economicidade e efetividade.

Assim, de uma análise dos percentuais auferidos com os indicadores propostos para esta CGCC consideramos que o resultado foi bem positivo, e ainda, em conformidade com os requisitos estabelecidos, prazos e metas definidas, restando demonstrado que houve superação do desempenho desejado nos dois semestres de 2011, similarmente ao ocorrido no exercício de 2010.

Tabela 146 – Demonstrativo Detalhado dos Processos de Licitação por Modalidade no Exercício de 2011

ANO 2011							
TIPO	MODALIDADE	STATUS	QTD	VLR ESTIMADO	VLR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ %
LICITAÇÕES	PREGÃO ELETRÔNICO	Concluída	31	11.962.621,77	10.102.331,72	1.860.290,05	15,55
		Revogada	3				
		Suspensa (Lpt - área Técnica)	1				
TOTAL			35				
	DISPENSA (Serviços)		47	766.106,24	-	-	-
	COTAÇÃO ELETRÔNICA (Materiais)		18	78.587,66	44.290,34	34.297,32	43,64
TOTAL			65				
	ADESÃO A REGISTROS DE PREÇOS - ARP		25	15.907.768,06	11.859.964,20	4.047.803,86	25,45

Fonte: CLC/CGCC

Tabela 147 – Pregões Eletrônicos Realizados em 2011

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
41	04/01/2011 10:00 horas	2029/2010-32	Contratação de empresa especializada para fornecimentos sob demanda de materiais elétricos e hidrosanitários - SRP.	DIOBE/CGRL	119.838,47	65.921,12	53.917,35	44,99	VÁRIAS EMPRESAS	SIM
1	08/02/2011 10 horas	1859/2010-42	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de divisórias, alvenaria, serralheria e acabamentos para o MME – SRP.	COAGE/CGRL	719.509,00	540.442,92	179.066,08	24,89	MULTIPLINA COMERCIO DE MOVEIS E SERVICOS LTDA	SIM
2	08/02/2011 14 horas	2126/2010-25	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total para os veículos integrantes da frota oficial do MME.	COAGE/CGRL	40.731,32	21.299,01	19.432,31	47,71	ALLIANZ SEGUROS S/A	
3	11/02/2011 10 horas	1953/2010-58	Aquisição de materiais, equipamentos e bens diversos.	COAGE/CGRL	35.321,71	22.686,60	12.635,11	35,77	VÁRIAS EMPRESAS	SIM
4	REVOGADO 02/2011	2226/2010-51	Contratação de empresa especializada para treinamentos em Business Objects Web Intelligence XI 3.0	CGTI/SPOA	55.000,00	0,00	0,00	0,00	REVOGADO - 22/12/11	
5	16/02/2011 10 horas	2380/2010-23	Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com fornecimento de materiais, por demanda, para reposição e colocação de vidros e correlatos p/2011.	COAGE/CGRL	187.174,60	125.100,30	62.074,30	33,16	PROJETA COMERCIO DE SERVIÇO E MANUTENÇÃO LTDA	SIM
6	21/03/11 14 horas	0046/2011-16	Aquisição de vacina antigripal	SEAMS/CGRH	24.481,20	16.353,00	8.128,20	33,20	SC DISTRIBUIDORA DE VACINAS LTDA	SIM

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
7	16/05/11 às 14H	0448/2011-11	Contratação de empresa especializada para manutenção dos veículos oficiais de serviço de representação do MME.	COAGE/CGRL	86.247,42	77.622,68	8.624,74	10,00	PICK-UP CENTER	SIM
8	17/05/11 às 10H	0617/2011-12	Contração de empresa especializada para prestação de serviços de copeiragem (copeira, garçom, aux. operacional, encarregado) com fornecimento materiais consumo/reposição, de forma contínua.	COAGE/CGRL	1.215.179,43	1.042.257,84	172.921,59	14,23	UNIÃO SERV GERAIS LTDA-EPP	SIM
9	19/05/11 às 10H	0586/2011-16	Contratação de empresa especializada para fornecimento e entrega de jornais e revistas para o MME	DGDIB/CGRL	48.225,00	34.896,72	13.328,28	27,64	ELDEX DISTRIBUIDORA DE JORNALIS E REVISTAS LTDA - CAC	
10	01/06/11 às 14H	0211/2011-31	Contratação de empresa especializada para fornecimento de pneus e serviços balanceamento rodas.	COAGE	29.718,00	24.879,02	4.838,98	16,28	PNEULÂNDIA COMERCIAL LTDA	SIM
11	29/06/11 às 14H	0664/2011-66	Aquisição de equipamentos e acessórios fotográficos	ASCOM/GM	42.892,26	39.114,66	3.777,60	8,81	6 EMPRESAS: DPI, SUPPLY, PROVISÃO, ELETRO-ACÚSTICA, BRIMAN, BROADCASTING.	
12	26/07/2011 10 horas	0960/2011-67	Contratação de empresa especializada no fornecimento e serviços de instalação, recuperação, remanejamento de Persianas verticais e horizontais, por demanda, para este MME	COAGE/CGRL	95.701,00	53.999,00	41.702,00	43,58	CLAUDIOMIRO BARBOSA RODRIGUES ME	SIM
13	04/08/2011 14 horas	1203/2011-19	Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis para abastecer os veículos oficiais e Grupo Gerador	COAGE/CGRL	180.691,00	153.677,14	27.013,86	14,95	PETRONORTE COMBUSTÍVEIS LTDA	SIM

14	23/11/11 10h.	1026/2011-62	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada	COAGE/CGRL	661.473,00	548.775,12	112.697,88	17,04	BRASFORT EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA	SIM
Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
15	REVOGADO 15/08/2011 10 horas	0591/2011-11	Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de TV por Assinatura.	COAGE/CGRL	32.376,00	58.800,00	0,00	0,00	J & M COM SERV TELECOMUNICACOES CNPJ/CPF: 03.056.608/0001-26 Inabilitado - REVOGADO - 26/08/11	
16	23/08/2011 14 horas	1265/2011-12	Contratação de empresa especializada para realização de exames médicos periódicos.	CGRH	72.684,72	51.249,88	21.434,84	29,49	Laborat.Sta Cruz, Bittencourt Clínicas, Inbol Brazil de Olhos	
17	21/09/11 14h.	0949/2011-13	Contratação de empresa especializada para o fornecimento, com instalação, de aparelhos condicionadores de ar "split".	CGRL	140.029,49	104.604,98	35.424,51	25,30	Cintia Tisue 13.700,00 / Comercial Vida 48.904,98 / Tempo Frio - 42.000,00	SIM
18	23/09/11 14h	1372/2011-41	Contratação de empresa especializada para UP Grade e aquisição de Licenças de Softwares - (SRP MME - DNPM)	CGTI	776.211,33	609.289,00	166.922,33	21,50	776.211,33 (MME) 210.435,33 (DNPM) ABRA Informática Ltda EPP	
19	05/10/11 14h	0819/2011-64	Aquisição de aparelhos de 4 TV PLASMA 42", 3 Rack vertical, 3 DVD player, 8 purificador de ar (Acréscimo de +1 TV PLASMA 42")	COAGE/CGRL	20.350,89	15.520,25	4.830,64	23,74	CTIS/SC&M/JCP/JAS	

20	04/10/11 10h	1350/2011-81	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de mobiliário, por lote, para este MME.	COAGE	190.801,62	77.810,98	112.990,64	59,22	ARTMOBILE IND E COM e CONSERMAQ EQUIP.	SIM
Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
21	13/10/11 10h	1549/2011-17	Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com fornecimento de materiais, para instalação de Painéis de Vidros Temperados, Estruturados em Aços Escovados, na garagem do MME.	COAGE	241.797,76	220.199,00	21.598,76	8,93	MARCIO GURGEL CARVALHO ME	SIM
22	18/10/11 10h	1365/2011-49	Aquisição de cadeiras (20+30) e quadros brancos (2) para sala treinamento/CODES/CGRH.	CODES/CGRH	22.947,53	16.173,71	6.773,82	29,52	GUSA/GCS/AMÉRCIA /MULTI	SIM
23	07/11/11 10h	1541/2011-42	Aquisição de Solução <i>Unified Threat Management - UTM - Firewall</i> (SRP MME e DNPM)	CGTI	1.337.290,95	1.158.000,00	179.290,95	13,41	NCT INFORMÁTICA LTDA MME- 1.337.290,95 DNPM- 5.509.981,72	
24	25/10/11 10h	1189/2011-45	Reforma com adaptação de áreas físicas internas localizadas na garagem e no 2º Subsolo do edifício sede do MME	COAGE	342.752,76	259.150,00	83.602,76	24,39	RUBI ENGENHARIA	SIM
25	REVOGADO 18/11/11 10h	1779/2011-43	Aquisição de <i>Notebooks e Tablets</i> - Sistema Registro de Preços (SRP MME + 8 órgãos)	CGTI	1.054.545,73	0,00	0,00	0,00	REVOGADO - 02/12/2011 TT - 3.333.781,99	
26	09/11/11 10h	1263/2011-23	Confecção de Anuários Estatísticos do Setor Metalúrgico e do Setor de Transformação de Não-Metálicos - 2011 e a Sinopse-2011 Mineração e Transformação Mineral-SGM.	SGM	15.371,00	9.386,00	5.985,00	38,94	GLOBAL PRINT EDITORA GRÁFICA LTDA - Contagem/MG	

27	11/11/11 10h	1741/2011-11	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva programada e manutenção corretiva no ambiente da Sala-Cofre/Data Center do MME, com fornecimento de peças, com área total de 29m ² (vinte e nove metros quadrados).	CGTI	315.866,00	307.992,00	7.874,00	2,49	ACECO LTDA - negociação preços - 17/11/11	SIM
Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
28	SUSPENSO 11/11/11 14h	1208/2011-33	Contratação de empresa especializada para pesquisa avaliativa do Programa Luz Para Todos (LpT)	SEE	914.712,00	297.000,00	0,00	0,00	FOCO OPINIÃO - Pregão suspenso para avaliação da área técnica - 17/11/11	
29	02/12/11 10 HORAS	1839/2011-52	Aquisição de materiais de bens e equipamentos diversos (Total de 20 Itens - lixeira cinzeiro, forno microondas, frigobar, geladeira, fogão, gps....)	DIAPE/COAGE	62.773,44	46.366,87	16.406,57	26,14	VÁRIAS EMPRESAS (aquisição de 17 itens)	SIM
30	13/12/11 10 horas	1968/2011-41	Contratação de empresa especializada na fabricação e instalação de arquivos deslizantes mecânicos e subsistemas correlatos - SRP.	CGRL	4.540.713,05	4.265.793,97	274.919,08	6,05	CAVIGLIA & CIA LTDA NE2011 - 977.300,00	SIM
31	19/12/11 10 horas	1837/2011-63	Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, para atendimento no âmbito do MME para 2012.	DIAPE	93.696,00	77.184,00	16.512,00	17,62	PURÍSSIMA ÁGUA MINERAL LTDA	SIM
32	23/12/12 10 horas	1975/2011-42	Contratação de empresa especializada para instalação de pontos elétricos nos Gabinetes e Sala de reuniões	DIOBE	49.717,73	29.800,00	19.917,73	40,06	BENFORT CONSTRUÇÕES LTDA	SIM
33	23/12/12 10 horas	2100/2011-68	Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com fornecimento de materiais, visando à instalação de	COAGE	37.242,43	36.800,00	442,43	1,19	Carlos José Pereira ME - COMERCIAL GESSO	SIM

			septos de gesso para complementar fechamento acústico dos Gabinetes e Salas de Reuniões do MME.							
34	28/12/12 10 horas	1867/2011-71	Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com fornecimento de materiais, objetivando a instalação de filme/película para controle solar na fachada oeste do Ed. Sede do MME.	DIOBE/COAGE	215.191,66	49.985,95	165.205,71	76,77	A ABBA SERVIÇOS GERAIS LTDA ME	SIM
VALOR TOTAL.....R\$					11.962.621,77	10.102.331,72	1.860.290,05	15,55	% - variação percentual	

Fonte: SIASG e processos administrativos

TOTAL : 35 pregões eletrônicos realizados no ano de 2011

05 pregões para Registro de Preços

03 pregões revogados

01 pregão suspenso - indefinição da área técnica

Tabela 148 – Dispensas de Licitações Realizadas em 2011

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO 48000.00	SOLICITANTE	OBJETO/ ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				EMPRESA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	
1	Dispensa	2330/2010-46	CGCC	ECT - Serviços postais e telemáticos	05/01/11	215.096,82					ECT
2	Dispensa	1772/2010-75	COAGE	Serviços de dedetização	11/01/11	4.790,00					ARAGUAIA SANEAMENTO LTDA Obs: cancelou dispensa 49/2010
3	Dispensa	0168/2011-11	COAGE	Colocação de película automotiva	21/02/11	600,00					LIMPGARD FILMS PROT. DE SUP.
4	Dispensa	0098/2011-92	GM	Confecção de pastas porta documentos	18/02/11	520,00					KVL SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO LTDA
5	C.E.	0243/2011-35	SEAMS	Aquisição DEF 2010/2011	21/02/11		157,44	113,44	44,00		SBS LIVRARIA E EDITORA
6	Dispensa	0209/2011-61	COAGE	Revisão veículos	23/02/11	633,85					SIPERAUTO LTDA
7	Dispensa	0298/2011	CGTI	Aquisição de certificados digitais	23/02/11	4.588,80					SERPRO
8	Dispensa	2037/2010-89	SEAMS	Aquisição de jalecos	03/03/11	1.670,50					JULIANA ZANINI DA COSTA ME
9	C.E.	0416/2011-15	DTTM	Aquisição de papéis especiais	17/03/11		257,89	219,88	38,01		EMANUEL COMÉRCIO E DIST.
10	Dispensa	0456/2011-67	COAGE	Confecção call center	21/03/11	4.617,50					MÓDULO DIVISÓRIAS

11	Dispensa	0507/2011-51	COAGE	Serviço de fiscalização de obras banheiros	21/03/11	7.936,00					DADAM ENGENHARIA
Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO 48000.00	SOLICITANTE	OBJETO/ ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				EMPRESA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ %	
12	Dispensa	0566/2011-29	COAGE	Revisão veículos	28/03/11	359,10					MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO
13	Dispensa	0466/2011-19	COAGE	Conserto freezer e refrigerador	15/04/11	7.993,00					ARTEMETAL INDÚSTRIA LTDA
14	Dispensa	0658/2011-17	COAGE	Revisão veículo Ford Focus	15/04/11	179,55					MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO
15	Dispensa	2291/2010-87	COAGE	Cessão de área para exploração de atividade bancária - BB (cessão de uso)	30/04/11	283,81					BANCO DO BRASIL SA - valor mensal a ser pago pela concessionária
16	Dispensa	0731/2011-42	COAGE	Aquisição de Roller Clips	27/04/11	6.000,00					A S&S COM. MAN. LTDA
17	Dispensa	0482/2011-95	SEAMS	Serviço de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos oriundos da unidade de serviço médico do MME	27/04/11	2.880,00					QUEBEC AMBIENTAL AS
18	C.E.	0726/2011-31	COAGE	Aquisição Bandeiras	28/04/11		1.417,50	882,00	535,50		POLY COM. E SERVIÇOS LTDA
19	Dispensa	0604/2011-43	CGTI	Aquisição de elevador para equipamento de vídeo conferência	25/05/11	6.300,00					ELETRÔNICA AUDITEL LTDA
20	Dispensa	0901/2011-99	COAGE	Conserto bomba d'água	25/05/11	1.520,00					VAINE ASSIST. DE COMP. LTDA

21	C.E.	0533/11-89	SEAMS	Aquisição de material odontológico	30/05/11		7.916,99	3.271,04	4.645,95		BIMED E OUTROS
22	C.E.	0943/2011-21	DIAP	Aquisição microfone	13/06/11		7.891,88	2.700,00	5.191,88		NAVIZO MAT. ELETRÔNICOS LT
23	Dispensa	0991/11-18	CGTI	Manutenção STORAGE HP EVA 6000	03/06/11	1.100,00					COMPTECH TECNOLOGIA
24	Dispensa	0959/11-32	GM	Serviço de encadernação	09/06/11	4.224,00					ELI PEREIRA CARDOSO
25	Dispensa	0921/11-61	DIOB	Fornecimento e instalação de fechaduras elétricas	06/06/11	660,00					JJ SERVIÇOS E INFORMÁTICA
Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO 48000.00	SOLICITANTE	OBJETO/ ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				EMPRESA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	
26	Dispensa	0902/11-33	DGDIB	Confecção carimbos numeradores	10/06/11	1.893,00					HBL CARIMBOS E PLACAS LTDA
27	Dispensa	1016/11-27	CGTI	Contratação conexão Infovia	10/06/11	231.120,00					SERPRO
28	Dispensa	1093/11-87	COAGE	Aquisição material copa	15/06/11	4.540,34					RG DISTRIBUIDORA LTDA
29	Dispensa	0999/11-84	COAGE	Aquisição de etiquetas autoadesivas	16/06/11	4.750,00					VIP GRÁFICA
30	C.E.	1098/11-18	COAGE	Aquisição lixeiras	28/06/11		3.596,50	2.678,00	918,50		NATIVA E BRAZPEL
31	Dispensa	1236/11-51	CAC	Renovação Assinatura Revista Zênite	07/07/11	6.447,76					ZÊNITE CONSULTORIA
32	Dispensa	1301/11-48	COAGE	Contratação de serviço de engenharia	18/07/11	11.975,60					MDI ENGENHARIA LTDA

33	Dispensa	1323/11-16	CGTI	Assinatura LAG	25/07/11	4.900,00					APOIO PRODUÇÕES E TELEMARKETING LTDA
34	C.E.	1240/11-19	CGRL	Aquisição de lâmina para perfurador	26/07/11		339,68	335,48	4,20		LUIZ FABIANO APONTE
35	Dispensa	1101/11-95	CGTI	Aquisição de leitor código de barras	02/08/11	1.875,00					ASSIST AUTOMAÇÃO LTDA
36	Dispensa	1467/11-64	COAGE	Contratação de serviço de engenharia	15/08/11	14.779,66					ENGELUZ CONST. E ENGENHARIA LTDA
37	C.E.	0970/11-19	CGRL	Aquisição de livros técnicos	24/08/11		7.994,39	4.201,35	3.793,04		VÁRIOS
38	C.E.	1454/11-95	DIAP	Aquisição insumos para impressora plotter	24/08/11		6.890,00	3.396,00	3.494,00		VÁRIOS
39	Dispensa	1489/11-24	SEAMS	Confecção receituário médico	24/08/11	781,00					VIP GRÁFICA
40	Dispensa	1574/11-92	COAGE	Transferência condensadores de ar condicionado	01/09/11	14.438,36					LIGA ENGENHARIA LTDA
Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO 48000.00	SOLICITANTE	OBJETO/ ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				EMPRESA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	Δ %	
41	C.E.	1507/11-78	SEAMS	Aquisição oxímetro	21/09/11		4.182,09	1.100,00	3.082,09		VÁRIOS
42	C.E.	1622/11-42	SEAMS	Aquisição compressor	21/09/11		4.859,50	4.859,50	0,00		FILOMENA DA CONCEIÇÃO cotação eletrônica cancelada
43	C.E.	1674/11-19	DIAP	Aquisição insumos para impressora imagens plotter			6.857,28	4.895,00	1.962,28		ZIUL E NEWLINE COMÉRCIO
44	Dispensa	0591/11-11	CGRL	Serviço assinatura SKY	16/12/11	26.856,00					SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA

											2.238,00 mensais
45	C.E.	01764/11-18	DGDIB	Aquisição de etiquetas autoadesivas	29/09/11		3.683,40	2.430,00	1.253,40		OFFICE SERVICE
46	Dispensa	01644/11-11	DGDIB	Renovação Assinatura DOU Seções I, II e III	03/10/11	3.915,20					IMPrensa NACIONAL
47	C.E.	1801/11-81	COAGE	Aquisição de silicone impermeabilizante	07/10/11		946,20	946,00	0,20		HÉLIO DA SILVA AGROPECUÁRIA
48	Dispensa	1789/11-11	DIAP	Aquisição de carimbo datador	13/10/11	2.286,00					REI DAS CHAVES LTDA
49	C.E.	1500/11-59	SEAMS	Aquisição de medicamentos			6.870,81	4.799,70	2.071,11		BIMED
50	Dispensa	1490/11-59	SEAMS	Manutenção de aparelho medidor de pressão	19/10/11	299,00					MULT-MED
51	C.E.	1888/11-95	SEE	Aquisição de material de expediente	21/10/11		627,70	434,20	193,50		VÁRIOS
52	Dispensa	1853/11-56	SEAMS	Manutenção de equipamento odontológico	20/10/11	7.980,00					J.A. COMÉRCIO LTDA
53	Dispensa	1721/11-24	ASCOM	(11) Assinaturas Mídia Impressa	21/10/11	112.860,00					EBC 9.405,00 mensais
54	C.E.	1664/11-83	DIAP	Aquisição de câmeras fotográficas			7.616,00	4.597,29	3.018,71		VÁRIOS
55	C.E.	1501/11-86	COAGE	Aquisição de materiais e medicamentos para área médica	25/10/11		6.482,41	3.342,96	3.139,45		Diversas

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO 48000.00	SOLICITANTE	OBJETO/ ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				EMPRESA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△%	
56	Dispensa	1110/11-86	CGRL	Instalação de Ponto de Atendimento CEF (cessão de uso 3 m²)	26/11/11	35,09					CEF - valor mensal a ser pago pela concessionária
57	C.E.	1622/11-42	SEAMS	Aquisição de compressor	07/11/11		4.859,50	3.948,00	911,50		FILOMENA CONCEIÇÃO - cotação repetida
58	Dispensa	1866/11-25	COAGE	Confecção de Carimbos	11/11/11	6.420,00					CARIMBOS BRASIL
59	Dispensa	1768/11-98	COAGE	Serviço de dedetização	11/11/11	7.200,00					LONG SERVIÇOS
60	Dispensa	1735/11-48	ASCOM	Serviço de locução	24/11/11	7.700,00					LÚMINA EVENTOS
61	Dispensa	1739/11-26	COAGE	Serviço de Chaveiro	24/11/11	5.991,00					CHAVEIRO UNIÃO
62	Dispensa	1976/11-97	COAGE	Recarga de extintores	09/12/11	7.992,20					CONFIANÇA EXTINTORES
63	Dispensa	1865/11-81	COAGE	Aquisição GLP	01/12/11	5.400,00					GOLD COM. DE GÁS
64	Dispensa	1523/11-61	COAGE	Instalação PAE BRB - cessão de uso onerosa	06/12/11	35,10					BRB - valor mensal a ser pago pela concessionária
65	Dispensa	2068/11-11	DGDIB	Encadernação DOU	07/12/11	993,00					VIP GRÁFICA
66	Dispensa	2299/11-24	CGTI	Revisão INTRANET	16/12/11	7.890,00					GUARDIAN LTDA - CANCELADA
67	Dispensa	2341/2011-15	GM	Assinatura eletrônica do DOU, Seções I, II e III	16/12/11	1.044,00					IMPrensa NACIONAL
TOTAL.....R\$						766.106,24	78.587,66	44.290,34	34.297,32	43,64	% Variação percentual

Fonte: SIASG

TOTAL: 65 PROCEDIMENTOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (47 dispensas + 18 cotações eletrônicas)

01 dispensa cancelada

01 cotação eletrônica cancelada

Tabela 149 – Adesões a Registros de Preços Realizados em 2011

Nº	PROCESSO 48000.00	ORIGEM	OBJETO	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR CONTRATADO R\$	DIFERENÇA	ENTRADA NA CLC	SAÍDA DA CLC	SITUAÇÃO
1	0820/2011-99	CGTI	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso móvel a Internet (Banda Larga) com tecnologia 3G, mediante o fornecimento de 100 (cem) modem USB, em regime de comodato, com pacote de transmissão de dados ilimitado. (Adesão SRP nº 103/2010 - TRF 1ª Região - Empresa Vivo S/A)	111.876,00	59.880,00	51.996,00	05/05/11	19/05/11	Contrato nº 12/2011 Data 29/07/11
2	0644/2011-95	CGTI	Fornecimento com instalação de equipamentos para compor o Sistema Ininterrupto de Energia - UPS's (Nobreak) para a rede de computadores (TI) do MME. (Adesão Ata RP 01/2010-ANA-PE16/2010 - Empresa American Power Conversion Brasil Ltda)	920.258,68	733.400,00	186.858,68	12/05/11	19/05/11	Contrato nº 14/2011 Data 20/07/11
3	1005/2011-47	CGRL	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de tratamento técnico arquivístico de massa documental (Adesão RP 06/2010 - PE 02/10 - CDC Docas -	6.217.516,67	4.094.395,60	2.123.121,07	06/06/11	07/06/11	Contrato nº 16/2011 Data 20/07/11

			empresa MI Montreal)						
4	0893/2011-81	COAGE/ CGRL	Contratação de empresa especializada para fornecimento, aplicação e manutenção de pisos (Adesão RP MS 01/2011 - empresa ENGEMIL)	219.843,75	180.950,00	38.893,75	06/06/11	24/06/11	Contrato n ^o 22/2011 Data 23/08/11
5	1052/2011-91	CGTI	Contratação de empresa especializada para fornecimento de 850 (oitocentos e cinquenta) Kits de segurança para fechamento de gabinetes de microcomputadores (Adesão Ata MF PE 33/2010 - empresa Meilock)	34.425,00	23.341,00	11.084,00	10/06/11	24/06/11	Contrato n ^o 21/2011 Data 15/08/11
N^o	PROCESSO 48000.00	ORIGEM	OBJETO	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR CONTRATADO R\$	DIFERENÇA	ENTRADA NA CLC	SAÍDA DA CLC	SITUAÇÃO
6	0990/2011-73	CGRL	Contratação de empresa especializada para fornecer cadeiras/poltronas para atender necessidades de várias unidades do MME (Adesão Ata STF 02/2011 - empresa AURUS)	429.964,00	375.301,54	54.662,46	10/06/11	21/06/11	NOTA DE EMPENHO 2011NE8004 22 Data 15/07/2011
7	1092/2011-32	CGTI	Contratação de bens e serviços de segurança da informação: IPS (Ata RP 17/10 - AGU e empresa Mahvla)	433.628,00	316.372,00	117.256,00	15/06/11	17/06/11	Contrato n ^o 20/2011 Data 15/08/11

8	1225/2011-71	CGTI	Contratação de Serviços de Telefonia Fixo Comutado (Fixo-fixo e fixo-móvel) - Adesão ARP PE79/2010-Intelig/Embratel)	479.486,94	702.050,11	0,00	08/07/11	21/07/11	Contrato nº 26/2011 Contrato nº 27/2011 ambos de 11/10/2011
9	1317/2011-51	CGTI	Contratação de empresa especializada no fornecimento de Itens de Informática "hardware" (Ata RP 94/2010-TRE/MG e Ata RP 01/2011-Casa da Moeda - empresa LTA-RH)	1.156.333,34	1.036.792,00	119.541,34	15/07/11	30/09/2011 10/10/11	Contrato nº 35/2011 Contrato nº 36/2011 ambos de 04/11/2011
10	1347/2011-67	CGTI	Aquisição de Discos para Ampliação de Storage Netapp (ATA SRP PE 01/2010-TRT 18ª - empresa Alsar Tec em Redes)	958.466,67	660.000,00	298.466,67	21/07/11	29/07/11	Contrato nº 24/2011 Data 30/08/2011
11	1452/2011-12	CGTI	Contratação de empresa especializada no Fornecimento de Subscrições de Sistema Operacional Linux Red Hat (Adesão RP TRF 4ªR - Ação Informática)	788.250,80	617.442,25	170.808,55	09/08/11	19/08/11	Contrato nº 28/2011 Data 28/09/2011
Nº	PROCESSO 48000.00	ORIGEM	OBJETO	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR CONTRATADO R\$	DIFERENÇA	ENTRADA NA CLC	SAÍDA DA CLC	SITUAÇÃO
12	1565/2011-18	CGTI	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Subscrição de Suporte Técnico dos Produtos <i>Jboss Enterprise e Serviços Mentoring na Plataforma Jboss</i> (Ata RP 136/10-	442.947,62	280.688,00	162.259,62	26/08/11	06/09/11	Contrato nº 33/2011 Data 01/11/2011

			TRF1ªR - empresa GPS)						
13	1612/2011-15	DIAP	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Uniformes para servidores operacionais deste MME (Adesão Ata 39/10-PGR/MPF e Lima Dias)	91.464,67	45.294,20	46.170,47	14/09/11	18/10/11	NOTA DE EMPENHO 2011NE8006 66 Data 03/11/2011
14	1799/2011-49	CGTI	Aquisição de equipamentos de monitoramento, aceleração e otimização de tráfego de dados para rede Wan (Ata SRP 12.015.10.2011 TRF3ªR e empresa CONTROL Teleinformática Ltda)	592.432,93	350.000,00	242.432,93	28/09/11	10/11/11	Contrato nº 44/2011 Data 13/12/11
15	1788/2011-69	CGTI	Contratação de serviços de telecomunicações, por meio de um circuito dedicado de acesso à Internet, com gerenciamento proativo além de serviço de acesso remoto discado (Ata RP MTE 60/2011 e Global Village Telecom)	435.321,72	119.100,00	0,00	28/09/11	24/10/11	Contrato nº 57/2011 Data 30/12/2011 595.500,00 = 60 meses
16	1645/2011-57	COAGE	Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de comunicação, constando de rádios transceptores portáteis, para a Divisão de Segurança do MME (Adesão SRP nº 19/2011-JF 1º Grau e empresa	19.103,04	14.055,30	5.047,74	28/09/11	20/10/11	NOTA DE EMPENHO 2011NE8006 72 Data 07/11/2011

			Tectel).						
17	1980/2011-55	CGTI	Aquisição de 20(vinte) scanners (SRP 108/10 TRF1ªR e empresa Czar Soluções)	91.467,00	35.600,00	55.867,00	25/10/11	07/11/11	NOTA DE EMPENHO 2011NE8006 99 Data: 16/11/2011
Nº	PROCESSO 48000.00	ORIGEM	OBJETO	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR CONTRATADO R\$	DIFERENÇA	ENTRADA NA CLC	SAÍDA DA CLC	SITUAÇÃO
18	1813/2011-12	CGRL	Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com fornecimento de materiais, visando a instalação de divisórias acústicas especiais nos Gabinetes e Salas de reuniões do MME (Ata RP 02/1023-AFA/MD-2011 e Mobilach Móveis).	1.228.090,43	1.131.704,64	96.385,79	01/11/11	09/11/11	Contrato nº 53/2011 Data 20/12/2011
19	1917/2011-19	COAGE	Contratação de empresa especializada para instalação de forro acústico nos Gabinetes e Salas de reuniões (Ata RP nº 02/2011 Parque de Material Aeronáutica da Lagoa Santa - e empresa Ambianch)	612.211,26	563.666,60	48.544,66	04/11/11	25/11/11	Contrato nº 52/2011 Data 20/12/2011

20	1935/2011-17	CGTI	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mensuração de sistemas de informação, com base na metodologia de Pontos de Função (Adesão Ata RP UFVJM e empresa Eficácia Organização)	101.000,00	83.750,00	17.250,00	11/11/11	18/11/11	Contrato nº 43/2011 Data 09/12/2011
21	2130/2011-74	COAGE/ CGRL	Aquisição de 01(um) veículo de representação para o MME, conforme IN/SLTI/MPOG nº 03/2008 e Decreto 6.403/2008 (Adesão Ata ABIN PE115/2010 e Ford Motors - Item Fusion)	108.440,00	103.000,00	5.440,00	18/11/11	24/11/11	Contrato nº 49/2011 Data 30/12/2011
22	2141/2011-54	COAGE/ CGRL	Aquisição de 01 veículo para transporte institucional para o MME (Adesão Ata COM-RJ-MD e Ford Motors Company - Item 1 - Ford focus).	65.255,00	45.650,00	19.605,00	21/11/11	24/11/11	Contrato nº 48/2011 Data 30/12/2011
23	2177/2011-38	CLC/CGC C	Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, local e interestadual, de mudanças em geral e demais objetos de propriedade deste órgão (Adesão Ata RP MMA e Mudanças 5 Estrelas)	30.201,20	26.260,96	3.940,24	18/11/11	23/11/11	Contrato nº 48/2011 Data 30/12/2011

Nº	PROCESSO 48000.00	ORIGEM	OBJETO	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR CONTRATADO R\$	DIFERENÇA	ENTRADA NA CLC	SAÍDA DA CLC	SITUAÇÃO
24	2148/2011-76	CGTI	Contratação de Solução de Segurança de Redes - Solução Anti Virus, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia, suporte, assistência técnica, manutenção e garantia (Adesão At RP DGP/MD e Fast Security Tecnologia)	252.283,34	191.270,00	61.013,34	24/11/11	01/12/11	Contrato nº 54/2011 Data 26/12/2011
25	2163/2011-14	CGRL	Revitalização da Sinalização Arquitetônica do MME (Adesão Ata RP 183/2010-DEC/MD e empresa XXI PROJETOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL)	87.500,00	70.000,00	17.500,00	28/11/11	05/12/11	Contrato nº 56/2011 Data: 23/12/2011
VALOR TOTAL				15.907.768,06	11.859.964,20	4.047.803,86	25,45	△% - variação percentual	

Fonte: SIASG

TOTAL: 25 processos de adesão de registro de preços.

Tabela 150 – Relação de Processos com Aplicação de Penalidades na Fase Licitatória - Exercício 2011

Nº	PROCESSO Nº 48000 . 00	MODALIDA DE LICITAÇÃO	OBJETO	EMPRESA(S) CNPJ	MOTIVO E PROPOSTA PENALIDADE	AÇÕES SITUAÇÃO ATUAL	PROCEDIMEN TO FINALIZADO (SIM/NÃO)
	000949/2011-13	PE 17/2011	Contratação de empresa especializada para o fornecimento, com instalação, de aparelhos condicionadores de ar.	DAMASCENO E COELHO LTDA, CNPJ: 13.550.158/0001-87	Motivo: não encaminhou proposta e documentos no prazo estabelecido no edital para o Item 3. Penalidade: suspensão de contratar com a Administração pelo período de um ano.	Ofício 26/2012-CGCC -Notificação para defesa prévia- 14/02/2012. Recurso Admin.- 22.02.2012 Parecer CLC 22.03.2012	NÃO
EMBRAMAR DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA - ME, CNPJ: 10.619.918/0001-77				Motivo: não enviou a proposta, no prazo estabelecido no edital, para os itens 4 e 5. e não encaminhou a documentação e a proposta de preços. para o item 6. Penalidade: suspensão de contratar com a Administração pelo período de um ano.	Ofício nº 27/2012- CGCC - Notificação para defesa prévia - 14/02/2012. Recurso Admin.- 08.03.2012 Parecer CLC 22.03.2012	NÃO	
MONTANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP, CNPJ: 00.699.891/0001-16				Motivo: Não enviou a proposta, no prazo estabelecido no Edital, para o item 4. Penalidade: suspensão de contratar com a Administração pelo período de um ano.	Ofício nº 25/2012- CGCC - Notificação para defesa prévia- 14/02/2012. Recurso Admin.- 23.02.2012 Parecer CLC 19.03.2012	NÃO	

Nº	PROCESSO Nº 48000 . 00	MODALIDA DE LICITAÇÃO	OBJETO	EMPRESA(S) CNPJ	MOTIVO E PROPOSTA PENALIDADE	AÇÕES SITUAÇÃO ATUAL	PROCEDIMEN TO FINALIZADO (SIM/NÃO)
1				AJAX COMERCIAL ELETRO- ELETRÔNICO LTDA-EPP, CNPJ: 10.875.014/0001-02	Motivo: não enviou a documentação e a proposta de preços, para o item 4. Penalidade: suspensão de contratar com a Administração pelo período de um ano.	Ofício nº 23/2012- CGCC - Notificação para defesa prévia- 14/02/2012. Recurso Admin.- 16.02.2012 Parecer CLC 19.03.2012	NÃO
2	001365/2011-49	PE 22/2011	Aquisição de cadeiras (20+30) e quadros brancos (2) para sala treinamento/CODES/CGRH.	IRMÃOS ISKANDAR LTDA, CNPJ: 02.622.830/0001-86	Motivo: não recebemos a documentação e a proposta de preços, para o item 2. Penalidade: suspensão de contratar com a Administração pelo período de um ano.	Ofício nº 28/2012- CGCC - Notificação para defesa prévia- 14/02/2012. Recurso Admin.- 22.02.2012 Parecer CLC 23.03.2012	NÃO
				MULTMIX- IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIALIZA- ÇÃO DE MOV, CNPJ: 09.614.362/0001-47	Motivo: a proposta não foi enviada, para o item 2.	Ofício nº 24/2012- CGCC - Notificação para defesa prévia- 14/02/2012. Recurso Admin.- 28.02.2012 Parecer CLC 26.03.2012	NÃO

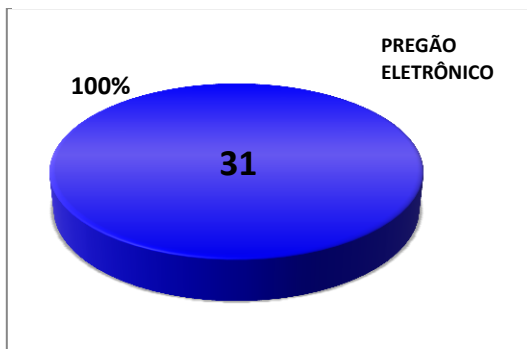
Fonte: Processos Administrativos, Sistema Comprasnet

Nota: São processos licitatórios de contratação iniciados e concluídos no exercício de 2011, todavia, os procedimentos de aplicação de penalidade decorrentes da fase de licitação foram adotados a partir do exercício de 2012.

Gráfico 1 – Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação e Adesão a Registros de Preços Realizados em 2011

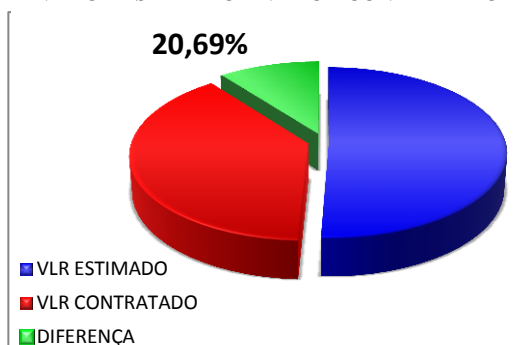
CONTRATAÇÕES 2011

PREGÕES

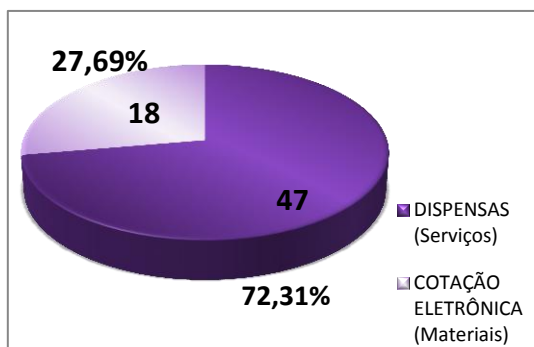


PREGÃO ELETRÔNICO

VALOR ESTIMADO X VALOR CONTRATADO

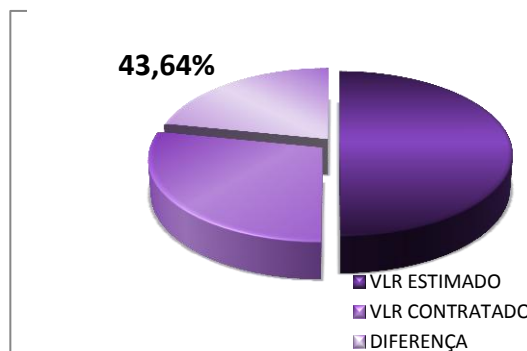


DISPENSA DE LICITAÇÃO



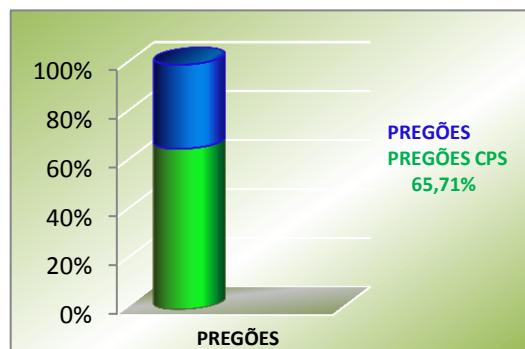
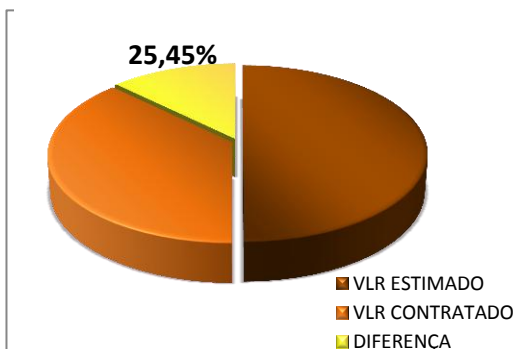
COTAÇÃO ELETRÔNICA

VALOR ESTIMADO x VALOR CONTRATADO



ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS

VALOR ESTIMADO x VALOR CONTRATADO



Fonte: Processos Administrativos

Tabela 151 – Relação de Contratos Vigentes – 2011

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000535/2010-97	Inexigibilidade e de Licitação nº 01/2010	01/2011-MME	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de informações econômico-financeira, por meio dos produtos de pesquisa Reuters Trader for Latam, Reuters Knowledge e da Datastream Premium.	THOMSON REUTERS SERVIÇOS ECONÔMICOS LTDA	31.01.2011	46.199,88	31/01/2011 a 30/01/2012
48000.002330/2010-46	Dispensa de Licitação nº 01/2011	02/2011-MME	Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos.	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS - ECT	31.01.2011	215.096,82	31/01/2011 a 30/01/2012
48000.001542/2010-14	Pregão Eletrônico nº 28/2010-MME	03/2011-MME	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento e digitalização de notícias televisivas de interesse do Ministério de Minas e Energia, veiculadas nas principais capitais do Brasil, visando análise, acompanhamento, levantamento e avaliação das notícias.	AGÊNCIA NACIONAL DE NOTÍCIAS TELEVISIVAS - ANNT	27.01.2011	69.999,60	27/01/2011 a 26/01/2012

48000.002039/2010 -78	Pregão Eletrônico nº 40/2010- MME	04/2011- MME	Prestação de serviços de manutenção de Programação Visual, com o fornecimento de placas, textos vinílicos e todos os elementos necessários para a realização do trabalho até a sua instalação nos locais indicados no Ministério de Minas e Energia.	SINART COMUNICA- ÇÃO VISUAL LTDA - EPP	31.12.2010	37.100,00	31.12.2010 a 30.12.2011
--------------------------	--	-----------------	--	---	------------	-----------	--

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002075/2010-31	Pregão Eletrônico nº 32/2010-MME	05/2011-MME	Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia civil para execução de serviços, com fornecimento de materiais, visando a realização de reforma da área física interna da Portaria Principal do Edifício Sede dos Ministérios de Minas e Energia e do Turismo.	MDI ENGENHARIA CIVIL LTDA	27.01.2011	168.395,64	18/05/2011 a 10/07/2011
48000.002260/2010-26	Inexigibilidade e de Licitação nº 01/2011	06/2011-MME	Prestação de serviços de fornecimento de água tratada, coleta de esgotos sanitários, tratamento e destinação final do esgoto das águas servidas no Ministério de Minas e Energia, bem como de todos os serviços de manutenção necessários, com reposição de peças, para garantir o fornecimento de forma ininterrupta.	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB	03.02.2011	286.260,48	03/02/2011 a 02/02/2012
48000.002328/2010-77	Inexigibilidade e de Licitação nº 02/2011	07/2011-MME	Prestação de serviços de atualização de licenças de software e suporte aos produtos Hyperion Interactive Reporting - Named User Plus Perpetual e Hyperion Performance Scorecard Plus - Application User Perpetual, de propriedade do Ministério de Minas e Energia.	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	28.01.2011	62.800,19	28/01/2011 a 27/01/2012

48000.001801/2010 -15	Pregão Eletrônico nº 39/2010	08/2011- MME	Fornecimento água mineral natural, não gasosa, não gaseificada, acondicionada em garrações de 20 litros.	HELLEN JAJOUR ME	19.02.2011	50.112,00	19/02/2011 a 18/02/2012
PROCESSO NÚMERO	MODALIDA DE DE LICITAÇÃO	CONTRA TO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATA DA	DATA DA ASSINATU RA DO CONTRAT O	VALOR DO CONTRAT O (R\$)	VIGÊNCI A
48000.002126/2010 -25	Pregão Eletrônico nº 02/2011	09/2011- MME	Prestação de serviços de "SEGURO TOTAL" para 26 (vinte e seis) veículos oficiais integrantes da frota do MME	ALLIANZ SEGUROS S/A	03.03.2011	21.299,01	21/03/2011 a 20/03/2012
48000.002380/2010 -23	Pregão Eletrônico nº 05/2011	10/2011- MME	Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com fornecimento de materiais, por demanda, objetivando a reposição, colocação de vidros e correlatos (molduras, quadros, espelhos, filmes para controle solar e películas jateadas, etc.), conforme os padrões existentes nas dependências do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	PROJETA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇ ÃO LTDA ME	23.03.2011	124.600,00	23/03/2011 a 22/03/2012

48000.002291/2010 -87	Contrato de concessão gratuita de uso de bem público	11/2011-MME	Concessão de uso de uma área situada no pavimento térreo, ala norte.	BANCO DO BRASIL	12.08.2011	Taxa administrativa anual estimada de 3.405,72	12/08/2011 a 11/08/2012
48000.000820/2011 -99	Adesão a Ata de Registros de Preços nº 103/2010, do Tribunal Regional Federal - TRF 1ª Região.	12/2011-MME	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso móvel a Internet (Banda Larga) com Tecnologia 3G, mediante o fornecimento de dados ilimitado, para o MME.	VIVO S/A	19.05.2011	59.880,00	19/05/2011 a 18/05/2012
PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000586/2011 -16	Pregão Eletrônico nº 09/2011	13/2011-MME	Contratação de empresa especializada, para o fornecimento e entrega de jornais e revistas, nos dias úteis e finais de semana, ao Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	ELDEX DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA-ME	14.06.2011	34.896,72	16/06/2011 a 15/06/2012

48000.000644/2011-95	Adesão Ata de Registros de Preços nº 001/ANA/2010- Pregão Eletrônico nº 016/2010/AN A	14/2011-MME	Fornecimento com instalação, de um Sistema Ininterrupto de Energia (Nobreak), constituído de UPS Modulares e um Conjunto de Refrigeração de Alta Disponibilidade (Cooling), para atendimento aos Equipamentos Ativos e Passivos de Rede de TI da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, a serem instalados no Subsolo/Garagem do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia.	AMERICAN POWER CONVERSIO N BRASIL LTDA	21.06.2011	733.400,00	21/06/2011 a 18/10/2011
48000.000448/2011-11	Pregão Eletrônico nº 07/2011-MME	15/2011-MME	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores	PICK-UP CENTER TECNOLOGIA EM PICK-UP'S E CAMINHÕES LTDA. - ME	29.06.2011	Sem desconto 86.247,42 com desconto 77.622,68	29/06/2011 a 28/06/2012
PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA

48000.001005/2011 -47	Adesão Ata de Registros de Preços nº 006/2010-Oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nº 002/2010/Companhia Docas do Ceará.	16/2011-MME	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de tratamento técnico arquivístico de massa documental acumulada do Ministério das Minas e Energia	M.I. MONTREAL INFORMÁTICA LTDA	04.07.2011	4.094.395,60	04/07/2011 a 03/07/2012
48000.000211/2011 -31	Pregão Eletrônico nº 10/2011-MME	17/2011-MME	Contratação de empresa especializada para o fornecimento com substituição, de pneus sem câmara, bicos, pneus com câmaras e execução de serviços correlatos de balanceamento de rodas, de forma parcelada, sob demanda, para os veículos do Ministério de Minas e Energia.	PNEULÂNDI A COMERCIAL LTDA	01.07.2011	24.879,02	01/07/2011 a 30/06/2012
48000.000617/2011 -12	Pregão Eletrônico nº 08/2011-MME	18/2011-MME	Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de copeiragem (copeira, garçom, auxiliar operacional e encarregado)	UNIÃO SERVIÇOS GERAIS LTDA	01.07.2011	1.153.199,76	01/07/2011 a 30/06/2012

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001016/2011-27	Dispensa de Licitação nº 27/2011-MME	19/2011-MME	Prestação de serviços especializados em Tecnologia da Informação e de Gerenciamento de Conexões à INFOVIA BRASÍLIA, necessários à consecução de suas atividades-fim. A INFOVIA BRASÍLIA está estruturada sobre uma malha de cabeamento de fibra ótica, de propriedade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP.	SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	02.08.2011	231.120,00	02/08/2011 a 01/08/2012
48000.001092/2011-32	Adesão Ata de Registros de Preços nº 17/2010-Oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nº 25/2010/da Advocacia-Geral da União - AGU	20/2011-MME	Contratação de bens e serviços de soluções de segurança da informação Intrusion Prevention System – IPS, tipo appliance externo, com configurações de alta disponibilidade. As soluções servirão para compor o ambiente tecnológico do MME, incluindo a prestação de serviço de assistência técnica, todos os serviços de mão de obra, peças, testes, instalação, configuração, manutenção, treinamento e garantia necessários à completa operacionalização da solução apresentada.	MAHVLA TELECOMM CONSULTORIA E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA	12.08.2011	316.372,00	12/08/2011 a 11/08/2012

48000.001052/2011-91	Adesão Ata de Registros de Preços nº 33/2010- Oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nº 33/2010 do Ministério da Fazenda	21/2011-MME	Aquisição de 850 (oitocentos e cinquenta) kits de segurança para fechamento de gabinetes de microcomputadores	MEILOCK COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E DE INFORMÁTICA LTDA	05.08.2011	23.341,00	05/08/2011 a 04/08/2012
PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000893/2011-81	Adesão Ata de Registros de Preços Oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nº 01/2010 do Ministério da Saúde	22/2011-MME	Contratação de empresa especializada para fornecimento, execução e recuperação de PISOS - (vinílicos, carpetes, emborrachados e piso elevado) com fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais necessários, no Ministério de Minas e Energia, em Brasília - DF.	ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA - EPP	16.08.2011	180.950,00	16/08/2011 a 15/08/2012

48000.000960/2011 -67	Pregão Eletrônico nº 12/2011-MME	23/2011-MME	Contratação de empresa especializada no fornecimento e serviços de instalação, recuperação e remanejamento de persianas verticais e horizontais, por demanda, para o Ministério de Minas e Energia, em Brasília-DF.	Claudio Miro Barbosa Rodrigues - ME	31.08.2011	53.999,00	31/08/2011 a 30/08/2012
48000.001347/2011 -67	Adesão a Ata de Registros de Preços nº 001/2010, do Tribunal Regional do Trabalho 18ª GO	24/2011-MME	Aquisição e instalação de solução de armazenamento de dados.	ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA.	30.08.2011	660.000,00	30/08/2011 a 29/08/2014
48000.001203/2011 -19	Pregão Eletrônico nº 13/2011-MME	25/2011-MME	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis, por demanda, para abastecimento dos veículos oficiais e do Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, durante o exercício de 2011 e subsequente.	PETRONORT E COMBUSTÍVEIS LTDA	30.09.2011	180.691,00	30/09/2011 a 29/09/2012

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001225/2011-71	Adesão a Ata de Registros de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 79/2010, realizado pelo MPOG.	26/2011-MME	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade local através de entroncamento digital (fixo-fixo e fixo-móvel), a ser executado de forma contínua.	INTELEG TELECOMUN I-CAÇÕES LTDA	11.10.2011	317.778,78	11/10/2011 a 10/10/2012
48000.001225/2011-71	Adesão a Ata de Registros de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 79/2010, realizado pelo MPOG.	27/2011-MME	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Intrarregional e Internacional (fixo-fixo e fixo-móvel), a ser executado de forma contínua.	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUN I-CAÇÕES S.A - EMBRATEL	11.10.2011	384.271,34	11/10/2011 a 10/10/2012

48000.001452/2011 -12	Adesão a Ata de Registros de Preços nº 89/2010, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 54/2010, realizado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.	28/2011-MME	Fornecimento de subscrições de sistema operacional Linux Red Hat, incluindo sistema de gerenciamento, treinamento e serviços de manutenção e suporte técnico.	AÇÃO INFORMÁTIC A BRASIL LTDA.	28.09.2011	617.442,25	28/09/2011 a 05/02/2015
--------------------------	---	-------------	---	---	------------	------------	--

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001265/2011-12	Pregão Eletrônico nº 16/2011-MME	29/2011-MME	Realização de exames médicos periódicos (exames laboratoriais)	LABORATÓRIO SANTA CRUZ LTDA.	07.10.2011	16.200,00	07/10/2011 a 04/01/2012
48000.001265/2011-12	Pregão Eletrônico nº 16/2011-MME	30/2011-MME	Realização de exames médicos periódicos (mamografia)	BITTENCOURT CLÍNICAS INTEGRADAS EPP.	07.10.2011	13.100,00	07/10/2011 a 04/01/2012
48000.001265/2011-12	Pregão Eletrônico nº 16/2011-MME	31/2011-MME	Realização de exames médicos periódicos (oftalmológico)	INBOL - INSTITUTO BRASILIENSE DE OLHOS S/S LTDA.	07.10.2011	21.950,00	07/10/2011 a 04/01/2012
48000.001110/2011-86	Dispensa de Licitação nº / 2011	32/2011-MME	Concessão de uso de uma área situada no pavimento térreo, ala norte.	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	30.11.2011	Taxa administrativa anual estimada 421,08	30/11/2011 a 29/11/2012

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001565/2011-18	Adesão ao Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços nº 122/2010, realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.	33/2011-MME	Contratação de empresa especializada para fornecimento de subscrição de suporte técnico dos produtos JBOSS Enterprise e serviços de mentoring na plataforma JBOSS.	GPS - GLOBAL PROJETOS E SISTEMAS LTDA	01.11.2011	280.668,00	01/11/2011 a 01/11/2012
48000.001372/2011-41	Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 18/2011	34/2011-MME	Contratação de Upgrade e a aquisição de Licenças de Softwares.	ABRA INFORMÁTICA LTDA EPP	31.10.2011	609.289,00	31/10/2011 a 30/10/2012

48000.001317/2011 -51	Adesão a Ata de Registro de Preços nº 94/2010, do Pregão Eletrônico nº 127/2010, realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.	35/2011-MME	Aquisição de equipamentos de Informática, para atender a demanda do MME.	LTA RH INFORMÁTIC A, COMÉRCIO, REPRESENT A-ÇÕES LTDA	04.11.2011	822.000,00	04/11/2011 a 03/11/2016
--------------------------	--	-------------	--	--	------------	------------	--

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001317/2011-51	Adesão A Ata de Registro de Preços nº 001/2011, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2011, realizado pela Casa da Moeda do Brasil - CMB (RJ)	36/2011-MME	Aquisição de equipamentos de Informática, para atender a demanda do MME (Hardware).	LTA RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.	04.11.2011	214.792,00	04/11/2011 a 03/11/2016
48000.001549/2011-17	Pregão Eletrônico nº 21/2011-MME	37/2011-MME	Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com fornecimento de materiais, para a instalação, de "Painéis de Vidro Temperado Estruturado em Aço Escovado" e de um "Guarda-Corpo de Painéis de Vidro Temperado", na Garagem do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	MÁRCIO GURGEL CARVALHO ME	11.11.2011	210.199,00	11/11/2011 a 09/03/2012

48000.001980/2011 -55	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0108/2010, proveniente do Pregão Eletrônico nº 67/2010 do TRF 1ª Região.	38/2011-MME	Aquisição de equipamentos de microinformática – Scanners.	CZAR SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	11.11.2011	35.600,00	11/11/2011 a 15/12/2016
48000.001189/2011 -45	Pregão Eletrônico nº 24/2011	39/2011-MME	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando reforma com adaptação, de áreas físicas internas localizadas na Garagem e no 2º Subsolo do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília-DF.	RUBI ENGENHEIRO S ASSOCIADOS LTDA	22.11.2011	259.150,00	22/11/2011 a 18/06/2012

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001541/2011-42	Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 23/2011 (MME e DNPM)	40/2011-MME	Contratação de Solução de Segurança de Redes, composta de equipamento do tipo Appliance e Gerenciamento Centralizado, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia, suporte, assistência técnica, manutenção e garantia.	NCT INFORMÁTICA LTDA	30.11.2011	1.158.000,00	30/11/2011 a 29/11/2014
48000.001741/2011-11	Pregão Eletrônico nº 27/2011.	41/2011-MME	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva programada e manutenção corretiva no ambiente da Sala-Cofre/Data Center, com fornecimento de peças, com área total de 29 m ² (vinte e nove metros quadrados), a qual se encontra instalada no pavimento térreo do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	ACECO TI LTDA	06.12.2011	307.992,00	06/12/2011 a 05/12/2012

48000.002177/2011 -38	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2010, oriunda do Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 17/2010 do Ministério do Meio Ambiente-MMA.	42/2011-MME	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, local e interestadual, na modalidade porta a porta, compreendendo mudanças em geral: mobiliários, equipamentos diversos e eletroeletrônicos, documentos, bagagens, veículos automotores e demais objetos de propriedade deste Ministério ou de servidores do MME.	MUDANÇAS CINCO ESTRELAS LTDA	09.12.2011	26.260,96	09/12/2011 a 08/12/2012
--------------------------	--	-------------	---	---------------------------------------	------------	-----------	--

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001935/2011-17	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 90/2010, oriunda do Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 070/2010 da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha em Mucuri-UFVJM/MEC	43/2011-MME	Contratação de empresa para prestação dos serviços especializados em Contagem de Ponto de Função (5.000), para aferição do dimensionamento de atividades e/ou serviços a serem executados pela empresa contratada como Fábrica de Software.	EFICÁCIA ORGANIZAÇÃO LTDA	09.12.2011	83.750,00	09/12/2011 a 08/12/2012
48000.001799/2011-49	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 12.015.10.2011, oriunda do Pregão Eletrônico nº 019/2011 do TRF 3ª Região	44/2011-MME	Aquisição de equipamentos de monitoramento, aceleração e otimização do tráfego de dados da rede Wan.	CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA	13.12.2011	350.000,00	13/12/2011 a 10/04/2012

48000.000949/2011 -13	Pregão Eletrônico nº 17/2011	45/2011- MME	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de aparelhos condicionadores de ar, do tipo "Split", com instalação, para o Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	COMERCIAL VIDA SANTA LTDA - ME	30.12.2011	48.904,98	30/12/2011 a 29/03/2012
--------------------------	------------------------------------	-----------------	--	--------------------------------------	------------	-----------	--

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000949/2011-13	Pregão Eletrônico nº 17/2011	46/2011-MME	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de aparelhos condicionadores de ar, do tipo "Split", com instalação, para o Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	CINTIA TISUE ITAMI-ME	30.12.2011	13.700,00	30/12/2011 a 29/03/2012
48000.000949/2011-13	Pregão Eletrônico nº 17/2013	47/2011-MME	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de aparelhos condicionadores de ar, do tipo "Split", com instalação, para o Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	TEMPO FRIO - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA-ME	30.12.2012	42.000,00	30/12/2011 a 29/03/2013

48000.002141/2011 -54	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 71300/2011-05500, oriunda do Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 108/2010 do Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro/Marinha do Brasil.	48/2011-MME	Aquisição de 01 (um) veículo para transporte institucional para o Ministério de Minas e Energia (Veículo marca Ford Focus Sedan Duratec 2.0 L 16 V Flex, na cor preta, ano de fabricação/modelo 2011/2012).	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	30.12.2011	45.650,00	30/12/2011 a 28/03/2012
--------------------------	--	-------------	---	--	------------	-----------	--

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.002130/2011-74	Adesão à Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 115/2011 da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN-PR	49/2011-MME	Aquisição de 01 (um) veículo de representação para o Ministério de Minas e Energia (Automóvel marca: Ford Fusion 3.0, motor a gasolina, equipado com todos os equipamentos de série e banco de couro, fabricação 2011/2012.)	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	30.12.2011	103.000,00	30/12/2011 a 28/03/2012
48000.001350/2011-81	Pregão Eletrônico nº 20/2011	50/2011-MME	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de mobiliário, (LOTE 1 - itens 1 a 11), para o Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	ARTMOBILE INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA	30.12.2011	56.710,98	30/12/2011 a 27/04/2012

48000.001350/2011 -81	Pregão Eletrônico nº 20/2011	51/2011- MME	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de mobiliário, (Lote 2 - itens 12 e 13), para o Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	CONSERMA Q EQUIPAMEN- TOS E REVESTIME N-TOS LTDA - ME	30.12.2011	21.100,00	30/12/2011 a 27/04/2013
--------------------------	------------------------------------	-----------------	--	---	------------	-----------	--

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001917/2011-19	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 02/2011, anexo ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 03/PAMA-LS/2011 (Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa (PAMA-LS), do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa).	52/2011-MME	Contratação de empresa especializada para execução de serviços, com fornecimento de materiais, visando à instalação de forros acústicos especiais nos Gabinetes e Salas de Reuniões do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	AMBIANCH INDUSTRIAL LTDA	20.12.2011	394.572,50	20/12/2011 a 16/08/2012

48000.001813/2011-12	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 02-1023/PE/AFA/2011, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 1023/2011 da Academia da Força Aérea-AFA.	53/2011-MME	Contratação de empresa especializada na execução de serviços os com fornecimento de materiais visando à instalação de divisórias acústicas especiais nos Gabinetes e Salas de Reuniões do Ministério de Minas e Energia - MME, em Brasília/DF.	AMBIANCH INDUSTRIAL LTDA	20.12.2011	1.131.704,64	20/12/2011 a 16/08/2012
----------------------	--	-------------	--	--------------------------	------------	--------------	--

PROCESSO NÚMERO	MODALIDA DE DE LICITAÇÃO	CONTRA TO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATA DA	DATA DA ASSINATU RA DO CONTRAT O	VALOR DO CONTRAT O (R\$)	VIGÊNCI A
48000.002148/2011 -76	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 12/2011, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 12/2011 do Departamento Geral de Pessoal do Ministério da Defesa/MD.	54/2011- MME	Contratação de solução de segurança de redes, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia, suporte, assistência técnica, manutenção e garantia.	FAST SECURITY TECNOLOGI A DA INFORMAÇÃ O LTDA	26.12.2011	191.270,00	26/12/2011 a 25/12/2012
48000.001968/2011 -41	Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 30/2011- MME	55/2011- MME	Contratação de empresa especializada na fabricação e instalação de arquivos deslizantes mecânicos e subsistemas de segurança da infraestrutura correlatos, mediante o Sistema de Registro de Preços.	CAVIGLIA & CIA LTDA	21.12.2011	4.265.793,9 7	21/12/2011 a 20/03/2012

48000.002163/2011 -14	Adesão ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 146/2010-DEC do Comando do Exército do Ministério da Defesa.	56/2011-MME	Prestação de serviço visando à elaboração de um projeto de sinalização arquitetônica interna e externa, inclusive acessibilidade e rota de fuga de emergência, compreendendo também a estimativa de custo e o cronograma físico-financeiro, para implantação no Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios, sedes dos Ministérios de Minas e Energia e do Turismo, em Brasília/DF.	XXI PROJETOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA.	23.12.2011	70.000,00	23/12/2011 a 22/12/2012
--------------------------	---	-------------	--	---	------------	-----------	--

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001788/2011-69	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 60/2010, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 18/2010 - do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.	57/2011-MME	Para prestação de serviços de telecomunicações, por meio de um circuito dedicado de acesso à Internet, com gerenciamento proativo, além de um serviço remoto discado que celebram a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia.	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA.	30.12.2011	595.500,00	30/12/2011 a 29/12/2016
48000.001523/2011-61	Dispensa de Licitação nº 64/2011-MME	58/2011-MME	Cessão de uso onerosa de uma área de 3 m2 (três metros quadrados), situada na portaria principal do Edifício-Sede do MME, nesta cidade de Brasília, que será utilizada pela CESSIONÁRIA para instalação de um Ponto de Atendimento Eletrônico (PAE), atividade esta prevista no inciso I do art. 12 do Decreto nº 3.725/2001.	BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.	30.12.2011	Taxa administrativa anual estimada 421,20	30/12/2011 a 29/12/2012

Fonte: COC/CGCC

Tabela 152 – Relação de Processos com Aplicação de Penalidades no Exercício de 2011

PROCESSO Nº	EMPRESA	INEXECUÇÃO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS	VALOR (R\$)	SITUAÇÃO
48000.001959/2009-35	AIRES TURISMO LTDA.	Atraso na Entrega da Garantia Contratual	8.380,05	DESCONTADA
48000.000311/2010-85	ENTERPOL – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.	Garantia	616,18	DESCONTADA
48000.000851/2009-25	DATA GRAPHICS TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA	Descumprimento de Obrigações Contratuais	13.687,44	DESCONTADA (CONTR. RESCINDIDO)
48000.002432/2007-66	CONE SUL COM. TECIDOS E SERV. DE CONFECCÇÕES LTDA.	Descumprimento de Prazo de Entrega de Materiais	3.616,66	EM APURAÇÃO
48000.002432/2007-66	JOSEILSON FERREIRA DE SOUZA	Descumprimento de Prazo de Entrega de Materiais	316,67	EM APURAÇÃO
48000.000303/2009-03	RESTAURANTE ENCONTRO DO SABOR	Descumprimento de Cláusula Contratual	A DEFINIR	EM APURAÇÃO (CONTR. RESCINDIDO)
48000.001928/2009-84	FABRICA DOS ALIMENTOS	Descumprimento de Cláusula Contratual	A DEFINIR	EM APURAÇÃO
48000.000543/2008-19	CONTRAT – ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA. (Motorista)	Descumprimento de Cláusula Contratual	A DEFINIR	EM APURAÇÃO (CONTR. RESCINDIDO)

48000.000137/2008-56	CONTRAT – ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA (Recepcionista)	Descumprimento de Cláusula Contratual	8.428,69	EM APURAÇÃO (CONTR. RESCINDIDO)
48000.000753/2010-21	CONE SUL COM. TECIDOS E SERV. DE CONFECÇÕES LTDA..	Descumprimento de Prazo de Entrega de Materiais	4.528,65	DESCONTADA
48000.000800/2011-18	CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA.	Atraso na Entrega da Garantia Contratual	95,00	DESCONTADA
48000.000868/2010-16	EMPRESA VALSPE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.	Descumprimento de Prazo de Entrega de Equipamentos	10.795,50	DESCONTADA
48000.000891/2011-91	VETOR INDUSTRIAL ELETRO-ELETRÔNICO LTDA.	Atraso na Entrega dos Materiais	3.169,08	DESCONTADA
48000.001096/2011-11	CONSTRUX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MADEIRAS LTDA.	CONSTRUX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MADEIRAS LTDA	693,59	A SER DESCONTADA
48000.002059/2011-21	SUPLY TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	Atraso na Entrega dos Equipamentos	138,00	DESCONTADA

Fonte: COC/CGCC

16.3 COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – CMA

À Coordenação de Modernização Administrativa – CMA compete coordenar as atividades de análise e consolidação de projetos de estruturação e reestruturação organizacional, bem como de composição de cargos em comissão e funções gratificadas; programar e identificar prioridades para ações de melhoria da gestão pública, no âmbito do Ministério; desenvolver e acompanhar a execução de projetos de modelagem de processos organizacionais e de melhoria da qualidade de serviços e da gestão de informações; e elaborar e rever instrumentos normativos e de procedimentos necessários ao bom andamento das atividades de organização administrativa, segundo padrões e orientações estabelecidos.

No exercício de 2011, na área de organização administrativa, evidenciam-se os seguintes resultados:

- Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, exercício 2011, abrangendo: (i) o envio dos normativos expedidos pelo TCU e CGU às Coordenações-Gerais da UJ; (ii) a compilação/análise dos resultados dos indicadores de desempenho da SPOA, com o comparativo dos dados mensurados entre os exercícios 2010 e 2011; e (iii) a consolidação do documento final, em parceria com o Gab/SPOA e as áreas envolvidas.
- Síntese sobre a evolução do projeto de revisão da Estrutura Regimental do MME (Decreto nº 5.267/2004). Esse documento, capeado pelo Memo. nº 1/2011-CMA/SPOA-MME, apresentado à SPOA, em 12/04/2011, que, posteriormente, o encaminhou ao Secretário-Executivo Adjunto, por meio do Memorando nº 43/2011-SPOA/SE-MME, de 12/04/2011.
- Projeto de Decreto sobre a alteração dos Anexos I, II e III do Decreto nº 5.267/2004 (Estrutura do MME), incluindo o remanejamento de cargos comissionados, nos termos do Decreto nº 7.429, de 17/01/2011. A proposta, direcionada à SPOA pelo Memo. nº 3/2011-CMA/SPOA-MME, de 25/4/2011, foi submetida à consideração do GM, que encaminhou o documento ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Aviso nº 114/2011/GM-MME, de 21 de junho de 2011).
- Proposta de fixação da meta de desempenho intermediária da SPOA (*Otimizar a Gestão de Recursos do MME*), com os indicadores de desempenho que a integram, para compor a apuração das metas de desempenho institucional deste Ministério (2º ciclo de avaliação, de 1º/10/2010 a 30/09/2011), a fim de atribuir a GDPGPE a servidores do MME. A proposta, submetida à aprovação do Subsecretário, por meio do Memorando nº 4/2011-CMA/SPOA-MME, de 11/05/2011, também foi ratificada para o 3º ciclo de avaliação (de 1º/10/2011 a 30/09/2012), mediante minuta de Memorando à SPOA, em 28/11/2011.
- Minuta de portaria que institui o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e aprova sua norma de funcionamento, procedendo a análise e reorganização da proposta da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

- Regimento Interno da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) com a análise da minuta apresentada pela Comissão, que compreendeu a exclusão e (ou) inclusão de conteúdo à luz da legislação pertinente. O documento revisado seguiu para o Presidente da Comissão, acompanhado da Nota Informativa CMA/SPOA, de 19/12/2011.
- Manual de Serviços Prestados pela Unidade de Assistência Médica, Psicológica, Odontológica e de Enfermagem do MME, com a revisão e padronização da minuta consolidada pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos. O Manual foi publicado no Boletim de Pessoal Especial nº 7 de 09/09/2011.
- Elaboração de atos de delegação de competência e (ou) de composição de grupos de trabalho, tais como: a) designação de servidor para conduzir as atividades da Biblioteca; b) alteração de portaria que autoriza servidores a dirigirem veículos oficiais de transporte individual de passageiros; c) designação de servidor para monitorar o circuito de iluminação do edifício deste Ministério, nos horários de operação da rede predial; d) alteração da composição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos; e) modificação da Comissão para Coleta Seletiva Solidária; f) atribuição de competência a autoridades do Ministério para autorizarem viagem de servidores, em observância ao Decreto nº 7.446/2011; g) constituição de duas comissões para procederem à reavaliação e (ou) à redução a valor recuperável dos veículos e dos equipamentos de processamento de dados deste Ministério.
- Gerenciamento da base de dados do Sistema DELEGA, que condensa os atos de delegação de competência praticados pelos titulares dos órgãos deste Ministério. Em 2011, como proposta da CMA (Memo. nº 5/2011-CMA/SPOA-MME, de 16/05/2011), a SPOA enviou exemplares do relatório dos atos em vigor, às áreas responsáveis (GM, Gab/SE, ASSEC, CONJUR, SPG, SEE, SPE, SGM), para confirmarem as portarias existentes (Memo. Circular nº 6/2011-SPOA/SE-MME, de 19/05/2011). Com isso, os atos alterados/revogados foram inseridos no Sistema, que está disponível na Comunidade/MME (intranet), para consulta pelos usuários.
- *Proposta de metodologia para o dimensionamento do quadro de recursos humanos do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia (DPUE/SEE), tomando por base a força de trabalho identificada no mapeamento de processos organizacionais do Departamento. Assim, essa metodologia, constituída por uma matriz de processos, compreendeu o preenchimento dos seguintes dados: (i) a identificação dos processos; (ii) a especificação dos subprocessos; (iii) a descrição dos produtos/serviços; (iv) o delineamento das atividades associadas aos serviços/produtos; (v) a relação das fontes de informação; e (vi) a alocação de recursos humanos aos subprocessos, incluindo a situação funcional dos colaboradores (atual e proposta). Pela complexidade do assunto, diversas reuniões foram realizadas com as áreas envolvidas, sob o comando da Coordenação-Geral de Recursos Humanos. Essa ação contou com a parceria da CGRH, responsável pelos procedimentos subsequentes.*
- *Apuração dos indicadores de desempenho que integram a meta intermediária da SPOA, referente ao 2º ciclo de avaliação (de 1º/10/2010 a 30/09/2011), para compor o desempenho institucional do Ministério, em observância à Portaria MME nº 565, de 30/09/2011. A documentação foi encaminhada à SPOA, por meio do Memorando nº 10/2011-CMA/SPOA-MME, de 06/10/2011. A Portaria SE nº 10, de 31/10/2011, do Secretário-Executivo, aprovou o resultado da aferição das metas intermediárias do MME.*

- Proposta do Ofício nº 53/2011-SPOA/SE-MME, de 1/7/2011, dirigido à SEGES/MP, no qual o Subsecretário reitera pedido de atualização dos registros do cadastro dos titulares de órgãos/unidades do MME no sistema informatizado de apoio ao Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG). Atualmente, por decisão do órgão central do Sistema, essa atualização abrange apenas os titulares de cargo em comissão, níveis DAS-5 e DAS-6.
- Elaboração da minuta de Aviso nº 273/2011/GM-MME, de 07/12/2011, sobre a necessidade de prorrogação do prazo de remanejamento dos cargos em comissão alocados, em caráter temporário, no MME. A proposição foi efetivada nos termos do Decreto nº 7.659/2011.
- Participação da agenda de atividades do Sistema de Organização e Inovação Institucional – SIORG. Com isso, os servidores da CMA passaram a integrar cinco grupos de trabalho sobre assuntos atinentes ao Sistema, em atendimento ao Ofício-Circular nº 05/2011/GAB/SEGES/MP, de 15/7/2011. Foram realizadas quatro reuniões para integração dos participantes e discussão de agenda, no âmbito dos grupos: (i) criação, definição de mecanismos de gestão, conteúdo e implementação da rede colaborativa, de caráter virtual, do SIORG; (ii) formação de conhecimento sobre indicadores de desempenho institucional dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- *Alteração da minuta da Instrução Normativa sobre gestão da documentação oficial, conforme os critérios de sigilo, disponibilidade e de integridade no âmbito do MME, observadas as orientações que constam da Nota nº 185/2010/CONJUR/MME.*
- *Levantamento da evolução das competências regimentais das unidades da Secretaria de Controle Interno (CISSET), no extinto Ministério das Minas e Energia, bem como no atual MME (até 1994), correspondentes às funções ocupadas por servidora, com a instrução do processo nº 10166.005671/1993-28, por meio da Nota Informativa nº 001/2011/CMA/SPOA-MME, de 21/07/2011.*
- Confecção, padronização e (ou) revisão de formulários inerentes a serviços prestados pelas unidades administrativas da SPOA. Tais instrumentos estão disponíveis na Comunidade/MME (intranet), para preenchimento.
- Padronização de modelos de documentos para uso no Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos (Docflow).

CAPÍTULO II - PARTE “B”**17. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis**

Quadro B.1.1 – Declaração PLENA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	
UJ: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME	
UG: 320005 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.</p>	
<p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
<p style="text-align: right;">Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2012.</p>	
<p style="text-align: center;">Elizane Veloza Costa Guedes Contadora Responsável</p>	
<p style="text-align: center;">CRC – DF nº 018138/O-2</p>	

Quadro B.1.2 – Declaração DO CONTADOR COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA
UJ: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME
UG: 320002 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p><u>BALANÇO FINANCEIRO</u></p> <p>INGRESSOS</p> <p>Transferências Recebidas</p> <p>Valores Diferidos - Inscrição</p> <p>Nota 1 – Conta Contábil: 114240000 - Valores Diferidos</p> <p>No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 4.077.410,53 (quatro milhões, setenta e sete mil, quatrocentos e dez reais e cinquenta e três centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência tem sido objeto de regularização durante o exercício.</p> <p><u>BALANÇO PATRIMONIAL</u></p> <p>ATIVO</p> <p>Ativo Financeiro</p> <p>Créditos em Circulação</p> <p>Nota 3 - Conta Contábil: 112650000 – Transferências Constitucionais em Trânsito</p> <p>Saldo de R\$ 1.041.555.238,64 (hum bilhão, quarenta e um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos), refere-se às transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, De 1997) a Estados e Municípios; Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado Itaipu (Lei nº 8.001/ 1990 - Art. 1º e 2º) a Estados e Municípios já pagas e não baixadas. O efetivo pagamento é realizado pela Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN/STN e a liquidação da despesa no prazo de tempo muito dilatado, de forma a deixar saldo elevado nos meses subsequentes. Cabe informar que tal fato já foi informado à Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/STN para adoção de procedimentos adequados para a qual a rotina foi ajustada, porém em relação a este saldo, continuamos no aguardo para a regularização.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p style="text-align: right;">Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2012.</p> <p style="text-align: center;">Elizane Velozo Costa Guedes Contadora Responsável CRC – DF nº 018138/O-2</p>

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA**UJ: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME****UG: 320004 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

BALANÇO PATRIMONIAL**ATIVO PERMANENTE**

Imobilizado

Bens Móveis e Imóveis

Nota 2 - Conta Contábil: 142123000 – Máquinas e Equipamentos Energéticos

O valor de R\$ 87.113.868,17 (oitenta e sete milhões, cento e treze mil, oitocentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos), constante no SIAFI, diverge do Relatório de Movimentação de Bens Móveis, que apresentou o saldo de R\$ 32.268.054,92 (trinta e dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2012.

Elizane Velozo Costa Guedes

Contadora Responsável

CRC – DF nº 018138/O-2